



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**TRIBUNAL DE CONTAS**

Processo: **002359-0200/16-9**

Gabinete: **Algir Lorenzon**

Data de abertura: **12 de janeiro de 2016**

Matéria: **Contas de Governo**

Órgão: **PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE - 80500**

Interessado(s): **Valserina Maria Bulegon Gassen**  
**Ailton Bitencourt**



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Deverá ser consolidado para fins de LRF	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

## 1. Informações da Entidade

### 1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94444247000140

Período: 01/01/2016 a 29/02/2016 - 1º Bimestre

Prefeitura: PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

Logradouro: Rua Guilherme Albertti

nr: 1631

compl: Predio

Telefone: (55) 3269-1155

HomePage: www.saojoaodopolesine.rs.gov.br

E-Mail: prefeitura@saojoaodopolesine.rs.gov.br

Prefeito Municipal: VALSERINA MARIA BULEGON GASSEN

Contabilista: CLOVIS COLETTI

Número do CRC: 46331

### 1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DUETO TECNOLOGIA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (51)21182200

Responsável: RAFAEL SEBBEN

E-Mail: dueto@duetotecnologia.com.br

### 1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil  
☒ Financeiro  
☒ Patrimonial  
☒ Pessoal  
☒ Orçamentário  
☒ Tributário  
☒ Folha de Pagamento  
☐ Outros  
☐ Nenhum

### 1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
94446804000162	CIRC CENTRO
1509149000163	CONDESUS

### 1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

### 1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

## 2. Informações Contábeis



11601031689305701

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



15/03/2016 - 16:30:26

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 29/02/2016

## 2.1 Contas de Receita

### 2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
RECEITA TRIBUTARIA	1.349.900,00	119.253,16
RECEITA DE CONTRIBUICOES	80.000,00	10.854,16
RECEITA PATRIMONIAL	46.450,00	2.884,45
RECEITA DE SERVICOS	270.400,00	39.175,94
TRANSFERENCIAS CORRENTES	12.866.173,11	1.968.500,83
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	163.000,00	33.944,06
<b>SOMA DAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>14.775.923,11</b>	<b>2.174.612,60</b>
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
<b>SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RECEITAS DE CAPITAL		
OPERACOES DE CREDITO	700.000,00	0,00
ALIENACAO DE BENS	120.000,00	0,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	1.000,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.833.480,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	10.000,00	59,43
<b>SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.664.480,00</b>	<b>59,43</b>
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
<b>SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DEDUÇÕES DE RECEITA</b>	<b>-2.296.420,00</b>	<b>-355.486,28</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>15.143.983,11</b>	<b>1.819.185,75</b>

## 2.2 Contas de Despesa

### 2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	14.524.433,11
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	208.768,92
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	75.000,00
<b>DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES</b>	<b>14.658.202,03</b>
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	1.839.624,65
Liquidado	1.569.756,71
Pago	1.189.517,50



11601031689305701

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



15/03/2016 - 16:30:26

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 29/02/2016

<b>SALDO A LIQUIDAR</b>	<b>269.867,94</b>
<b>SALDO A PAGAR</b>	<b>380.239,21</b>

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	VALOR
Empenhado	621.244,64
Liquidado	621.244,64
Pago	398.394,94
<b>SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO</b>	<b>0,00</b>
<b>SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO</b>	<b>222.849,70</b>

### 2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

#### ORIGEM DO RECURSO

Excesso de Arrecadação	17.917,20
Reduções/Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	75.000,00
Superávit Financeiro	115.851,72
<b>TOTAL</b>	<b>208.768,92</b>

### 2.3 Contas de Verificação

#### 2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	460.829,56D	669.299,41D
ATIVO NAO CIRCULANTE	13.124.435,10D	13.256.593,29D
PASSIVO CIRCULANTE	657.340,56C	748.285,30C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	12.927.924,10C	12.927.665,90C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	818.893,95D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	61.764,99D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	545.532,72D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	103.258,00D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	15,18D
TRIBUTARIAS	0,00	21.337,05D
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	18.824,85D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	100.287,41C
CONTRIBUICOES	0,00	10.854,16C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	40.086,07C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	10.158,90C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	1.637.197,17C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	20.984,53C

#### 2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	5.764,33D	1.084,09D
Bancos Conta Movimento	341.884,04D	585.814,22D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00





Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



15/03/2016 - 16:30:26

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 29/02/2016

<b>PODER EXECUTIVO</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Saldo Final</b>
Outros	0,00	0,00
<b>TOTAL PODER EXECUTIVO</b>	<b>347.648,37D</b>	<b>586.898,31D</b>
<b>RPPS</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Saldo Final</b>
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
<b>TOTAL RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>OUTROS</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Saldo Final</b>
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
<b>TOTAL OUTROS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>347.648,37D</b>	<b>586.898,31D</b>

## 2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	1.770.720,71	1.355.062,52	1.083.961,72
2º Bimestre	1.984.200,40	1.911.992,36	1.686.543,58
3º Bimestre	1.817.471,02	1.901.887,65	1.839.741,80
4º Bimestre	1.915.394,15	1.956.931,83	1.790.442,53
5º Bimestre	1.487.843,75	1.498.015,80	1.476.980,33
6º Bimestre	1.598.927,49	1.950.667,36	2.159.927,64

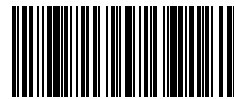
CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	13.733.533,11	12.466.403,15
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	4.223.301,77	154.573,80
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00

DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-2.040.800,00	-2.058.565,28
<b>TOTAL CONTAS DE RECEITA</b>	<b>15.916.034,88</b>	<b>10.562.411,67</b>

## 2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

### Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				



11601031689305701

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



15/03/2016 - 16:30:26

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 29/02/2016

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Contas de Receita**

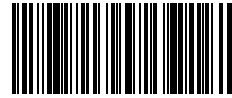
Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**3. Índices Constitucionais**

**3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)**

**3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas**

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120431010100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	11.578,89	0,00	11.578,89
11120431010200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	4.824,67	0,00	4.824,67
11120431010300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	2.894,72	0,00	2.894,72
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	1.595,63	0,00	1.595,63
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	664,86	0,00	664,86
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	398,91	0,00	398,91
11120431060100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	430,21	0,00	430,21
11120431060200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	179,26	0,00	179,26
11120431060300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	107,54	0,00	107,54
11120434030100000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - PROPRIOS	57,94	0,00	57,94
11120434030200000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - MDE	24,14	0,00	24,14
11120434030300000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - ASPS	14,49	0,00	14,49
11120800010000000000	ITBI - PROPRIO	14.025,11	0,00	14.025,11
11120800020000000000	ITBI - MDE	5.843,80	0,00	5.843,80
11120800030000000000	ITBI - ASPS	3.506,27	0,00	3.506,27
11130501010000000000	ISS - PROPRIO	42.986,77	0,00	42.986,77
11130501020000000000	ISS - MDE	17.911,35	0,00	17.911,35
11130501030000000000	ISS - ASPS	10.746,74	0,00	10.746,74
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	761.607,59	0,00	761.607,59
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	63.467,28	0,00	63.467,28
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	190.401,79	0,00	190.401,79
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	253.869,09	0,00	253.869,09
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	19,73	0,00	19,73



11601031689305701

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



15/03/2016 - 16:30:26

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 29/02/2016

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	1,64	0,00	1,64
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	4,91	0,00	4,91
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	6,56	0,00	6,56
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	1.392,66	0,00	1.392,66
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	116,06	0,00	116,06
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	348,16	0,00	348,16
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	464,22	0,00	464,22
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	162.839,44	0,00	162.839,44
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	13.569,94	0,00	13.569,94
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	40.709,84	0,00	40.709,84
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	54.279,81	0,00	54.279,81
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	64.961,12	0,00	64.961,12
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	5.413,42	0,00	5.413,42
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	16.240,27	0,00	16.240,27
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	21.653,72	0,00	21.653,72
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	3.038,16	0,00	3.038,16
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	253,18	0,00	253,18
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	759,55	0,00	759,55
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	1.012,73	0,00	1.012,73
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	106,28	0,00	106,28
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	44,38	0,00	44,38
19114000030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	26,58	0,00	26,58
19131100010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	2.040,55	0,00	2.040,55
19131100020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	850,72	0,00	850,72
19131100030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	510,39	0,00	510,39
19131300010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	23,40	0,00	23,40
19131300020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	9,77	0,00	9,77
19131300030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	5,85	0,00	5,85
19311100010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	5.035,31	0,00	5.035,31
19311100020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	2.098,17	0,00	2.098,17
19311100030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	1.258,83	0,00	1.258,83
19311300010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	204,32	0,00	204,32
19311300020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	85,13	0,00	85,13
19311300030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	51,06	0,00	51,06
91113050101000000000	Deducao - ISS - PROPRIO	-14.397,90	0,00	-14.397,90
91113050102000000000	Deducao - ISS - MDE	-5.999,12	0,00	-5.999,12
91113050103000000000	Deducao - ISS - ASPS	-3.599,48	0,00	-3.599,48
91722010101000000000	Deducao - COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	-17,53	0,00	-17,53
91913110001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	-0,10	0,00	-0,10
91913110002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	-0,04	0,00	-0,04
91913110003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	-0,03	0,00	-0,03
<b>SUBTOTAL</b>		<b>1.762.558,71</b>	<b>0,00</b>	<b>1.762.558,71</b>



TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada 440.639,68

3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	29.448,08	0,00	29.448,08
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	82.821,52	0,00	82.821,52
20	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.088,17	0,00	3.088,17
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-5.999,12	0,00	-5.999,12
20	DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-0,04	0,00	-0,04
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	331.286,13	0,00	331.286,13
TOTAL II		440.644,74	0,00	440.644,74

3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	89.965,24	0,00	89.965,24
20	Educação Infantil	47.891,47	0,00	47.891,47
31	Ensino Fundamental	41.552,43	0,00	41.552,43
31	Educação Infantil	67.942,30	0,00	67.942,30
SUBTOTAL I		247.351,44	0,00	247.351,44

3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
(+ ) Perda com o FUNDEB		209.480,41	0,00	209.480,41
(- ) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		152,04	0,00	152,04
		% de Aplicação		Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		25,91		456.679,81

3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	761.607,59	0,00	761.607,59
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	63.467,28	0,00	63.467,28
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	190.401,79	0,00	190.401,79
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	253.869,09	0,00	253.869,09
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	19,73	0,00	19,73



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	1,64	0,00	1,64
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	4,91	0,00	4,91
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	6,56	0,00	6,56
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	1.392,66	0,00	1.392,66
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	116,06	0,00	116,06
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	348,16	0,00	348,16
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	464,22	0,00	464,22
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	162.839,44	0,00	162.839,44
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	13.569,94	0,00	13.569,94
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	40.709,84	0,00	40.709,84
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	54.279,81	0,00	54.279,81
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	64.961,12	0,00	64.961,12
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	5.413,42	0,00	5.413,42
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	16.240,27	0,00	16.240,27
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	21.653,72	0,00	21.653,72
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	3.038,16	0,00	3.038,16
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	253,18	0,00	253,18
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	759,55	0,00	759,55
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	1.012,73	0,00	1.012,73
91722010101000000000	Deducao - COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	-17,53	0,00	-17,53
<b>SUBTOTAL</b>		<b>1.656.413,34</b>	<b>0,00</b>	<b>1.656.413,34</b>
<b>Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada</b>				<b>331.282,67</b>

### 3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	331.286,13	0,00	331.286,13
<b>TOTAL II</b>		<b>331.286,13</b>	<b>0,00</b>	<b>331.286,13</b>

### 3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	41.552,43	0,00	41.552,43
31	Educação Infantil	67.942,30	0,00	67.942,30
<b>SUBTOTAL I</b>		<b>109.494,73</b>	<b>0,00</b>	<b>109.494,73</b>
(+ ) Perda com o FUNDEB		209.480,41	0,00	209.480,41
(- ) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB		100,52	0,00	100,52
		% de Aplicação		Valor Aplicado
<b>TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB</b>		<b>19,25</b>		<b>318.874,62</b>

### 3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

#### 3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2016

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13250102000000000000	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FUNDEB	100,52	0,00	100,52



11601031689305701

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



15/03/2016 - 16:30:26

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 29/02/2016

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17240100000000000000	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	121.805,72	0,00	121.805,72
<b>Total</b>		<b>121.906,24</b>	<b>0,00</b>	<b>121.906,24</b>

Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB 73.143,74

### 3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2016

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	41.552,43	0,00	41.552,43
31	Educação Infantil	55.072,87	0,00	55.072,87
<b>TOTAL</b>		<b>96.625,30</b>	<b>0,00</b>	<b>96.625,30</b>
<b>% de Aplicação</b>				<b>79,26</b>

### 3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

#### 3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2015	1.748,10	0,00	1.748,10
<b>TOTAL</b>	<b>1.748,10</b>	<b>0,00</b>	<b>1.748,10</b>

Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5% 87,40

#### 3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2016 (Janeiro - Fevereiro)

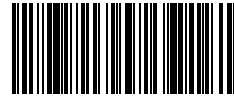
Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

#### 3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120431010100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	11.578,89	0,00	11.578,89
11120431010200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	4.824,67	0,00	4.824,67
11120431010300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	2.894,72	0,00	2.894,72
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	1.595,63	0,00	1.595,63
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	664,86	0,00	664,86
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	398,91	0,00	398,91
11120431060100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	430,21	0,00	430,21
11120431060200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	179,26	0,00	179,26
11120431060300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	107,54	0,00	107,54
11120434030100000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - PROPRIOS	57,94	0,00	57,94
11120434030200000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - MDE	24,14	0,00	24,14
11120434030300000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - ASPS	14,49	0,00	14,49
11120800010000000000	ITBI - PROPRIO	14.025,11	0,00	14.025,11
11120800020000000000	ITBI - MDE	5.843,80	0,00	5.843,80





11601031689305701

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



15/03/2016 - 16:30:26

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 29/02/2016

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11120800030000000000	ITBI - ASPS	3.506,27	0,00	3.506,27
11130501010000000000	ISS - PRÓPRIO	42.986,77	0,00	42.986,77
11130501020000000000	ISS - MDE	17.911,35	0,00	17.911,35
11130501030000000000	ISS - ASPS	10.746,74	0,00	10.746,74
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PRÓPRIO	761.607,59	0,00	761.607,59
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	63.467,28	0,00	63.467,28
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	190.401,79	0,00	190.401,79
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	253.869,09	0,00	253.869,09
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PRÓPRIO	19,73	0,00	19,73
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	1,64	0,00	1,64
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	4,91	0,00	4,91
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	6,56	0,00	6,56
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PRÓPRIO	1.392,66	0,00	1.392,66
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	116,06	0,00	116,06
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	348,16	0,00	348,16
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	464,22	0,00	464,22
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PRÓPRIO	162.839,44	0,00	162.839,44
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	13.569,94	0,00	13.569,94
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	40.709,84	0,00	40.709,84
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	54.279,81	0,00	54.279,81
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PRÓPRIO	64.961,12	0,00	64.961,12
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	5.413,42	0,00	5.413,42
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	16.240,27	0,00	16.240,27
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	21.653,72	0,00	21.653,72
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PRÓPRIO	3.038,16	0,00	3.038,16
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	253,18	0,00	253,18
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	759,55	0,00	759,55
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	1.012,73	0,00	1.012,73
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PRÓPRIO	106,28	0,00	106,28
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	44,38	0,00	44,38
19114000030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	26,58	0,00	26,58
19131100010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PRÓPRIO	2.040,55	0,00	2.040,55
19131100020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	850,72	0,00	850,72
19131100030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	510,39	0,00	510,39
19131300010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PRÓPRIO	23,40	0,00	23,40
19131300020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	9,77	0,00	9,77
19131300030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	5,85	0,00	5,85
19311100010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PRÓPRIO	5.035,31	0,00	5.035,31
19311100020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	2.098,17	0,00	2.098,17
19311100030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	1.258,83	0,00	1.258,83
19311300010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PRÓPRIO	204,32	0,00	204,32
19311300020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	85,13	0,00	85,13



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
19311300030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	51,06	0,00	51,06
91113050101000000000	Deducao - ISS - PROPRIO	-14.397,90	0,00	-14.397,90
91113050102000000000	Deducao - ISS - MDE	-5.999,12	0,00	-5.999,12
91113050103000000000	Deducao - ISS - ASPS	-3.599,48	0,00	-3.599,48
91722010101000000000	Deducao - COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	-17,53	0,00	-17,53
91913110001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	-0,10	0,00	-0,10
91913110002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	-0,04	0,00	-0,04
91913110003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	-0,03	0,00	-0,03
<b>SUBTOTAL I</b>		<b>1.762.558,71</b>	<b>0,00</b>	<b>1.762.558,71</b>
<b>TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada</b>				<b>264.383,81</b>

### 3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	17.668,67	0,00	17.668,67
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	248.464,52	0,00	248.464,52
40	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.852,71	0,00	1.852,71
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-3.599,48	0,00	-3.599,48
40	DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-0,03	0,00	-0,03
<b>TOTAL II</b>		<b>264.386,39</b>	<b>0,00</b>	<b>264.386,39</b>

### 3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Administração Geral (modalidade de aplicação 71)	-670,80	0,00	-670,80
40	Administração Geral	1.142,04	0,00	1.142,04
40	Atenção Básica	323.623,53	0,00	323.623,53
<b>SUBTOTAL I</b>		<b>324.094,77</b>	<b>0,00</b>	<b>324.094,77</b>

### 3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL II</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		76,81	0,00	76,81
<b>SUBTOTAL III</b>		<b>76,81</b>	<b>0,00</b>	<b>76,81</b>
		% de Aplicação		Valor Aplicado
<b>TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)</b>		<b>18,38</b>		<b>324.017,96</b>

### 3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
<b>TOTAL</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto





#### 4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
SUBFUNC.TXT	SFU_09	0	0		A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 71, 72, 73, 74, 183, 184, 185, 186, 295, 296, 297, 298, 407, 408, 409, 410, 519, 520, 521, 522, 631, 632, 633, 634, 743, 744, 745, 746, 855, 856, 857, 858, 967, 968, 969, 970, 1079, 1080, 1081, 1082, 1191, 1192, 1193, 1194, 1303, 1304, 1305, 1306, 1415, 1416, 1417, 1418, 1527, 1528, 1529, 1530, 1639, 1640, 1641 e 1642 difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 1%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 1%
CTA_DISP.TXT	CTV_31	0	0		Código de Recurso Vinculado 1037, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT
CTA_DISP.TXT	CTV_31	0	0		Código de Recurso Vinculado 1038, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT
CTA_DISP.TXT	CTV_31	0	0		Código de Recurso Vinculado 1089, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT
CTA_DISP.TXT	CTV_22	0	0	AVISO	19 % dos campos "código da conta corrente" foram preenchidos com zeros

#### 4.2 Avisos Justificados pela Entidade

**Descrição:** SFU\_09 - A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 71, 72, 73, 74, 183, 184, 185, 186, 295, 296, 297, 298, 407, 408, 409, 410, 519, 520, 521, 522, 631, 632, 633, 634, 743, 744, 745, 746, 855, 856, 857, 858, 967, 968, 969, 970, 1079, 1080, 1081, 1082, 1191, 1192, 1193, 1194, 1303, 1304, 1305, 1306, 1415, 1416, 1417, 1418, 1527, 1528, 1529, 1530, 1639, 1640, 1641 e 1642 difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.

**Justificativa:** Estamos realizando a manutenções em nosso sistema para adequar as sub-funções de conforme as determinações do TCE-RS.

**Descrição:** CTV\_31 - Código de Recurso Vinculado 1037, do arquivo BAL\_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA\_DISP.TXT

**Justificativa:** O município utiliza a fonte de recurso 1037 para registrar todas as receitas provenientes de aplicações financeiras dos recursos recebidos para despesas de capital exceto os da saúde que tem codificação própria.

**Descrição:** CTV\_31 - Código de Recurso Vinculado 1038, do arquivo BAL\_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA\_DISP.TXT

**Justificativa:** O município utiliza a fonte de recurso 1038 para registrar todas as receitas provenientes de aplicações financeiras dos recursos recebidos para despesas de custeio exceto os da saúde que tem codificação própria.

**Descrição:** CTV\_31 - Código de Recurso Vinculado 1089, do arquivo BAL\_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA\_DISP.TXT

**Justificativa:** O município utiliza a fonte de recurso 1089 para registrar todas as receitas provenientes de aplicações financeiras dos recursos recebidos através do FNAS.

#### 5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

##### 5.1 Transparência da Gestão Fiscal

##### 5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	30/03/2016	ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL
	Jornal		Não Publicado
	Internet	30/03/2016	WWW.SAOJOAODOPOLESINE.RS.GOV.BR

##### 5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Período	Data	Local
3º Quadrimestre/2015	29/02/2016	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

##### 5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

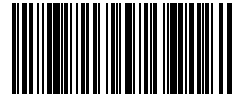
Data	Endereço Eletrônico
27/05/2013	<a href="http://www.saojoaodopolesine.rs.gov.br/">http://www.saojoaodopolesine.rs.gov.br/</a>

Não foram inseridas observações.

##### 5.1.5 Custeio de Competências de Outros Entes da Federação - Art. 62 da LFR

O Município não contribuiu para o custeio de despesas de outros entes da federação.

#### 5.3 Metas de Arrecadação



**RECEITAS CORRENTES**

	META	REALIZADA
1º Bimestre	2.462.653,98	2.174.612,60
2º Bimestre	2.462.653,98	0,00
3º Bimestre	2.462.653,98	0,00
4º Bimestre	2.462.653,98	0,00
5º Bimestre	2.462.653,98	0,00
6º Bimestre	2.462.653,21	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>14.775.923,11</b>	<b>2.174.612,60</b>

**RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS**

	META	REALIZADA
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**RECEITAS DE CAPITAL**

	META	REALIZADA
1º Bimestre	444.080,06	59,43
2º Bimestre	444.080,06	0,00
3º Bimestre	444.080,06	0,00
4º Bimestre	444.080,06	0,00
5º Bimestre	444.080,06	0,00
6º Bimestre	444.079,70	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.664.480,00</b>	<b>59,43</b>

**RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS**

	META	REALIZADA
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**DEDUÇÕES DA RECEITA**

	META	REALIZADA
1º Bimestre	-382.736,67	-355.486,28
2º Bimestre	-382.736,67	0,00
3º Bimestre	-382.736,67	0,00
4º Bimestre	-382.736,67	0,00
5º Bimestre	-382.736,67	0,00
6º Bimestre	-382.736,65	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>-2.296.420,00</b>	<b>-355.486,28</b>

<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>15.143.983,11</b>	<b>1.819.185,75</b>
-------------------------	----------------------	---------------------

**5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001**

**5.5.1 Poder Executivo**

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2015.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2016.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2015.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2015.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2015.



11601031689305701

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



15/03/2016 - 16:30:26

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 29/02/2016

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2016.

## 6. Cadastro de Administradores da Entidade

### 6.1 Administradores da Entidade

#### Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Valserina Maria Bulegon Gassen

CPF: 6423930015

Cargo/Função: Prefeita

Mandato - Início e Término: 01/01/2013 a

Não houve substituições formais no 1º bimestre.

## 7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

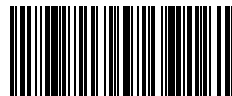
nada a declarar



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

SIAPC - Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas  
Programa Autenticador de Dados - PAD Versão: 16.0.0.0

Relatório de Validação e Encaminhamento - RVE



11601031689305701

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



15/03/2016 - 16:30:26

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 29/02/2016

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SÃO JOÃO DO POLÊSINE, 15 de Março de 2016

CLOVIS COLETTTO  
Contabilista

VALSERINA MARIA BULEGON GASSEN  
Prefeito Municipal



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Deverá ser consolidado para fins de LRF	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

## 1. Informações da Entidade

### 1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94444247000140

Período: 01/01/2016 a 30/04/2016 - 2º Bimestre

Prefeitura: PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

Logradouro: Rua Guilherme Albertti

nr: 1631

compl: Predio

Telefone: (55) 3269-1155

HomePage: www.saojoaodopolesine.rs.gov.br

E-Mail: prefeitura@saojoaodopolesine.rs.gov.br

Prefeito Municipal: VALSERINA MARIA BULEGON GASSEN

Contabilista: CLOVIS COLETTI

Número do CRC: 46331

### 1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DUETO TECNOLOGIA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (51)21182200

Responsável: RAFAEL SEBBEN

E-Mail: dueto@duetotecnologia.com.br

### 1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil  
☒ Financeiro  
☒ Patrimonial  
☒ Pessoal  
☒ Orçamentário  
☒ Tributário  
☒ Folha de Pagamento  
☐ Outros  
☐ Nenhum

### 1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
1509149000163	CONDESUS QUARTA COLÔNIA
94446804000162	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA SAUDE

### 1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

### 1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

## 2. Informações Contábeis



21601032350686459

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



20/05/2016 - 14:02:01

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 30/04/2016

## 2.1 Contas de Receita

### 2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
RECEITA TRIBUTARIA	1.349.900,00	228.099,46
RECEITA DE CONTRIBUICOES	80.000,00	16.564,88
RECEITA PATRIMONIAL	46.450,00	10.684,31
RECEITA DE SERVICOS	270.400,00	75.292,81
TRANSFERENCIAS CORRENTES	12.866.173,11	3.705.635,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	163.000,00	62.903,36
<b>SOMA DAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>14.775.923,11</b>	<b>4.099.179,82</b>
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
<b>SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RECEITAS DE CAPITAL		
OPERACOES DE CREDITO	700.000,00	0,00
ALIENACAO DE BENS	120.000,00	0,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	1.000,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.833.480,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	10.000,00	182,84
<b>SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.664.480,00</b>	<b>182,84</b>
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
<b>SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DEDUÇÕES DE RECEITA</b>	<b>-2.296.420,00</b>	<b>-670.484,49</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>15.143.983,11</b>	<b>3.428.878,17</b>

## 2.2 Contas de Despesa

### 2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	14.524.433,11
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	370.361,86
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	222.000,00
<b>DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES</b>	<b>14.672.794,97</b>
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	4.589.284,95
Liquidado	3.417.792,40
Pago	2.816.125,21



Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



20/05/2016 - 14:02:01

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 30/04/2016

<b>SALDO A LIQUIDAR</b>	<b>1.171.492,55</b>
<b>SALDO A PAGAR</b>	<b>601.667,19</b>

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	VALOR
Empenhado	621.244,64
Liquidado	621.244,64
Pago	438.456,05
<b>SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO</b>	<b>0,00</b>
<b>SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO</b>	<b>182.788,59</b>

#### 2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

#### ORIGEM DO RECURSO

Excesso de Arrecadação	17.917,20
Reduções/Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	222.000,00
Superávit Financeiro	130.444,66
<b>TOTAL</b>	<b>370.361,86</b>

#### 2.3 Contas de Verificação

##### 2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	460.829,56D	923.038,69D
ATIVO NAO CIRCULANTE	13.124.435,10D	13.322.256,59D
PASSIVO CIRCULANTE	657.340,56C	935.890,90C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	12.927.924,10C	12.927.665,90C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	1.710.912,16D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	125.066,77D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	1.310.661,26D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	481.277,18D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	15,18D
TRIBUTARIAS	0,00	44.652,47D
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	33.530,38D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	574.195,89C
CONTRIBUICOES	0,00	16.564,88C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	76.251,88C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	18.141,14C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	3.362.851,29C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	35,00C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	39.813,80C

##### 2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	5.764,33D	1.319,63D
Bancos Conta Movimento	341.884,04D	430.570,31D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00



Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



20/05/2016 - 14:02:01

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 30/04/2016

<b>PODER EXECUTIVO</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Saldo Final</b>
Outros	0,00	0,00
<b>TOTAL PODER EXECUTIVO</b>	<b>347.648,37D</b>	<b>431.889,94D</b>
<b>RPPS</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Saldo Final</b>
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
<b>TOTAL RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>OUTROS</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Saldo Final</b>
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
<b>TOTAL OUTROS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>347.648,37D</b>	<b>431.889,94D</b>

## 2.5 Valores do Exercício Anterior

<b>CONTAS DE DESPESA</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Liquidado</b>	<b>Pago</b>
1º Bimestre	1.770.720,71	1.355.062,52	1.083.961,72
2º Bimestre	1.984.200,40	1.911.992,36	1.686.543,58
3º Bimestre	1.817.471,02	1.901.887,65	1.839.741,80
4º Bimestre	1.915.394,15	1.956.931,83	1.790.442,53
5º Bimestre	1.487.843,75	1.498.015,80	1.476.980,33
6º Bimestre	1.598.927,49	1.950.667,36	2.159.927,64

<b>CONTAS DE RECEITA</b>	<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>
RECEITAS CORRENTES	13.733.533,11	12.466.403,15
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	4.223.301,77	154.573,80
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00

<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>
DEDUCOES	-2.040.800,00	-2.058.565,28
<b>TOTAL CONTAS DE RECEITA</b>	<b>15.916.034,88</b>	<b>10.562.411,67</b>

## 2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

### Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				





21601032350686459

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



20/05/2016 - 14:02:01

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 30/04/2016

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Contas de Receita**

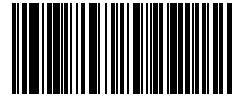
Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**3. Índices Constitucionais**

**3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)**

**3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas**

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000000000	IPTU - PROPRIO	2.035,42	0,00	2.035,42
11120200020000000000	IPTU - MDE	848,10	0,00	848,10
11120200030000000000	IPTU - ASPS	508,85	0,00	508,85
11120431010100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	25.453,39	0,00	25.453,39
11120431010200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	10.605,84	0,00	10.605,84
11120431010300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	6.363,34	0,00	6.363,34
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	3.262,72	0,00	3.262,72
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	1.359,49	0,00	1.359,49
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	815,68	0,00	815,68
11120431060100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	947,49	0,00	947,49
11120431060200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	394,82	0,00	394,82
11120431060300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	236,84	0,00	236,84
11120434030100000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - PROPRIOS	196,51	0,00	196,51
11120434030200000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - MDE	81,88	0,00	81,88
11120434030300000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - ASPS	49,13	0,00	49,13
11120800010000000000	ITBI - PROPRIO	20.687,72	0,00	20.687,72
11120800020000000000	ITBI - MDE	8.619,88	0,00	8.619,88
11120800030000000000	ITBI - ASPS	5.171,92	0,00	5.171,92
11130501010000000000	ISS - PROPRIO	82.159,12	0,00	82.159,12
11130501020000000000	ISS - MDE	34.233,35	0,00	34.233,35
11130501030000000000	ISS - ASPS	20.539,85	0,00	20.539,85
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	1.324.513,96	0,00	1.324.513,96
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	110.376,14	0,00	110.376,14
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS	331.128,31	0,00	331.128,31



21601032350686459

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



20/05/2016 - 14:02:01

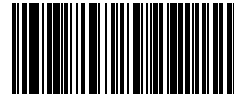
PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 30/04/2016

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS			
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	441.504,47	0,00	441.504,47
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	48,28	0,00	48,28
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	4,02	0,00	4,02
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	12,02	0,00	12,02
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	16,05	0,00	16,05
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	2.785,08	0,00	2.785,08
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	232,10	0,00	232,10
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	696,26	0,00	696,26
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	928,36	0,00	928,36
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	393.763,94	0,00	393.763,94
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	32.813,65	0,00	32.813,65
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	98.440,95	0,00	98.440,95
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	131.254,65	0,00	131.254,65
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	125.913,57	0,00	125.913,57
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	10.492,78	0,00	10.492,78
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	31.478,37	0,00	31.478,37
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	41.971,20	0,00	41.971,20
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	5.557,85	0,00	5.557,85
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	463,16	0,00	463,16
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	1.389,48	0,00	1.389,48
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	1.852,63	0,00	1.852,63
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	145,31	0,00	145,31
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	60,70	0,00	60,70
19114000030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	36,33	0,00	36,33
19131100010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	3.185,53	0,00	3.185,53
19131100020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	1.327,91	0,00	1.327,91
19131100030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	796,65	0,00	796,65
19131300010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	93,23	0,00	93,23
19131300020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	38,92	0,00	38,92
19131300030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	23,31	0,00	23,31
19311100010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	8.138,88	0,00	8.138,88
19311100020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	3.391,47	0,00	3.391,47
19311100030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	2.034,81	0,00	2.034,81
19311300010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	671,58	0,00	671,58
19311300020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	279,85	0,00	279,85
19311300030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	167,88	0,00	167,88
91112020001000000000	Deducao - IPTU - PROPRIO	-2.035,42	0,00	-2.035,42
91112020002000000000	Deducao - IPTU - MDE	-848,10	0,00	-848,10
91112020003000000000	Deducao - IPTU - ASPS	-508,85	0,00	-508,85
91113050101000000000	Deducao - ISS - PROPRIO	-29.616,66	0,00	-29.616,66
91113050102000000000	Deducao - ISS - MDE	-12.340,28	0,00	-12.340,28
91113050103000000000	Deducao - ISS - ASPS	-7.404,17	0,00	-7.404,17
91722010101000000000	Deducao - COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	-17,53	0,00	-17,53



21601032350686459

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



20/05/2016 - 14:02:01

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 30/04/2016

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91913110001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	-0,10	0,00	-0,10
91913110002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	-0,04	0,00	-0,04
91913110003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	-0,03	0,00	-0,03
<b>SUBTOTAL</b>		<b>3.279.829,80</b>	<b>0,00</b>	<b>3.279.829,80</b>
<b>TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada</b>				<b>819.957,45</b>

### 3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	56.143,36	0,00	56.143,36
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	154.381,85	0,00	154.381,85
20	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.098,85	0,00	5.098,85
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-13.188,38	0,00	-13.188,38
20	DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-0,04	0,00	-0,04
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	617.527,36	0,00	617.527,36
<b>TOTAL II</b>		<b>819.963,00</b>	<b>0,00</b>	<b>819.963,00</b>

### 3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	191.761,02	0,00	191.761,02
20	Educação Infantil	86.501,14	0,00	86.501,14
31	Ensino Fundamental	110.687,15	0,00	110.687,15
31	Educação Infantil	148.306,49	0,00	148.306,49
<b>SUBTOTAL I</b>		<b>537.255,80</b>	<b>0,00</b>	<b>537.255,80</b>

### 3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL II</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
(+) Perda com o FUNDEB		333.513,26	0,00	333.513,26
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		731,80	0,00	731,80
	% de Aplicação			Valor Aplicado
<b>TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)</b>		<b>26,53</b>		<b>870.037,26</b>

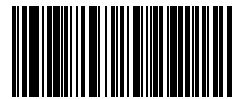
### 3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
<b>TOTAL</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

#### 3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				



21601032350686459

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



20/05/2016 - 14:02:01

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 30/04/2016

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	1.324.513,96	0,00	1.324.513,96
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	110.376,14	0,00	110.376,14
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	331.128,31	0,00	331.128,31
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	441.504,47	0,00	441.504,47
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	48,28	0,00	48,28
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	4,02	0,00	4,02
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	12,02	0,00	12,02
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	16,05	0,00	16,05
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	2.785,08	0,00	2.785,08
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	232,10	0,00	232,10
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	696,26	0,00	696,26
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	928,36	0,00	928,36
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	393.763,94	0,00	393.763,94
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	32.813,65	0,00	32.813,65
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	98.440,95	0,00	98.440,95
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	131.254,65	0,00	131.254,65
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	125.913,57	0,00	125.913,57
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	10.492,78	0,00	10.492,78
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	31.478,37	0,00	31.478,37
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	41.971,20	0,00	41.971,20
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	5.557,85	0,00	5.557,85
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	463,16	0,00	463,16
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	1.389,48	0,00	1.389,48
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	1.852,63	0,00	1.852,63
91722010101000000000	Deducao - COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	-17,53	0,00	-17,53
<b>SUBTOTAL</b>		<b>3.087.619,75</b>	<b>0,00</b>	<b>3.087.619,75</b>

**Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada** **617.523,95**

### 3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	617.527,36	0,00	617.527,36
<b>TOTAL II</b>		<b>617.527,36</b>	<b>0,00</b>	<b>617.527,36</b>

### 3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	110.687,15	0,00	110.687,15
31	Educação Infantil	148.306,49	0,00	148.306,49
<b>SUBTOTAL I</b>		<b>258.993,64</b>	<b>0,00</b>	<b>258.993,64</b>

(+) Perda com o FUNDEB 333.513,26 0,00 333.513,26

(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB 495,51 0,00 495,51

	% de Aplicação	Valor Aplicado
<b>TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB</b>	<b>19,17</b>	<b>592.011,39</b>



21601032350686459

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



20/05/2016 - 14:02:01

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 30/04/2016

### 3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

#### 3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2016

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13250102000000000000	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FUNDEB	495,51	0,00	495,51
17240100000000000000	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	284.014,10	0,00	284.014,10
<b>Total</b>		<b>284.509,61</b>	<b>0,00</b>	<b>284.509,61</b>
<b>Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB</b>				<b>170.705,77</b>

#### 3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2016

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	101.868,94	0,00	101.868,94
31	Educação Infantil	115.398,22	0,00	115.398,22
<b>TOTAL</b>		<b>217.267,16</b>	<b>0,00</b>	<b>217.267,16</b>
<b>% de Aplicação</b>				<b>76,37</b>

### 3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

#### 3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2015	1.748,10	0,00	1.748,10
<b>TOTAL</b>	<b>1.748,10</b>	<b>0,00</b>	<b>1.748,10</b>
<b>Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%</b>			<b>87,41</b>

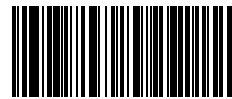
#### 3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2016 (Janeiro - Abril)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Educação Infantil	1.891,70	0,00	1.891,70
<b>TOTAL</b>		<b>1.891,70</b>	<b>0,00</b>	<b>1.891,70</b>

### 3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

#### 3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000000000	IPTU - PROPRIO	2.035,42	0,00	2.035,42
11120200020000000000	IPTU - MDE	848,10	0,00	848,10
11120200030000000000	IPTU - ASPS	508,85	0,00	508,85
11120431010100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	25.453,39	0,00	25.453,39
11120431010200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	10.605,84	0,00	10.605,84
11120431010300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	6.363,34	0,00	6.363,34
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	3.262,72	0,00	3.262,72
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	1.359,49	0,00	1.359,49
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	815,68	0,00	815,68
11120431060100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	947,49	0,00	947,49
11120431060200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS -	394,82	0,00	394,82



21601032350686459

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



20/05/2016 - 14:02:01

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

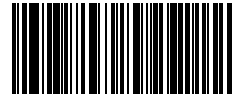
ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 30/04/2016

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11120431060300000000	PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	236,84	0,00	236,84
11120434030100000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - PROPRIO	196,51	0,00	196,51
11120434030200000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - MDE	81,88	0,00	81,88
11120434030300000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - ASPS	49,13	0,00	49,13
11120800010000000000	ITBI - PROPRIO	20.687,72	0,00	20.687,72
11120800020000000000	ITBI - MDE	8.619,88	0,00	8.619,88
11120800030000000000	ITBI - ASPS	5.171,92	0,00	5.171,92
11130501010000000000	ISS - PROPRIO	82.159,12	0,00	82.159,12
11130501020000000000	ISS - MDE	34.233,35	0,00	34.233,35
11130501030000000000	ISS - ASPS	20.539,85	0,00	20.539,85
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	1.324.513,96	0,00	1.324.513,96
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	110.376,14	0,00	110.376,14
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	331.128,31	0,00	331.128,31
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	441.504,47	0,00	441.504,47
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	48,28	0,00	48,28
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	4,02	0,00	4,02
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	12,02	0,00	12,02
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	16,05	0,00	16,05
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	2.785,08	0,00	2.785,08
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	232,10	0,00	232,10
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	696,26	0,00	696,26
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	928,36	0,00	928,36
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	393.763,94	0,00	393.763,94
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	32.813,65	0,00	32.813,65
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	98.440,95	0,00	98.440,95
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	131.254,65	0,00	131.254,65
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	125.913,57	0,00	125.913,57
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	10.492,78	0,00	10.492,78
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	31.478,37	0,00	31.478,37
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	41.971,20	0,00	41.971,20
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	5.557,85	0,00	5.557,85
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	463,16	0,00	463,16
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	1.389,48	0,00	1.389,48
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	1.852,63	0,00	1.852,63
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	145,31	0,00	145,31
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	60,70	0,00	60,70
19114000030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	36,33	0,00	36,33
19131100010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	3.185,53	0,00	3.185,53
19131100020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	1.327,91	0,00	1.327,91
19131100030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	796,65	0,00	796,65





21601032350686459

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



20/05/2016 - 14:02:01

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 30/04/2016

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
19131300010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	93,23	0,00	93,23
19131300020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	38,92	0,00	38,92
19131300030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	23,31	0,00	23,31
19311100010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	8.138,88	0,00	8.138,88
19311100020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	3.391,47	0,00	3.391,47
19311100030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	2.034,81	0,00	2.034,81
19311300010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	671,58	0,00	671,58
19311300020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	279,85	0,00	279,85
19311300030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	167,88	0,00	167,88
91112020001000000000	Deducao - IPTU - PROPRIO	-2.035,42	0,00	-2.035,42
91112020002000000000	Deducao - IPTU - MDE	-848,10	0,00	-848,10
91112020003000000000	Deducao - IPTU - ASPS	-508,85	0,00	-508,85
91113050101000000000	Deducao - ISS - PROPRIO	-29.616,66	0,00	-29.616,66
91113050102000000000	Deducao - ISS - MDE	-12.340,28	0,00	-12.340,28
91113050103000000000	Deducao - ISS - ASPS	-7.404,17	0,00	-7.404,17
91722010101000000000	Deducao - COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	-17,53	0,00	-17,53
91913110001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	-0,10	0,00	-0,10
91913110002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	-0,04	0,00	-0,04
91913110003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	-0,03	0,00	-0,03
<b>SUBTOTAL I</b>		<b>3.279.829,80</b>	<b>0,00</b>	<b>3.279.829,80</b>
<b>TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada</b>				<b>491.974,47</b>

### 3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	33.685,61	0,00	33.685,61
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	463.145,39	0,00	463.145,39
40	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.058,98	0,00	3.058,98
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-7.913,02	0,00	-7.913,02
40	DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-0,03	0,00	-0,03
<b>TOTAL II</b>		<b>491.976,93</b>	<b>0,00</b>	<b>491.976,93</b>

### 3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Administração Geral (modalidade de aplicação 71)	-1.341,60	0,00	-1.341,60
40	Administração Geral	2.678,92	0,00	2.678,92
40	Atenção Básica	716.784,85	0,00	716.784,85
40	Vigilância Sanitária	76,40	0,00	76,40
40	Vigilância Epidemiológica	86,00	0,00	86,00
<b>SUBTOTAL I</b>		<b>718.284,57</b>	<b>0,00</b>	<b>718.284,57</b>

### 3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões



Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL II</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS	506,82	0,00	506,82
<b>SUBTOTAL III</b>	<b>506,82</b>	<b>0,00</b>	<b>506,82</b>

	% de Aplicação	Valor Aplicado
<b>TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)</b>	<b>21,88</b>	<b>717.777,75</b>

### 3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
<b>TOTAL</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

#### 4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
SUBFUNC.TXT	SFU_09	0	0		A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 71, 72, 73, 74, 183, 184, 185, 186, 295, 296, 297, 298, 407, 408, 409, 410, 519, 520, 521, 522, 631, 632, 633, 634, 743, 744, 745, 746, 855, 856, 857, 858, 967, 968, 969, 970, 1079, 1080, 1081, 1082, 1191, 1192, 1193, 1194, 1303, 1304, 1305, 1306, 1415, 1416, 1417, 1418, 1527, 1528, 1529, 1530, 1639, 1640, 1641 e 1642 difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 1%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 1%
CTA_DISP.TXT	CTV_31	0	0		Código de Recurso Vinculado 1037, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT
CTA_DISP.TXT	CTV_31	0	0		Código de Recurso Vinculado 1038, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT
CTA_DISP.TXT	CTV_31	0	0		Código de Recurso Vinculado 1089, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT
CTA_DISP.TXT	CTV_22	0	0	AVISO	18 % dos campos "código da conta corrente" foram preenchidos com zeros

#### 4.2 Avisos Justificados pela Entidade

**Descrição:** SFU\_09 - A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 71, 72, 73, 74, 183, 184, 185, 186, 295, 296, 297, 298, 407, 408, 409, 410, 519, 520, 521, 522, 631, 632, 633, 634, 743, 744, 745, 746, 855, 856, 857, 858, 967, 968, 969, 970, 1079, 1080, 1081, 1082, 1191, 1192, 1193, 1194, 1303, 1304, 1305, 1306, 1415, 1416, 1417, 1418, 1527, 1528, 1529, 1530, 1639, 1640, 1641 e 1642 difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.

**Justificativa:** Estamos realizando a manutenções em nosso sistema para adequar as sub-funções de conforme as determinações do TCE-RS.

**Descrição:** CTV\_31 - Código de Recurso Vinculado 1037, do arquivo BAL\_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA\_DISP.TXT

**Justificativa:** O município utiliza a fonte de recurso 1037 para registrar todas as receitas provenientes de aplicações financeiras dos recursos recebidos para despesas de capital exceto os da saúde que tem codificação própria.

**Descrição:** CTV\_31 - Código de Recurso Vinculado 1038, do arquivo BAL\_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA\_DISP.TXT

**Justificativa:** O município utiliza a fonte de recurso 1038 para registrar todas as receitas provenientes de aplicações financeiras dos recursos recebidos para despesas de custeio exceto os da saúde que tem codificação própria.

**Descrição:** CTV\_31 - Código de Recurso Vinculado 1089, do arquivo BAL\_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA\_DISP.TXT

**Justificativa:** O município utiliza a fonte de recurso 1089 para registrar todas as receitas provenientes de aplicações financeiras dos recursos recebidos através do FNAS.

### 5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

#### 5.1 Transparência da Gestão Fiscal

##### 5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	30/03/2016	ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL
	Jornal		Não Publicado





21601032350686459

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



20/05/2016 - 14:02:01

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 30/04/2016

2º Bimestre	Internet	30/03/2016	WWW.SAOJOAODOPOLESINE.RS.GOV.BR
	Mural	30/05/2016	ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL
	Jornal		Não Publicado
	Internet	30/05/2016	WWW.SAOJOAODOPOLESINE.RS.GOV.BR

#### 5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Período	Data	Local
3º Quadrimestre/2015	29/02/2016	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
1º Quadrimestre/2016	30/05/2016	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

#### 5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
27/05/2013	<a href="http://www.saojoaodopolesine.rs.gov.br/">http://www.saojoaodopolesine.rs.gov.br/</a>

Não foram inseridas observações.

#### 5.1.5 Custeio de Competências de Outros Entes da Federação - Art. 62 da LFR

O Município não contribuiu para o custeio de despesas de outros entes da federação.

#### 5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	2.462.653,98	2.174.612,60
2º Bimestre	2.462.653,98	1.924.567,22
3º Bimestre	2.462.653,98	0,00
4º Bimestre	2.462.653,98	0,00
5º Bimestre	2.462.653,98	0,00
6º Bimestre	2.462.653,21	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>14.775.923,11</b>	<b>4.099.179,82</b>

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	444.080,06	59,43
2º Bimestre	444.080,06	123,41
3º Bimestre	444.080,06	0,00
4º Bimestre	444.080,06	0,00
5º Bimestre	444.080,06	0,00
6º Bimestre	444.079,70	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.664.480,00</b>	<b>182,84</b>

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-382.736,67	-355.486,28
2º Bimestre	-382.736,67	-314.998,21
3º Bimestre	-382.736,67	0,00
4º Bimestre	-382.736,67	0,00
5º Bimestre	-382.736,67	0,00
6º Bimestre	-382.736,65	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>-2.296.420,00</b>	<b>-670.484,49</b>



TOTAL DA RECEITA

15.143.983,11

3.428.878,17

## 5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

### 5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2015.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2016.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2015.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2015.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2015.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2016.

## 6. Cadastro de Administradores da Entidade

### 6.1 Administradores da Entidade

#### Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Valserina Maria Bulegon Gassen

CPF: 6423930015

Cargo/Função: Prefeita

Mandato - Início e Término: 01/01/2013 a

Substitutos:

CPF: 18800491049

Nome: Ailton Bitencourt

Cargo: Vice Prefeito

Substituições:

Início: 21/03/2016

Término: 04/04/2016

Não houve substituições formais no 1º bimestre.

## 7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

nada a declarar



Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



Relatório de Validação e Encaminhamento - RVE

20/05/2016 - 14:02:01

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 30/04/2016

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SÃO JOÃO DO POLÊSINE, 20 de Maio de 2016

CLOVIS COLETTI  
Contabilista

VALSERINA MARIA BULEGON GASSEN  
Prefeito Municipal



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Deverá ser consolidado para fins de LRF	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

## 1. Informações da Entidade

### 1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94444247000140

Período: 01/01/2016 a 30/04/2016 - 2º Bimestre

Prefeitura: PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

Logradouro: Rua Guilherme Albertti

nr: 1631

compl: Predio

Telefone: (55) 3269-1155

HomePage: www.saojoaodopolesine.rs.gov.br

E-Mail: prefeitura@saojoaodopolesine.rs.gov.br

Prefeito Municipal: VALSERINA MARIA BULEGON GASSEN

Contabilista: CLOVIS COLETTI

Número do CRC: 46331

### 1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DUETO TECNOLOGIA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (51)21182200

Responsável: RAFAEL SEBBEN

E-Mail: dueto@duetotecnologia.com.br

### 1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil  
☒ Financeiro  
☒ Patrimonial  
☒ Pessoal  
☒ Orçamentário  
☒ Tributário  
☒ Folha de Pagamento  
☐ Outros  
☐ Nenhum

### 1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
1509149000163	CONDESUS QUARTA COLÔNIA
94446804000162	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA SAUDE

### 1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

### 1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

## 2. Informações Contábeis



## 2.1 Contas de Receita

### 2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
RECEITA TRIBUTARIA	1.349.900,00	228.099,46
RECEITA DE CONTRIBUICOES	80.000,00	16.564,88
RECEITA PATRIMONIAL	46.450,00	10.684,31
RECEITA DE SERVICOS	270.400,00	75.292,81
TRANSFERENCIAS CORRENTES	12.866.173,11	3.705.635,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	163.000,00	62.903,36
<b>SOMA DAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>14.775.923,11</b>	<b>4.099.179,82</b>
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
<b>SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RECEITAS DE CAPITAL		
OPERACOES DE CREDITO	700.000,00	0,00
ALIENACAO DE BENS	120.000,00	0,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	1.000,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.833.480,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	10.000,00	182,84
<b>SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.664.480,00</b>	<b>182,84</b>
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
<b>SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DEDUÇÕES DE RECEITA</b>	<b>-2.296.420,00</b>	<b>-670.484,49</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>15.143.983,11</b>	<b>3.428.878,17</b>

## 2.2 Contas de Despesa

### 2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	14.524.433,11
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	370.361,86
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	222.000,00
<b>DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES</b>	<b>14.672.794,97</b>
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	4.589.284,95
Liquidado	3.417.792,40
Pago	2.816.125,21



21601032350686459

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



20/05/2016 - 14:02:01

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 30/04/2016

<b>SALDO A LIQUIDAR</b>	<b>1.171.492,55</b>
<b>SALDO A PAGAR</b>	<b>601.667,19</b>

<b>DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>VALOR</b>
Empenhado	621.244,64
Liquidado	621.244,64
Pago	438.456,05
<b>SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO</b>	<b>0,00</b>
<b>SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO</b>	<b>182.788,59</b>

## 2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

### ORIGEM DO RECURSO

Excesso de Arrecadação	17.917,20
Reduções/Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	222.000,00
Superávit Financeiro	130.444,66
<b>TOTAL</b>	<b>370.361,86</b>

## 2.3 Contas de Verificação

### 2.3.1 Resumo por Grupos

	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Saldo Final</b>
ATIVO CIRCULANTE	460.829,56D	923.038,69D
ATIVO NAO CIRCULANTE	13.124.435,10D	13.322.256,59D
PASSIVO CIRCULANTE	657.340,56C	935.890,90C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	0,00
PATRIMONIO LIQUIDO	12.927.924,10C	12.927.665,90C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	1.710.912,16D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	125.066,77D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	1.310.661,26D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	481.277,18D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	15,18D
TRIBUTARIAS	0,00	44.652,47D
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	33.530,38D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	574.195,89C
CONTRIBUICOES	0,00	16.564,88C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	76.251,88C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	18.141,14C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	3.362.851,29C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	35,00C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	39.813,80C

### 2.3.3 Disponibilidade Financeira

<b>PODER EXECUTIVO</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Saldo Final</b>
Caixa	5.764,33D	1.319,63D
Bancos Conta Movimento	341.884,04D	430.570,31D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00



<b>PODER EXECUTIVO</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Saldo Final</b>
Outros	0,00	0,00
<b>TOTAL PODER EXECUTIVO</b>	<b>347.648,37D</b>	<b>431.889,94D</b>
<b>RPPS</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Saldo Final</b>
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
<b>TOTAL RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>OUTROS</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Saldo Final</b>
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
<b>TOTAL OUTROS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>347.648,37D</b>	<b>431.889,94D</b>

## 2.5 Valores do Exercício Anterior

<b>CONTAS DE DESPESA</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Liquidado</b>	<b>Pago</b>
1º Bimestre	1.770.720,71	1.355.062,52	1.083.961,72
2º Bimestre	1.984.200,40	1.911.992,36	1.686.543,58
3º Bimestre	1.817.471,02	1.901.887,65	1.839.741,80
4º Bimestre	1.915.394,15	1.956.931,83	1.790.442,53
5º Bimestre	1.487.843,75	1.498.015,80	1.476.980,33
6º Bimestre	1.598.927,49	1.950.667,36	2.159.927,64

<b>CONTAS DE RECEITA</b>	<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>
RECEITAS CORRENTES	13.733.533,11	12.466.403,15
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	4.223.301,77	154.573,80
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00

<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>
DEDUCOES	-2.040.800,00	-2.058.565,28
<b>TOTAL CONTAS DE RECEITA</b>	<b>15.916.034,88</b>	<b>10.562.411,67</b>

## 2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

### Contas Patrimoniais

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				



21601032350686459

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



20/05/2016 - 14:02:01

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 30/04/2016

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Contas de Receita**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

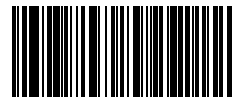
**3. Índices Constitucionais**

**3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)**

**3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas**

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000000000	IPTU - PROPRIO	2.035,42	0,00	2.035,42
11120200020000000000	IPTU - MDE	848,10	0,00	848,10
11120200030000000000	IPTU - ASPS	508,85	0,00	508,85
11120431010100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	25.453,39	0,00	25.453,39
11120431010200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	10.605,84	0,00	10.605,84
11120431010300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	6.363,34	0,00	6.363,34
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	3.262,72	0,00	3.262,72
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	1.359,49	0,00	1.359,49
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	815,68	0,00	815,68
11120431060100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	947,49	0,00	947,49
11120431060200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	394,82	0,00	394,82
11120431060300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	236,84	0,00	236,84
11120434030100000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - PROPRIOS	196,51	0,00	196,51
11120434030200000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - MDE	81,88	0,00	81,88
11120434030300000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - ASPS	49,13	0,00	49,13
11120800010000000000	ITBI - PROPRIO	20.687,72	0,00	20.687,72
11120800020000000000	ITBI - MDE	8.619,88	0,00	8.619,88
11120800030000000000	ITBI - ASPS	5.171,92	0,00	5.171,92
11130501010000000000	ISS - PROPRIO	82.159,12	0,00	82.159,12
11130501020000000000	ISS - MDE	34.233,35	0,00	34.233,35
11130501030000000000	ISS - ASPS	20.539,85	0,00	20.539,85
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	1.324.513,96	0,00	1.324.513,96
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	110.376,14	0,00	110.376,14
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS	331.128,31	0,00	331.128,31





21601032350686459

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



20/05/2016 - 14:02:01

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 30/04/2016

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS			
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	441.504,47	0,00	441.504,47
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	48,28	0,00	48,28
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	4,02	0,00	4,02
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	12,02	0,00	12,02
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	16,05	0,00	16,05
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	2.785,08	0,00	2.785,08
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	232,10	0,00	232,10
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	696,26	0,00	696,26
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	928,36	0,00	928,36
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	393.763,94	0,00	393.763,94
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	32.813,65	0,00	32.813,65
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	98.440,95	0,00	98.440,95
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	131.254,65	0,00	131.254,65
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	125.913,57	0,00	125.913,57
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	10.492,78	0,00	10.492,78
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	31.478,37	0,00	31.478,37
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	41.971,20	0,00	41.971,20
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	5.557,85	0,00	5.557,85
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	463,16	0,00	463,16
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	1.389,48	0,00	1.389,48
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	1.852,63	0,00	1.852,63
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	145,31	0,00	145,31
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	60,70	0,00	60,70
19114000030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	36,33	0,00	36,33
19131100010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	3.185,53	0,00	3.185,53
19131100020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	1.327,91	0,00	1.327,91
19131100030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	796,65	0,00	796,65
19131300010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	93,23	0,00	93,23
19131300020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	38,92	0,00	38,92
19131300030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	23,31	0,00	23,31
19311100010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	8.138,88	0,00	8.138,88
19311100020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	3.391,47	0,00	3.391,47
19311100030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	2.034,81	0,00	2.034,81
19311300010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	671,58	0,00	671,58
19311300020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	279,85	0,00	279,85
19311300030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	167,88	0,00	167,88
91112020001000000000	Deducao - IPTU - PROPRIO	-2.035,42	0,00	-2.035,42
91112020002000000000	Deducao - IPTU - MDE	-848,10	0,00	-848,10
91112020003000000000	Deducao - IPTU - ASPS	-508,85	0,00	-508,85
91113050101000000000	Deducao - ISS - PROPRIO	-29.616,66	0,00	-29.616,66
91113050102000000000	Deducao - ISS - MDE	-12.340,28	0,00	-12.340,28
91113050103000000000	Deducao - ISS - ASPS	-7.404,17	0,00	-7.404,17
91722010101000000000	Deducao - COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	-17,53	0,00	-17,53



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91913110001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	-0,10	0,00	-0,10
91913110002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	-0,04	0,00	-0,04
91913110003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	-0,03	0,00	-0,03
<b>SUBTOTAL</b>		<b>3.279.829,80</b>	<b>0,00</b>	<b>3.279.829,80</b>
<b>TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada</b>				<b>819.957,45</b>

### 3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	56.143,36	0,00	56.143,36
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	154.381,85	0,00	154.381,85
20	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.098,85	0,00	5.098,85
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-13.188,38	0,00	-13.188,38
20	DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-0,04	0,00	-0,04
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	617.527,36	0,00	617.527,36
<b>TOTAL II</b>		<b>819.963,00</b>	<b>0,00</b>	<b>819.963,00</b>

### 3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	191.761,02	0,00	191.761,02
20	Educação Infantil	86.501,14	0,00	86.501,14
31	Ensino Fundamental	110.687,15	0,00	110.687,15
31	Educação Infantil	148.306,49	0,00	148.306,49
<b>SUBTOTAL I</b>		<b>537.255,80</b>	<b>0,00</b>	<b>537.255,80</b>

### 3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL II</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
(+) Perda com o FUNDEB		333.513,26	0,00	333.513,26
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		731,80	0,00	731,80
	% de Aplicação			Valor Aplicado
<b>TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)</b>		<b>26,53</b>		<b>870.037,26</b>

### 3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
<b>TOTAL</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

#### 3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	1.324.513,96	0,00	1.324.513,96
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	110.376,14	0,00	110.376,14
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	331.128,31	0,00	331.128,31
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	441.504,47	0,00	441.504,47
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	48,28	0,00	48,28
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	4,02	0,00	4,02
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	12,02	0,00	12,02
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	16,05	0,00	16,05
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	2.785,08	0,00	2.785,08
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	232,10	0,00	232,10
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	696,26	0,00	696,26
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	928,36	0,00	928,36
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	393.763,94	0,00	393.763,94
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	32.813,65	0,00	32.813,65
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	98.440,95	0,00	98.440,95
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	131.254,65	0,00	131.254,65
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	125.913,57	0,00	125.913,57
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	10.492,78	0,00	10.492,78
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	31.478,37	0,00	31.478,37
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	41.971,20	0,00	41.971,20
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	5.557,85	0,00	5.557,85
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	463,16	0,00	463,16
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	1.389,48	0,00	1.389,48
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	1.852,63	0,00	1.852,63
91722010101000000000	Deducao - COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	-17,53	0,00	-17,53
<b>SUBTOTAL</b>		<b>3.087.619,75</b>	<b>0,00</b>	<b>3.087.619,75</b>

**Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada** **617.523,95**

### 3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	617.527,36	0,00	617.527,36
<b>TOTAL II</b>		<b>617.527,36</b>	<b>0,00</b>	<b>617.527,36</b>

### 3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	110.687,15	0,00	110.687,15
31	Educação Infantil	148.306,49	0,00	148.306,49
<b>SUBTOTAL I</b>		<b>258.993,64</b>	<b>0,00</b>	<b>258.993,64</b>

(+) Perda com o FUNDEB 333.513,26 0,00 333.513,26

(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB 495,51 0,00 495,51

	% de Aplicação	Valor Aplicado
<b>TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB</b>	<b>19,17</b>	<b>592.011,39</b>



21601032350686459

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



20/05/2016 - 14:02:01

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 30/04/2016

### 3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

#### 3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2016

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13250102000000000000	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FUNDEB	495,51	0,00	495,51
17240100000000000000	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	284.014,10	0,00	284.014,10
<b>Total</b>		<b>284.509,61</b>	<b>0,00</b>	<b>284.509,61</b>
<b>Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB</b>				<b>170.705,77</b>

#### 3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2016

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	101.868,94	0,00	101.868,94
31	Educação Infantil	115.398,22	0,00	115.398,22
<b>TOTAL</b>		<b>217.267,16</b>	<b>0,00</b>	<b>217.267,16</b>
<b>% de Aplicação</b>				<b>76,37</b>

### 3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

#### 3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2015	1.748,10	0,00	1.748,10
<b>TOTAL</b>	<b>1.748,10</b>	<b>0,00</b>	<b>1.748,10</b>

Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5% **87,41**

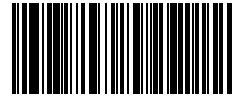
#### 3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2016 (Janeiro - Abril)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Educação Infantil	1.891,70	0,00	1.891,70
<b>TOTAL</b>		<b>1.891,70</b>	<b>0,00</b>	<b>1.891,70</b>

### 3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

#### 3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000000000	IPTU - PROPRIO	2.035,42	0,00	2.035,42
11120200020000000000	IPTU - MDE	848,10	0,00	848,10
11120200030000000000	IPTU - ASPS	508,85	0,00	508,85
11120431010100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	25.453,39	0,00	25.453,39
11120431010200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	10.605,84	0,00	10.605,84
11120431010300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	6.363,34	0,00	6.363,34
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	3.262,72	0,00	3.262,72
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	1.359,49	0,00	1.359,49
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	815,68	0,00	815,68
11120431060100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	947,49	0,00	947,49
11120431060200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS -	394,82	0,00	394,82



21601032350686459

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



20/05/2016 - 14:02:01

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 30/04/2016

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11120431060300000000	PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	236,84	0,00	236,84
11120434030100000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - PROPRIO	196,51	0,00	196,51
11120434030200000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - MDE	81,88	0,00	81,88
11120434030300000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - ASPS	49,13	0,00	49,13
11120800010000000000	ITBI - PROPRIO	20.687,72	0,00	20.687,72
11120800020000000000	ITBI - MDE	8.619,88	0,00	8.619,88
11120800030000000000	ITBI - ASPS	5.171,92	0,00	5.171,92
11130501010000000000	ISS - PROPRIO	82.159,12	0,00	82.159,12
11130501020000000000	ISS - MDE	34.233,35	0,00	34.233,35
11130501030000000000	ISS - ASPS	20.539,85	0,00	20.539,85
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	1.324.513,96	0,00	1.324.513,96
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	110.376,14	0,00	110.376,14
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	331.128,31	0,00	331.128,31
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	441.504,47	0,00	441.504,47
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	48,28	0,00	48,28
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	4,02	0,00	4,02
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	12,02	0,00	12,02
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	16,05	0,00	16,05
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	2.785,08	0,00	2.785,08
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	232,10	0,00	232,10
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	696,26	0,00	696,26
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	928,36	0,00	928,36
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	393.763,94	0,00	393.763,94
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	32.813,65	0,00	32.813,65
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	98.440,95	0,00	98.440,95
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	131.254,65	0,00	131.254,65
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	125.913,57	0,00	125.913,57
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	10.492,78	0,00	10.492,78
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	31.478,37	0,00	31.478,37
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	41.971,20	0,00	41.971,20
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	5.557,85	0,00	5.557,85
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	463,16	0,00	463,16
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	1.389,48	0,00	1.389,48
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	1.852,63	0,00	1.852,63
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	145,31	0,00	145,31
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	60,70	0,00	60,70
19114000030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	36,33	0,00	36,33
19131100010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	3.185,53	0,00	3.185,53
19131100020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	1.327,91	0,00	1.327,91
19131100030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	796,65	0,00	796,65



21601032350686459

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



20/05/2016 - 14:02:01

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 30/04/2016

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
19131300010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	93,23	0,00	93,23
19131300020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	38,92	0,00	38,92
19131300030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	23,31	0,00	23,31
19311100010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	8.138,88	0,00	8.138,88
19311100020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	3.391,47	0,00	3.391,47
19311100030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	2.034,81	0,00	2.034,81
19311300010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	671,58	0,00	671,58
19311300020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	279,85	0,00	279,85
19311300030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	167,88	0,00	167,88
91112020001000000000	Deducao - IPTU - PROPRIO	-2.035,42	0,00	-2.035,42
91112020002000000000	Deducao - IPTU - MDE	-848,10	0,00	-848,10
91112020003000000000	Deducao - IPTU - ASPS	-508,85	0,00	-508,85
91113050101000000000	Deducao - ISS - PROPRIO	-29.616,66	0,00	-29.616,66
91113050102000000000	Deducao - ISS - MDE	-12.340,28	0,00	-12.340,28
91113050103000000000	Deducao - ISS - ASPS	-7.404,17	0,00	-7.404,17
91722010101000000000	Deducao - COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	-17,53	0,00	-17,53
91913110001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	-0,10	0,00	-0,10
91913110002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	-0,04	0,00	-0,04
91913110003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	-0,03	0,00	-0,03
<b>SUBTOTAL I</b>		<b>3.279.829,80</b>	<b>0,00</b>	<b>3.279.829,80</b>
<b>TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada</b>				<b>491.974,47</b>

### 3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	33.685,61	0,00	33.685,61
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	463.145,39	0,00	463.145,39
40	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.058,98	0,00	3.058,98
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-7.913,02	0,00	-7.913,02
40	DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-0,03	0,00	-0,03
<b>TOTAL II</b>		<b>491.976,93</b>	<b>0,00</b>	<b>491.976,93</b>

### 3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Administração Geral (modalidade de aplicação 71)	-1.341,60	0,00	-1.341,60
40	Administração Geral	2.678,92	0,00	2.678,92
40	Atenção Básica	716.784,85	0,00	716.784,85
40	Vigilância Sanitária	76,40	0,00	76,40
40	Vigilância Epidemiológica	86,00	0,00	86,00
<b>SUBTOTAL I</b>		<b>718.284,57</b>	<b>0,00</b>	<b>718.284,57</b>

### 3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões





Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL II</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS	506,82	0,00	506,82
<b>SUBTOTAL III</b>	<b>506,82</b>	<b>0,00</b>	<b>506,82</b>

	% de Aplicação	Valor Aplicado
<b>TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)</b>	<b>21,88</b>	<b>717.777,75</b>

### 3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
<b>TOTAL</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

#### 4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
SUBFUNC.TXT	SFU_09	0	0		A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 71, 72, 73, 74, 183, 184, 185, 186, 295, 296, 297, 298, 407, 408, 409, 410, 519, 520, 521, 522, 631, 632, 633, 634, 743, 744, 745, 746, 855, 856, 857, 858, 967, 968, 969, 970, 1079, 1080, 1081, 1082, 1191, 1192, 1193, 1194, 1303, 1304, 1305, 1306, 1415, 1416, 1417, 1418, 1527, 1528, 1529, 1530, 1639, 1640, 1641 e 1642 difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 1%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 1%
CTA_DISP.TXT	CTV_31	0	0		Código de Recurso Vinculado 1037, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT
CTA_DISP.TXT	CTV_31	0	0		Código de Recurso Vinculado 1038, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT
CTA_DISP.TXT	CTV_31	0	0		Código de Recurso Vinculado 1089, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT
CTA_DISP.TXT	CTV_22	0	0	AVISO	18 % dos campos "código da conta corrente" foram preenchidos com zeros

#### 4.2 Avisos Justificados pela Entidade

**Descrição:** SFU\_09 - A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 71, 72, 73, 74, 183, 184, 185, 186, 295, 296, 297, 298, 407, 408, 409, 410, 519, 520, 521, 522, 631, 632, 633, 634, 743, 744, 745, 746, 855, 856, 857, 858, 967, 968, 969, 970, 1079, 1080, 1081, 1082, 1191, 1192, 1193, 1194, 1303, 1304, 1305, 1306, 1415, 1416, 1417, 1418, 1527, 1528, 1529, 1530, 1639, 1640, 1641 e 1642 difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.

**Justificativa:** Estamos realizando a manutenções em nosso sistema para adequar as sub-funções de conforme as determinações do TCE-RS.

**Descrição:** CTV\_31 - Código de Recurso Vinculado 1037, do arquivo BAL\_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA\_DISP.TXT

**Justificativa:** O município utiliza a fonte de recurso 1037 para registrar todas as receitas provenientes de aplicações financeiras dos recursos recebidos para despesas de capital exceto os da saúde que tem codificação própria.

**Descrição:** CTV\_31 - Código de Recurso Vinculado 1038, do arquivo BAL\_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA\_DISP.TXT

**Justificativa:** O município utiliza a fonte de recurso 1038 para registrar todas as receitas provenientes de aplicações financeiras dos recursos recebidos para despesas de custeio exceto os da saúde que tem codificação própria.

**Descrição:** CTV\_31 - Código de Recurso Vinculado 1089, do arquivo BAL\_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA\_DISP.TXT

**Justificativa:** O município utiliza a fonte de recurso 1089 para registrar todas as receitas provenientes de aplicações financeiras dos recursos recebidos através do FNAS.

### 5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

#### 5.1 Transparência da Gestão Fiscal

##### 5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	30/03/2016	ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL
	Jornal		Não Publicado





2º Bimestre	Internet	30/03/2016	WWW.SAOJOAODOPOLESINE.RS.GOV.BR
	Mural	30/05/2016	ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL
	Jornal		Não Publicado
	Internet	30/05/2016	WWW.SAOJOAODOPOLESINE.RS.GOV.BR

#### 5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Período	Data	Local
3º Quadrimestre/2015	29/02/2016	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
1º Quadrimestre/2016	30/05/2016	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

#### 5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
27/05/2013	<a href="http://www.saojoaodopolesine.rs.gov.br/">http://www.saojoaodopolesine.rs.gov.br/</a>

Não foram inseridas observações.

#### 5.1.5 Custeio de Competências de Outros Entes da Federação - Art. 62 da LFR

O Município não contribuiu para o custeio de despesas de outros entes da federação.

#### 5.3 Metas de Arrecadação

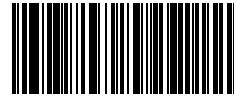
RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	2.462.653,98	2.174.612,60
2º Bimestre	2.462.653,98	1.924.567,22
3º Bimestre	2.462.653,98	0,00
4º Bimestre	2.462.653,98	0,00
5º Bimestre	2.462.653,98	0,00
6º Bimestre	2.462.653,21	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>14.775.923,11</b>	<b>4.099.179,82</b>

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	444.080,06	59,43
2º Bimestre	444.080,06	123,41
3º Bimestre	444.080,06	0,00
4º Bimestre	444.080,06	0,00
5º Bimestre	444.080,06	0,00
6º Bimestre	444.079,70	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.664.480,00</b>	<b>182,84</b>

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-382.736,67	-355.486,28
2º Bimestre	-382.736,67	-314.998,21
3º Bimestre	-382.736,67	0,00
4º Bimestre	-382.736,67	0,00
5º Bimestre	-382.736,67	0,00
6º Bimestre	-382.736,65	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>-2.296.420,00</b>	<b>-670.484,49</b>



TOTAL DA RECEITA

15.143.983,11

3.428.878,17

## 5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

### 5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2015.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2016.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2015.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2015.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2015.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2016.

## 6. Cadastro de Administradores da Entidade

### 6.1 Administradores da Entidade

#### Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Valserina Maria Bulegon Gassen

CPF: 6423930015

Cargo/Função: Prefeita

Mandato - Início e Término: 01/01/2013 a

Substitutos:

CPF: 18800491049

Nome: Ailton Bitencourt

Cargo: Vice Prefeito

Substituições:

Início: 21/03/2016

Término: 04/04/2016

Não houve substituições formais no 1º bimestre.

## 7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

nada a declarar



21601032350686459

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



20/05/2016 - 14:02:01

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 30/04/2016

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SÃO JOÃO DO POLÊSINE, 20 de Maio de 2016

CLOVIS COLETTTO

Contabilista

VALSERINA MARIA BULEGON GASSEN

Prefeito Municipal



## MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO  
EXERCÍCIO DE 2016  
Período: 1º Semestre  
PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE



41604013981719129

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



20/07/2016

10:28:04

3.0.0.6

Pág.: 1/6

Nome da Entidade: PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

CNPJ: 94444247000140

ORGÃO Nº: 80500

Código de Barras do RGF que originou o Relatório: 31602013956974326 (Modelo 9)

Possui RPPS? Não

Lei de Instituição do Controle Interno: 750

Data da Lei de Instituição do Controle Interno: 15/10/2014

Lei de alteração da Instituição do Controle Interno: 784

Data da Lei de alteração da Instituição do Controle Interno: 29/03/2016

### Cadastro dos Integrantes do Controle Interno

#### - Responsável pelo Controle Interno

CPF	NOME	CARGO	EMAIL	TELEFONE
30375002049	Delisete Maria Benetti Vizzotto	Assessoria Administrativa	controleinterno@saojoaodopolesine.rs.gov.br	(55) 0269-1061

#### - Observações do Cadastro do Sistema de Controle Interno

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 1 - Audiência Pública

O Poder Executivo demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais do 3º Quadrimestre do exercício anterior, em audiência pública, realizada Câmara Municipal de Vereadores dentro do prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF.

O cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre do exercício atual, foi demonstrado e avaliado em audiência pública, realizada Câmara Municipal de Vereadores dentro do prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 2 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO

A LDO nº 775, publicada em 03/11/2015:

- Contém matéria acerca do equilíbrio entre receitas e despesas;
- Fixou critérios e forma de limitação de empenho;
- Estabeleceu normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- Definiu demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 3 - Anexo de Metas Fiscais

O Anexo de Metas Fiscais integrou o Projeto da LDO, sendo que nele constaram as metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício de 2016 e para os dois seguintes.

Verificou-se, ainda, que o Anexo de Metas Fiscais:



## MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO  
EXERCÍCIO DE 2016  
Período: 1º Semestre  
PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE



41604013981719129

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica
20/07/2016	
10:28:04	
3.0.0.6	Pág.: 2/6

- Contemplou a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;

- Contém o demonstrativo das metas anuais para o exercício de 2016, devidamente instruído com memória e metodologia de cálculo que justificam os resultados pretendidos. As metas anuais foram comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores, e foi evidenciada a sua consistência com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;

- Trata da evolução do patrimônio líquido para os três últimos exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

- Não possui a avaliação da situação financeira e atuarial dos fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial;

- Contém o demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 4 - Anexo de Riscos Fiscais

A LDO contém o Anexo de Riscos Fiscais, onde foram avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas e foram informadas as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 6 - Cronograma de Execução Mensal de Desembolso

O Poder Executivo não estabeleceu a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso em até trinta dias após a publicação dos orçamentos.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 7 - Metas Bimestrais de Arrecadação

As receitas previstas não foram desdobradas, pelo Poder Executivo, no prazo previsto no art. 8º da LRF (30 dias após a publicação dos orçamentos), em metas bimestrais de arrecadação.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 8 - Limitação de Empenho e Movimentação Financeira

O Poder Executivo Municipal, ao constatar ao final do 2º bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, não promoveu a limitação de empenho e movimentação financeira.

Não houve restabelecimento da receita prevista.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 9 - Operações de Crédito

As operações de crédito e as inscrições em Restos a Pagar foram escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no 1º Semestre de 2016, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo do credor.

Não houve realização de operação de crédito por antecipação de receita (ARO) no exercício.



## MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO  
EXERCÍCIO DE 2016  
Período: 1º Semestre  
PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE



41604013981719129

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica
20/07/2016 10:28:04 3.0.0.6 Pág.: 3/6	

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 10 - Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida foi apurada no 1º Semestre de 2016 de acordo com o estabelecido na Resolução do Senado Federal nº 40/2001, inciso II do art. 3º e nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 11 - Aplicação da Receita de Alienação de Bens

No 1º Semestre de 2016 não houve registro de receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 12 - Consolidação das Contas

O Poder Executivo encaminhou suas contas ao Poder Executivo da União em 28/04/2016 no prazo definido no inciso I do § 1º do art. 51 da LRF, enviando cópia ao Poder Executivo Estadual dentro do mesmo prazo.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 13 - Utilização dos Recursos Vinculados

As disponibilidades constam de registro próprio e os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória estão identificados e escriturados de forma individualizada.

Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica foram utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 14 - Identificação de Beneficiários de Pagamentos de Sentenças Judiciais

A contabilidade identifica os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, possibilitando a observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 15 - Renúncia de Receita

No 1º Semestre de 2016 houve renúncia de receita decorrente da concessão e/ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 16 - Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

O quadro a seguir demonstra os bimestres em que foram efetuadas as publicações e divulgações bimestrais dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO, bem como o cumprimento do prazo fixado no art. 52 da LRF e a observância dos modelos da



## MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO  
EXERCÍCIO DE 2016  
Período: 1º Semestre  
PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE



41604013981719129

STN.

Considerando que o município possui menos de 50.000 habitantes, o Poder Executivo poderá optar pela publicação do RREO no jornal ou pela afixação no Mural, sendo obrigatória a disponibilização via Internet.

	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre
Quanto a fixação em mural:						
o RREO foi fixado em mural?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Quanto à divulgação, em jornal ou Diário Oficial do Município:						
o RREO foi divulgado em jornal ou Diário Oficial do Município?	Não	Não	Não	-	-	-
Foi observado o prazo?	Não	Não	Não	-	-	-
Foram observados os modelos da STN?	Não	Não	Não	-	-	-
Quanto a disponibilização na Internet:						
o RREO foi disponibilizado na internet?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	-	-	-
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	-	-	-

Não foram inseridas observações para este item.

### 17 - Publicação do Relatório de Gestão Fiscal

As publicações e divulgações dos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF, relativas ao 1º Semestre de 2016, foram efetuadas pelo Poder Executivo conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS e na forma do disposto nas Portarias da STN, no prazo fixado no § 2º do art. 55 da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

### 18 - Despesa com Pessoal

A Despesa com Pessoal do Poder Executivo foi apurada conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

A Despesa total com Pessoal não excedeu a 95% (noventa e cinco por cento) do limite no 1º Semestre de 2016.

O Poder Executivo não excedeu o limite de 54% da Despesa com Pessoal no 1º Semestre de 2016.

Não foram inseridas observações para este item.

### 25 - Informações referentes à LC nº 131/2009

As informações foram disponibilizadas na Internet, em tempo real, em atendimento ao Art. 48, Parágrafo único, inciso II e Art. 48-A, ambos da LC nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC nº 131/2009, a partir do dia 27/05/2013.

Não foram inseridas observações para este item.

### 26 - Sistema de controle de custos

A Administração Pública mantém sistema de custos que permite a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial conforme previsto no art. 50, § 3º da LRF.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

## MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO  
EXERCÍCIO DE 2016  
Período: 1º Semestre  
PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE



41604013981719129



3.0.0.6

20/07/2016

10:28:04

Pág.: 5/6

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica

*Não foram inseridas observações para este item.*

### Observações do Responsável pelo Controle Interno para o TCERS

Nada a declarar

Página

51

Processo  
02359-0200/16-9

Página da  
peça

5

Peça  
389173

DOCUMENTO DE ACESSO  
RESTRITO

ACESSO  
N01F86EF

Assinado digitalmente por: DELISETTE MARIA BENETTI VIZZOTTO em 20/07/16 e VALSERINA MARIA BULEGON GASSEN em 20/07/16.  
Confira a autenticidade do documento em [www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br). Identificador: PRE.EC05.88FA.1345.C273.485C.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

## MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO  
EXERCÍCIO DE 2016  
Período: 1º Semestre  
PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE



3.0.0.6

20/07/2016  
10:28:04  
Pág.: 6/6

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE, 20/07/2016

VALSERINA MARIA BULEGON GASSEN  
Prefeito Municipal

Delisete Maria Benetti Vizzotto  
Responsável pelo Controle Interno

Página

52

Processo  
02359-0200/16-9

Página da  
peça

6

Peça  
389173

DOCUMENTO DE ACESSO  
RESTRITO

ACESSO  
N01F86EF



Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS  
EXERCÍCIO DE 2016  
PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE  
1º Semestre



Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



16.00.1  
20/07/2016  
09:37:56  
Pág.: 1/2

Nome da Entidade: PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE  
CNPJ: 94444247000140  
ORGÃO Nº: 80500  
Cód. Barras do RVE Vinculado: 31601013956974326

MODELO 1 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, Inciso I do art. 53		Valores expressos em reais
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Valor Ajustado
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses)		11.731.193,91

MODELO 2 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "a" do Inciso I do art. 55		Valores expressos em reais
DESPESA COM PESSOAL	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Total da Despesa Líquida c/Pessoal nos 12 últimos meses	5.072.649,67	43,24 %
Limite para Emissão de Alerta - LRF, Inciso II do § 1º do art. 59		48,60 %
Limite Prudencial - LRF, Parágrafo Único do art. 22		51,30 %
Limite Legal - LRF, alínea "b" do Inciso III do art. 20		54,00 %

MODELO 4 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "b" do Inciso I do art. 55		Valores expressos em reais
DÍVIDA	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Dívida Consolidada Líquida	167.251,78	1,43 %
Limite Para Emissão de Alerta - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		108,00 %
Limite Legal - Resolução do Senado Federal nº 40/2001, Inciso II do art. 3º		120,00 %

MODELO 5 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "c" do Inciso I do art. 55		Valores expressos em reais
GARANTIAS DE VALORES	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Total das Garantias	0,00	0,00 %
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal Ampliado - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		28,80 %
Limite Legal Ampliado - Resolução Senado Federal nº 43/2001, Parágrafo Único do art. 9º		32,00 %

MODELO 6 - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "d" do Inciso I do art. 55		Valores expressos em reais
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	109.876,65	0,94 %
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		14,40 %
Limite Legal - Operação de Crédito Internas e Externas- Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 7º		16,00 %
Operação de Crédito p/Antecipação de Receita - ARO	0,00	0,00 %
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10		6,30 %
Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10		7,00 %



**Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF**  
**EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS**  
**EXERCÍCIO DE 2016**  
**PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE**  
**1º Semestre**



Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



**16.0.0.1**  
20/07/2016  
09:37:56  
Pág.: 2/2

SÃO JOÃO DO POLÊSINE, 20 de Julho de 2016 .

VALSERINA MARIA BULEGON GASSEN  
Prefeito Municipal

IRAMIR JOSE ZANELLA  
Responsável pela Administração Financeira

DELISETTE MARIA BENETTI VIZZOTTO  
Responsável pelo Controle Interno



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Deverá ser consolidado para fins de LRF	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

## 1. Informações da Entidade

### 1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94444247000140

Período: 01/01/2016 a 30/06/2016 - 3º Bimestre

Tipo de entrega: Semestral

Prefeitura: PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

Logradouro: Rua Guilherme Albertti

nr: 1631

compl: Predio

Telefone: (55) 3269-1155

HomePage: www.saojoaodopolesine.rs.gov.br

E-Mail: prefeitura@saojoaodopolesine.rs.gov.br

Prefeito Municipal: VALSERINA MARIA BULEGON GASSEN

Contabilista: CLOVIS COLETTI

Número do CRC: 46331

### 1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DUETO TECNOLOGIA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (51)21182200

Responsável: RAFAEL SEBBEN

E-Mail: dueto@duetotecnologia.com.br

### 1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil  
☒ Financeiro  
☒ Patrimonial  
☒ Pessoal  
☒ Orçamentário  
☒ Tributário  
☒ Folha de Pagamento  
☐ Outros  
☐ Nenhum

### 1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
1509149000163	CONDESUS QUARTA COLÔNIA
94446804000162	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA SAUDE

### 1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

### 1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

## 2. Informações Contábeis



31601013956974326

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



20/07/2016 - 09:37:56

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 30/06/2016

## 2.1 Contas de Receita

### 2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
RECEITA TRIBUTARIA	1.349.900,00	382.659,97
RECEITA DE CONTRIBUICOES	80.000,00	33.378,12
RECEITA PATRIMONIAL	46.450,00	18.035,59
RECEITA DE SERVICOS	270.400,00	135.977,21
TRANSFERENCIAS CORRENTES	12.866.173,11	5.794.594,44
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	163.000,00	90.996,42
<b>SOMA DAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>14.775.923,11</b>	<b>6.455.641,75</b>
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
<b>SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RECEITAS DE CAPITAL		
OPERACOES DE CREDITO	700.000,00	109.876,65
ALIENACAO DE BENS	120.000,00	0,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	1.000,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.833.480,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	10.000,00	264,43
<b>SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.664.480,00</b>	<b>110.141,08</b>
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
<b>SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DEDUÇÕES DE RECEITA</b>	<b>-2.296.420,00</b>	<b>-1.030.879,97</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>15.143.983,11</b>	<b>5.534.902,86</b>

## 2.2 Contas de Despesa

### 2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	14.524.433,11
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	491.641,80
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	297.500,00
<b>DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES</b>	<b>14.718.574,91</b>
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	6.371.588,40
Liquidado	5.575.102,89
Pago	4.758.207,02



31601013956974326

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



20/07/2016 - 09:37:56

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 30/06/2016

<b>SALDO A LIQUIDAR</b>	<b>796.485,51</b>
<b>SALDO A PAGAR</b>	<b>816.895,87</b>

DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	VALOR
Empenhado	621.244,64
Liquidado	621.244,64
Pago	475.103,60
<b>SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO</b>	<b>0,00</b>
<b>SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO</b>	<b>146.141,04</b>

### 2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

#### ORIGEM DO RECURSO

Excesso de Arrecadação	33.917,20
Reduções/Suplementações Orçamentárias entre entidades	17.000,00
Reduções/Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	297.500,00
Superávit Financeiro	143.224,60
<b>TOTAL</b>	<b>491.641,80</b>

### 2.3 Contas de Verificação

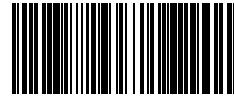
#### 2.3.1 Resumo por Grupos

	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO CIRCULANTE	460.829,56D	951.834,96D
ATIVO NAO CIRCULANTE	13.124.435,10D	13.577.827,37D
PASSIVO CIRCULANTE	657.340,56C	1.113.219,66C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	109.876,65C
PATRIMONIO LIQUIDO	12.927.924,10C	12.927.665,90C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	2.583.430,01D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	190.209,64D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	2.236.425,61D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	912.312,44D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	15,18D
TRIBUTARIAS	0,00	78.402,87D
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	81.512,38D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	705.730,24C
CONTRIBUICOES	0,00	33.378,12C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	140.352,08C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	69.172,30C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	5.451.810,73C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	35,00C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	60.729,78C

#### 2.3.3 Disponibilidade Financeira

PODER EXECUTIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	5.764,33D	2.216,87D
Bancos Conta Movimento	341.884,04D	452.501,76D





31601013956974326

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



20/07/2016 - 09:37:56

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 30/06/2016

PODER EXECUTIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
<b>TOTAL PODER EXECUTIVO</b>	<b>347.648,37D</b>	<b>454.718,63D</b>
RPPS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
<b>TOTAL RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
<b>TOTAL OUTROS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>347.648,37D</b>	<b>454.718,63D</b>

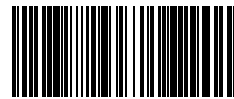
## 2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	1.770.720,71	1.355.062,52	1.083.961,72
2º Bimestre	1.984.200,40	1.911.992,36	1.686.543,58
3º Bimestre	1.817.471,02	1.901.887,65	1.839.741,80
4º Bimestre	1.915.394,15	1.956.931,83	1.790.442,53
5º Bimestre	1.487.843,75	1.498.015,80	1.476.980,33
6º Bimestre	1.598.927,49	1.950.667,36	2.159.927,64

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	13.733.533,11	12.466.403,15
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	4.223.301,77	154.573,80
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-2.040.800,00	-2.058.565,28
<b>TOTAL CONTAS DE RECEITA</b>	<b>15.916.034,88</b>	<b>10.562.411,67</b>

## 2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

### Contas Patrimoniais



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00

<b>TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
--------------------------------------	--	-------------	-------------	-------------

**Contas de Receita**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00

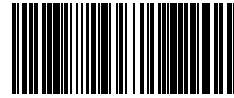
<b>TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
------------------------------------	--	-------------	-------------	-------------

**3. Índices Constitucionais**

**3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)**

**3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas**

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000000000	IPTU - PROPRIO	13.624,72	0,00	13.624,72
11120200020000000000	IPTU - MDE	5.677,06	0,00	5.677,06
11120200030000000000	IPTU - ASPS	3.406,22	0,00	3.406,22
11120431010100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	38.056,38	0,00	38.056,38
11120431010200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	15.857,16	0,00	15.857,16
11120431010300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	9.514,06	0,00	9.514,06
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	4.711,94	0,00	4.711,94
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	1.963,33	0,00	1.963,33
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	1.177,99	0,00	1.177,99
11120431060100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	1.251,48	0,00	1.251,48
11120431060200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	521,47	0,00	521,47
11120431060300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	312,84	0,00	312,84
11120434030100000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - PROPRIOS	237,36	0,00	237,36
11120434030200000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - MDE	98,90	0,00	98,90
11120434030300000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - ASPS	59,34	0,00	59,34
11120800010000000000	ITBI - PROPRIO	31.246,51	0,00	31.246,51
11120800020000000000	ITBI - MDE	13.019,37	0,00	13.019,37
11120800030000000000	ITBI - ASPS	7.811,61	0,00	7.811,61
11130501010000000000	ISS - PROPRIO	135.824,34	0,00	135.824,34
11130501020000000000	ISS - MDE	56.594,05	0,00	56.594,05
11130501030000000000	ISS - ASPS	33.956,17	0,00	33.956,17
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	2.066.932,07	0,00	2.066.932,07
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	172.244,30	0,00	172.244,30



31601013956974326

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



20/07/2016 - 09:37:56

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 30/06/2016

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	516.732,72	0,00	516.732,72
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	688.977,07	0,00	688.977,07
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	148,31	0,00	148,31
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	12,35	0,00	12,35
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	37,02	0,00	37,02
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	49,37	0,00	49,37
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	4.177,50	0,00	4.177,50
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	348,14	0,00	348,14
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	1.044,36	0,00	1.044,36
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	1.392,50	0,00	1.392,50
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	609.277,21	0,00	609.277,21
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	50.773,09	0,00	50.773,09
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	152.319,26	0,00	152.319,26
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	203.092,41	0,00	203.092,41
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	147.378,01	0,00	147.378,01
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	12.281,49	0,00	12.281,49
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	36.844,48	0,00	36.844,48
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	49.126,02	0,00	49.126,02
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	8.001,68	0,00	8.001,68
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	666,82	0,00	666,82
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	2.000,43	0,00	2.000,43
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	2.667,25	0,00	2.667,25
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	330,78	0,00	330,78
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	138,03	0,00	138,03
19114000030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	82,68	0,00	82,68
19131100010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	4.226,90	0,00	4.226,90
19131100020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	1.761,89	0,00	1.761,89
19131100030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	1.057,03	0,00	1.057,03
19131300010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	93,39	0,00	93,39
19131300020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	38,98	0,00	38,98
19131300030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	23,35	0,00	23,35
19311100010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	10.595,41	0,00	10.595,41
19311100020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	4.415,11	0,00	4.415,11
19311100030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	2.648,93	0,00	2.648,93
19311300010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	679,36	0,00	679,36
19311300020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	283,09	0,00	283,09
19311300030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	169,83	0,00	169,83
91112020001000000000	Deducao - IPTU - PROPRIO	-3.194,32	0,00	-3.194,32
91112020002000000000	Deducao - IPTU - MDE	-1.331,04	0,00	-1.331,04
91112020003000000000	Deducao - IPTU - ASPS	-798,56	0,00	-798,56
91113050101000000000	Deducao - ISS - PROPRIO	-48.028,17	0,00	-48.028,17
91113050102000000000	Deducao - ISS - MDE	-20.011,75	0,00	-20.011,75
91113050103000000000	Deducao - ISS - ASPS	-12.007,05	0,00	-12.007,05



31601013956974326

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



20/07/2016 - 09:37:56

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 30/06/2016

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91722010101000000000	Deducao - COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	-17,53	0,00	-17,53
91911400001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	-0,49	0,00	-0,49
91911400002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	-0,20	0,00	-0,20
91911400003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	-0,12	0,00	-0,12
91913110001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	-0,10	0,00	-0,10
91913110002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	-0,04	0,00	-0,04
91913110003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	-0,03	0,00	-0,03
<b>SUBTOTAL</b>		<b>5.042.601,52</b>	<b>0,00</b>	<b>5.042.601,52</b>
<b>TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada</b>				<b>1.260.650,38</b>

### 3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	93.731,34	0,00	93.731,34
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	236.326,19	0,00	236.326,19
20	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.637,10	0,00	6.637,10
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-21.342,79	0,00	-21.342,79
20	DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-0,24	0,00	-0,24
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	945.304,62	0,00	945.304,62
<b>TOTAL II</b>		<b>1.260.656,22</b>	<b>0,00</b>	<b>1.260.656,22</b>

### 3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	271.177,08	0,00	271.177,08
20	Educação Infantil	125.859,46	0,00	125.859,46
31	Ensino Fundamental	186.181,93	0,00	186.181,93
31	Educação Infantil	246.334,90	0,00	246.334,90
<b>SUBTOTAL I</b>		<b>829.553,37</b>	<b>0,00</b>	<b>829.553,37</b>

### 3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL II</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
(+) Perda com o FUNDEB		527.274,44	0,00	527.274,44
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		1.577,07	0,00	1.577,07
	% de Aplicação			Valor Aplicado
<b>TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)</b>		<b>26,88</b>		<b>1.355.250,74</b>

### 3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
<b>TOTAL</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB



31601013956974326

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



20/07/2016 - 09:37:56

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 30/06/2016

### 3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	2.066.932,07	0,00	2.066.932,07
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	172.244,30	0,00	172.244,30
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	516.732,72	0,00	516.732,72
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	688.977,07	0,00	688.977,07
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	148,31	0,00	148,31
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	12,35	0,00	12,35
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	37,02	0,00	37,02
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	49,37	0,00	49,37
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	4.177,50	0,00	4.177,50
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	348,14	0,00	348,14
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	1.044,36	0,00	1.044,36
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	1.392,50	0,00	1.392,50
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	609.277,21	0,00	609.277,21
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	50.773,09	0,00	50.773,09
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	152.319,26	0,00	152.319,26
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	203.092,41	0,00	203.092,41
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	147.378,01	0,00	147.378,01
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	12.281,49	0,00	12.281,49
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	36.844,48	0,00	36.844,48
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	49.126,02	0,00	49.126,02
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	8.001,68	0,00	8.001,68
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	666,82	0,00	666,82
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	2.000,43	0,00	2.000,43
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	2.667,25	0,00	2.667,25
91722010101000000000	Deducao - COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	-17,53	0,00	-17,53
<b>SUBTOTAL</b>		<b>4.726.506,33</b>	<b>0,00</b>	<b>4.726.506,33</b>

**Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada** **945.301,27**

### 3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	945.304,62	0,00	945.304,62
<b>TOTAL II</b>		<b>945.304,62</b>	<b>0,00</b>	<b>945.304,62</b>

### 3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	186.181,93	0,00	186.181,93
31	Educação Infantil	246.334,90	0,00	246.334,90
<b>SUBTOTAL I</b>		<b>432.516,83</b>	<b>0,00</b>	<b>432.516,83</b>

(+) Perda com o FUNDEB	527.274,44	0,00	527.274,44
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB	1.266,10	0,00	1.266,10



	% de Aplicação	Valor Aplicado
<b>TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB</b>	<b>20,28</b>	<b>958.525,17</b>

### 3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

#### 3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2016

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13250102000000000000	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FUNDEB	1.266,10	0,00	1.266,10
17240100000000000000	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	418.030,18	0,00	418.030,18
<b>Total</b>		<b>419.296,28</b>	<b>0,00</b>	<b>419.296,28</b>

<b>Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB</b>	<b>251.577,77</b>
---	-------------------

#### 3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2016

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	161.550,62	0,00	161.550,62
31	Educação Infantil	178.272,71	0,00	178.272,71
<b>TOTAL</b>		<b>339.823,33</b>	<b>0,00</b>	<b>339.823,33</b>

<b>% de Aplicação</b>	<b>81,05</b>
-----------------------	--------------

### 3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

#### 3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2015	1.748,10	0,00	1.748,10
<b>TOTAL</b>	<b>1.748,10</b>	<b>0,00</b>	<b>1.748,10</b>

<b>Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%</b>	<b>87,41</b>
--	--------------

#### 3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2016 (Janeiro - Junho)

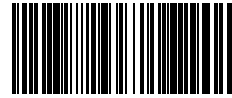
Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Educação Infantil	1.891,70	0,00	1.891,70
<b>TOTAL</b>		<b>1.891,70</b>	<b>0,00</b>	<b>1.891,70</b>

### 3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

#### 3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000000000	IPTU - PROPRIO	13.624,72	0,00	13.624,72
11120200020000000000	IPTU - MDE	5.677,06	0,00	5.677,06
11120200030000000000	IPTU - ASPS	3.406,22	0,00	3.406,22
11120431010100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	38.056,38	0,00	38.056,38
11120431010200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	15.857,16	0,00	15.857,16
11120431010300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	9.514,06	0,00	9.514,06
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	4.711,94	0,00	4.711,94
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	1.963,33	0,00	1.963,33
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	1.177,99	0,00	1.177,99





31601013956974326

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



20/07/2016 - 09:37:56

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

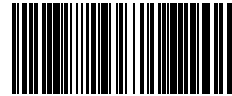
ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 30/06/2016

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11120431060100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	1.251,48	0,00	1.251,48
11120431060200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	521,47	0,00	521,47
11120431060300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	312,84	0,00	312,84
11120434030100000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - PROPRIOS	237,36	0,00	237,36
11120434030200000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - MDE	98,90	0,00	98,90
11120434030300000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - ASPS	59,34	0,00	59,34
11120800010000000000	ITBI - PROPRIO	31.246,51	0,00	31.246,51
11120800020000000000	ITBI - MDE	13.019,37	0,00	13.019,37
11120800030000000000	ITBI - ASPS	7.811,61	0,00	7.811,61
11130501010000000000	ISS - PROPRIO	135.824,34	0,00	135.824,34
11130501020000000000	ISS - MDE	56.594,05	0,00	56.594,05
11130501030000000000	ISS - ASPS	33.956,17	0,00	33.956,17
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	2.066.932,07	0,00	2.066.932,07
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	172.244,30	0,00	172.244,30
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	516.732,72	0,00	516.732,72
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	688.977,07	0,00	688.977,07
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	148,31	0,00	148,31
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	12,35	0,00	12,35
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	37,02	0,00	37,02
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	49,37	0,00	49,37
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	4.177,50	0,00	4.177,50
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	348,14	0,00	348,14
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	1.044,36	0,00	1.044,36
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	1.392,50	0,00	1.392,50
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	609.277,21	0,00	609.277,21
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	50.773,09	0,00	50.773,09
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	152.319,26	0,00	152.319,26
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	203.092,41	0,00	203.092,41
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	147.378,01	0,00	147.378,01
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	12.281,49	0,00	12.281,49
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	36.844,48	0,00	36.844,48
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	49.126,02	0,00	49.126,02
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	8.001,68	0,00	8.001,68
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	666,82	0,00	666,82
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	2.000,43	0,00	2.000,43
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	2.667,25	0,00	2.667,25
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	330,78	0,00	330,78
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	138,03	0,00	138,03
19114000030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	82,68	0,00	82,68
19131100010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	4.226,90	0,00	4.226,90
19131100020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	1.761,89	0,00	1.761,89





31601013956974326

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



20/07/2016 - 09:37:56

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 30/06/2016

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
19131100030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	1.057,03	0,00	1.057,03
19131300010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	93,39	0,00	93,39
19131300020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	38,98	0,00	38,98
19131300030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	23,35	0,00	23,35
19311100010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	10.595,41	0,00	10.595,41
19311100020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	4.415,11	0,00	4.415,11
19311100030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	2.648,93	0,00	2.648,93
19311300010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	679,36	0,00	679,36
19311300020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	283,09	0,00	283,09
19311300030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	169,83	0,00	169,83
91112020001000000000	Deducao - IPTU - PROPRIO	-3.194,32	0,00	-3.194,32
91112020002000000000	Deducao - IPTU - MDE	-1.331,04	0,00	-1.331,04
91112020003000000000	Deducao - IPTU - ASPS	-798,56	0,00	-798,56
91113050101000000000	Deducao - ISS - PROPRIO	-48.028,17	0,00	-48.028,17
91113050102000000000	Deducao - ISS - MDE	-20.011,75	0,00	-20.011,75
91113050103000000000	Deducao - ISS - ASPS	-12.007,05	0,00	-12.007,05
91722010101000000000	Deducao - COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	-17,53	0,00	-17,53
91911400001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	-0,49	0,00	-0,49
91911400002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	-0,20	0,00	-0,20
91911400003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	-0,12	0,00	-0,12
91913110001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	-0,10	0,00	-0,10
91913110002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	-0,04	0,00	-0,04
91913110003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	-0,03	0,00	-0,03
<b>SUBTOTAL I</b>		<b>5.042.601,52</b>	<b>0,00</b>	<b>5.042.601,52</b>

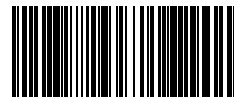
**TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada** **756.390,23**

**3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados**

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	56.238,23	0,00	56.238,23
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	708.978,27	0,00	708.978,27
40	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.981,82	0,00	3.981,82
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-12.805,61	0,00	-12.805,61
40	DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-0,15	0,00	-0,15
<b>TOTAL II</b>		<b>756.392,56</b>	<b>0,00</b>	<b>756.392,56</b>

**3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados**

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Administração Geral (modalidade de aplicação 71)	-2.012,40	0,00	-2.012,40
40	Administração Geral	3.628,09	0,00	3.628,09
40	Atenção Básica	1.070.294,51	0,00	1.070.294,51
40	Vigilância Sanitária	76,40	0,00	76,40
40	Vigilância Epidemiológica	86,00	0,00	86,00



Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SUBTOTAL I		1.072.072,60	0,00	1.072.072,60

#### 3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00

(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS	847,00	0,00	847,00
SUBTOTAL III	847,00	0,00	847,00

	% de Aplicação	Valor Aplicado
TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)	21,24	1.071.225,60

#### 3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

#### 4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

##### 4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
SUBFUNC.TXT	SFU_09	0	0		A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 71, 72, 181, 182, 291, 292, 401, 402, 511, 512, 621, 622, 731, 732, 841, 842, 951, 952, 1061, 1062, 1171, 1172, 1281, 1282, 1391, 1392, 1501, 1502, 1611 e 1612 difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 1%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 1%
CTA_DISP.TXT	CTV_31	0	0		Código de Recurso Vinculado 1037, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT
CTA_DISP.TXT	CTV_31	0	0		Código de Recurso Vinculado 1038, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT
CTA_DISP.TXT	CTV_31	0	0		Código de Recurso Vinculado 1089, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT
CTA_DISP.TXT	CTV_31	0	0		Código de Recurso Vinculado 1117, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT
CTA_DISP.TXT	CTV_22	0	0	AVISO	19 % dos campos "código da conta corrente" foram preenchidos com zeros

##### 4.2 Avisos Justificados pela Entidade

**Descrição:** SFU\_09 - A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 71, 72, 181, 182, 291, 292, 401, 402, 511, 512, 621, 622, 731, 732, 841, 842, 951, 952, 1061, 1062, 1171, 1172, 1281, 1282, 1391, 1392, 1501, 1502, 1611 e 1612 difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.

**Justificativa:** Estamos realizando a manutenções em nosso sistema para adequar as sub-funções de conforme as determinações do TCE-RS.

**Descrição:** CTV\_31 - Código de Recurso Vinculado 1037, do arquivo BAL\_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA\_DISP.TXT

**Justificativa:** O município utiliza a fonte de recurso 1037 para registrar todas as receitas provenientes de aplicações financeiras dos recursos recebidos para despesas de capital exceto os da saúde que tem codificação própria.

**Descrição:** CTV\_31 - Código de Recurso Vinculado 1038, do arquivo BAL\_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA\_DISP.TXT

**Justificativa:** O município utiliza a fonte de recurso 1038 para registrar todas as receitas provenientes de aplicações financeiras dos recursos recebidos para despesas de custeio exceto os da saúde que tem codificação própria.

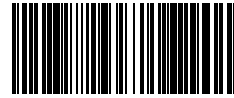
**Descrição:** CTV\_31 - Código de Recurso Vinculado 1089, do arquivo BAL\_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA\_DISP.TXT

**Justificativa:** O município utiliza a fonte de recurso 1089 para registrar todas as receitas provenientes de aplicações financeiras dos recursos recebidos através do FNAS.

**Descrição:** CTV\_31 - Código de Recurso Vinculado 1117, do arquivo BAL\_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA\_DISP.TXT

**Justificativa:** Recurso 1117 Vinculado a operação de crédito programa PIMES BADESUL contrato nº 055/2015.

#### 5. Informações Referentes à Gestão Fiscal



## 5.1 Transparência da Gestão Fiscal

### 5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	30/03/2016	ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL
	Jornal		Não Publicado
	Internet	30/03/2016	WWW.SAOJOAODOPOLESINE.RS.GOV.BR
2º Bimestre	Mural	30/05/2016	ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL
	Jornal		Não Publicado
	Internet	30/05/2016	WWW.SAOJOAODOPOLESINE.RS.GOV.BR
3º Bimestre	Mural	29/07/2016	ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL
	Jornal		Não Publicado
	Internet	29/07/2016	WWW.SAOJOAODOPOLESINE.RS.GOV.BR

### 5.1.2 Data e forma de Publicação dos Relatórios da Gestão Fiscal - Poder Executivo e Indiretas - § 2º do art. 55 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Semestre	Mural	29/07/2016	átrio da Prefeitura Municipal
	Jornal		Não Publicado
	Internet	29/07/2016	www.saojoaodopolesine.rs.gov.br
1º Quadrimestre	Mural		Não Publicado
	Jornal		Não Publicado
	Internet		Não Publicado

### 5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Período	Data	Local
3º Quadrimestre/2015	29/02/2016	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
1º Quadrimestre/2016	30/05/2016	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

### 5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
27/05/2013	<a href="http://www.saojoaodopolesine.rs.gov.br/">http://www.saojoaodopolesine.rs.gov.br/</a>

Não foram inseridas observações.

### 5.1.5 Custeio de Competências de Outros Entes da Federação - Art. 62 da LRF

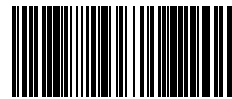
O Município não contribuiu para o custeio de despesas de outros entes da federação.

## 5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

### 5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

#### 5.2.1.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2015 - 01/07/2015 a 31/12/2015

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
1000000000000000	RECEITAS CORRENTES	6.425.477,74	0,00	6.425.477,74
9100000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-950.437,20	0,00	-950.437,20
SELEÇÃO AUTOMÁTICA DEDUÇÕES DA RECEITA				
11120431010100000000	IRRF ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	37.150,27	0,00	37.150,27
11120431010200000000	IRRF ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	15.479,44	0,00	15.479,44



31601013956974326



20/07/2016 - 09:37:56

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 30/06/2016

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11120431010300000000	IRRF ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	9.287,53	0,00	9.287,53
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO - LEGISLATIVO - PROPRIO	5.108,80	0,00	5.108,80
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO - LEGISLATIVO - MDE	2.128,67	0,00	2.128,67
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO - LEGISLATIVO - ASPS	1.277,19	0,00	1.277,19
<b>Subtotal</b>		<b>5.404.608,64</b>	<b>0,00</b>	<b>5.404.608,64</b>
	(+) Perda com o FUNDEB	445.829,91	0,00	445.829,91
<b>TOTAL</b>		<b>5.850.438,55</b>	<b>0,00</b>	<b>5.850.438,55</b>

#### 5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2016 - 01/01/2016 a 30/06/2016

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
1000000000000000	RECEITAS CORRENTES	6.455.641,75	0,00	6.455.641,75
9100000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-1.030.879,97	0,00	-1.030.879,97
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
11120431010100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	38.056,38	0,00	38.056,38
11120431010200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	15.857,16	0,00	15.857,16
11120431010300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	9.514,06	0,00	9.514,06
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	4.711,94	0,00	4.711,94
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	1.963,33	0,00	1.963,33
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	1.177,99	0,00	1.177,99
<b>Subtotal</b>		<b>5.353.480,92</b>	<b>0,00</b>	<b>5.353.480,92</b>
	(+) Perda com o FUNDEB	527.274,44	0,00	527.274,44
<b>TOTAL</b>		<b>5.880.755,36</b>	<b>0,00</b>	<b>5.880.755,36</b>
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>		<b>11.731.193,91</b>	<b>0,00</b>	<b>11.731.193,91</b>

#### 5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

##### 5.2.2.1 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2015 - 01/07/2015 a 31/12/2015

#### CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.784.811,40	0,00	2.784.811,40
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
319003010000	PENSOES - PESSOAL CIVIL	16.529,73	0,00	16.529,73
319008990400	CONTRIB. DA ENTIDADE PARA O ATENDIMENTO A SAUDE DO SERVIDOR	117.822,33	0,00	117.822,33
<b>TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA</b>		<b>2.650.459,34</b>	<b>0,00</b>	<b>2.650.459,34</b>



31601013956974326

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



20/07/2016 - 09:37:56

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 30/06/2016

#### CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120431010100000000	IRRF ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	37.150,27	0,00	37.150,27
11120431010200000000	IRRF ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	15.479,44	0,00	15.479,44
11120431010300000000	IRRF ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	9.287,53	0,00	9.287,53
<b>TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA</b>		<b>61.917,24</b>	<b>0,00</b>	<b>61.917,24</b>

#### CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

#### RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Anterior</b>		<b>2.588.542,10</b>	<b>0,00</b>	<b>2.588.542,10</b>

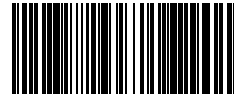
#### 5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2016 - 01/01/2016 a 30/06/2016

#### CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.691.659,05	0,00	2.691.659,05
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
319003010000	PENSOES - PESSOAL CIVIL	14.145,30	0,00	14.145,30
319008990400	CONTRIB. DA ENTIDADE PARA O ATENDIMENTO A SAUDE DO SERVIDOR	136.565,30	0,00	136.565,30
<b>TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA</b>		<b>2.540.948,45</b>	<b>0,00</b>	<b>2.540.948,45</b>

#### CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120431010100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	38.056,38	0,00	38.056,38
11120431010200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	15.857,16	0,00	15.857,16



31601013956974326

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



20/07/2016 - 09:37:56

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 30/06/2016

#### CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11120431010300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	9.514,06	0,00	9.514,06
<b>TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA</b>		<b>63.427,60</b>	<b>0,00</b>	<b>63.427,60</b>

#### CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

#### EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.424,00	-2.424,00	0,00
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DOS EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS</b>		<b>2.424,00</b>	<b>-2.424,00</b>	<b>0,00</b>

#### CONTAS CONTÁBEIS DE CONTROLE

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
853240201000000	INFORMACAO DA EXECUCAO DO CONSORCIO PARA CONSOLIDACAO - DESPESA COM PESSOAL - EXERCICIO ATUAL - 1o BIMESTRE	3.588,00	0,00	3.588,00
853240202000000	INFORMACAO DA EXECUCAO DO CONSORCIO PARA CONSOLIDACAO - DESPESA COM PESSOAL - EXERCICIO ATUAL - 2o BIMESTRE	2.998,72	0,00	2.998,72
<b>TOTAL DAS CONTAS CONTÁBEIS DE CONTROLE</b>		<b>6.586,72</b>	<b>0,00</b>	<b>6.586,72</b>

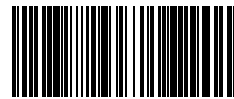
<b>Total da Despesa c/ Pessoal Ex. Atual</b>	<b>2.486.531,57</b>	<b>-2.424,00</b>	<b>2.484.107,57</b>
<b>Total da Despesa com Pessoal</b>	<b>5.075.073,67</b>	<b>-2.424,00</b>	<b>5.072.649,67</b>

#### 5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

##### 5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida Excluído RPPS - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2016 - 01/01/2016 a 30/06/2016

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
213110403000000	PRECATORIOS DE CONTAS A PAGAR - CREDORES NACIONAIS DE EXERCICIOS ANTERIORES - A PARTIR DE 05/05/2000	57.375,13	0,00	57.375,13
222310102000000	BADESUL DESENVOLVIMENTO CONT 055/2015	109.876,65	0,00	109.876,65





31601013956974326



20/07/2016 - 09:37:56

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

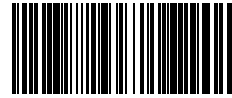
01/01/2016 a 30/06/2016

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	PROGRAMA PIMES			
<b>TOTAL</b>		<b>167.251,78</b>	<b>0,00</b>	<b>167.251,78</b>

**5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida Excluído RPPS - Ativo Circulante e Não Circulante - Exercício de 2016 - 01/01/2016 a 30/06/2016**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
111110100000000	CAIXA	2.216,87	0,00	2.216,87
111111902010000	BANCO DO BRASIL C/ FPM	47.332,36	0,00	47.332,36
111111902020000	BANCO DO BRASIL C/ MOV	368,21	0,00	368,21
111111902030000	BANCO DO BRASIL C/ ICMS DES	766,78	0,00	766,78
111111902040000	BANCO DO BRASIL C/ FEP	68,14	0,00	68,14
111111902050000	BANCO DO BRASIL C/ ITR	62,55	0,00	62,55
111111902070000	BANCO DO BRASIL C/ CEX	23,13	0,00	23,13
111111902080000	BANCO DO BRASIL C/ PDDE	939,25	0,00	939,25
111111902090000	BANCO DO BRASIL C/ DNPM/CFEM	281,18	0,00	281,18
111111902100000	BANCO DO BRASIL C/ QSE	6.321,52	0,00	6.321,52
111111902110000	BANCO DO BRASIL C/ MDE	5.637,41	0,00	5.637,41
111111902120000	BANCO DO BRASIL C/ CIDE	2.130,59	0,00	2.130,59
111111902130000	BANCO DO BRASIL C/ FUS	4.497,63	0,00	4.497,63
111111902140000	BANCO DO BRASIL C/ PNAT	3.263,70	0,00	3.263,70
111111902160000	BANCO DO BRASIL CTA RETENCAO PREFEITURA	94.617,31	0,00	94.617,31
111111902180000	BANCO BRASIL C/ FUNDEB	1.019,05	0,00	1.019,05
111111902190000	BANCO DO BRASIL CTA SNA	75,82	0,00	75,82
111111902210000	BCO BRASIL CTA MERENDA ESCOLAR FEDERAL	3.855,75	0,00	3.855,75
111111902220100	BANCO DO BRASIL CTA FMS PAB FIXO	12.787,35	0,00	12.787,35
111111902220200	BANCO DO BRASIL CTA FMS SAUDE BUCAL	1.683,18	0,00	1.683,18
111111902220300	BANCO DO BRASIL CTA FMS PACS-FEDERAL	3.470,50	0,00	3.470,50
111111902220400	BANCO DO BRASIL CTA FMS PSF-FEDERAL	1.816,41	0,00	1.816,41
111111902220500	BANCO DO BRASIL CTA FMS PMAQ	37.315,31	0,00	37.315,31
111111902230100	BANCO DO BRASIL CTA FMS ASSIST. FARMACEUTICA BASICA	2.294,67	0,00	2.294,67
111111902240100	PISO FIXO VIGILANCIA EM SAUDE 3.1	3.090,32	0,00	3.090,32
111111902240200	ACOES ESTRUTURANTE DE VIGILANCIA SANITARIA 3.2	4.880,09	0,00	4.880,09
111111902250100	BANCO DO BRASIL CTA HOSPITAL CONTRATO 199/2010 TETO FINANCEIRO	15.884,52	0,00	15.884,52
111111902260100	TETO MUNICIPAL REDE CEGONHA (RCE-RCEG)	56,00	0,00	56,00
111111902320000	BANCO DO BRASIL CTA FNDE PROG PAR	81,88	0,00	81,88
111111902380000	BANCO DO BRASIL CTA APOIO A CRECHES	8.399,53	0,00	8.399,53
111111902400000	BANCO DO BRASIL CTA FMAS IGD-SUAS	5.346,93	0,00	5.346,93
111111902410000	BANCO DO BRASIL CTA FMAS PB-PAIF	46.421,53	0,00	46.421,53
111111902420000	BANCO DO BRASIL CTA FMAS IGD-BF	23.619,55	0,00	23.619,55





31601013956974326

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



20/07/2016 - 09:37:56

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

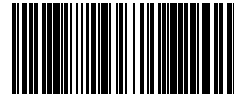
CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 30/06/2016

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
111111903010000	CAIXA FEDERAL C/ MOV	215,12	0,00	215,12
111111912010000	BANRISUL C/ MOV	1.971,36	0,00	1.971,36
111111912030000	BANRISUL C/ IPTU	1.222,55	0,00	1.222,55
111111912050000	BANRISUL C/ MULTA TRANSITO	421,11	0,00	421,11
111111912090000	BANRISUL C/ TRANSPORTE ESCOLAR	32.641,97	0,00	32.641,97
111111912150000	BANRISUL CTA ILUMINACAO PUBLICA	5.786,97	0,00	5.786,97
111111912290000	BANRISUL CTA ALIENACAO BENS MOVEIS REC LIVRES	1.427,57	0,00	1.427,57
111111912470000	BANRISUL CTA FMS POLESINE-FRAMACIA BASICA ESTADUAL	8.802,56	0,00	8.802,56
111111912480000	BANRISUL CTA FMS POLESINE-PIM ESTADUAL	11.560,00	0,00	11.560,00
111111912490000	BANRISUL CTA FMS POLESINE-PSF ESTADUAL	7.584,08	0,00	7.584,08
111111912500000	BANRISUL CTA FMS POLESINE-PACS ESTADUAL	183,33	0,00	183,33
111111912510000	BANRISUL CTA FMS POLESINE-INCENTIVO ATENCAO BASICA	6.830,20	0,00	6.830,20
111111912520000	BANRISUL CTA FMS POLESINE-SAUDE BUCAL ESTADUAL	2.908,38	0,00	2.908,38
111111912600000	BANRISUL CTA CUCA LEGAL (CAPS)	6.918,89	0,00	6.918,89
111111912610000	BANRISUL CTA ALIENACAO BENS MOVEIS SAUDE	13.258,36	0,00	13.258,36
111111912660000	BANRISUL CTA ALIENACAO BENS IMOVEIS	3.878,87	0,00	3.878,87
111111912670000	BANRISUL CTA FMAS REC PEAS	1.121,83	0,00	1.121,83
111111912760000	BANRISUL CTA FUNDO MUNIC CRIAN ADOLESCENTES	293,26	0,00	293,26
111111912770000	BANRISUL CTA CONCURSO	7.050,00	0,00	7.050,00
111111912780000	BANRISUL CTA INCENTIVO CUSTEIO HOSPITALAR POR 906/2015	17,20	0,00	17,20
113810800000000	CREDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALARIO FAMILIA PAGO	233,28	0,00	233,28
113810900000000	CREDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALARIO MATERNIDADE PAGO	948,55	0,00	948,55
113819000000000	DEMAIS CREDITOS NAO TRIBUTARIOS A RECEBER	4.111,55	0,00	4.111,55
121110302000000	FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS A RECEBER	2.205,11	0,00	2.205,11
121129902000000	(-) AJUSTE DE PERDAS DE DIVIDA ATIVA	-553,88	0,00	-553,88
121310102010000	COTAS DE SOCIEDADES	407,87	0,00	407,87
<b>TOTAL</b>		<b>462.071,11</b>	<b>0,00</b>	<b>462.071,11</b>

**5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida Excluído RPPS - Obrigações Financeiras - Exercício de 2016 - 01/01/2016 a 30/06/2016**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
211110101000000	SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS	199,19	0,00	199,19
211310100000000	BENEFICIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR DO EXERCICIO	23.620,81	0,00	23.620,81
211430101000000	CONTRIBUICOES AO RGPS SOBRE SALARIOS E REMUNERACOES	68.209,44	0,00	68.209,44
213110101070000	FORNECEDORES NAO FINANCIADOS A PAGAR	861.705,34	0,00	861.705,34
214111100000000	PIS/PASEP A RECOLHER	5.586,88	0,00	5.586,88



31601013956974326

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



20/07/2016 - 09:37:56

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 30/06/2016

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
218810102010000	INSS	33.258,56	0,00	33.258,56
218810103010000	SEST-SERVICO SOCIAL DO TRANSPORTE	5,72	0,00	5,72
218810103020000	SENAT-SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE	3,81	0,00	3,81
218810110000000	PENSAO ALIMENTICIA	352,00	0,00	352,00
218810199020000	ASSPMUPOL-ASSOCIACAO DOS FUNCIONARIOS	605,00	0,00	605,00
218810199070000	DESCONTOS AUTORIZADOS BANCOS B BRASIL - EXECUTIVO	899,44	0,00	899,44
218810199090000	DESCONTOS AUTORIZADOS BANCOS CEF - EXECUTIVO	4.174,47	0,00	4.174,47
218810199110000	DESCONTOS AUTORIZADOS BANCOS BANRISUL - EXECUTIVO	19.789,44	0,00	19.789,44
218810199140000	DESCONTO AUTORIZADO UNIMED	33.719,18	0,00	33.719,18
218910200000000	DIARIAS A PAGAR	915,25	0,00	915,25
218911400000000	CONSORCIOS A PAGAR	2.800,00	0,00	2.800,00
<b>TOTAL</b>		<b>1.055.844,53</b>	<b>0,00</b>	<b>1.055.844,53</b>
<b>Total das Deduções (Total AC + ANC - Obrig. Financ.)</b>				<b>-593.773,42</b>
<b>Total da Dívida Consolidada</b>				<b>167.251,78</b>

**5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida Excluído RPPS - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2016 - 01/01/2016 a 30/06/2016**

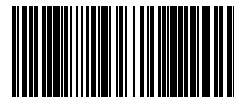
Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Insuficiência Financeira</b>				<b>593.773,42</b>
<b>TOTAL</b>				<b>593.773,42</b>

**5.2.4.5 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2016 - 01/01/2016 a 30/06/2016**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**5.2.4.6 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS - Ativo Circulante e Não Circulante - Exercício de 2016 - 01/01/2016 a 30/06/2016**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



**5.2.4.7 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS - Obrigações Financeiras - Exercício de 2016 - 01/01/2016 a 30/06/2016**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Total das Deduções (Total AC + ANC - Obrig. Financ.)				0,00
Total da Dívida Consolidada				0,00

**5.2.4.8 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2016 - 01/01/2016 a 30/06/2016**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores**

**5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2016 - 01/01/2016 a 30/06/2016**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

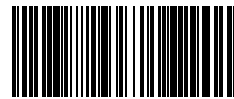
**5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2016 - 01/01/2016 a 30/06/2016**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas**

**5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2016 - 01/01/2016 a 30/06/2016**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
21149900000000000000	OUTRAS OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - CONTRATUAIS	109.876,65	0,00	109.876,65
<b>TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA</b>		<b>109.876,65</b>	<b>0,00</b>	<b>109.876,65</b>



Total para fins da apuração do cumprimento do limite	109.876,65	0,00	109.876,65
--	------------	------	------------

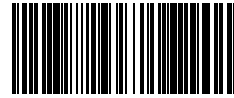
#### 5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2016 - 01/01/2016 a 30/06/2016

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

#### 5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

##### 5.2.10.1 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Exercício de 2015 - 01/01/2015 a 31/12/2015

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000000000	IPTU - PROPRIO	198.644,56	0,00	198.644,56
11120200020000000000	IPTU - MDE	82.770,87	0,00	82.770,87
11120200030000000000	IPTU - ASPS	49.662,01	0,00	49.662,01
11120431010100000000	IRRF ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	71.006,42	0,00	71.006,42
11120431010200000000	IRRF ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	29.586,39	0,00	29.586,39
11120431010300000000	IRRF ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	17.751,62	0,00	17.751,62
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO - LEGISLATIVO - PROPRIO	9.605,65	0,00	9.605,65
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO - LEGISLATIVO - MDE	4.002,36	0,00	4.002,36
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO - LEGISLATIVO - ASPS	2.401,40	0,00	2.401,40
11120431060100000000	IRRF SOBRE RENDIMENTOS - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS- PROPRIO	1.681,71	0,00	1.681,71
11120431060200000000	IRRF SOBRE RENDIMENTOS - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS- MDE	700,81	0,00	700,81
11120431060300000000	IRRF SOBRE RENDIMENTOS - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS- ASPS	420,41	0,00	420,41
11120434030100000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS-PODER EXECUTIVO-PROPRIOS	439,63	0,00	439,63
11120434030200000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS-PODER EXECUTIVO-MDE	183,20	0,00	183,20
11120434030300000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS-PODER EXECUTIVO-ASPS	109,87	0,00	109,87
11120800010000000000	ITBI - PROPRIO	67.134,45	0,00	67.134,45
11120800020000000000	ITBI - MDE	27.972,78	0,00	27.972,78
11120800030000000000	ITBI - ASPS	16.783,68	0,00	16.783,68
11130501010000000000	ISS PROPRIO	329.544,20	0,00	329.544,20
11130501020000000000	ISS FIXO MDE	137.311,26	0,00	137.311,26
11130501030000000000	ISS FIXO ASSPS	82.386,31	0,00	82.386,31
11211700000000000000	TAXA DE FISCALIZACAO DE VIGILANCIA SANITARIA	2.575,83	0,00	2.575,83
11212100000000000000	TAXA DE CONTROLE E FISCALIZACAO AMBIENTAL	9.586,66	0,00	9.586,66
11212500000000000000	TAXA DE LICENCA PARA FUNCIONAMENTO DE	28.759,51	0,00	28.759,51



31601013956974326

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



20/07/2016 - 09:37:56

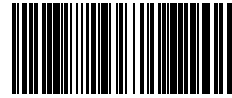
PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 30/06/2016

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAS E PRESTADORA DE SERVICOS			
11212900000000000000	TAXA DE LICENCA PARA EXECUCAO DE OBRAS	5.513,19	0,00	5.513,19
11213100000000000000	TAXA DE UTILIZACAO DE AREA DE DOMINIO PUBLICO	600,00	0,00	600,00
11229900060000000000	OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	3.225,31	0,00	3.225,31
12300000000000000000	CONTRIBUICAO PARA O CUSTEIO DO SERVICO DE ILUMINACAO PUBLICA	64.493,87	0,00	64.493,87
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	3.811.983,45	0,00	3.811.983,45
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	317.665,24	0,00	317.665,24
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	952.995,33	0,00	952.995,33
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	1.270.660,60	0,00	1.270.660,60
17210103010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - PROPRIO	167.153,09	0,00	167.153,09
17210103020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - MDE	69.647,11	0,00	69.647,11
17210103030000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - ASPS	41.788,25	0,00	41.788,25
17210104010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - PROPRIO	45.116,61	0,00	45.116,61
17210104020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - MDE	18.798,58	0,00	18.798,58
17210104030000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - ASPS	11.279,13	0,00	11.279,13
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	3.515,59	0,00	3.515,59
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	292,98	0,00	292,98
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	878,77	0,00	878,77
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	1.171,74	0,00	1.171,74
17213600010000000000	Transferencia Financeira - L.C. No87/96-Proprio	8.110,76	0,00	8.110,76
17213600020000000000	Transferencia Financeira - L.C. No87/96-Mde	675,86	0,00	675,86
17213600040000000000	Transferencia Financeira - L.C. No87/96-Asps	2.027,64	0,00	2.027,64
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA L.C.No 87/96 - FUNDEB	2.703,50	0,00	2.703,50
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	1.128.637,63	0,00	1.128.637,63
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	94.053,15	0,00	94.053,15
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	282.159,40	0,00	282.159,40
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	376.212,57	0,00	376.212,57
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	166.227,87	0,00	166.227,87
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	13.852,29	0,00	13.852,29
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	41.556,97	0,00	41.556,97
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	55.409,32	0,00	55.409,32
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI / EXPORTACAO - PROPRIO	21.740,93	0,00	21.740,93



31601013956974326

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



20/07/2016 - 09:37:56

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

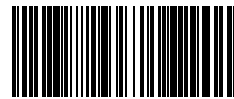
ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 30/06/2016

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI / EXPORTACAO - MDE	1.811,74	0,00	1.811,74
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI / EXPORTACAO - ASPS	5.435,24	0,00	5.435,24
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	7.247,03	0,00	7.247,03
17220113000000000000	COTA-PARTE DA CONTRIBUICAO DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO	4.115,02	0,00	4.115,02
19113500000000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA TAXA DE FISCALIZACAO E VIGILANCIA SANITARIA	20,12	0,00	20,12
19113800010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	231,80	0,00	231,80
19113800020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	96,81	0,00	96,81
19113800030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	58,02	0,00	58,02
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	487,83	0,00	487,83
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	203,70	0,00	203,70
19114000030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	121,96	0,00	121,96
19119901010100000000	MULTAS E JUROS DE MORA DAS TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	135,01	0,00	135,01
19131100010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	5.684,46	0,00	5.684,46
19131100020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	2.369,32	0,00	2.369,32
19131100030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	1.421,14	0,00	1.421,14
19131300010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	163,83	0,00	163,83
19131300020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	68,42	0,00	68,42
19131300030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	41,01	0,00	41,01
19133500000000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA DE FISCALIZACAO E VIGILANCIA SANITARIA	29,11	0,00	29,11
19139900010100000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DAS TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	1.708,61	0,00	1.708,61
19311100010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	14.212,23	0,00	14.212,23
19311100020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	5.922,28	0,00	5.922,28
19311100030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	3.553,38	0,00	3.553,38
19311300010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	847,40	0,00	847,40
19311300020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	353,19	0,00	353,19
19311300030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	211,92	0,00	211,92
19313500000000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA DE FISCALIZACAO E VIGILANCIA SANITARIA	75,22	0,00	75,22
19319901010100000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DAS TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	4.072,24	0,00	4.072,24
91112020001000000000	Deducao - IPTU - PROPRIO	-18.731,70	0,00	-18.731,70
91112020002000000000	Deducao - IPTU - MDE	-7.806,29	0,00	-7.806,29
91112020003000000000	Deducao - IPTU - ASPS	-4.683,55	0,00	-4.683,55
91113050101000000000	Deducao - ISS PROPRIO	-180.576,79	0,00	-180.576,79
91113050102000000000	Deducao - ISS FIXO MDE	-75.240,34	0,00	-75.240,34
91113050103000000000	Deducao - ISS FIXO ASSPS	-45.144,19	0,00	-45.144,19





Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91121250000000000000	Deducao - TAXA DE LICENCA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAS E PRESTADORA DE SERVICOS	-174,02	0,00	-174,02
91722010101000000000	Deducao - COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	-213,08	0,00	-213,08
91722010102000000000	Deducao - COTA-PARTE DO ICMS - MDE	-82,50	0,00	-82,50
91722010104000000000	Deducao - COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	-49,50	0,00	-49,50
91913110001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	-0,44	0,00	-0,44
91913110002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	-0,18	0,00	-0,18
91913110003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	-0,11	0,00	-0,11
<b>TOTAL</b>		<b>9.879.163,67</b>	<b>0,00</b>	<b>9.879.163,67</b>

**5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2015 - 01/01/2015 a 31/12/2015**

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
Janeiro	917.528,43	0,00	917.528,43	1,1068	1.015.520,47
Fevereiro	841.159,71	0,00	841.159,71	1,0994	924.770,99
Março	757.850,60	0,00	757.850,60	1,0936	828.785,42
Abril	730.005,85	0,00	730.005,85	1,0805	788.771,32
Mai	863.864,46	0,00	863.864,46	1,0707	924.939,68
Junho	811.101,35	0,00	811.101,35	1,0664	864.958,48
Julho	722.304,13	0,00	722.304,13	1,0592	765.064,53
Agosto	906.744,90	0,00	906.744,90	1,0531	954.893,05
Setembro	670.287,99	0,00	670.287,99	1,0489	703.065,07
Outubro	687.470,67	0,00	687.470,67	1,0342	710.982,17
Novembro	727.012,15	0,00	727.012,15	1,0164	738.935,15
Dezembro	1.243.833,43	0,00	1.243.833,43	1,0044	1.249.306,30
<b>TOTAL</b>	<b>9.879.163,67</b>	<b>0,00</b>	<b>9.879.163,67</b>		<b>10.469.992,62</b>

**5.2.11 Justificativa dos Ajustes Efetuados nas Planilhas**

**Nome da Planilha:** Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Adição/Exclusão

**Justificativa:** Excluido o valor de R\$ 2.424,00 devido ao mesmo ser uma despesa de competência do mês de Julho de 2016.

**5.3 Metas de Arrecadação**

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	2.462.653,98	2.174.612,60
2º Bimestre	2.462.653,98	1.924.567,22
3º Bimestre	2.462.653,98	2.356.461,93
4º Bimestre	2.462.653,98	0,00
5º Bimestre	2.462.653,98	0,00
6º Bimestre	2.462.653,21	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>14.775.923,11</b>	<b>6.455.641,75</b>





<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>META</b>	<b>REALIZADA</b>
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>META</b>	<b>REALIZADA</b>
1º Bimestre	444.080,06	59,43
2º Bimestre	444.080,06	123,41
3º Bimestre	444.080,06	109.958,24
4º Bimestre	444.080,06	0,00
5º Bimestre	444.080,06	0,00
6º Bimestre	444.079,70	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.664.480,00</b>	<b>110.141,08</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>META</b>	<b>REALIZADA</b>
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>META</b>	<b>REALIZADA</b>
1º Bimestre	-382.736,67	-355.486,28
2º Bimestre	-382.736,67	-314.998,21
3º Bimestre	-382.736,67	-360.395,48
4º Bimestre	-382.736,67	0,00
5º Bimestre	-382.736,67	0,00
6º Bimestre	-382.736,65	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>-2.296.420,00</b>	<b>-1.030.879,97</b>
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>15.143.983,11</b>	<b>5.534.902,86</b>

## 5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

### 5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2015.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2016.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2015.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2015.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2015.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2016.

## 6. Cadastro de Administradores da Entidade

### 6.1 Administradores da Entidade

#### Poder Executivo



Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



Identificação do(a) Administrador

Nome: Valserina Maria Bulegon Gassen

CPF: 6423930015

Cargo/Função: Prefeita

Mandato - Início e Término: 01/01/2013 a

Substitutos:

CPF: 18800491049	Nome: Ailton Bitencourt	Cargo: Vice Prefeito
------------------	-------------------------	----------------------

Substituições:

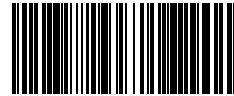
Início: 21/03/2016	Término: 04/04/2016
Início: 20/05/2016	Término: 31/05/2016

Não houve substituições formais no 1º bimestre.

7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

nada a declarar



31601013956974326

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



20/07/2016 - 09:37:56

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 30/06/2016

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SÃO JOÃO DO POLÊSINE, 20 de Julho de 2016

CLOVIS COLETTTO  
Contabilista

VALSERINA MARIA BULEGON GASSEN  
Prefeito Municipal



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Deverá ser consolidado para fins de LRF	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

## 1. Informações da Entidade

### 1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94444247000140

Período: 01/01/2016 a 31/08/2016 - 4º Bimestre

Prefeitura: PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

Logradouro: Rua Guilherme Albertti

nr: 1631

compl: Predio

Telefone: (55) 3269-1155

HomePage: www.saojoaodopolesine.rs.gov.br

E-Mail: prefeitura@saojoaodopolesine.rs.gov.br

Prefeito Municipal: VALSERINA MARIA BULEGON GASSEN

Contabilista: CLOVIS COLETTI

Número do CRC: 46331

### 1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DUETO TECNOLOGIA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (51)21182200

Responsável: RAFAEL SEBBEN

E-Mail: dueto@duetotecnologia.com.br

### 1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil  
☒ Financeiro  
☒ Patrimonial  
☒ Pessoal  
☒ Orçamentário  
☒ Tributário  
☒ Folha de Pagamento  
☐ Outros  
☐ Nenhum

### 1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
1509149000163	CONDESUS QUARTA COLÔNIA
94446804000162	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA SAUDE

### 1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

### 1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

## 2. Informações Contábeis



41601033087722064

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



21/09/2016 - 09:31:00

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 31/08/2016

## 2.1 Contas de Receita

### 2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
RECEITA TRIBUTARIA	1.349.900,00	863.020,72
RECEITA DE CONTRIBUICOES	80.000,00	44.457,61
RECEITA PATRIMONIAL	46.450,00	25.362,79
RECEITA DE SERVICOS	270.400,00	171.570,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	12.866.173,11	7.616.892,14
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	163.000,00	112.488,55
<b>SOMA DAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>14.775.923,11</b>	<b>8.833.791,81</b>
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
<b>SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RECEITAS DE CAPITAL		
OPERACOES DE CREDITO	700.000,00	315.627,86
ALIENACAO DE BENS	120.000,00	0,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	1.000,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.833.480,00	49.521,46
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	10.000,00	415,91
<b>SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.664.480,00</b>	<b>365.565,23</b>
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
<b>SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DEDUÇÕES DE RECEITA</b>	<b>-2.296.420,00</b>	<b>-1.353.739,49</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>15.143.983,11</b>	<b>7.845.617,55</b>

## 2.2 Contas de Despesa

### 2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	14.524.433,11
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	684.089,56
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	495.500,00
<b>DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES</b>	<b>14.713.022,67</b>
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	8.485.813,70
Liquidado	7.726.118,86
Pago	6.915.273,84



Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



21/09/2016 - 09:31:00

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 31/08/2016

<b>SALDO A LIQUIDAR</b>	<b>759.694,84</b>
<b>SALDO A PAGAR</b>	<b>810.845,02</b>

<b>DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>VALOR</b>
Empenhado	621.244,64
Liquidado	621.244,64
Pago	511.733,60
<b>SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO</b>	<b>0,00</b>
<b>SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO</b>	<b>109.511,04</b>

### 2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

#### ORIGEM DO RECURSO

Excesso de Arrecadação	39.773,27
Reduções/Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	495.500,00
Superávit Financeiro	148.816,29
<b>TOTAL</b>	<b>684.089,56</b>

### 2.3 Contas de Verificação

#### 2.3.1 Resumo por Grupos

	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Saldo Final</b>
ATIVO CIRCULANTE	460.829,56D	625.488,79D
ATIVO NAO CIRCULANTE	13.124.435,10D	13.725.131,12D
PASSIVO CIRCULANTE	657.340,56C	1.071.180,69C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	315.627,86C
PATRIMONIO LIQUIDO	12.927.924,10C	12.927.665,90C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	3.644.706,86D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	263.034,75D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	3.064.101,71D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	1.276.010,04D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	862,00D
TRIBUTARIAS	0,00	108.748,19D
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	92.066,19D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	795.095,48C
CONTRIBUICOES	0,00	44.457,61C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	174.584,10C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	77.003,93C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	7.323.629,89C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	35,00C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	70.869,19C

#### 2.3.3 Disponibilidade Financeira

<b>PODER EXECUTIVO</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Saldo Final</b>
Caixa	5.764,33D	2.159,03D
Bancos Conta Movimento	341.884,04D	467.910,88D
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00



<b>PODER EXECUTIVO</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Saldo Final</b>
Outros	0,00	0,00
<b>TOTAL PODER EXECUTIVO</b>	<b>347.648,37D</b>	<b>470.069,91D</b>
<b>RPPS</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Saldo Final</b>
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
<b>TOTAL RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>OUTROS</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Saldo Final</b>
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
<b>TOTAL OUTROS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>347.648,37D</b>	<b>470.069,91D</b>

## 2.5 Valores do Exercício Anterior

<b>CONTAS DE DESPESA</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Liquidado</b>	<b>Pago</b>
1º Bimestre	1.770.720,71	1.355.062,52	1.083.961,72
2º Bimestre	1.984.200,40	1.911.992,36	1.686.543,58
3º Bimestre	1.817.471,02	1.901.887,65	1.839.741,80
4º Bimestre	1.915.394,15	1.956.931,83	1.790.442,53
5º Bimestre	1.487.843,75	1.498.015,80	1.476.980,33
6º Bimestre	1.598.927,49	1.950.667,36	2.159.927,64

<b>CONTAS DE RECEITA</b>	<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>
RECEITAS CORRENTES	13.733.533,11	12.466.403,15
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	4.223.301,77	154.573,80
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00

<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>Orçado</b>	<b>Realizado</b>
DEDUCOES	-2.040.800,00	-2.058.565,28
<b>TOTAL CONTAS DE RECEITA</b>	<b>15.916.034,88</b>	<b>10.562.411,67</b>

## 2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

### Contas Patrimoniais

<b>Cod. Conta</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor Contábil</b>	<b>Adição/Exclusão</b>	<b>Valor Ajustado</b>
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				





Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Contas de Receita**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**3. Índices Constitucionais**

**3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)**

**3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas**

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000000000	IPTU - PROPRIO	209.492,11	0,00	209.492,11
11120200020000000000	IPTU - MDE	87.290,16	0,00	87.290,16
11120200030000000000	IPTU - ASPS	52.373,71	0,00	52.373,71
11120431010100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	52.893,98	0,00	52.893,98
11120431010200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	22.039,60	0,00	22.039,60
11120431010300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	13.223,44	0,00	13.223,44
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	6.268,74	0,00	6.268,74
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	2.612,01	0,00	2.612,01
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	1.567,20	0,00	1.567,20
11120431060100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	1.602,26	0,00	1.602,26
11120431060200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	667,63	0,00	667,63
11120431060300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	400,53	0,00	400,53
11120434030100000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - PROPRIOS	344,35	0,00	344,35
11120434030200000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - MDE	143,48	0,00	143,48
11120434030300000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - ASPS	86,08	0,00	86,08
11120800010000000000	ITBI - PROPRIO	39.820,39	0,00	39.820,39
11120800020000000000	ITBI - MDE	16.591,83	0,00	16.591,83
11120800030000000000	ITBI - ASPS	9.955,08	0,00	9.955,08
11130501010000000000	ISS - PROPRIO	200.297,77	0,00	200.297,77
11130501020000000000	ISS - MDE	83.458,12	0,00	83.458,12
11130501030000000000	ISS - ASPS	50.074,50	0,00	50.074,50
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	2.612.431,62	0,00	2.612.431,62
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	217.702,59	0,00	217.702,59
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS	653.107,53	0,00	653.107,53



41601033087722064

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



21/09/2016 - 09:31:00

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 31/08/2016

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS			
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	870.810,18	0,00	870.810,18
17210104010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - PROPRIO	128.926,51	0,00	128.926,51
17210104020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - MDE	53.719,37	0,00	53.719,37
17210104030000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - ASPS	32.231,60	0,00	32.231,60
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	174,35	0,00	174,35
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	14,52	0,00	14,52
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	43,52	0,00	43,52
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	58,04	0,00	58,04
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	5.569,92	0,00	5.569,92
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	464,18	0,00	464,18
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	1.392,46	0,00	1.392,46
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	1.856,64	0,00	1.856,64
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	833.730,18	0,00	833.730,18
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	69.477,52	0,00	69.477,52
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	208.432,53	0,00	208.432,53
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	277.910,09	0,00	277.910,09
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	154.912,16	0,00	154.912,16
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	12.909,34	0,00	12.909,34
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	38.728,03	0,00	38.728,03
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	51.637,42	0,00	51.637,42
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	10.415,46	0,00	10.415,46
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	867,96	0,00	867,96
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	2.603,87	0,00	2.603,87
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	3.471,85	0,00	3.471,85
19113800010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	19,80	0,00	19,80
19113800020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	8,26	0,00	8,26
19113800030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	4,92	0,00	4,92
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	362,14	0,00	362,14
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	151,16	0,00	151,16
19114000030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	90,51	0,00	90,51
19131100010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	6.114,66	0,00	6.114,66
19131100020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	2.548,78	0,00	2.548,78
19131100030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	1.529,05	0,00	1.529,05
19131300010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	93,51	0,00	93,51
19131300020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	39,03	0,00	39,03
19131300030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	23,38	0,00	23,38
19311100010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	16.004,26	0,00	16.004,26
19311100020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	6.669,07	0,00	6.669,07
19311100030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	4.001,26	0,00	4.001,26



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
19311300010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	683,30	0,00	683,30
19311300020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	284,73	0,00	284,73
19311300030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	170,82	0,00	170,82
91112020001000000000	Deducao - IPTU - PROPRIO	-21.629,58	0,00	-21.629,58
91112020002000000000	Deducao - IPTU - MDE	-9.013,69	0,00	-9.013,69
91112020003000000000	Deducao - IPTU - ASPS	-5.407,77	0,00	-5.407,77
91113050101000000000	Deducao - ISS - PROPRIO	-67.040,90	0,00	-67.040,90
91113050102000000000	Deducao - ISS - MDE	-27.933,73	0,00	-27.933,73
91113050103000000000	Deducao - ISS - ASPS	-16.760,23	0,00	-16.760,23
91722010101000000000	Deducao - COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	-17,53	0,00	-17,53
91911400001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	-0,49	0,00	-0,49
91911400002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	-0,20	0,00	-0,20
91911400003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	-0,12	0,00	-0,12
91913110001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	-0,57	0,00	-0,57
91913110002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	-0,26	0,00	-0,26
91913110003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	-0,13	0,00	-0,13
91931110001000000000	Deducao - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	-2,21	0,00	-2,21
91931110002000000000	Deducao - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	-0,96	0,00	-0,96
91931110003000000000	Deducao - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	-0,54	0,00	-0,54
<b>SUBTOTAL</b>		<b>6.985.792,14</b>	<b>0,00</b>	<b>6.985.792,14</b>

**TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada** **1.746.448,03**

**3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados**

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	212.802,83	0,00	212.802,83
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	355.155,48	0,00	355.155,48
20	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.701,03	0,00	9.701,03
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-36.947,42	0,00	-36.947,42
20	DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-1,42	0,00	-1,42
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.205.744,22	0,00	1.205.744,22
<b>TOTAL II</b>		<b>1.746.454,72</b>	<b>0,00</b>	<b>1.746.454,72</b>

**3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados**

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	380.258,85	0,00	380.258,85
20	Educação Infantil	228.007,16	0,00	228.007,16
31	Ensino Fundamental	251.566,65	0,00	251.566,65
31	Educação Infantil	291.563,60	0,00	291.563,60
<b>SUBTOTAL I</b>		<b>1.151.396,26</b>	<b>0,00</b>	<b>1.151.396,26</b>

**3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais**

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL II</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



41601033087722064

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



21/09/2016 - 09:31:00

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 31/08/2016

(+) Perda com o FUNDEB	664.584,64	0,00	664.584,64
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB	1.953,60	0,00	1.953,60
	% de Aplicação		Valor Aplicado
<b>TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)</b>	<b>25,97</b>		<b>1.814.027,30</b>

### 3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
<b>TOTAL</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

#### 3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	2.612.431,62	0,00	2.612.431,62
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	217.702,59	0,00	217.702,59
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	653.107,53	0,00	653.107,53
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	870.810,18	0,00	870.810,18
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	174,35	0,00	174,35
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	14,52	0,00	14,52
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	43,52	0,00	43,52
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	58,04	0,00	58,04
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	5.569,92	0,00	5.569,92
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	464,18	0,00	464,18
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	1.392,46	0,00	1.392,46
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	1.856,64	0,00	1.856,64
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	833.730,18	0,00	833.730,18
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	69.477,52	0,00	69.477,52
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	208.432,53	0,00	208.432,53
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	277.910,09	0,00	277.910,09
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	154.912,16	0,00	154.912,16
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	12.909,34	0,00	12.909,34
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	38.728,03	0,00	38.728,03
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	51.637,42	0,00	51.637,42
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	10.415,46	0,00	10.415,46
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	867,96	0,00	867,96
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	2.603,87	0,00	2.603,87
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	3.471,85	0,00	3.471,85
91722010101000000000	Deducao - COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	-17,53	0,00	-17,53
<b>SUBTOTAL</b>		<b>6.028.704,43</b>	<b>0,00</b>	<b>6.028.704,43</b>

**Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada** **1.205.740,89**

#### 3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos



Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.205.744,22	0,00	1.205.744,22
<b>TOTAL II</b>		<b>1.205.744,22</b>	<b>0,00</b>	<b>1.205.744,22</b>

### 3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	251.566,65	0,00	251.566,65
31	Educação Infantil	291.563,60	0,00	291.563,60
<b>SUBTOTAL I</b>		<b>543.130,25</b>	<b>0,00</b>	<b>543.130,25</b>
(+ ) Perda com o FUNDEB		664.584,64	0,00	664.584,64
(- ) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB		1.588,84	0,00	1.588,84
		% de Aplicação		Valor Aplicado
<b>TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB</b>		<b>20,01</b>		<b>1.206.126,05</b>

### 3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

#### 3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2016

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13250102000000000000	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FUNDEB	1.588,84	0,00	1.588,84
17240100000000000000	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	541.159,58	0,00	541.159,58
<b>Total</b>		<b>542.748,42</b>	<b>0,00</b>	<b>542.748,42</b>
<b>Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB</b>				<b>325.649,05</b>

#### 3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2016

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	226.935,34	0,00	226.935,34
31	Educação Infantil	223.501,41	0,00	223.501,41
<b>TOTAL</b>		<b>450.436,75</b>	<b>0,00</b>	<b>450.436,75</b>
<b>% de Aplicação</b>				<b>82,99</b>

### 3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

#### 3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2015	1.748,10	0,00	1.748,10
<b>TOTAL</b>	<b>1.748,10</b>	<b>0,00</b>	<b>1.748,10</b>
<b>Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5%</b>			

87,41

#### 3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2016 (Janeiro - Agosto)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Educação Infantil	1.891,70	0,00	1.891,70
<b>TOTAL</b>		<b>1.891,70</b>	<b>0,00</b>	<b>1.891,70</b>

### 3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS



3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000000000	IPTU - PROPRIO	209.492,11	0,00	209.492,11
11120200020000000000	IPTU - MDE	87.290,16	0,00	87.290,16
11120200030000000000	IPTU - ASPS	52.373,71	0,00	52.373,71
11120431010100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	52.893,98	0,00	52.893,98
11120431010200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	22.039,60	0,00	22.039,60
11120431010300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	13.223,44	0,00	13.223,44
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	6.268,74	0,00	6.268,74
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	2.612,01	0,00	2.612,01
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	1.567,20	0,00	1.567,20
11120431060100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	1.602,26	0,00	1.602,26
11120431060200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	667,63	0,00	667,63
11120431060300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	400,53	0,00	400,53
11120434030100000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - PROPRIOS	344,35	0,00	344,35
11120434030200000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - MDE	143,48	0,00	143,48
11120434030300000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - ASPS	86,08	0,00	86,08
11120800010000000000	ITBI - PROPRIO	39.820,39	0,00	39.820,39
11120800020000000000	ITBI - MDE	16.591,83	0,00	16.591,83
11120800030000000000	ITBI - ASPS	9.955,08	0,00	9.955,08
11130501010000000000	ISS - PROPRIO	200.297,77	0,00	200.297,77
11130501020000000000	ISS - MDE	83.458,12	0,00	83.458,12
11130501030000000000	ISS - ASPS	50.074,50	0,00	50.074,50
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	2.612.431,62	0,00	2.612.431,62
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	217.702,59	0,00	217.702,59
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	653.107,53	0,00	653.107,53
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	870.810,18	0,00	870.810,18
17210104010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - PROPRIO	128.926,51	0,00	128.926,51
17210104020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - MDE	53.719,37	0,00	53.719,37
17210104030000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - ASPS	32.231,60	0,00	32.231,60
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	174,35	0,00	174,35
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	14,52	0,00	14,52
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	43,52	0,00	43,52
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	58,04	0,00	58,04
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	5.569,92	0,00	5.569,92
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	464,18	0,00	464,18
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	1.392,46	0,00	1.392,46





41601033087722064

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



21/09/2016 - 09:31:00

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 31/08/2016

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	1.856,64	0,00	1.856,64
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	833.730,18	0,00	833.730,18
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	69.477,52	0,00	69.477,52
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	208.432,53	0,00	208.432,53
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	277.910,09	0,00	277.910,09
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	154.912,16	0,00	154.912,16
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	12.909,34	0,00	12.909,34
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	38.728,03	0,00	38.728,03
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	51.637,42	0,00	51.637,42
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	10.415,46	0,00	10.415,46
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	867,96	0,00	867,96
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	2.603,87	0,00	2.603,87
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	3.471,85	0,00	3.471,85
19113800010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	19,80	0,00	19,80
19113800020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	8,26	0,00	8,26
19113800030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	4,92	0,00	4,92
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	362,14	0,00	362,14
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	151,16	0,00	151,16
19114000030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	90,51	0,00	90,51
19131100010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	6.114,66	0,00	6.114,66
19131100020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	2.548,78	0,00	2.548,78
19131100030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	1.529,05	0,00	1.529,05
19131300010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	93,51	0,00	93,51
19131300020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	39,03	0,00	39,03
19131300030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	23,38	0,00	23,38
19311100010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	16.004,26	0,00	16.004,26
19311100020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	6.669,07	0,00	6.669,07
19311100030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	4.001,26	0,00	4.001,26
19311300010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	683,30	0,00	683,30
19311300020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	284,73	0,00	284,73
19311300030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	170,82	0,00	170,82
91112020001000000000	Deducao - IPTU - PROPRIO	-21.629,58	0,00	-21.629,58
91112020002000000000	Deducao - IPTU - MDE	-9.013,69	0,00	-9.013,69
91112020003000000000	Deducao - IPTU - ASPS	-5.407,77	0,00	-5.407,77
91113050101000000000	Deducao - ISS - PROPRIO	-67.040,90	0,00	-67.040,90
91113050102000000000	Deducao - ISS - MDE	-27.933,73	0,00	-27.933,73
91113050103000000000	Deducao - ISS - ASPS	-16.760,23	0,00	-16.760,23
91722010101000000000	Deducao - COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	-17,53	0,00	-17,53
91911400001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	-0,49	0,00	-0,49
91911400002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	-0,20	0,00	-0,20
91911400003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	-0,12	0,00	-0,12
91913110001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	-0,57	0,00	-0,57
91913110002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	-0,26	0,00	-0,26





41601033087722064

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



21/09/2016 - 09:31:00

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 31/08/2016

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91913110003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	-0,13	0,00	-0,13
91931110001000000000	Deducao - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	-2,21	0,00	-2,21
91931110002000000000	Deducao - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	-0,96	0,00	-0,96
91931110003000000000	Deducao - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	-0,54	0,00	-0,54
<b>SUBTOTAL I</b>		<b>6.985.792,14</b>	<b>0,00</b>	<b>6.985.792,14</b>

**TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada** **1.047.868,82**

### 3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	127.680,54	0,00	127.680,54
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	936.539,54	0,00	936.539,54
40	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.819,94	0,00	5.819,94
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-22.168,00	0,00	-22.168,00
40	DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-0,79	0,00	-0,79
<b>TOTAL II</b>		<b>1.047.871,23</b>	<b>0,00</b>	<b>1.047.871,23</b>

### 3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Administração Geral (modalidade de aplicação 71)	-2.935,99	0,00	-2.935,99
40	Administração Geral	4.761,40	0,00	4.761,40
40	Atenção Básica	1.497.584,34	0,00	1.497.584,34
40	Vigilância Sanitária	76,40	0,00	76,40
40	Vigilância Epidemiológica	86,00	0,00	86,00
<b>SUBTOTAL I</b>		<b>1.499.572,15</b>	<b>0,00</b>	<b>1.499.572,15</b>

### 3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL II</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS	1.215,64	0,00	1.215,64
<b>SUBTOTAL III</b>	<b>1.215,64</b>	<b>0,00</b>	<b>1.215,64</b>

	% de Aplicação	Valor Aplicado
<b>TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)</b>	<b>21,45</b>	<b>1.498.356,51</b>

### 3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
<b>TOTAL</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

#### 4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
SUBFUNC.TXT	SFU_09	0	0		A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 71, 72, 181, 182, 291, 292, 401, 402, 511, 512, 621, 622, 731, 732, 841, 842,



Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
					951, 952, 1061, 1062, 1171, 1172, 1281, 1282, 1391, 1392, 1501, 1502, 1611 e 1612 difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 1%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 1%
CTA_DISP.TXT	CTV_31	0	0		Código de Recurso Vinculado 1037, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT
CTA_DISP.TXT	CTV_31	0	0		Código de Recurso Vinculado 1038, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT
CTA_DISP.TXT	CTV_31	0	0		Código de Recurso Vinculado 1089, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT
CTA_DISP.TXT	CTV_31	0	0		Código de Recurso Vinculado 1117, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT
CTA_DISP.TXT	CTV_22	0	0	AVISO	18 % dos campos "código da conta corrente" foram preenchidos com zeros

#### 4.2 Avisos Justificados pela Entidade

**Descrição:** SFU\_09 - A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 71, 72, 181, 182, 291, 292, 401, 402, 511, 512, 621, 622, 731, 732, 841, 842, 951, 952, 1061, 1062, 1171, 1172, 1281, 1282, 1391, 1392, 1501, 1502, 1611 e 1612 difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.

**Justificativa:** Estamos realizando a manutenções em nosso sistema para adequar as sub-funções de conforme as determinações do TCE-RS.

**Descrição:** CTV\_31 - Código de Recurso Vinculado 1037, do arquivo BAL\_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA\_DISP.TXT

**Justificativa:** O município utiliza a fonte de recurso 1037 para registrar todas as receitas provenientes de aplicações financeiras dos recursos recebidos para despesas de capital exceto os da saúde que tem codificação própria.

**Descrição:** CTV\_31 - Código de Recurso Vinculado 1038, do arquivo BAL\_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA\_DISP.TXT

**Justificativa:** O município utiliza a fonte de recurso 1038 para registrar todas as receitas provenientes de aplicações financeiras dos recursos recebidos para despesas de custeio exceto os da saúde que tem codificação própria.

**Descrição:** CTV\_31 - Código de Recurso Vinculado 1089, do arquivo BAL\_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA\_DISP.TXT

**Justificativa:** O município utiliza a fonte de recurso 1089 para registrar todas as receitas provenientes de aplicações financeiras dos recursos recebidos através do FNAS.

**Descrição:** CTV\_31 - Código de Recurso Vinculado 1117, do arquivo BAL\_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA\_DISP.TXT

**Justificativa:** Recurso 1117 Vinculado a operação de crédito programa PIMES BADESUL contrato nº 055/2015.

#### 5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

##### 5.1 Transparência da Gestão Fiscal

##### 5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	30/03/2016	ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL
	Jornal		Não Publicado
	Internet	30/03/2016	WWW.SAOJOAODOPOLESINE.RS.GOV.BR
2º Bimestre	Mural	30/05/2016	ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL
	Jornal		Não Publicado
	Internet	30/05/2016	WWW.SAOJOAODOPOLESINE.RS.GOV.BR
3º Bimestre	Mural	29/07/2016	ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL
	Jornal		Não Publicado
	Internet	29/07/2016	WWW.SAOJOAODOPOLESINE.RS.GOV.BR
4º Bimestre	Mural	30/09/2016	ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL
	Jornal		Não Publicado
	Internet	30/09/2016	WWW.SAOJOAODOPOLESINE.RS.GOV.BR

##### 5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Período	Data	Local
3º Quadrimestre/2015	29/02/2016	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
1º Quadrimestre/2016	30/05/2016	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
2º Quadrimestre/2016	30/09/2016	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES



41601033087722064

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



21/09/2016 - 09:31:00

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 31/08/2016

#### 5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
27/05/2013	<a href="http://www.saojoaodopolesine.rs.gov.br/">http://www.saojoaodopolesine.rs.gov.br/</a>

Não foram inseridas observações.

#### 5.1.5 Custeio de Competências de Outros Entes da Federação - Art. 62 da LFR

O Município não contribuiu para o custeio de despesas de outros entes da federação.

#### 5.3 Metas de Arrecadação

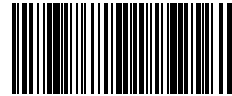
RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	2.462.653,98	2.174.612,60
2º Bimestre	2.462.653,98	1.924.567,22
3º Bimestre	2.462.653,98	2.356.461,93
4º Bimestre	2.462.653,98	2.378.150,06
5º Bimestre	2.462.653,98	0,00
6º Bimestre	2.462.653,21	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>14.775.923,11</b>	<b>8.833.791,81</b>
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	444.080,06	59,43
2º Bimestre	444.080,06	123,41
3º Bimestre	444.080,06	109.958,24
4º Bimestre	444.080,06	255.424,15
5º Bimestre	444.080,06	0,00
6º Bimestre	444.079,70	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.664.480,00</b>	<b>365.565,23</b>
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-382.736,67	-355.486,28
2º Bimestre	-382.736,67	-314.998,21
3º Bimestre	-382.736,67	-360.395,48
4º Bimestre	-382.736,67	-322.859,52
5º Bimestre	-382.736,67	0,00
6º Bimestre	-382.736,65	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>-2.296.420,00</b>	<b>-1.353.739,49</b>
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>15.143.983,11</b>	<b>7.845.617,55</b>

#### 5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

##### 5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2015.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2016.



Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2015.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2015.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2015.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2016.

## 6. Cadastro de Administradores da Entidade

### 6.1 Administradores da Entidade

#### Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Valserina Maria Bulegon Gassen

CPF: 6423930015

Cargo/Função: Prefeita

Mandato - Início e Término: 01/01/2013 a

Substitutos:

CPF: 18800491049

Nome: Ailton Bitencourt

Cargo: Vice Prefeito

Substituições:

Início: 21/03/2016

Término: 04/04/2016

Início: 20/05/2016

Término: 31/05/2016

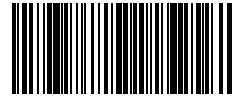
Não houve substituições formais no 1º bimestre.

Não houve substituições formais no 4º bimestre.

## 7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

nada a declarar



41601033087722064

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



21/09/2016 - 09:31:00

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 31/08/2016

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SÃO JOÃO DO POLÊSINE, 21 de Setembro de 2016

CLOVIS COLETTTO

Contabilista

VALSERINA MARIA BULEGON GASSEN

Prefeito Municipal



Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Deverá ser consolidado para fins de LRF	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

## 1. Informações da Entidade

### 1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94444247000140

Período: 01/01/2016 a 31/10/2016 - 5º Bimestre

Prefeitura: PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

Logradouro: Rua Guilherme Albertti

nr: 1631

compl: Predio

Telefone: (55) 3269-1155

HomePage: www.saojoaodopolesine.rs.gov.br

E-Mail: prefeitura@saojoaodopolesine.rs.gov.br

Prefeito Municipal: VALSERINA MARIA BULEGON GASSEN

Contabilista: CLOVIS COLETTI

Número do CRC: 46331

### 1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DUETO TECNOLOGIA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (51)21182200

Responsável: RAFAEL SEBBEN

E-Mail: dueto@duetotecnologia.com.br

### 1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil  
☒ Financeiro  
☒ Patrimonial  
☒ Pessoal  
☒ Orçamentário  
☒ Tributário  
☒ Folha de Pagamento  
☐ Outros  
☐ Nenhum

### 1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
1509149000163	CONDESUS QUARTA COLÔNIA
94446804000162	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA SAUDE

### 1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

### 1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

## 2. Informações Contábeis



## 2.1 Contas de Receita

### 2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
RECEITA TRIBUTARIA	1.349.900,00	1.050.926,90
RECEITA DE CONTRIBUICOES	80.000,00	55.823,83
RECEITA PATRIMONIAL	46.450,00	36.256,89
RECEITA DE SERVICOS	270.400,00	183.829,48
TRANSFERENCIAS CORRENTES	12.866.173,11	9.197.368,51
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	163.000,00	141.133,91
<b>SOMA DAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>14.775.923,11</b>	<b>10.665.339,52</b>
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
<b>SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RECEITAS DE CAPITAL		
OPERACOES DE CREDITO	700.000,00	416.607,74
ALIENACAO DE BENS	120.000,00	0,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	1.000,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.833.480,00	49.521,46
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	10.000,00	731,57
<b>SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.664.480,00</b>	<b>466.860,77</b>
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
<b>SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DEDUÇÕES DE RECEITA</b>	<b>-2.296.420,00</b>	<b>-1.633.671,12</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>15.143.983,11</b>	<b>9.498.529,17</b>

## 2.2 Contas de Despesa

### 2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	14.524.433,11
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	881.192,60
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	595.550,00
<b>DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES</b>	<b>14.810.075,71</b>
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	10.153.815,07
Liquidado	9.713.695,02
Pago	8.635.213,20





Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/11/2016 - 10:37:03

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 31/10/2016

<b>SALDO A LIQUIDAR</b>	<b>440.120,05</b>
<b>SALDO A PAGAR</b>	<b>1.078.481,82</b>

<b>DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>VALOR</b>
Empenhado	621.244,64
Liquidado	621.244,64
Pago	511.733,60
<b>SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO</b>	<b>0,00</b>
<b>SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO</b>	<b>109.511,04</b>

## 2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

### ORIGEM DO RECURSO

Auxílios e Convênios	37.521,46
Excesso de Arrecadação	68.012,89
Reduções/Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	595.550,00
Superávit Financeiro	180.108,25
<b>TOTAL</b>	<b>881.192,60</b>

## 2.3 Contas de Verificação

### 2.3.1 Resumo por Grupos

	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Saldo Final</b>
ATIVO CIRCULANTE	460.829,56D	477.302,63D
ATIVO NAO CIRCULANTE	13.124.435,10D	13.952.271,34D
PASSIVO CIRCULANTE	657.340,56C	1.339.366,01C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	416.607,74C
PATRIMONIO LIQUIDO	12.927.924,10C	12.927.665,90C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	4.600.391,50D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	331.138,88D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	3.806.663,01D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	8.979,61D
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	1.576.864,38D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	3.430,81D
TRIBUTARIAS	0,00	131.741,14D
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	93.844,44D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	963.004,40C
CONTRIBUICOES	0,00	55.823,83C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	186.091,67C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	99.591,68C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	8.904.106,26C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	35,00C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	90.335,25C

### 2.3.3 Disponibilidade Financeira

<b>PODER EXECUTIVO</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Saldo Final</b>
Caixa	5.764,33D	2.455,31D
Bancos Conta Movimento	341.884,04D	349.505,40D



51601030923849789

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/11/2016 - 10:37:03

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 31/10/2016

PODER EXECUTIVO	Saldo Inicial	Saldo Final
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
<b>TOTAL PODER EXECUTIVO</b>	<b>347.648,37D</b>	<b>351.960,71D</b>
RPPS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
<b>TOTAL RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
OUTROS	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
<b>TOTAL OUTROS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>347.648,37D</b>	<b>351.960,71D</b>

## 2.5 Valores do Exercício Anterior

CONTAS DE DESPESA	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	1.770.720,71	1.355.062,52	1.083.961,72
2º Bimestre	1.984.200,40	1.911.992,36	1.686.543,58
3º Bimestre	1.817.471,02	1.901.887,65	1.839.741,80
4º Bimestre	1.915.394,15	1.956.931,83	1.790.442,53
5º Bimestre	1.487.843,75	1.498.015,80	1.476.980,33
6º Bimestre	1.598.927,49	1.950.667,36	2.159.927,64

CONTAS DE RECEITA	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	13.733.533,11	12.466.403,15
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	4.223.301,77	154.573,80
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-2.040.800,00	-2.058.565,28
<b>TOTAL CONTAS DE RECEITA</b>	<b>15.916.034,88</b>	<b>10.562.411,67</b>

## 2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS

### Contas Patrimoniais



51601030923849789

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/11/2016 - 10:37:03

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 31/10/2016

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00

<b>TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
--------------------------------------	--	-------------	-------------	-------------

**Contas de Receita**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00

<b>TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
------------------------------------	--	-------------	-------------	-------------

**3. Índices Constitucionais**

**3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)**

**3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas**

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000000000	IPTU - PROPRIO	226.714,17	0,00	226.714,17
11120200020000000000	IPTU - MDE	94.466,45	0,00	94.466,45
11120200030000000000	IPTU - ASPS	56.679,47	0,00	56.679,47
11120431010100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	68.578,74	0,00	68.578,74
11120431010200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	28.575,02	0,00	28.575,02
11120431010300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	17.144,63	0,00	17.144,63
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	7.833,62	0,00	7.833,62
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	3.264,04	0,00	3.264,04
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	1.958,42	0,00	1.958,42
11120431060100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	1.753,99	0,00	1.753,99
11120431060200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	730,84	0,00	730,84
11120431060300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	438,46	0,00	438,46
11120434030100000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - PROPRIOS	414,19	0,00	414,19
11120434030200000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - MDE	172,58	0,00	172,58
11120434030300000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - ASPS	103,54	0,00	103,54
11120800010000000000	ITBI - PROPRIO	53.263,17	0,00	53.263,17
11120800020000000000	ITBI - MDE	22.192,99	0,00	22.192,99
11120800030000000000	ITBI - ASPS	13.315,79	0,00	13.315,79
11130501010000000000	ISS - PROPRIO	257.134,27	0,00	257.134,27
11130501020000000000	ISS - MDE	107.140,15	0,00	107.140,15
11130501030000000000	ISS - ASPS	64.283,61	0,00	64.283,61
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	3.156.112,49	0,00	3.156.112,49
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	263.009,31	0,00	263.009,31



51601030923849789

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/11/2016 - 10:37:03

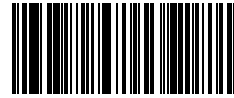
PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 31/10/2016

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	789.027,63	0,00	789.027,63
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	1.052.037,02	0,00	1.052.037,02
17210104010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - PROPRIO	128.926,51	0,00	128.926,51
17210104020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - MDE	53.719,37	0,00	53.719,37
17210104030000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - ASPS	32.231,60	0,00	32.231,60
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	3.507,57	0,00	3.507,57
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	292,30	0,00	292,30
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	876,79	0,00	876,79
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	1.169,08	0,00	1.169,08
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	6.962,34	0,00	6.962,34
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	580,22	0,00	580,22
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	1.740,56	0,00	1.740,56
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	2.320,78	0,00	2.320,78
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	1.029.031,59	0,00	1.029.031,59
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	85.752,63	0,00	85.752,63
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	257.257,88	0,00	257.257,88
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	343.010,57	0,00	343.010,57
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	156.548,73	0,00	156.548,73
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	13.045,73	0,00	13.045,73
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	39.137,18	0,00	39.137,18
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	52.182,95	0,00	52.182,95
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	12.747,34	0,00	12.747,34
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	1.062,29	0,00	1.062,29
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	3.186,85	0,00	3.186,85
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	4.249,16	0,00	4.249,16
19113800010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	214,61	0,00	214,61
19113800020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	89,62	0,00	89,62
19113800030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	53,75	0,00	53,75
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	499,87	0,00	499,87
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	208,61	0,00	208,61
19114000030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	124,96	0,00	124,96
19131100010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	7.466,94	0,00	7.466,94
19131100020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	3.112,40	0,00	3.112,40
19131100030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	1.867,12	0,00	1.867,12
19131300010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	93,51	0,00	93,51
19131300020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	39,03	0,00	39,03
19131300030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	23,38	0,00	23,38
19311100010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	19.205,45	0,00	19.205,45
19311100020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	8.003,09	0,00	8.003,09



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
19311100030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	4.801,62	0,00	4.801,62
19311300010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	683,30	0,00	683,30
19311300020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	284,73	0,00	284,73
19311300030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	170,82	0,00	170,82
91112020001000000000	Deducao - IPTU - PROPRIO	-21.922,96	0,00	-21.922,96
91112020002000000000	Deducao - IPTU - MDE	-9.013,73	0,00	-9.013,73
91112020003000000000	Deducao - IPTU - ASPS	-5.407,79	0,00	-5.407,79
91113050101000000000	Deducao - ISS - PROPRIO	-85.171,66	0,00	-85.171,66
91113050102000000000	Deducao - ISS - MDE	-35.488,21	0,00	-35.488,21
91113050103000000000	Deducao - ISS - ASPS	-21.292,91	0,00	-21.292,91
91722010101000000000	Deducao - COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	-17,53	0,00	-17,53
91911380001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	-1,55	0,00	-1,55
91911380002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	-0,64	0,00	-0,64
91911380003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	-0,38	0,00	-0,38
91911400001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	-0,49	0,00	-0,49
91911400002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	-0,20	0,00	-0,20
91911400003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	-0,12	0,00	-0,12
91913110001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	-0,57	0,00	-0,57
91913110002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	-0,26	0,00	-0,26
91913110003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	-0,13	0,00	-0,13
91931110001000000000	Deducao - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	-2,21	0,00	-2,21
91931110002000000000	Deducao - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	-0,96	0,00	-0,96
91931110003000000000	Deducao - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	-0,54	0,00	-0,54
<b>SUBTOTAL</b>		<b>8.384.504,58</b>	<b>0,00</b>	<b>8.384.504,58</b>

**TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada** **2.096.126,14**

### 3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	256.542,07	0,00	256.542,07
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	417.461,85	0,00	417.461,85
20	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.737,48	0,00	11.737,48
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-44.501,94	0,00	-44.501,94
20	DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-2,06	0,00	-2,06
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.454.969,56	0,00	1.454.969,56
<b>TOTAL II</b>		<b>2.096.206,96</b>	<b>0,00</b>	<b>2.096.206,96</b>

### 3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	468.372,97	0,00	468.372,97
20	Educação Infantil	267.572,72	0,00	267.572,72
31	Ensino Fundamental	320.103,41	0,00	320.103,41
31	Educação Infantil	383.869,95	0,00	383.869,95
<b>SUBTOTAL I</b>		<b>1.439.919,05</b>	<b>0,00</b>	<b>1.439.919,05</b>

### 3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL II</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
(+) Perda com o FUNDEB		789.171,02	0,00	789.171,02
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		2.318,12	0,00	2.318,12
	% de Aplicação			Valor Aplicado
<b>TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)</b>		<b>26,56</b>		<b>2.226.771,95</b>

### 3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

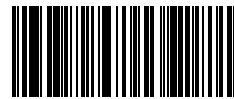
Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
<b>TOTAL</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

#### 3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	3.156.112,49	0,00	3.156.112,49
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	263.009,31	0,00	263.009,31
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	789.027,63	0,00	789.027,63
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	1.052.037,02	0,00	1.052.037,02
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	3.507,57	0,00	3.507,57
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	292,30	0,00	292,30
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	876,79	0,00	876,79
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	1.169,08	0,00	1.169,08
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	6.962,34	0,00	6.962,34
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	580,22	0,00	580,22
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	1.740,56	0,00	1.740,56
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	2.320,78	0,00	2.320,78
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	1.029.031,59	0,00	1.029.031,59
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	85.752,63	0,00	85.752,63
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	257.257,88	0,00	257.257,88
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	343.010,57	0,00	343.010,57
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	156.548,73	0,00	156.548,73
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	13.045,73	0,00	13.045,73
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	39.137,18	0,00	39.137,18
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	52.182,95	0,00	52.182,95
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	12.747,34	0,00	12.747,34
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	1.062,29	0,00	1.062,29
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	3.186,85	0,00	3.186,85
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	4.249,16	0,00	4.249,16
91722010101000000000	Deducao - COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	-17,53	0,00	-17,53
<b>SUBTOTAL</b>		<b>7.274.831,46</b>	<b>0,00</b>	<b>7.274.831,46</b>





Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada 1.454.966,29

### 3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.454.969,56	0,00	1.454.969,56
<b>TOTAL II</b>		<b>1.454.969,56</b>	<b>0,00</b>	<b>1.454.969,56</b>

### 3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	320.103,41	0,00	320.103,41
31	Educação Infantil	383.869,95	0,00	383.869,95
<b>SUBTOTAL I</b>		<b>703.973,36</b>	<b>0,00</b>	<b>703.973,36</b>

(+) Perda com o FUNDEB	789.171,02	0,00	789.171,02
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB	1.863,37	0,00	1.863,37

	% de Aplicação	Valor Aplicado
<b>TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB</b>	<b>20,50</b>	<b>1.491.281,01</b>

### 3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

#### 3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2016

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13250102000000000000	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FUNDEB	1.863,37	0,00	1.863,37
17240100000000000000	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	665.798,54	0,00	665.798,54
<b>Total</b>		<b>667.661,91</b>	<b>0,00</b>	<b>667.661,91</b>

Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB 400.597,15

#### 3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2016

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	295.472,10	0,00	295.472,10
31	Educação Infantil	315.807,76	0,00	315.807,76
<b>TOTAL</b>		<b>611.279,86</b>	<b>0,00</b>	<b>611.279,86</b>

% de Aplicação 91,56

### 3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

#### 3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

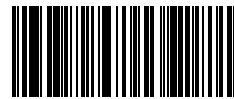
Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2015	1.748,10	0,00	1.748,10
<b>TOTAL</b>	<b>1.748,10</b>	<b>0,00</b>	<b>1.748,10</b>

Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5% 87,41

#### 3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2016 (Janeiro - Outubro)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Educação Infantil	1.891,70	0,00	1.891,70



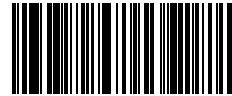


Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		1.891,70	0,00	1.891,70

### 3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

#### 3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000000000	IPTU - PROPRIO	226.714,17	0,00	226.714,17
11120200020000000000	IPTU - MDE	94.466,45	0,00	94.466,45
11120200030000000000	IPTU - ASPS	56.679,47	0,00	56.679,47
11120431010100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	68.578,74	0,00	68.578,74
11120431010200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	28.575,02	0,00	28.575,02
11120431010300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	17.144,63	0,00	17.144,63
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	7.833,62	0,00	7.833,62
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	3.264,04	0,00	3.264,04
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	1.958,42	0,00	1.958,42
11120431060100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	1.753,99	0,00	1.753,99
11120431060200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	730,84	0,00	730,84
11120431060300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	438,46	0,00	438,46
11120434030100000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - PROPRIOS	414,19	0,00	414,19
11120434030200000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - MDE	172,58	0,00	172,58
11120434030300000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - ASPS	103,54	0,00	103,54
11120800010000000000	ITBI - PROPRIO	53.263,17	0,00	53.263,17
11120800020000000000	ITBI - MDE	22.192,99	0,00	22.192,99
11120800030000000000	ITBI - ASPS	13.315,79	0,00	13.315,79
11130501010000000000	ISS - PROPRIO	257.134,27	0,00	257.134,27
11130501020000000000	ISS - MDE	107.140,15	0,00	107.140,15
11130501030000000000	ISS - ASPS	64.283,61	0,00	64.283,61
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	3.156.112,49	0,00	3.156.112,49
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	263.009,31	0,00	263.009,31
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	789.027,63	0,00	789.027,63
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	1.052.037,02	0,00	1.052.037,02
17210104010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - PROPRIO	128.926,51	0,00	128.926,51
17210104020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - MDE	53.719,37	0,00	53.719,37
17210104030000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - ASPS	32.231,60	0,00	32.231,60
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	3.507,57	0,00	3.507,57
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	292,30	0,00	292,30
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	876,79	0,00	876,79



51601030923849789

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/11/2016 - 10:37:03

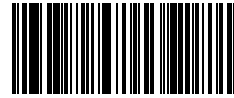
PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 31/10/2016

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	1.169,08	0,00	1.169,08
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	6.962,34	0,00	6.962,34
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	580,22	0,00	580,22
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	1.740,56	0,00	1.740,56
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	2.320,78	0,00	2.320,78
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	1.029.031,59	0,00	1.029.031,59
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	85.752,63	0,00	85.752,63
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	257.257,88	0,00	257.257,88
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	343.010,57	0,00	343.010,57
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	156.548,73	0,00	156.548,73
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	13.045,73	0,00	13.045,73
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	39.137,18	0,00	39.137,18
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	52.182,95	0,00	52.182,95
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	12.747,34	0,00	12.747,34
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	1.062,29	0,00	1.062,29
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	3.186,85	0,00	3.186,85
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	4.249,16	0,00	4.249,16
19113800010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	214,61	0,00	214,61
19113800020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	89,62	0,00	89,62
19113800030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	53,75	0,00	53,75
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	499,87	0,00	499,87
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	208,61	0,00	208,61
19114000030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	124,96	0,00	124,96
19131100010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	7.466,94	0,00	7.466,94
19131100020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	3.112,40	0,00	3.112,40
19131100030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	1.867,12	0,00	1.867,12
19131300010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	93,51	0,00	93,51
19131300020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	39,03	0,00	39,03
19131300030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	23,38	0,00	23,38
19311100010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	19.205,45	0,00	19.205,45
19311100020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	8.003,09	0,00	8.003,09
19311100030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	4.801,62	0,00	4.801,62
19311300010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	683,30	0,00	683,30
19311300020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	284,73	0,00	284,73
19311300030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	170,82	0,00	170,82
91112020001000000000	Deducao - IPTU - PROPRIO	-21.922,96	0,00	-21.922,96
91112020002000000000	Deducao - IPTU - MDE	-9.013,73	0,00	-9.013,73
91112020003000000000	Deducao - IPTU - ASPS	-5.407,79	0,00	-5.407,79
91113050101000000000	Deducao - ISS - PROPRIO	-85.171,66	0,00	-85.171,66
91113050102000000000	Deducao - ISS - MDE	-35.488,21	0,00	-35.488,21
91113050103000000000	Deducao - ISS - ASPS	-21.292,91	0,00	-21.292,91
91722010101000000000	Deducao - COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	-17,53	0,00	-17,53
91911380001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	-1,55	0,00	-1,55
91911380002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	-0,64	0,00	-0,64



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
91911380003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	-0,38	0,00	-0,38
91911400001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	-0,49	0,00	-0,49
91911400002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	-0,20	0,00	-0,20
91911400003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	-0,12	0,00	-0,12
91913110001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	-0,57	0,00	-0,57
91913110002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	-0,26	0,00	-0,26
91913110003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	-0,13	0,00	-0,13
91931110001000000000	Deducao - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	-2,21	0,00	-2,21
91931110002000000000	Deducao - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	-0,96	0,00	-0,96
91931110003000000000	Deducao - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	-0,54	0,00	-0,54
<b>SUBTOTAL I</b>		<b>8.384.504,58</b>	<b>0,00</b>	<b>8.384.504,58</b>
<b>TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada</b>				<b>1.257.675,69</b>

### 3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	153.923,92	0,00	153.923,92
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.123.458,49	0,00	1.123.458,49
40	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.041,65	0,00	7.041,65
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-26.700,70	0,00	-26.700,70
40	DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-1,17	0,00	-1,17
<b>TOTAL II</b>		<b>1.257.722,19</b>	<b>0,00</b>	<b>1.257.722,19</b>

### 3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Administração Geral (modalidade de aplicação 71)	-3.606,79	0,00	-3.606,79
40	Administração Geral	5.432,20	0,00	5.432,20
40	Atenção Básica	1.895.990,07	0,00	1.895.990,07
40	Vigilância Sanitária	76,40	0,00	76,40
40	Vigilância Epidemiológica	86,00	0,00	86,00
<b>SUBTOTAL I</b>		<b>1.897.977,88</b>	<b>0,00</b>	<b>1.897.977,88</b>

### 3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL II</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS		1.468,53	0,00	1.468,53
<b>SUBTOTAL III</b>		<b>1.468,53</b>	<b>0,00</b>	<b>1.468,53</b>

		% de Aplicação	Valor Aplicado
<b>TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)</b>		<b>22,62</b>	<b>1.896.509,35</b>

### 3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde



Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

#### 4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

##### 4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
SUBFUNC.TXT	SFU_09	0	0		A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 71, 72, 181, 182, 291, 292, 401, 402, 511, 512, 621, 622, 731, 732, 841, 842, 951, 952, 1061, 1062, 1171, 1172, 1281, 1282, 1391, 1392, 1501, 1502, 1611 e 1612 difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 1%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 1%
CTA_DISP.TXT	CTV_31	0	0		Código de Recurso Vinculado 1037, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT
CTA_DISP.TXT	CTV_31	0	0		Código de Recurso Vinculado 1038, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT
CTA_DISP.TXT	CTV_31	0	0		Código de Recurso Vinculado 1089, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT
CTA_DISP.TXT	CTV_31	0	0		Código de Recurso Vinculado 1117, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT
CTA_DISP.TXT	CTV_22	0	0	AVISO	18 % dos campos "código da conta corrente" foram preenchidos com zeros

##### 4.2 Avisos Justificados pela Entidade

**Descrição:** SFU\_09 - A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 71, 72, 181, 182, 291, 292, 401, 402, 511, 512, 621, 622, 731, 732, 841, 842, 951, 952, 1061, 1062, 1171, 1172, 1281, 1282, 1391, 1392, 1501, 1502, 1611 e 1612 difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.

**Justificativa:** Estamos realizando a manutenções em nosso sistema para adequar as sub-funções de conforme as determinações do TCE-RS.

**Descrição:** CTV\_31 - Código de Recurso Vinculado 1037, do arquivo BAL\_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA\_DISP.TXT

**Justificativa:** O município utiliza a fonte de recurso 1037 para registrar todas as receitas provenientes de aplicações financeiras dos recursos recebidos para despesas de capital exceto os da saúde que tem codificação própria.

**Descrição:** CTV\_31 - Código de Recurso Vinculado 1038, do arquivo BAL\_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA\_DISP.TXT

**Justificativa:** O município utiliza a fonte de recurso 1038 para registrar todas as receitas provenientes de aplicações financeiras dos recursos recebidos para despesas de custeio exceto os da saúde que tem codificação própria.

**Descrição:** CTV\_31 - Código de Recurso Vinculado 1089, do arquivo BAL\_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA\_DISP.TXT

**Justificativa:** O município utiliza a fonte de recurso 1089 para registrar todas as receitas provenientes de aplicações financeiras dos recursos recebidos através do FNAS.

**Descrição:** CTV\_31 - Código de Recurso Vinculado 1117, do arquivo BAL\_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA\_DISP.TXT

**Justificativa:** Recurso 1117 Vinculado a operação de crédito programa PIMES BADESUL contrato nº 055/2015.

#### 5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

##### 5.1 Transparência da Gestão Fiscal

##### 5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	30/03/2016	ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL
	Jornal		Não Publicado
	Internet	30/03/2016	WWW.SAOJOAODOPOLESINE.RS.GOV.BR
2º Bimestre	Mural	30/05/2016	ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL
	Jornal		Não Publicado
	Internet	30/05/2016	WWW.SAOJOAODOPOLESINE.RS.GOV.BR
3º Bimestre	Mural	29/07/2016	ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL
	Jornal		Não Publicado
	Internet	29/07/2016	WWW.SAOJOAODOPOLESINE.RS.GOV.BR
4º Bimestre	Mural	30/09/2016	ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL
	Jornal		Não Publicado
	Internet	30/09/2016	WWW.SAOJOAODOPOLESINE.RS.GOV.BR



5º Bimestre	Mural	30/11/2016	ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL
	Jornal		Não Publicado
	Internet	30/11/2016	WWW.SAOJOAODOPOLESINE.RS.GOV.BR

#### 5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Período	Data	Local
3º Quadrimestre/2015	29/02/2016	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
1º Quadrimestre/2016	30/05/2016	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
2º Quadrimestre/2016	30/09/2016	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

#### 5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
27/05/2013	<a href="http://www.saojoaodopolesine.rs.gov.br/">http://www.saojoaodopolesine.rs.gov.br/</a>

Não foram inseridas observações.

#### 5.1.5 Custeio de Competências de Outros Entes da Federação - Art. 62 da LFR

O Município não contribuiu para o custeio de despesas de outros entes da federação.

#### 5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	2.462.653,98	2.174.612,60
2º Bimestre	2.462.653,98	1.924.567,22
3º Bimestre	2.462.653,98	2.356.461,93
4º Bimestre	2.462.653,98	2.378.150,06
5º Bimestre	2.462.653,98	1.831.547,71
6º Bimestre	2.462.653,21	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>14.775.923,11</b>	<b>10.665.339,52</b>

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	444.080,06	59,43
2º Bimestre	444.080,06	123,41
3º Bimestre	444.080,06	109.958,24
4º Bimestre	444.080,06	255.424,15
5º Bimestre	444.080,06	101.295,54
6º Bimestre	444.079,70	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.664.480,00</b>	<b>466.860,77</b>

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-382.736,67	-355.486,28
2º Bimestre	-382.736,67	-314.998,21
3º Bimestre	-382.736,67	-360.395,48
4º Bimestre	-382.736,67	-322.859,52
5º Bimestre	-382.736,67	-279.931,63
6º Bimestre	-382.736,65	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>-2.296.420,00</b>	<b>-1.633.671,12</b>



TOTAL DA RECEITA

15.143.983,11

9.498.529,17

## 5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

### 5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2015.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2016.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2015.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2015.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2015.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2016.

## 6. Cadastro de Administradores da Entidade

### 6.1 Administradores da Entidade

#### Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Valserina Maria Bulegon Gassen

CPF: 6423930015

Cargo/Função: Prefeita

Mandato - Início e Término: 01/01/2013 a

Substitutos:

CPF: 18800491049

Nome: Ailton Bitencourt

Cargo: Vice Prefeito

Substituições:

Início: 21/03/2016

Término: 04/04/2016

Início: 20/05/2016

Término: 31/05/2016

Não houve substituições formais no 1º bimestre.

Não houve substituições formais no 4º bimestre.

Não houve substituições formais no 5º bimestre.

## 7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

nada a declarar



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

SIAPC - Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas  
Programa Autenticador de Dados - PAD Versão: 16.0.0.1

Relatório de Validação e Encaminhamento - RVE



51601030923849789

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/11/2016 - 10:37:03

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 31/10/2016

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SÃO JOÃO DO POLÊSINE, 23 de Novembro de 2016

CLOVIS COLETTI  
Contabilista

VALSERINA MARIA BULEGON GASSEN  
Prefeito Municipal

Página

113

Processo  
02359-0200/16-9

Página da  
peça

16

Peça  
466519

DOCUMENTO DE ACESSO  
RESTRITO

ACESSO  
N01E58CD





Neste RVE estão incluídos:	Sim	Não
Modelos da LRF do Executivo	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Deverá ser consolidado para fins de LRF	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

## 1. Informações da Entidade

### 1.1 Dados Cadastrais da Administração Atual

CNPJ: 94444247000140

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016 - 6º Bimestre

Tipo de entrega: Semestral

Prefeitura: PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

Logradouro: Rua Guilherme Albertti

nr: 1631 compl: Predio

Telefone: (55) 3269-1155

HomePage: www.saojoaodopolesine.rs.gov.br

E-Mail: prefeitura@saojoaodopolesine.rs.gov.br

Prefeito Municipal: MATIONE SONEGO

Contabilista: CLOVIS COLETTI

Número do CRC: 46331

### 1.2 Prestadora de Serviços de Informática

☐ Não Possui Prestadora de Serviços de Informática

Nome: DUETO TECNOLOGIA

CNPJ: 04311157000199

Telefone: (51)21182200

Responsável: RAFAEL SEBEN

E-Mail: dueto@duetotecnologia.com.br

### 1.3 Sistemas Informatizados

- ☒ Contábil  
☒ Financeiro  
☒ Patrimonial  
☒ Pessoal  
☒ Orçamentário  
☒ Tributário  
☒ Folha de Pagamento  
☐ Outros  
☐ Nenhum

### 1.4 Participação com Consórcio Público

CNPJ	Nome
1509149000163	CONDESUS QUARTA COLONIA
94446804000162	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE

### 1.6 Entidades da Administração Indireta selecionadas pelo PAD

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

### 1.7 Entidades da Administração Indireta selecionadas pela Entidade

CNPJ	Nome	Tipo	é RPPS
------	------	------	--------

## 2. Informações Contábeis



## 2.1 Contas de Receita

### 2.1.1 Resumo por Grupos

ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA	ORÇADA	REALIZADA
RECEITAS CORRENTES		
RECEITA TRIBUTARIA	1.349.900,00	1.271.919,37
RECEITA DE CONTRIBUICOES	80.000,00	67.628,21
RECEITA PATRIMONIAL	46.450,00	118.445,07
RECEITA DE SERVICOS	270.400,00	207.950,24
TRANSFERENCIAS CORRENTES	12.866.173,11	12.422.240,02
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	163.000,00	151.952,84
<b>SOMA DAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>14.775.923,11</b>	<b>14.240.135,75</b>
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
<b>SOMA DAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RECEITAS DE CAPITAL		
OPERACOES DE CREDITO	700.000,00	494.822,71
ALIENACAO DE BENS	120.000,00	0,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	1.000,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.833.480,00	195.771,46
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	10.000,00	1.024,54
<b>SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.664.480,00</b>	<b>691.618,71</b>
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
<b>SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DEDUÇÕES DE RECEITA</b>	<b>-2.296.420,00</b>	<b>-2.171.280,01</b>
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>15.143.983,11</b>	<b>12.760.474,45</b>

## 2.2 Contas de Despesa

### 2.2.1 Resumo do Balancete da Despesa

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Dotação Inicial	14.524.433,11
Atualização Monetária	0,00
Créditos Suplementares	1.710.286,13
Créditos Especiais	0,00
Créditos Extraordinários	0,00
Redução de Dotações	1.377.450,00
<b>DOTAÇÃO COM ALTERAÇÕES</b>	<b>14.857.269,24</b>
DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL	VALOR
PODER EXECUTIVO	
Empenhado	12.177.029,39
Liquidado	12.177.029,39
Pago	11.288.133,42



<b>SALDO A LIQUIDAR</b>	<b>0,00</b>
<b>SALDO A PAGAR</b>	<b>888.895,97</b>

<b>DESPESAS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>VALOR</b>
Empenhado	621.244,64
Liquidado	621.244,64
Pago	521.295,60
<b>SALDO A LIQUIDAR = EMPENHADO (-) LIQUIDADO</b>	<b>0,00</b>
<b>SALDO A PAGAR = LIQUIDADO (-) PAGO</b>	<b>99.949,04</b>

### 2.2.2 Recursos para Abertura de Créditos Adicionais

#### ORIGEM DO RECURSO

Auxílios e Convênios	37.521,46
Excesso de Arrecadação	75.480,30
Reduções/Suplementações Orçamentárias na mesma entidade	1.377.450,00
Superávit Financeiro	219.834,37
<b>TOTAL</b>	<b>1.710.286,13</b>

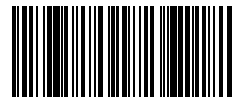
### 2.3 Contas de Verificação

#### 2.3.1 Resumo por Grupos

	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Saldo Final</b>
ATIVO CIRCULANTE	460.829,56D	1.193.039,77D
ATIVO NAO CIRCULANTE	13.124.435,10D	13.939.124,96D
PASSIVO CIRCULANTE	657.340,56C	1.148.002,27C
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	0,00	494.822,71C
PATRIMONIO LIQUIDO	12.927.924,10C	12.897.480,67C
PESSOAL E ENCARGOS	0,00	5.773.609,04D
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	0,00	403.191,24D
USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00	4.830.512,74D
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00	27.392,30D
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00	2.139.969,21D
DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	60.509,72D
TRIBUTARIAS	0,00	180.107,36D
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	143.459,22D
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	1.119.644,88C
CONTRIBUICOES	0,00	67.628,21C
EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	0,00	212.189,30C
VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	116.152,19C
TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00	12.444.243,87C
VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	35,00C
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	190.716,46C

#### 2.3.3 Disponibilidade Financeira

<b>PODER EXECUTIVO</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Saldo Final</b>
Caixa	5.764,33D	1.200,61D
Bancos Conta Movimento	341.884,04D	673.336,56D



61601111562205789

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/01/2017 - 10:25:04

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 31/12/2016

**PODER EXECUTIVO**

	Saldo Inicial	Saldo Final
Bancos Conta Aplicação	0,00	146.250,00D
Outros	0,00	0,00
<b>TOTAL PODER EXECUTIVO</b>	<b>347.648,37D</b>	<b>820.787,17D</b>

**RPPS**

	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
<b>TOTAL RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**OUTROS**

	Saldo Inicial	Saldo Final
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00
Bancos Conta Aplicação	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
<b>TOTAL OUTROS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**TOTAL**

**347.648,37D 820.787,17D**

**2.5 Valores do Exercício Anterior**

**CONTAS DE DESPESA**

	Empenhado	Liquidado	Pago
1º Bimestre	1.770.720,71	1.355.062,52	1.083.961,72
2º Bimestre	1.984.200,40	1.911.992,36	1.686.543,58
3º Bimestre	1.817.471,02	1.901.887,65	1.839.741,80
4º Bimestre	1.915.394,15	1.956.931,83	1.790.442,53
5º Bimestre	1.487.843,75	1.498.015,80	1.476.980,33
6º Bimestre	1.598.927,49	1.950.667,36	2.159.927,64

**CONTAS DE RECEITA**

	Orçado	Realizado
RECEITAS CORRENTES	13.733.533,11	12.466.403,15
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	4.223.301,77	154.573,80
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00

**DEDUÇÕES DA RECEITA**

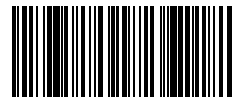
	Orçado	Realizado
DEDUCOES	-2.040.800,00	-2.058.565,28

**TOTAL CONTAS DE RECEITA**

**15.916.034,88 10.562.411,67**

**2.6 Certidão de Decisão - Título Executivo do TCE-RS**

**Contas Patrimoniais**



61601111562205789

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/01/2017 - 10:25:04

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 31/12/2016

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00

TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS		0,00	0,00	0,00
-------------------------------	--	------	------	------

Contas de Receita

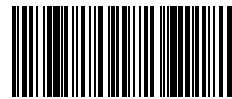
Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00

TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		0,00	0,00	0,00
-----------------------------	--	------	------	------

3. Índices Constitucionais

3.1.3 - Receita do Município - Base de cálculo do inciso VII do artigo 29 da CF

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
10000000000000000000	RECEITAS CORRENTES	14.240.135,75	0,00	14.240.135,75
20000000000000000000	RECEITAS DE CAPITAL	691.618,71	0,00	691.618,71
91000000000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-2.171.194,51	0,00	-2.171.194,51
92000000000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS DE CAPITAL	-85,50	0,00	-85,50
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
13250110000000000000	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS DO FNAS	4.835,22	0,00	4.835,22
17213301010100000000	PISO DE ATENCAO BASICA - PAB FIXO	72.444,71	0,00	72.444,71
17213301020100000000	PROGRAMA AGENTES COMUNITARIO SAUDE-PACS	85.176,00	0,00	85.176,00
17213301020200000000	PROGRAMA SAUDE BUCAL - REC.FEDERAL	26.760,00	0,00	26.760,00
17213301020300000000	PROGRAMA DE SAUDE DA FAMILIA-PSF	48.000,00	0,00	48.000,00
17213301020400000000	PROG MELHORIA DO ACESSO E DA QUAL PMAQ	165.000,00	0,00	165.000,00
17213303020100000000	PISO FIXO VIGILANCIA EM SAUDE	30.098,75	0,00	30.098,75
17213303030100000000	ACOES ESTRUTURANTES VIGILANCIA SANITARIA	15.116,84	0,00	15.116,84
17213304010000000000	PROGR. DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASIC	16.552,90	0,00	16.552,90
17213403000000000000	PROGR. DE ATENCAO INTEGRAL FAMILIA-PAIF	114.000,00	0,00	114.000,00
17213404000000000000	REC.PROGRAMA BOLSA FAMILIA-IGD	18.590,00	0,00	18.590,00
17213407000000000000	REC FNAS IGD SUAS	8.000,00	0,00	8.000,00
17213501000000000000	TRANSFERENCIA DO SALARIO-EDUCACAO	64.044,00	0,00	64.044,00
17213502000000000000	TRANSFERENCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	3.750,00	0,00	3.750,00
17213503000000000000	TRANSFERENCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTACAO ESCOLAR - PNAE	33.244,00	0,00	33.244,00
17213504000000000000	TRANSFERENCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE	34.988,66	0,00	34.988,66
17213599010000000000	REC REC MANUT EDUC INF - APOIO A CRECHE	21.344,68	0,00	21.344,68
17223301000000000000	PROGRAMA FARMACIA BASICA-ESTADUAL	28.433,35	0,00	28.433,35
17223306000000000000	PROGRAMA PACS - AGENTE DE SAUDE	6.084,00	0,00	6.084,00
17223307000000000000	PROOGRAMA 1a INFANCIA MELHOR - PIM	34.500,00	0,00	34.500,00
17223308000000000000	PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA - PSF	35.000,00	0,00	35.000,00
17223311000000000000	RECURSO INCENTIVO A ATENCAO BASICA	58.647,06	0,00	58.647,06



61601111562205789

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/01/2017 - 10:25:04

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

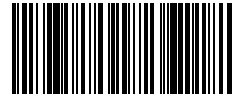
01/01/2016 a 31/12/2016

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17223313000000000000	RECEITA GOV EST FMS CUCA LEGAL-CAPS	30.000,00	0,00	30.000,00
17223315000000000000	Rec incentivo complementacao de custeio hospitalar portaria 906/2015	11.944,80	0,00	11.944,80
17620200010000000000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR	237.969,28	0,00	237.969,28
17629900070000000000	PROGRAMA OASF - ORIENTACAO E APOIO SOCIO-FAMILIAR	2.888,14	0,00	2.888,14
24719900070000000000	REC MINISTERIO DA AGRIC.PECAR.ABAST.	146.250,00	0,00	146.250,00
24729902000000000000	REC REC DA FUNDERGS	12.000,00	0,00	12.000,00
24729908000000000000	REC PARA ADEQUACAO E MODERNIZACAO DE UBS	37.521,46	0,00	37.521,46
<b>Subtotal</b>		<b>11.357.290,60</b>	<b>0,00</b>	<b>11.357.290,60</b>
	(+) Perda com o FUNDEB	1.131.879,45	0,00	1.131.879,45
<b>TOTAL</b>		<b>12.489.170,05</b>	<b>0,00</b>	<b>12.489.170,05</b>

### 3.2 Índices Constitucionais Referentes à Educação (MDE+FUNDEB)

#### 3.2.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000000000	IPTU - PROPRIO	228.930,99	0,00	228.930,99
11120200020000000000	IPTU - MDE	95.390,25	0,00	95.390,25
11120200030000000000	IPTU - ASPS	57.233,79	0,00	57.233,79
11120431010100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	90.302,62	0,00	90.302,62
11120431010200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	37.626,80	0,00	37.626,80
11120431010300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	22.575,62	0,00	22.575,62
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	10.123,06	0,00	10.123,06
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	4.217,99	0,00	4.217,99
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	2.530,79	0,00	2.530,79
11120431060100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	2.326,08	0,00	2.326,08
11120431060200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	969,21	0,00	969,21
11120431060300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	581,45	0,00	581,45
11120431070200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - LEGISLATIVO - MDE	103,97	0,00	103,97
11120431070300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - LEGISLATIVO - ASPS	18,35	0,00	18,35
11120434030100000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - PROPRIOS	563,50	0,00	563,50
11120434030200000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - MDE	234,79	0,00	234,79
11120434030300000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - ASPS	140,86	0,00	140,86
11120800010000000000	ITBI - PROPRIO	60.411,20	0,00	60.411,20
11120800020000000000	ITBI - MDE	25.171,34	0,00	25.171,34
11120800030000000000	ITBI - ASPS	15.102,80	0,00	15.102,80
11130501010000000000	ISS - PROPRIO	342.361,71	0,00	342.361,71
11130501020000000000	ISS - MDE	142.651,82	0,00	142.651,82
11130501030000000000	ISS - ASPS	85.590,49	0,00	85.590,49
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS	4.357.571,70	0,00	4.357.571,70



61601111562205789

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/01/2017 - 10:25:04

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

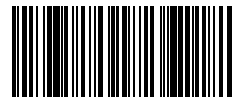
ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 31/12/2016

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO			
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	363.130,89	0,00	363.130,89
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	1.089.392,35	0,00	1.089.392,35
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	1.452.523,32	0,00	1.452.523,32
17210103010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - PROPRIO	192.571,03	0,00	192.571,03
17210103020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - MDE	80.237,94	0,00	80.237,94
17210103030000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - ASPS	48.142,76	0,00	48.142,76
17210104010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - PROPRIO	129.010,40	0,00	129.010,40
17210104020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - MDE	53.754,32	0,00	53.754,32
17210104030000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - ASPS	32.252,57	0,00	32.252,57
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	3.529,51	0,00	3.529,51
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	294,13	0,00	294,13
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	882,27	0,00	882,27
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	1.176,39	0,00	1.176,39
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	8.354,76	0,00	8.354,76
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	696,26	0,00	696,26
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	2.088,66	0,00	2.088,66
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	2.784,92	0,00	2.784,92
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	1.285.687,61	0,00	1.285.687,61
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	107.140,61	0,00	107.140,61
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	321.421,89	0,00	321.421,89
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	428.562,59	0,00	428.562,59
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	183.135,90	0,00	183.135,90
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	15.261,33	0,00	15.261,33
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	45.783,98	0,00	45.783,98
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	61.045,34	0,00	61.045,34
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	16.058,26	0,00	16.058,26
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	1.338,20	0,00	1.338,20
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	4.014,59	0,00	4.014,59
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	5.352,82	0,00	5.352,82
19113800010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	450,86	0,00	450,86
19113800020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	188,20	0,00	188,20
19113800030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	112,86	0,00	112,86
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	1.318,06	0,00	1.318,06
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	549,69	0,00	549,69
19114000030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	329,58	0,00	329,58
19131100010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	8.285,64	0,00	8.285,64
19131100020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU -	3.453,69	0,00	3.453,69





Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
	MDE			
19131100030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	2.071,81	0,00	2.071,81
19131300010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	115,71	0,00	115,71
19131300020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	48,28	0,00	48,28
19131300030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	28,93	0,00	28,93
19311100010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	20.658,05	0,00	20.658,05
19311100020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	8.608,46	0,00	8.608,46
19311100030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	5.164,81	0,00	5.164,81
19311300010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	779,81	0,00	779,81
19311300020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	324,95	0,00	324,95
19311300030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	194,95	0,00	194,95
91112020001000000000	Deducao - IPTU - PROPRIO	-21.922,96	0,00	-21.922,96
91112020002000000000	Deducao - IPTU - MDE	-9.013,73	0,00	-9.013,73
91112020003000000000	Deducao - IPTU - ASPS	-5.407,79	0,00	-5.407,79
91112080001000000000	Deducao - ITBI - PROPRIO	-412,30	0,00	-412,30
91113050101000000000	Deducao - ISS - PROPRIO	-109.552,82	0,00	-109.552,82
91113050102000000000	Deducao - ISS - MDE	-45.647,03	0,00	-45.647,03
91113050103000000000	Deducao - ISS - ASPS	-27.388,20	0,00	-27.388,20
91722010101000000000	Deducao - COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	-17,53	0,00	-17,53
91911380001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	-1,55	0,00	-1,55
91911380002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	-0,64	0,00	-0,64
91911380003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	-0,38	0,00	-0,38
91911400001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	-0,49	0,00	-0,49
91911400002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	-0,20	0,00	-0,20
91911400003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	-0,12	0,00	-0,12
91913110001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	-0,57	0,00	-0,57
91913110002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	-0,26	0,00	-0,26
91913110003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	-0,13	0,00	-0,13
91931110001000000000	Deducao - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	-2,21	0,00	-2,21
91931110002000000000	Deducao - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	-0,96	0,00	-0,96
91931110003000000000	Deducao - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	-0,54	0,00	-0,54
<b>SUBTOTAL</b>		<b>11.351.670,71</b>	<b>0,00</b>	<b>11.351.670,71</b>

**TOTAL I - Base Receita Educação (MDE + FUNDEB) - 25% da Receita Ajustada**

**2.837.917,68**

**3.2.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Educação (MDE + FUNDEB), a Partir dos Recursos Vinculados**

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	RECEITA TRIBUTÁRIA	306.366,17	0,00	306.366,17
20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	621.853,68	0,00	621.853,68
20	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	13.173,27	0,00	13.173,27
20	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-54.660,76	0,00	-54.660,76
20	DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-2,06	0,00	-2,06
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.951.445,38	0,00	1.951.445,38



Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL II		2.838.175,68	0,00	2.838.175,68

### 3.2.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
20	Ensino Fundamental	606.741,14	0,00	606.741,14
20	Educação Infantil	405.412,29	0,00	405.412,29
31	Ensino Fundamental	386.054,32	0,00	386.054,32
31	Educação Infantil	423.349,80	0,00	423.349,80
SUBTOTAL I		1.821.557,55	0,00	1.821.557,55

### 3.2.4 Cálculo da Despesa Constitucional com Educação (MDE + FUNDEB), Contabilizada nas Contas Patrimoniais

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL II		0,00	0,00	0,00
(+) Perda com o FUNDEB		1.131.879,45	0,00	1.131.879,45
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB		2.682,39	0,00	2.682,39
	% de Aplicação			Valor Aplicado
TOTAL III - Gastos Constitucionais com Educação (MDE + FUNDEB)		25,99		2.950.754,61

### 3.2.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Educação

Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL			0,00	0,00	0,00

### 3.3 Índices Constitucionais Referentes ao FUNDEB

#### 3.3.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	4.357.571,70	0,00	4.357.571,70
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	363.130,89	0,00	363.130,89
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	1.089.392,35	0,00	1.089.392,35
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	1.452.523,32	0,00	1.452.523,32
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	3.529,51	0,00	3.529,51
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	294,13	0,00	294,13
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	882,27	0,00	882,27
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	1.176,39	0,00	1.176,39
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	8.354,76	0,00	8.354,76
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	696,26	0,00	696,26
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	2.088,66	0,00	2.088,66
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	2.784,92	0,00	2.784,92
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	1.285.687,61	0,00	1.285.687,61
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	107.140,61	0,00	107.140,61
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	321.421,89	0,00	321.421,89



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	428.562,59	0,00	428.562,59
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	183.135,90	0,00	183.135,90
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	15.261,33	0,00	15.261,33
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	45.783,98	0,00	45.783,98
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	61.045,34	0,00	61.045,34
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	16.058,26	0,00	16.058,26
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	1.338,20	0,00	1.338,20
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	4.014,59	0,00	4.014,59
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	5.352,82	0,00	5.352,82
91722010101000000000	Deducao - COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	-17,53	0,00	-17,53
<b>SUBTOTAL</b>		<b>9.757.210,75</b>	<b>0,00</b>	<b>9.757.210,75</b>
<b>Total I - Base Receita do FUNDEB - 20% da Receita Ajustada</b>				<b>1.951.442,15</b>

### 3.3.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita do FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.951.445,38	0,00	1.951.445,38
<b>TOTAL II</b>		<b>1.951.445,38</b>	<b>0,00</b>	<b>1.951.445,38</b>

### 3.3.3 Cálculo da Despesa Constitucional com FUNDEB, a Partir dos Recursos

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	386.054,32	0,00	386.054,32
31	Educação Infantil	423.349,80	0,00	423.349,80
<b>SUBTOTAL I</b>		<b>809.404,12</b>	<b>0,00</b>	<b>809.404,12</b>

(+) Perda com o FUNDEB	1.131.879,45	0,00	1.131.879,45
(-) Desp. Liq. com Rend. do FUNDEB	2.165,79	0,00	2.165,79
	% de Aplicação		Valor Aplicado
<b>TOTAL III - Gastos Constitucionais com FUNDEB</b>	<b>19,87</b>		<b>1.939.117,78</b>

### 3.3.4 Cálculo da Proporção de 60% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 60, XII do ADCT)

#### 3.3.4.1 Base de Cálculo para aplicação dos 60% dos Recursos do FUNDEB - Exercício de 2016

Cód. Conta	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
13250102000000000000	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FUNDEB	2.165,79	0,00	2.165,79
17240100000000000000	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB	819.565,93	0,00	819.565,93
<b>Total</b>		<b>821.731,72</b>	<b>0,00</b>	<b>821.731,72</b>

**Base da Receita - 60% do Retorno do FUNDEB** **493.039,03**

#### 3.3.4.2 Aplicação dos Recursos do FUNDEB destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério - Exercício de 2016

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Ensino Fundamental	361.423,01	0,00	361.423,01
31	Educação Infantil	355.287,61	0,00	355.287,61
<b>TOTAL</b>		<b>716.710,62</b>	<b>0,00</b>	<b>716.710,62</b>



% de Aplicação 87,22

### 3.3.5 Cálculo da Base de Verificação do § 2º do art. 21 da Lei do FUNDEB

#### 3.3.5.1 Base de Cálculo do Superávit do FUNDEB - Exercício Anterior

Rendimentos do FUNDEB - Exercício de 2015	1.748,10	0,00	1.748,10
<b>TOTAL</b>	<b>1.748,10</b>	<b>0,00</b>	<b>1.748,10</b>

Limite para Aplicação no 1º Trimestre do Exercício Seguinte: 5% 87,41

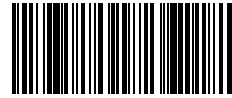
#### 3.3.5.2 Despesas Liquidadas com Recursos do Superávit do FUNDEB - Exercício de 2016 (Janeiro - Dezembro)

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
31	Educação Infantil	1.891,70	0,00	1.891,70
<b>TOTAL</b>		<b>1.891,70</b>	<b>0,00</b>	<b>1.891,70</b>

### 3.5 Índices Constitucionais Referentes à Saúde - ASPS

#### 3.5.1 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir das Contas

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000000000	IPTU - PROPRIO	228.930,99	0,00	228.930,99
11120200020000000000	IPTU - MDE	95.390,25	0,00	95.390,25
11120200030000000000	IPTU - ASPS	57.233,79	0,00	57.233,79
11120431010100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	90.302,62	0,00	90.302,62
11120431010200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	37.626,80	0,00	37.626,80
11120431010300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	22.575,62	0,00	22.575,62
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	10.123,06	0,00	10.123,06
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	4.217,99	0,00	4.217,99
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	2.530,79	0,00	2.530,79
11120431060100000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	2.326,08	0,00	2.326,08
11120431060200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	969,21	0,00	969,21
11120431060300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	581,45	0,00	581,45
11120431070200000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - LEGISLATIVO - MDE	103,97	0,00	103,97
11120431070300000000	IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - LEGISLATIVO - ASPS	18,35	0,00	18,35
11120434030100000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - PROPRIOS	563,50	0,00	563,50
11120434030200000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - MDE	234,79	0,00	234,79
11120434030300000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - ASPS	140,86	0,00	140,86
11120800010000000000	ITBI - PROPRIO	60.411,20	0,00	60.411,20
11120800020000000000	ITBI - MDE	25.171,34	0,00	25.171,34
11120800030000000000	ITBI - ASPS	15.102,80	0,00	15.102,80
11130501010000000000	ISS - PROPRIO	342.361,71	0,00	342.361,71
11130501020000000000	ISS - MDE	142.651,82	0,00	142.651,82
11130501030000000000	ISS - ASPS	85.590,49	0,00	85.590,49



61601111562205789

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/01/2017 - 10:25:04

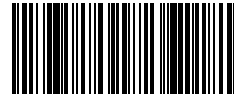
PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 31/12/2016

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	4.357.571,70	0,00	4.357.571,70
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	363.130,89	0,00	363.130,89
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	1.089.392,35	0,00	1.089.392,35
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	1.452.523,32	0,00	1.452.523,32
17210103010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - PROPRIO	192.571,03	0,00	192.571,03
17210103020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - MDE	80.237,94	0,00	80.237,94
17210103030000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - ASPS	48.142,76	0,00	48.142,76
17210104010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - PROPRIO	129.010,40	0,00	129.010,40
17210104020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - MDE	53.754,32	0,00	53.754,32
17210104030000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - ASPS	32.252,57	0,00	32.252,57
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	3.529,51	0,00	3.529,51
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	294,13	0,00	294,13
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	882,27	0,00	882,27
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	1.176,39	0,00	1.176,39
17213600010000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	8.354,76	0,00	8.354,76
17213600020000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	696,26	0,00	696,26
17213600040000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	2.088,66	0,00	2.088,66
17213600050000000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	2.784,92	0,00	2.784,92
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	1.285.687,61	0,00	1.285.687,61
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	107.140,61	0,00	107.140,61
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	321.421,89	0,00	321.421,89
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	428.562,59	0,00	428.562,59
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	183.135,90	0,00	183.135,90
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	15.261,33	0,00	15.261,33
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	45.783,98	0,00	45.783,98
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	61.045,34	0,00	61.045,34
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	16.058,26	0,00	16.058,26
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	1.338,20	0,00	1.338,20
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	4.014,59	0,00	4.014,59
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	5.352,82	0,00	5.352,82
19113800010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	450,86	0,00	450,86
19113800020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	188,20	0,00	188,20
19113800030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	112,86	0,00	112,86
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	1.318,06	0,00	1.318,06
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	549,69	0,00	549,69
19114000030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	329,58	0,00	329,58
19131100010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	8.285,64	0,00	8.285,64



Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
19131100020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	3.453,69	0,00	3.453,69
19131100030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	2.071,81	0,00	2.071,81
19131300010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	115,71	0,00	115,71
19131300020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	48,28	0,00	48,28
19131300030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	28,93	0,00	28,93
19311100010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	20.658,05	0,00	20.658,05
19311100020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	8.608,46	0,00	8.608,46
19311100030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	5.164,81	0,00	5.164,81
19311300010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	779,81	0,00	779,81
19311300020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	324,95	0,00	324,95
19311300030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	194,95	0,00	194,95
91112020001000000000	Deducao - IPTU - PROPRIO	-21.922,96	0,00	-21.922,96
91112020002000000000	Deducao - IPTU - MDE	-9.013,73	0,00	-9.013,73
91112020003000000000	Deducao - IPTU - ASPS	-5.407,79	0,00	-5.407,79
91112080001000000000	Deducao - ITBI - PROPRIO	-412,30	0,00	-412,30
91113050101000000000	Deducao - ISS - PROPRIO	-109.552,82	0,00	-109.552,82
91113050102000000000	Deducao - ISS - MDE	-45.647,03	0,00	-45.647,03
91113050103000000000	Deducao - ISS - ASPS	-27.388,20	0,00	-27.388,20
91722010101000000000	Deducao - COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	-17,53	0,00	-17,53
91911380001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	-1,55	0,00	-1,55
91911380002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	-0,64	0,00	-0,64
91911380003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	-0,38	0,00	-0,38
91911400001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	-0,49	0,00	-0,49
91911400002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	-0,20	0,00	-0,20
91911400003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	-0,12	0,00	-0,12
91913110001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	-0,57	0,00	-0,57
91913110002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	-0,26	0,00	-0,26
91913110003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	-0,13	0,00	-0,13
91931110001000000000	Deducao - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	-2,21	0,00	-2,21
91931110002000000000	Deducao - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	-0,96	0,00	-0,96
91931110003000000000	Deducao - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	-0,54	0,00	-0,54
<b>SUBTOTAL I</b>		<b>11.351.670,71</b>	<b>0,00</b>	<b>11.351.670,71</b>

**TOTAL I - Base Receita Saúde (ASPS) - 15% da Receita Ajustada** **1.702.750,61**

**3.5.2 Base de Cálculo Constitucional da Receita da Saúde (ASPS), a Partir dos Recursos Vinculados**

Cód. Recurso	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	RECEITA TRIBUTÁRIA	183.774,15	0,00	183.774,15
40	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.543.979,07	0,00	1.543.979,07
40	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.902,94	0,00	7.902,94
40	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-32.795,99	0,00	-32.795,99
40	DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-1,17	0,00	-1,17
<b>TOTAL II</b>		<b>1.702.859,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.702.859,00</b>





### 3.5.3 Cálculo da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS), por Recursos Vinculados

Cód. Recurso	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
40	Administração Geral (modalidade de aplicação 71)	-4.277,59	0,00	-4.277,59
40	Administração Geral	6.408,18	0,00	6.408,18
40	Atenção Básica	2.401.439,10	0,00	2.401.439,10
40	Vigilância Sanitária	76,40	0,00	76,40
40	Vigilância Epidemiológica	86,00	0,00	86,00
<b>SUBTOTAL I</b>		<b>2.403.732,09</b>	<b>0,00</b>	<b>2.403.732,09</b>

### 3.5.4 Dedução da Despesa Constitucional com Saúde (ASPS)

Gastos com aposentadorias e pensões

Cód. Recurso	Cód. Conta	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
		0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL II</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS	1.799,71	0,00	1.799,71
<b>SUBTOTAL III</b>	<b>1.799,71</b>	<b>0,00</b>	<b>1.799,71</b>

	% de Aplicação	Valor Aplicado
<b>TOTAL IV - Gastos Constitucionais com Saúde (ASPS)</b>	<b>21,16</b>	<b>2.401.932,38</b>

### 3.5.5 Despesas Executadas como Contrapartida da Saúde

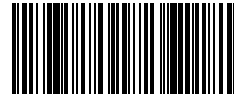
Cód. Contrapartida	Cód. RV	Descrição da Subfunção	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
<b>TOTAL</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 4. Avisos Exibidos na Verificação dos Arquivos Texto

### 4.1 Avisos Exibidos

Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
SUBFUNC.TXT	SFU_09	0	0		A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 71, 72, 181, 182, 291, 292, 401, 402, 511, 512, 621, 622, 731, 732, 841, 842, 951, 952, 1061, 1062, 1171, 1172, 1281, 1282, 1391, 1392, 1501, 1502, 1611 e 1612 difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.
CREDOR.TXT	CRE_14	0	0	AVISO	Percentuais de Unidades da Federação Inválidos: 1%
CREDOR.TXT	CRE_15	0	0	AVISO	Percentuais de Campos Endereço + Cidade + UF em Branco: 1%
BAL_VER.TXT	BAV_49	0	0	AVISO	A Soma do Saldo final das Contas Sintéticas nível 03, "S03", não fecha com a soma das contas Analíticas, dentro do grupo 751.
BAL_VER.TXT	BAV_50	0	0	AVISO	A Soma do Saldo final das Contas Sintéticas nível 04, "S04", não fecha com a soma das contas Analíticas, dentro do grupo 3650.
BAL_VER.TXT	BAV_50	0	0	AVISO	A Soma do Saldo final das Contas Sintéticas nível 04, "S04", não fecha com a soma das contas Analíticas, dentro do grupo 4230.
BAL_VER.TXT	BAV_50	0	0	AVISO	A Soma do Saldo final das Contas Sintéticas nível 04, "S04", não fecha com a soma das contas Analíticas, dentro do grupo 4910.
BAL_VER.TXT	BAV_50	0	0	AVISO	A Soma do Saldo final das Contas Sintéticas nível 04, "S04", não fecha com a soma das contas Analíticas, dentro do grupo 5321.
BAL_VER.TXT	BAV_50	0	0	AVISO	A Soma do Saldo final das Contas Sintéticas nível 04, "S04", não fecha com a soma das contas Analíticas, dentro do grupo 5322.
BAL_VER.TXT	BAV_50	0	0	AVISO	A Soma do Saldo final das Contas Sintéticas nível 04, "S04", não fecha com a soma das contas Analíticas, dentro do grupo 6211.
BAL_VER.TXT	BAV_50	0	0	AVISO	A Soma do Saldo final das Contas Sintéticas nível 04, "S04", não fecha com a soma das contas Analíticas, dentro do grupo 6212.
BAL_VER.TXT	BAV_50	0	0	AVISO	A Soma do Saldo final das Contas Sintéticas nível 04, "S04", não fecha com a soma das contas Analíticas, dentro do grupo 6321.
BAL_VER.TXT	BAV_50	0	0	AVISO	A Soma do Saldo final das Contas Sintéticas nível 04, "S04", não fecha com a soma das contas Analíticas,





Nome do Arquivo	Cód. de Erro	Linha	Campo	Status	Descrição
					dentro do grupo 6322.
BAL_VER.TXT	BAV_50	0	0	AVISO	A Soma do Saldo final das Contas Sintéticas nível 04, "S04", não fecha com a soma das contas Analíticas, dentro do grupo 7510.
BAL_VER.TXT	BAV_50	0	0	AVISO	A Soma do Saldo final das Contas Sintéticas nível 04, "S04", não fecha com a soma das contas Analíticas, dentro do grupo 7531.
BAL_VER.TXT	BAV_50	0	0	AVISO	A Soma do Saldo final das Contas Sintéticas nível 04, "S04", não fecha com a soma das contas Analíticas, dentro do grupo 7532.
BAL_VER.TXT	BAV_50	0	0	AVISO	A Soma do Saldo final das Contas Sintéticas nível 04, "S04", não fecha com a soma das contas Analíticas, dentro do grupo 8512.
BAL_VER.TXT	BAV_50	0	0	AVISO	A Soma do Saldo final das Contas Sintéticas nível 04, "S04", não fecha com a soma das contas Analíticas, dentro do grupo 8531.
CTA_DISP.TXT	CTV_31	0	0		Código de Recurso Vinculado 1037, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT
CTA_DISP.TXT	CTV_31	0	0		Código de Recurso Vinculado 1038, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT
CTA_DISP.TXT	CTV_31	0	0		Código de Recurso Vinculado 1089, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT
CTA_DISP.TXT	CTV_31	0	0		Código de Recurso Vinculado 1117, do arquivo BAL_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA_DISP.TXT
CTA_DISP.TXT	CTV_22	0	0	AVISO	19 % dos campos "código da conta corrente" foram preenchidos com zeros

#### 4.2 Avisos Justificados pela Entidade

**Descrição:** SFU\_09 - A(s) subfunção(ões) da(s) linha(s) 71, 72, 181, 182, 291, 292, 401, 402, 511, 512, 621, 622, 731, 732, 841, 842, 951, 952, 1061, 1062, 1171, 1172, 1281, 1282, 1391, 1392, 1501, 1502, 1611 e 1612 difere(m) da Portaria MOG nº42/1999. Verifique tabela de subfunções na "ajuda" do PAD.

**Justificativa:** Estamos realizando a manutenções em nosso sistema para adequar as sub-funções de conforme as determinações do TCE-RS.

**Descrição:** CTV\_31 - Código de Recurso Vinculado 1037, do arquivo BAL\_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA\_DISP.TXT

**Justificativa:** O município utiliza a fonte de recurso 1037 para registrar todas as receitas provenientes de aplicações financeiras dos recursos recebidos para despesas de capital exceto os da saúde que tem codificação própria.

**Descrição:** CTV\_31 - Código de Recurso Vinculado 1038, do arquivo BAL\_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA\_DISP.TXT

**Justificativa:** O município utiliza a fonte de recurso 1038 para registrar todas as receitas provenientes de aplicações financeiras dos recursos recebidos para despesas de custeio exceto os da saúde que tem codificação própria.

**Descrição:** CTV\_31 - Código de Recurso Vinculado 1089, do arquivo BAL\_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA\_DISP.TXT

**Justificativa:** O município utiliza a fonte de recurso 1089 para registrar todas as receitas provenientes de aplicações financeiras dos recursos recebidos através do FNAS.

**Descrição:** CTV\_31 - Código de Recurso Vinculado 1117, do arquivo BAL\_REC.TXT, não identificado no arquivo CTA\_DISP.TXT

**Justificativa:** Recurso 1117 Vinculado a operação de crédito programa PIMES BADESUL contrato nº 055/2015.

#### 5. Informações Referentes à Gestão Fiscal

##### 5.1 Transparência da Gestão Fiscal

##### 5.1.1 Data e Forma de Publicação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária - art. 52 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Bimestre	Mural	30/03/2016	ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL
	Jornal		Não Publicado
	Internet		WWW.SAOJOAODOPOLESINE.RS.GOV.BR
2º Bimestre	Mural	30/05/2016	ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL
	Jornal		Não Publicado
	Internet		WWW.SAOJOAODOPOLESINE.RS.GOV.BR
3º Bimestre	Mural	29/07/2016	ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL
	Jornal		Não Publicado
	Internet		WWW.SAOJOAODOPOLESINE.RS.GOV.BR
4º Bimestre	Mural	30/09/2016	ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL
	Jornal		Não Publicado
	Internet		WWW.SAOJOAODOPOLESINE.RS.GOV.BR
5º Bimestre	Mural	30/11/2016	ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL



6º Bimestre	Jornal		Não Publicado
	Internet	30/11/2016	WWW.SAOJOAODOPOLESINE.RS.GOV.BR
	Mural	30/01/2017	ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL
	Jornal		Não Publicado
	Internet	30/01/2017	WWW.SAOJOAODOPOLESINE.RS.GOV.BR

#### 5.1.2 Data e forma de Publicação dos Relatórios da Gestão Fiscal - Poder Executivo e Indiretas - § 2º do art. 55 da LRF

Período	Tipo	Data	Forma Publicação
1º Semestre	Mural	27/07/2016	Átrio da Prefeitura
	Jornal		Não Publicado
	Internet	27/07/2016	<a href="http://www.saojoaodopolesine.rs.gov.br/Transparencia/Contas_Publicas_do_Estado">http://www.saojoaodopolesine.rs.gov.br/Transparencia/Contas_Publicas_do_Estado</a>
2º Semestre	Mural	30/01/2017	Átrio da Prefeitura
	Jornal		Não Publicado
	Internet	30/01/2017	<a href="http://www.saojoaodopolesine.rs.gov.br/Transparencia/Contas_Publicas_do_Estado">http://www.saojoaodopolesine.rs.gov.br/Transparencia/Contas_Publicas_do_Estado</a>
1º Quadrimestre	Mural		Não Publicado
	Jornal		Não Publicado
	Internet		Não Publicado
2º Quadrimestre	Mural		Não Publicado
	Jornal		Não Publicado
	Internet		Não Publicado

#### 5.1.3 Data e Local das Audiências Públicas

Período	Data	Local
3º Quadrimestre/2015	29/02/2016	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
1º Quadrimestre/2016	30/05/2016	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
2º Quadrimestre/2016	30/09/2016	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

#### 5.1.4 Disponibilização das Informações na Internet, em tempo real

Data	Endereço Eletrônico
27/05/2013	<a href="http://www.saojoaodopolesine.rs.gov.br/">http://www.saojoaodopolesine.rs.gov.br/</a>

Não foram inseridas observações.

#### 5.1.5 Custeio de Competências de Outros Entes da Federação - Art. 62 da LFR

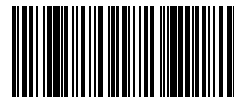
O Município não contribuiu para o custeio de despesas de outros entes da federação.

#### 5.2 Demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal

##### 5.2.1 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

##### 5.2.1.2 Modelo 1 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Exercício de 2016 - 01/01/2016 a 31/12/2016

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
1000000000000000	RECEITAS CORRENTES	14.240.135,75	0,00	14.240.135,75
9100000000000000	(R) DEDUCOES DAS RECEITAS CORRENTES	-2.171.194,51	0,00	-2.171.194,51
SELEÇÃO AUTOMÁTICA	DEDUÇÕES DA RECEITA			
11120431010100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	90.302,62	0,00	90.302,62
11120431010200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	37.626,80	0,00	37.626,80



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11120431010300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	22.575,62	0,00	22.575,62
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	10.123,06	0,00	10.123,06
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	4.217,99	0,00	4.217,99
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	2.530,79	0,00	2.530,79
<b>Subtotal</b>		<b>11.901.564,36</b>	<b>0,00</b>	<b>11.901.564,36</b>
	(+) Perda com o FUNDEB	1.131.879,45	0,00	1.131.879,45
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>		<b>13.033.443,81</b>	<b>0,00</b>	<b>13.033.443,81</b>

## 5.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo)

### 5.2.2.2 Modelo 2 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Executivo) - Exercício de 2016 - 01/01/2016 a 31/12/2016

#### CONTAS DE DESPESA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.966.368,47	0,00	5.966.368,47
DEDUÇÕES				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
319003010000	PENSOES - PESSOAL CIVIL	28.913,76	0,00	28.913,76
319008990400	CONTRIB. DA ENTIDADE PARA O ATENDIMENTO A SAUDE DO SERVIDOR	287.307,31	0,00	287.307,31
<b>TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA</b>		<b>5.650.147,40</b>	<b>0,00</b>	<b>5.650.147,40</b>

#### CONTAS DE RECEITA

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120431010100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	90.302,62	0,00	90.302,62
11120431010200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	37.626,80	0,00	37.626,80
11120431010300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	22.575,62	0,00	22.575,62
<b>TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA</b>		<b>150.505,04</b>	<b>0,00</b>	<b>150.505,04</b>

#### CONTAS PATRIMONIAIS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS CONTAS PATRIMONIAIS</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

#### RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES				



#### RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

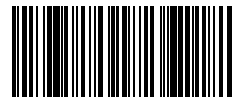
#### CONTAS CONTÁBEIS DE CONTROLE

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
853240201000000	INFORMACAO DA EXECUCAO DO CONSORCIO PARA CONSOLIDACAO - DESPESA COM PESSOAL - EXERCICIO ATUAL - 1o BIMESTRE	3.588,00	0,00	3.588,00
853240202000000	INFORMACAO DA EXECUCAO DO CONSORCIO PARA CONSOLIDACAO - DESPESA COM PESSOAL - EXERCICIO ATUAL - 2o BIMESTRE	2.998,72	0,00	2.998,72
853240203000000	INFORMACAO DA EXECUCAO DO CONSORCIO PARA CONSOLIDACAO - DESPESA COM PESSOAL - EXERCICIO ATUAL - 3o BIMESTRE	3.205,90	0,00	3.205,90
853240204000000	INFORMACAO DA EXECUCAO DO CONSORCIO PARA CONSOLIDACAO - DESPESA COM PESSOAL - EXERCICIO ATUAL - 4o BIMESTRE	3.122,57	0,00	3.122,57
853240205000000	INFORMACAO DA EXECUCAO DO CONSORCIO PARA CONSOLIDACAO - DESPESA COM PESSOAL - EXERCICIO ATUAL - 5o BIMESTRE	3.126,77	0,00	3.126,77
853240206000000	INFORMACAO DA EXECUCAO DO CONSORCIO PARA CONSOLIDACAO - DESPESA COM PESSOAL - EXERCICIO ATUAL - 6o BIMESTRE	4.264,16	0,00	4.264,16
<b>TOTAL DAS CONTAS CONTÁBEIS DE CONTROLE</b>		<b>20.306,12</b>	<b>0,00</b>	<b>20.306,12</b>
<b>Total da Despesa com Pessoal</b>		<b>5.519.948,48</b>	<b>0,00</b>	<b>5.519.948,48</b>

#### 5.2.3 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa

##### 5.2.3.1 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa - Ativo Disponível - Executivo/Indiretas (Exceto RPPS) - Exercício de 2016 - 01/01/2016 a 31/12/2016

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA					
1	111110100000000	CAIXA	1.200,61	0,00	1.200,61
1	111111902010000	BANCO DO BRASIL C/ FPM	288.391,81	0,00	288.391,81
1	111111902020000	BANCO DO BRASIL C/ MOV	434,11	0,00	434,11
1	111111902030000	BANCO DO BRASIL C/ ICMS DES	140,06	0,00	140,06
1	111111902040000	BANCO DO BRASIL C/ FEP	15,60	0,00	15,60
1	111111902050000	BANCO DO BRASIL C/ ITR	200,43	0,00	200,43
1	111111902070000	BANCO DO BRASIL C/ CEX	98,10	0,00	98,10
1	111111902190000	BANCO DO BRASIL CTA SNA	298,18	0,00	298,18
1	111111903010000	CAIXA FEDERAL C/ MOV	299,19	0,00	299,19



61601111562205789

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/01/2017 - 10:25:04

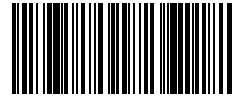
PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 31/12/2016

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
1	111111912010000	BANRISUL C/ MOV	595,22	0,00	595,22
1	111111912020000	BANRISUL C/ IPVA	769,62	0,00	769,62
1	111111912030000	BANRISUL C/ IPTU	2.468,10	0,00	2.468,10
1	111111912050000	BANRISUL C/ MULTA TRANSITO	447,58	0,00	447,58
1	111111912150000	BANRISUL CTA ILUMINACAO PUBLICA	5.880,94	0,00	5.880,94
1	111111912760000	BANRISUL CTA FUNDO MUNIC CRIAN ADOLESCENTES	293,26	0,00	293,26
1	111111912770000	BANRISUL CTA CONCURSO	50,00	0,00	50,00
20	111111902110000	BANCO DO BRASIL C/ MDE	4.812,99	0,00	4.812,99
31	111111902180000	BANCO BRASIL C/ FUNDEB	31.354,65	0,00	31.354,65
40	111111902130000	BANCO DO BRASIL C/ FUS	69.072,99	165.062,62	234.135,61
1007	111111902210000	BCO BRASIL CTA MERENDA ESCOLAR FEDERAL	2.573,06	0,00	2.573,06
1011	111111912090000	BANRISUL C/ TRANSPORTE ESCOLAR	337,96	0,00	337,96
1048	111111902140000	BANCO DO BRASIL C/ PNAT	444,90	0,00	444,90
1050	111111912800000	BANRISUL CTA ACADEMIA AR LIVRE	7.358,31	0,00	7.358,31
1052	111111902120000	BANCO DO BRASIL C/ CIDE	179,43	0,00	179,43
1055	111111902090000	BANCO DO BRASIL C/ DNPM/CFEM	291,32	0,00	291,32
1059	111111902100000	BANCO DO BRASIL C/ QSE	5.188,92	0,00	5.188,92
1066	111111902410000	BANCO DO BRASIL CTA FMAS PB-PAIF	22.650,06	0,00	22.650,06
1072	111111912670000	BANRISUL CTA FMAS REC PEAS	4.194,98	0,00	4.194,98
1081	111111902420000	BANCO DO BRASIL CTA FMAS IGD-BF	26.868,53	0,00	26.868,53
1094	111115002020000	CAIXA ECONOMICA FEDERAL CTA PRODESA CONVENIO 811526/2014	146.250,00	0,00	146.250,00
1105	111111912290000	BANRISUL CTA ALIENACAO BENS MOVEIS REC LIVRES	1.502,41	0,00	1.502,41
1109	111111902400000	BANCO DO BRASIL CTA FMAS IGD-SUAS	11.004,62	0,00	11.004,62
1112	111111902380000	BANCO DO BRASIL CTA APOIO A CRECHES	1.068,61	0,00	1.068,61
1900	111111912660000	BANRISUL CTA ALIENACAO BENS IMOVEIS	4.082,21	0,00	4.082,21
4002	111111912610000	BANRISUL CTA ALIENACAO BENS MOVEIS SAUDE	13.864,45	0,00	13.864,45
4011	111111912510000	BANRISUL CTA FMS POLESINE-INCENTIVO ATENCAO BASICA	82,61	0,00	82,61
4050	111111912470000	BANRISUL CTA FMS POLESINE-FRACIA BASICA ESTADUAL	5.070,58	0,00	5.070,58
4080	111111912500000	BANRISUL CTA FMS POLESINE-PACS ESTADUAL	192,94	0,00	192,94
4090	111111912490000	BANRISUL CTA FMS POLESINE-PSF ESTADUAL	356,29	0,00	356,29
4090	111111912790000	BANRISUL CTA FMS PPC 15/16 AQUIS EQUIP UBS	461,02	0,00	461,02
4110	111111912520000	BANRISUL CTA FMS POLESINE-SAUDE BUCAL ESTADUAL	2.098,61	0,00	2.098,61
4160	111111912480000	BANRISUL CTA FMS POLESINE-PIM ESTADUAL	3.052,75	0,00	3.052,75



Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
4220	111111912600000	BANRISUL CTA CUCA LEGAL (CAPS)	612,75	0,00	612,75
4230	111111912780000	BANRISUL CTA INCENTIVO CUSTEIO HOSPITALAR POR 906/2015	17,20	0,00	17,20
4510	111111902220100	BANCO DO BRASIL CTA FMS PAB FIXO	134,98	0,00	134,98
4520	111111902220400	BANCO DO BRASIL CTA FMS PSF-FEDERAL	8.507,66	0,00	8.507,66
4521	111111902220500	BANCO DO BRASIL CTA FMS PMAQ	65.782,13	0,00	65.782,13
4530	111111902220300	BANCO DO BRASIL CTA FMS PACS-FEDERAL	15.698,23	0,00	15.698,23
4540	111111902220200	BANCO DO BRASIL CTA FMS SAUDE BUCAL	6.614,56	0,00	6.614,56
4590	111111902250100	BANCO DO BRASIL CTA HOSPITAL CONTRATO 199/2010 TETO FINANCEIRO	115,51	0,00	115,51
4590	111111902260100	TETO MUNICIPAL REDE CEGONHA (RCE-RCEG)	56,00	0,00	56,00
4710	111111902240100	PISO FIXO VIGILANCIA EM SAUDE 3.1	6.816,33	0,00	6.816,33
4760	111111902240200	ACOES ESTRUTURANTE DE VIGILANCIA SANITARIA 3.2	6.062,90	0,00	6.062,90
4770	111111902230100	BANCO DO BRASIL CTA FMS ASSIST. FARMACEUTICA BASICA	6.052,33	0,00	6.052,33
8001	111111902160000	BANCO DO BRASIL CTA RETENCAO PREFEITURA	38.318,58	0,00	38.318,58
TOTAL			820.787,17	165.062,62	985.849,79

#### 5.2.3.3 Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa - Ativo Disponível RPPS - Exercício de 2016 - 01/01/2016 a 31/12/2016

Cod. Recurso	Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA			0,00	0,00	0,00
TOTAL			0,00	0,00	0,00

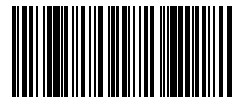
#### 5.2.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada

##### 5.2.4.1 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida Excluído RPPS - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2016 - 01/01/2016 a 31/12/2016

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
213110403000000	PRECATORIOS DE CONTAS A PAGAR - CREDITORES NACIONAIS DE EXERCICIOS ANTERIORES - A PARTIR DE 05/05/2000	59.069,76	0,00	59.069,76
222310102000000	BADESUL DESENVOLVIMENTO CONT 055/2015 PROGRAMA PIMES	497.993,94	0,00	497.993,94
222810201000000	Encargos Pre Fixados - Badesul - Contrato 055/2015	-3.171,23	0,00	-3.171,23
TOTAL		553.892,47	0,00	553.892,47

##### 5.2.4.2 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida Excluído RPPS - Ativo Circulante e Não Circulante - Exercício de 2016 - 01/01/2016 a 31/12/2016





61601111562205789

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/01/2017 - 10:25:04

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 31/12/2016

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
111110100000000	CAIXA	1.200,61	0,00	1.200,61
111111902010000	BANCO DO BRASIL C/ FPM	288.391,81	0,00	288.391,81
111111902020000	BANCO DO BRASIL C/ MOV	434,11	0,00	434,11
111111902030000	BANCO DO BRASIL C/ ICMS DES	140,06	0,00	140,06
111111902040000	BANCO DO BRASIL C/ FEP	15,60	0,00	15,60
111111902050000	BANCO DO BRASIL C/ ITR	200,43	0,00	200,43
111111902070000	BANCO DO BRASIL C/ CEX	98,10	0,00	98,10
111111902090000	BANCO DO BRASIL C/ DNP/CFEM	291,32	0,00	291,32
111111902100000	BANCO DO BRASIL C/ QSE	5.188,92	0,00	5.188,92
111111902110000	BANCO DO BRASIL C/ MDE	4.812,99	0,00	4.812,99
111111902120000	BANCO DO BRASIL C/ CIDE	179,43	0,00	179,43
111111902130000	BANCO DO BRASIL C/ FUS	69.072,99	0,00	69.072,99
111111902140000	BANCO DO BRASIL C/ PNAT	444,90	0,00	444,90
111111902160000	BANCO DO BRASIL CTA RETENCAO PREFEITURA	38.318,58	0,00	38.318,58
111111902180000	BANCO BRASIL C/ FUNDEB	31.354,65	0,00	31.354,65
111111902190000	BANCO DO BRASIL CTA SNA	298,18	0,00	298,18
111111902210000	BCO BRASIL CTA MERENDA ESCOLAR FEDERAL	2.573,06	0,00	2.573,06
111111902220100	BANCO DO BRASIL CTA FMS PAB FIXO	134,98	0,00	134,98
111111902220200	BANCO DO BRASIL CTA FMS SAUDE BUCAL	6.614,56	0,00	6.614,56
111111902220300	BANCO DO BRASIL CTA FMS PACS-FEDERAL	15.698,23	0,00	15.698,23
111111902220400	BANCO DO BRASIL CTA FMS PSF-FEDERAL	8.507,66	0,00	8.507,66
111111902220500	BANCO DO BRASIL CTA FMS PMAQ	65.782,13	0,00	65.782,13
111111902230100	BANCO DO BRASIL CTA FMS ASSIST. FARMACEUTICA BASICA	6.052,33	0,00	6.052,33
111111902240100	PISO FIXO VIGILANCIA EM SAUDE 3.1	6.816,33	0,00	6.816,33
111111902240200	ACOES ESTRUTURANTE DE VIGILANCIA SANITARIA 3.2	6.062,90	0,00	6.062,90
111111902250100	BANCO DO BRASIL CTA HOSPITAL CONTRATO 199/2010 TETO FINANCEIRO	115,51	0,00	115,51
111111902260100	TETO MUNICIPAL REDE CEGONHA (RCE-RCEG)	56,00	0,00	56,00
111111902380000	BANCO DO BRASIL CTA APOIO A CRECHES	1.068,61	0,00	1.068,61
111111902400000	BANCO DO BRASIL CTA FMAS IGD-SUAS	11.004,62	0,00	11.004,62
111111902410000	BANCO DO BRASIL CTA FMAS PB-PAIF	22.650,06	0,00	22.650,06
111111902420000	BANCO DO BRASIL CTA FMAS IGD-BF	26.868,53	0,00	26.868,53
111111903010000	CAIXA FEDERAL C/ MOV	299,19	0,00	299,19
111111912010000	BANRISUL C/ MOV	595,22	0,00	595,22
111111912020000	BANRISUL C/ IPVA	769,62	0,00	769,62
111111912030000	BANRISUL C/ IPTU	2.468,10	0,00	2.468,10
111111912050000	BANRISUL C/ MULTA TRANSITO	447,58	0,00	447,58
111111912090000	BANRISUL C/ TRANSPORTE ESCOLAR	337,96	0,00	337,96
111111912150000	BANRISUL CTA ILUMINACAO PUBLICA	5.880,94	0,00	5.880,94
111111912290000	BANRISUL CTA ALIENACAO BENS MOVEIS REC LIVRES	1.502,41	0,00	1.502,41

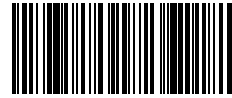




Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
111111912470000	BANRISUL CTA FMS POLESINE-FRAMACIA BASICA ESTADUAL	5.070,58	0,00	5.070,58
111111912480000	BANRISUL CTA FMS POLESINE-PIM ESTADUAL	3.052,75	0,00	3.052,75
111111912490000	BANRISUL CTA FMS POLESINE-PSF ESTADUAL	356,29	0,00	356,29
111111912500000	BANRISUL CTA FMS POLESINE-PACS ESTADUAL	192,94	0,00	192,94
111111912510000	BANRISUL CTA FMS POLESINE-INCENTIVO ATENCAO BASICA	82,61	0,00	82,61
111111912520000	BANRISUL CTA FMS POLESINE-SAUDE BUCAL ESTADUAL	2.098,61	0,00	2.098,61
111111912600000	BANRISUL CTA CUCA LEGAL (CAPS)	612,75	0,00	612,75
111111912610000	BANRISUL CTA ALIENACAO BENS MOVEIS SAUDE	13.864,45	0,00	13.864,45
111111912660000	BANRISUL CTA ALIENACAO BENS IMOVEIS	4.082,21	0,00	4.082,21
111111912670000	BANRISUL CTA FMAS REC PEAS	4.194,98	0,00	4.194,98
111111912760000	BANRISUL CTA FUNDO MUNIC CRIAN ADOLESCENTES	293,26	0,00	293,26
111111912770000	BANRISUL CTA CONCURSO	50,00	0,00	50,00
111111912780000	BANRISUL CTA INCENTIVO CUSTEIO HOSPITALAR POR 906/2015	17,20	0,00	17,20
111111912790000	BANRISUL CTA FMS PPC 15/16 AQUIS EQUIP UBS	461,02	0,00	461,02
111111912800000	BANRISUL CTA ACADEMIA AR LIVRE	7.358,31	0,00	7.358,31
111115002020000	CAIXA ECONOMICA FEDERAL CTA PRODESA CONVENIO 811526/2014	146.250,00	0,00	146.250,00
112340900000000	CREDITOS DECORRENTES DE OUTRAS TRANSFERENCIAS DO ESTADO	165.062,62	0,00	165.062,62
113810800000000	CREDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALARIO FAMILIA PAGO	204,12	0,00	204,12
113810900000000	CREDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALARIO MATERNIDADE PAGO	918,36	0,00	918,36
113811600000000	CREDITOS A RECEBER POR ACERTO FINANCEIRO COM SERVIDORES E EX-SERVIDORES	15.905,75	0,00	15.905,75
113811700000000	CREDITOS A RECEBER DECORRENTES DE FOLHA DE PAGAMENTO	7.438,96	0,00	7.438,96
113819000000000	DEMAIS CREDITOS NAO TRIBUTARIOS A RECEBER	917,50	0,00	917,50
113819901000000	REPASSE CONCEDIDO DIFERIDO	3.953,48	0,00	3.953,48
113819902000000	CREDITOS A RECEBER - BADESUL CONTRATO 055/2015	61.768,92	0,00	61.768,92
121110302000000	FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS A RECEBER	2.205,11	0,00	2.205,11
121129902000000	(-) AJUSTE DE PERDAS DE DIVIDA ATIVA	-3.029,00	0,00	-3.029,00
121310102010000	COTAS DE SOCIEDADES	407,87	0,00	407,87
<b>TOTAL</b>		<b>1.076.540,86</b>	<b>0,00</b>	<b>1.076.540,86</b>

**5.2.4.3 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida Excluído RPPS - Obrigações Financeiras - Exercício de 2016 - 01/01/2016 a 31/12/2016**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
211110101000000	SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS	514,82	0,00	514,82
211430101000000	CONTRIBUICOES AO RGPS SOBRE SALARIOS E REMUNERACOES	72.845,94	0,00	72.845,94



61601111562205789

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/01/2017 - 10:25:04

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 31/12/2016

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
213110101070000	FORNECEDORES NAO FINANCIADOS A PAGAR	909.583,33	0,00	909.583,33
214111100000000	PIS/PASEP A RECOLHER	5.900,92	0,00	5.900,92
217910100000000	OUTRAS PROVISÕES A CURTO PRAZO - BADESUL - CONTRATO 055/2015	61.768,92	0,00	61.768,92
218810102010000	INSS	38.298,33	0,00	38.298,33
218810103010000	SEST-SERVICO SOCIAL DO TRANSPORTE	12,15	0,00	12,15
218810103020000	SENAT-SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE	8,10	0,00	8,10
<b>TOTAL</b>		<b>1.088.932,51</b>	<b>0,00</b>	<b>1.088.932,51</b>
<b>Total das Deduções (Total AC + ANC - Obrig. Financ.)</b>				<b>-12.391,65</b>
<b>Total da Dívida Consolidada</b>				<b>553.892,47</b>

**5.2.4.4 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida Excluído RPPS - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2016 - 01/01/2016 a 31/12/2016**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Insuficiência Financeira</b>				<b>12.391,65</b>
<b>TOTAL</b>				<b>12.391,65</b>

**5.2.4.5 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS - Dívida Consolidada ou Fundada - Exercício de 2016 - 01/01/2016 a 31/12/2016**

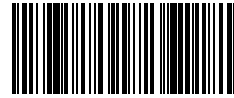
Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**5.2.4.6 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS - Ativo Circulante e Não Circulante - Exercício de 2016 - 01/01/2016 a 31/12/2016**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**5.2.4.7 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS - Obrigações Financeiras - Exercício de 2016 - 01/01/2016 a 31/12/2016**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
		0,00	0,00	0,00



61601111562205789



23/01/2017 - 10:25:04

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 31/12/2016

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
TOTAL		0,00	0,00	0,00
Total das Deduções (Total AC + ANC - Obrig. Financ.)				0,00
Total da Dívida Consolidada				0,00

**5.2.4.8 Modelo 4 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS - Outras Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada - Exercício de 2016 - 01/01/2016 a 31/12/2016**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

**5.2.5 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores**

**5.2.5.1 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Garantias - Exercício de 2016 - 01/01/2016 a 31/12/2016**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

O município não foi chamado a honrar quaisquer garantias.

**5.2.5.2 Modelo 5 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Contragarantias - Exercício de 2016 - 01/01/2016 a 31/12/2016**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00

**5.2.6 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas**

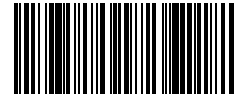
**5.2.6.1 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Internas e Externas - Exercício de 2016 - 01/01/2016 a 31/12/2016**

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
21149900000000000000	OUTRAS OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - CONTRATUAIS	494.822,71	0,00	494.822,71
TOTAL DAS CONTAS DE RECEITA		494.822,71	0,00	494.822,71
Total para fins da apuração do cumprimento do limite		494.822,71	0,00	494.822,71

**5.2.6.2 Modelo 6 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Antecipação da Receita - Exercício de 2016 - 01/01/2016 a 31/12/2016**







61601111562205789

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/01/2017 - 10:25:04

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

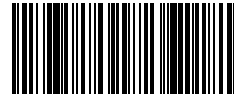
ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 31/12/2016

## LEGENDA DOS CÓDIGOS DOS RECURSOS VINCULADOS

40	ASPS
1001	FAPS
1006	PDDE
1007	PNAE MERENDA ESCOLAR
1011	TRANSPORTE ESCOLAR - ESTADO
1012	MERENDA ESCOLAR - Contrapartida do Estado
1027	RECURSOS SAUDE BUCAL
1032	MINISTERIO DO TURISMO
1048	TRANSPORTE ESCOLAR - FEDERAL
1050	RECURSO FUNDERGS-CONSULTA POPULAR
1051	SEHADUR/SEHABS
1052	RECURSO DO CIDE
1055	REC DO DNPM/CFEM
1059	COTA-PARTE SALARIO EDUCACAO FEDERAL-QSE
1066	PROGRAMA SOCIAL BASICO-FAMILIA PAIF
1072	RECURSO SEAS-OASF
1081	IGD - BOLSA FAMILIA
1091	REC MINISTERIO DAS CIDADES
1094	PRODESA
1096	CONSULTA POPULAR-AGRICULTURA
1098	REC SEC AGRIC.PEC.PES.E AGRONEG-CONSULTA POPULAR
1102	COTA PARTE SALARIO EDUCACAO ESTADO
1103	REC ALIENACAO DE BENS DO MDE
1105	REC ALIENACAO DE BENS DAS DEMAIS SECRETARIAS
1106	REC REC DAER/RS TERMO TRANSF.AJ/035/10
1108	PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA 2014
1109	REC FNAS IGD SUAS
1110	PROGRAMA SANEAMENTO AMBIENTAL SEHADUR/CORRENTE
1111	PROGRAMA PAR -PLANO DE ACOES ARTICULADAS Nº 4071/2012-FNDE
1112	REC FNDE- APOIO AS CRECHES
1113	PROGRAMA CORRECAO DE SOLOS- SEC AGICULTURA
1114	CONSULTA POPULAR 13/14
1116	PASSE LIVRE ESTUDANTIL
1117	OPERACAO DE CREDITO LEI 769
1900	alienacao de bens imoveis rec nao vinculado
1999	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE REC ESTADUAL
4002	REC ALIENACAO DE BENS ASPS
4010	GESTAO BASICA - MUNICIPIO RESOLVE
4011	INCENTIVO ATENCAO BASICA
4030	INVERNO GAUCHO
4050	FARMACIA BASICA - ESTADO
4051	DIABETES MELLITUS
4080	PACS - ESTADUAL
4090	PSF - ESTADO
4110	SAUDE BUCAL - ESTADO
4160	PIM
4200	VIGILANCIA AMBIENTAL



## LEGENDA DOS CÓDIGOS DOS RECURSOS VINCULADOS

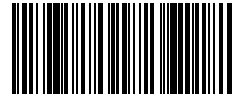
4220	CUCA LEGAL (CAPS)
4230	Incentivo Custeio Hospitalar portaria 906/2015
4231	AMPLIACAO DE UBS- CONSULTA POPULAR
4290	SISTEMA SIMPLIFICADO DE ABASTECIMENTO
4292	Aquisicao Ambulancias,carros,unid moveis,etc
4293	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS SAUDE
4302	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS SAUDE - ESTADO
4510	PAB FIXO - FEDERAL
4520	PSF - FEDERAL
4521	MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE -PMAQ
4530	PACS - FEDERAL
4540	SAUDE BUCAL
4590	TETO FINANCEIRO-SIA-SUS/SERVICOS HOPITALAR
4710	TETO FINANCEIRO EPIDEMIOLOGIO E AMBIENTAL FEDERAL
4730	CAMPANHAS DE VACINACAO - FEDERAL
4760	PISO ATENCAO BASICA EM VISA ESTRUTURANTE
4770	FARMACIA BASICA FIXA E VARIABEL
4931	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS SAUDE - UNIAO
8001	REC RETENCAO (EXTRA-ORCAMNETARIA)

### 5.2.10 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais do Legislativo

#### 5.2.10.1 Modelo 13 - Demonstrativos dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Exercício de 2015 - 01/01/2015 a 31/12/2015

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
11120200010000000000	IPTU - PROPRIO	198.644,56	0,00	198.644,56
11120200020000000000	IPTU - MDE	82.770,87	0,00	82.770,87
11120200030000000000	IPTU - ASPS	49.662,01	0,00	49.662,01
11120431010100000000	IRRF ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	71.006,42	0,00	71.006,42
11120431010200000000	IRRF ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	29.586,39	0,00	29.586,39
11120431010300000000	IRRF ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	17.751,62	0,00	17.751,62
11120431020100000000	IRRF - ATIVO/INATIVO - LEGISLATIVO - PROPRIO	9.605,65	0,00	9.605,65
11120431020200000000	IRRF - ATIVO/INATIVO - LEGISLATIVO - MDE	4.002,36	0,00	4.002,36
11120431020300000000	IRRF - ATIVO/INATIVO - LEGISLATIVO - ASPS	2.401,40	0,00	2.401,40
11120431060100000000	IRRF SOBRE RENDIMENTOS - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS- PROPRIO	1.681,71	0,00	1.681,71
11120431060200000000	IRRF SOBRE RENDIMENTOS - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS- MDE	700,81	0,00	700,81
11120431060300000000	IRRF SOBRE RENDIMENTOS - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS- ASPS	420,41	0,00	420,41
11120434030100000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS-PODER EXECUTIVO-PROPRIOS	439,63	0,00	439,63
11120434030200000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS-PODER EXECUTIVO-MDE	183,20	0,00	183,20
11120434030300000000	RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS-PODER EXECUTIVO-ASPS	109,87	0,00	109,87





61601111562205789

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/01/2017 - 10:25:04

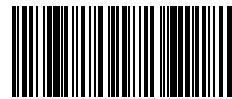
PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 31/12/2016

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
11120800010000000000	ITBI - PRÓPRIO	67.134,45	0,00	67.134,45
11120800020000000000	ITBI - MDE	27.972,78	0,00	27.972,78
11120800030000000000	ITBI - ASPS	16.783,68	0,00	16.783,68
11130501010000000000	ISS PRÓPRIO	329.544,20	0,00	329.544,20
11130501020000000000	ISS FIXO MDE	137.311,26	0,00	137.311,26
11130501030000000000	ISS FIXO ASSPS	82.386,31	0,00	82.386,31
11211700000000000000	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2.575,83	0,00	2.575,83
11212100000000000000	TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	9.586,66	0,00	9.586,66
11212500000000000000	TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, INDÚSTRIAS E PRESTADORA DE SERVIÇOS	28.759,51	0,00	28.759,51
11212900000000000000	TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS	5.513,19	0,00	5.513,19
11213100000000000000	TAXA DE UTILIZAÇÃO DE ÁREA DE DOMÍNIO PÚBLICO	600,00	0,00	600,00
11229900060000000000	OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	3.225,31	0,00	3.225,31
12300000000000000000	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	64.493,87	0,00	64.493,87
17210102010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRÓPRIO	3.811.983,45	0,00	3.811.983,45
17210102020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - MDE	317.665,24	0,00	317.665,24
17210102040000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - ASPS	952.995,33	0,00	952.995,33
17210102060000000000	COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	1.270.660,60	0,00	1.270.660,60
17210103010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE DEZEMBRO - PRÓPRIO	167.153,09	0,00	167.153,09
17210103020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE DEZEMBRO - MDE	69.647,11	0,00	69.647,11
17210103030000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE DEZEMBRO - ASPS	41.788,25	0,00	41.788,25
17210104010000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE JULHO - PRÓPRIO	45.116,61	0,00	45.116,61
17210104020000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE JULHO - MDE	18.798,58	0,00	18.798,58
17210104030000000000	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MÊS DE JULHO - ASPS	11.279,13	0,00	11.279,13
17210105010000000000	COTA-PARTE DO ITR - PRÓPRIO	3.515,59	0,00	3.515,59
17210105020000000000	COTA-PARTE DO ITR - MDE	292,98	0,00	292,98
17210105030000000000	COTA-PARTE DO ITR - ASPS	878,77	0,00	878,77
17210105040000000000	COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	1.171,74	0,00	1.171,74
17213600010000000000	Transferência Financeira - L.C. No 87/96-Próprio	8.110,76	0,00	8.110,76
17213600020000000000	Transferência Financeira - L.C. No 87/96-Mde	675,86	0,00	675,86
17213600040000000000	Transferência Financeira - L.C. No 87/96-Asps	2.027,64	0,00	2.027,64
17213600050000000000	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA L.C.No 87/96 - FUNDEB	2.703,50	0,00	2.703,50



61601111562205789

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/01/2017 - 10:25:04

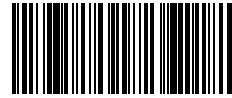
PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 31/12/2016

Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
17220101010000000000	COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	1.128.637,63	0,00	1.128.637,63
17220101020000000000	COTA-PARTE DO ICMS - MDE	94.053,15	0,00	94.053,15
17220101040000000000	COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	282.159,40	0,00	282.159,40
17220101050000000000	COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	376.212,57	0,00	376.212,57
17220102010000000000	COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	166.227,87	0,00	166.227,87
17220102020000000000	COTA-PARTE DO IPVA - MDE	13.852,29	0,00	13.852,29
17220102030000000000	COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	41.556,97	0,00	41.556,97
17220102040000000000	COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	55.409,32	0,00	55.409,32
17220104010000000000	COTA-PARTE DO IPI / EXPORTACAO - PROPRIO	21.740,93	0,00	21.740,93
17220104020000000000	COTA-PARTE DO IPI / EXPORTACAO - MDE	1.811,74	0,00	1.811,74
17220104040000000000	COTA-PARTE DO IPI / EXPORTACAO - ASPS	5.435,24	0,00	5.435,24
17220104050000000000	COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	7.247,03	0,00	7.247,03
17220113000000000000	COTA-PARTE DA CONTRIBUICAO DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO	4.115,02	0,00	4.115,02
19113500000000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA TAXA DE FISCALIZACAO E VIGILANCIA SANITARIA	20,12	0,00	20,12
19113800010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	231,80	0,00	231,80
19113800020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	96,81	0,00	96,81
19113800030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	58,02	0,00	58,02
19114000010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	487,83	0,00	487,83
19114000020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	203,70	0,00	203,70
19114000030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	121,96	0,00	121,96
19119901010100000000	MULTAS E JUROS DE MORA DAS TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	135,01	0,00	135,01
19131100010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	5.684,46	0,00	5.684,46
19131100020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	2.369,32	0,00	2.369,32
19131100030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	1.421,14	0,00	1.421,14
19131300010000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	163,83	0,00	163,83
19131300020000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	68,42	0,00	68,42
19131300030000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	41,01	0,00	41,01
19133500000000000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA DE FISCALIZACAO E VIGILANCIA SANITARIA	29,11	0,00	29,11
19139900010100000000	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DAS TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	1.708,61	0,00	1.708,61
19311100010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	14.212,23	0,00	14.212,23
19311100020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	5.922,28	0,00	5.922,28
19311100030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	3.553,38	0,00	3.553,38
19311300010000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	847,40	0,00	847,40
19311300020000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	353,19	0,00	353,19
19311300030000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	211,92	0,00	211,92



Cod. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
19313500000000000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA DE FISCALIZACAO E VIGILANCIA SANITARIA	75,22	0,00	75,22
19319901010100000000	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DAS TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	4.072,24	0,00	4.072,24
91112020001000000000	Deducao - IPTU - PROPRIO	-18.731,70	0,00	-18.731,70
91112020002000000000	Deducao - IPTU - MDE	-7.806,29	0,00	-7.806,29
91112020003000000000	Deducao - IPTU - ASPS	-4.683,55	0,00	-4.683,55
91113050101000000000	Deducao - ISS PROPRIO	-180.576,79	0,00	-180.576,79
91113050102000000000	Deducao - ISS FIXO MDE	-75.240,34	0,00	-75.240,34
91113050103000000000	Deducao - ISS FIXO ASSPS	-45.144,19	0,00	-45.144,19
91121250000000000000	Deducao - TAXA DE LICENCA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAS E PRESTADORA DE SERVICOS	-174,02	0,00	-174,02
91722010101000000000	Deducao - COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	-213,08	0,00	-213,08
91722010102000000000	Deducao - COTA-PARTE DO ICMS - MDE	-82,50	0,00	-82,50
91722010104000000000	Deducao - COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	-49,50	0,00	-49,50
91913110001000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	-0,44	0,00	-0,44
91913110002000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	-0,18	0,00	-0,18
91913110003000000000	Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	-0,11	0,00	-0,11
<b>TOTAL</b>		<b>9.879.163,67</b>	<b>0,00</b>	<b>9.879.163,67</b>

**5.2.10.2 Modelo 13 - Demonstrativo dos Gastos Totais - Receita Realizada no Exercício Anterior - Valores Corrigidos - Exercício de 2015 - 01/01/2015 a 31/12/2015**

Mês	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado	Índice IGP-DI	Valor Corrigido
Janeiro	917.528,43	0,00	917.528,43	1,1068	1.015.520,47
Fevereiro	841.159,71	0,00	841.159,71	1,0994	924.770,99
Março	757.850,60	0,00	757.850,60	1,0936	828.785,42
Abril	730.005,85	0,00	730.005,85	1,0805	788.771,32
Mai	863.864,46	0,00	863.864,46	1,0707	924.939,68
Junho	811.101,35	0,00	811.101,35	1,0664	864.958,48
Julho	722.304,13	0,00	722.304,13	1,0592	765.064,53
Agosto	906.744,90	0,00	906.744,90	1,0531	954.893,05
Setembro	670.287,99	0,00	670.287,99	1,0489	703.065,07
Outubro	687.470,67	0,00	687.470,67	1,0342	710.982,17
Novembro	727.012,15	0,00	727.012,15	1,0164	738.935,15
Dezembro	1.243.833,43	0,00	1.243.833,43	1,0044	1.249.306,30
<b>TOTAL</b>	<b>9.879.163,67</b>	<b>0,00</b>	<b>9.879.163,67</b>		<b>10.469.992,62</b>

**5.2.11 Justificativa dos Ajustes Efetuados nas Planilhas**

**Nome da Planilha:** Modelo 3 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa - Adição/Exclusão

**Justificativa:** Foi acrescido no demonstrativo da disponibilidades de caixa na conta contábil nível 11111190213 fonte de recurso 40 ASPS o valor de R\$ 165.062,62 refe-



rente a recursos da saúde não repassados pelo Governo do Estado conforme OF. Circular/FES. Nº 433/2016 de 23 de Dezembro de 2016, contabilizados como créditos decorrentes de outras transferências do Estado no nível contábil 1.1.1.2.3.4.09.00.

**Nome da Planilha:** Modelo 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar - Adição/Exclusão

**Justificativa:** Foi acrescido na fonte de recursos 1117 OPERAÇÃO DE CREDITO LEI 769 o valor de R\$ 61.768,92 referente à parcela devida pelo BADESUL Desenvolvimento ? Agência de Fomento/RS Contrato 055/2015 para dar suporte financeiro a despesa liquidada na fonte de recurso acima mencionada conforme instrução normativa nº 18/2015 TCE-RS; contabilizado na conta contábil nível 1.1.3.8.1.99.02 ? Crédito a receber - BADESUL Contrato 055/2015.

### 5.3 Metas de Arrecadação

RECEITAS CORRENTES	META	REALIZADA
1º Bimestre	2.462.653,98	2.174.612,60
2º Bimestre	2.462.653,98	1.924.567,22
3º Bimestre	2.462.653,98	2.356.461,93
4º Bimestre	2.462.653,98	2.378.150,06
5º Bimestre	2.462.653,98	1.831.547,71
6º Bimestre	2.462.653,21	3.574.796,23
<b>TOTAL</b>	<b>14.775.923,11</b>	<b>14.240.135,75</b>

RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

RECEITAS DE CAPITAL	META	REALIZADA
1º Bimestre	444.080,06	59,43
2º Bimestre	444.080,06	123,41
3º Bimestre	444.080,06	109.958,24
4º Bimestre	444.080,06	255.424,15
5º Bimestre	444.080,06	101.295,54
6º Bimestre	444.079,70	224.757,94
<b>TOTAL</b>	<b>2.664.480,00</b>	<b>691.618,71</b>

RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	META	REALIZADA
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DEDUÇÕES DA RECEITA	META	REALIZADA
1º Bimestre	-382.736,67	-355.486,28
2º Bimestre	-382.736,67	-314.998,21
3º Bimestre	-382.736,67	-360.395,48
4º Bimestre	-382.736,67	-322.859,52
5º Bimestre	-382.736,67	-279.931,63
6º Bimestre	-382.736,65	-537.608,89
<b>TOTAL</b>	<b>-2.296.420,00</b>	<b>-2.171.280,01</b>

<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>15.143.983,11</b>	<b>12.760.474,45</b>
-------------------------	----------------------	----------------------

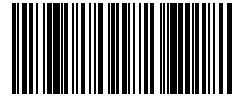
### 5.5 Informações para Emissão de Certidão - Art. 21 da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001

#### 5.5.1 Poder Executivo

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2015.

Não houve captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do artigo 150 da Constituição Federal, no exercício de 2016.

Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2015.



Não houve recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2015.

Não ocorreu assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada com fornecedores de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de títulos de crédito, no exercício de 2016.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2015.

Não ocorreu assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a posteriori de bens e serviços, no exercício de 2016.

## 5.6 Operações de Crédito e Despesas de Capital

### 5.6.1 Operações de Crédito e Despesas de Capital do Exercício de 2016 - 01/01/2016 a 31/12/2016

Cód. Conta	Descrição	Valor Contábil	Adição/Exclusão	Valor Ajustado
4000000000000	DESPESAS DE CAPITAL	841.753,88	0,00	841.753,88
Deduções				
SELEÇÃO AUTOMÁTICA		0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS CONTAS DE DESPESA</b>		<b>841.753,88</b>	<b>0,00</b>	<b>841.753,88</b>
SELEÇÃO AUTOMÁTICA				
2114990000000000000	OUTRAS OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - CONTRATUAIS	494.822,71	0,00	494.822,71
<b>TOTAL DA RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>		<b>494.822,71</b>	<b>0,00</b>	<b>494.822,71</b>
<b>Operações de Crédito que excederam as despesas de capital</b>				<b>0,00</b>

## 6. Cadastro de Administradores da Entidade

### 6.1 Administradores da Entidade

#### Poder Executivo

Identificação do(a) Administrador

Nome: Valserina Maria Bulegon Gassen

CPF: 6423930015

Cargo/Função: Prefeita

Mandato - Início e Término: 01/01/2013 a 31/12/2016

Substitutos:

CPF: 18800491049

Nome: Ailton Bitencourt

Cargo: Vice Prefeito

Substituições:

Início: 21/03/2016

Término: 04/04/2016

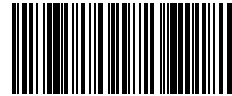
Início: 20/05/2016

Término: 31/05/2016

Não houve substituições formais no 1º bimestre.

Não houve substituições formais no 4º bimestre.

Não houve substituições formais no 5º bimestre.



Não houve substituições formais no 6º bimestre.

## 7. Observações da Entidade para o TCE-RS

Qualquer divergência verificada neste relatório ou observação que a Entidade julgar relevante deverão ser informadas neste item.

Quanto a insuficiência financeira apresentada nas fontes de recursos Livre 0001, M.D.E 0020 e A.S.P.S 0040 temos a informar que, como já é de conhecimento do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS), em virtude da estagnação econômica que o País vivenciou em 2016, os municípios gaúchos acumulam irreparáveis perdas em seus cofres. O Município de São João do Polêsine também sofreu com a falta de repasse da União e do Governo do Estado e a demanda de atividades essenciais que são desenvolvidas só tem aumentado. De acordo com estudo elaborado e divulgado pela FAMURS na data de 17.01.2017 o município de São João do Polêsine deixou de receber no decorrer do ano de 2016 a importância de R\$ 370.606,00 do Fundo de Participação dos Municípios - FPM. E a receita de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) teve uma redução de R\$ 54.682,00. Em virtude da constatação da arrecadação a menor por parte do município o mesmo realizou turno único conforme Lei Municipal nº 792 de 13.10.2016, com a finalidade de redução de gastos para todos os órgãos da Administração Municipal. Também devemos considerar que o município enfrentou falta de repasse de recursos destinado a área da saúde no ano de 2016, onde o governo do Estado deixou de repassar a importância de R\$ 165.062,62, conforme OF. Circular/FES. Nº 433/2016 de 23 de Dezembro de 2016. Estes recursos foram contabilizados como créditos decorrentes de outras transferências do Estado no nível contábil 1.1.1.2.3.4.09.00, o qual foi adicionado na fonte de recursos 0040 ? A.S.P.S, uma vez que o município utilizou de recursos desta fonte para realizar despesas necessária a manutenção da saúde. Considerando que o município aplicou em saúde no exercício de 2016 o percentual de 21,16, o que representa um valor de R\$ 699.181,77 acima do mínimo constitucional para Manutenção das Ações e Serviços Públicos em Saúde.



61601111562205789

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/01/2017 - 10:25:04

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 31/12/2016

CERTIFICAMOS, com base nos registros constantes na Entidade, a consistência das informações apresentadas neste relatório com as enviadas ao TCE.

SÃO JOÃO DO POLÊSINE, 23 de Janeiro de 2017

CLOVIS COLETTTO  
Contabilista

MATIONE SONEGO  
Prefeito Municipal





## MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO  
EXERCÍCIO DE 2016  
Período: 2º Semestre  
PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE



51604113826602153

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/01/2017

11:35:32

3.0.0.6

Pág.: 1/6

Nome da Entidade: PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

CNPJ: 94444247000140

ORGÃO Nº: 80500

Código de Barras do RGF que originou o Relatório: 61602111562205789 (Modelo 9)

É Encerramento de Mandato? Sim

Possui RPPS? Não

Lei de Instituição do Controle Interno: 750

Data da Lei de Instituição do Controle Interno: 15/10/2014

Lei de alteração da Instituição do Controle Interno: 784

Data da Lei de alteração da Instituição do Controle Interno: 29/03/2016

### Cadastro dos Integrantes do Controle Interno

#### - Responsável pelo Controle Interno

CPF	NOME	CARGO	EMAIL	TELEFONE
30375002049	Delisete Maria Benetti Vizzotto	PORTARIA Nº 327/2014	controleinterno@saojoaodopolesine.rs.gov.br	(55) 3269-1155

#### - Demais Integrantes do Controle Interno

CPF	NOME
2195167076	Francine Taís Krummenauer
56254440059	Luiz Carlos Cera

#### - Observações do Cadastro do Sistema de Controle Interno

Não foram inseridas observações para este item.

### 1 - Audiência Pública

O Poder Executivo demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais do 2º Quadrimestre do exercício atual, em audiência pública, realizada Câmara Municipal de Vereadores dentro do prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

### 5 - Disponibilização dos Estudos e Estimativas das Receitas

O Poder Executivo colocou à disposição do Poder Legislativo Municipal em 25/10/2016, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da Receita Corrente Líquida, bem como as respectivas memórias de cálculo, observando o prazo mínimo de trinta dias antes do prazo final de encaminhamento da proposta orçamentária, conforme definido no § 3º do artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Não foram inseridas observações para este item.

### 8 - Limitação de Empenho e Movimentação Financeira

O Poder Executivo Municipal, ao constatar ao final do 4º bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, não promoveu a limitação de empenho e movimentação financeira.

Houve restabelecimento parcial da receita prevista.

Não foram inseridas observações para este item.



## MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO  
EXERCÍCIO DE 2016  
Período: 2º Semestre  
PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE



51604113826602153

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica
23/01/2017	
11:35:32	
3.0.0.6	Pág.: 2/6

### 9 - Operações de Crédito

As operações de crédito e as inscrições em Restos a Pagar foram escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no 2º Semestre de 2016, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo do credor.

Não houve realização de operação de crédito por antecipação de receita (ARO) no exercício.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 10 - Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida foi apurada no 2º Semestre de 2016 de acordo com o estabelecido na Resolução do Senado Federal nº 40/2001, inciso II do art. 3º e nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 11 - Aplicação da Receita de Alienação de Bens

No 2º Semestre de 2016 não houve registro de receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 13 - Utilização dos Recursos Vinculados

As disponibilidades constam de registro próprio e os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória estão identificados e escriturados de forma individualizada.

Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica foram utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 14 - Identificação de Beneficiários de Pagamentos de Sentenças Judiciais

A contabilidade identifica os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, possibilitando a observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 15 - Renúncia de Receita

No 2º Semestre de 2016 houve renúncia de receita decorrente da concessão e/ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 16 - Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

O quadro a seguir demonstra os bimestres em que foram efetuadas as publicações e divulgações bimestrais dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO, bem como o cumprimento do prazo fixado no art. 52 da LRF e a observância dos modelos da



## MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO  
EXERCÍCIO DE 2016  
Período: 2º Semestre  
PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE



51604113826602153

STN.

Considerando que o município possui menos de 50.000 habitantes, o Poder Executivo poderá optar pela publicação do RREO no jornal ou pela afixação no Mural, sendo obrigatória a disponibilização via Internet.

	1º Bimestre	2º Bimestre	3º Bimestre	4º Bimestre	5º Bimestre	6º Bimestre
Quanto a fixação em mural:						
o RREO foi fixado em mural?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Quanto à divulgação, em jornal ou Diário Oficial do Município:						
o RREO foi divulgado em jornal ou Diário Oficial do Município?	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Foi observado o prazo?	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Foram observados os modelos da STN?	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Quanto a disponibilização na Internet:						
o RREO foi disponibilizado na internet?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foi observado o prazo?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Foram observados os modelos da STN?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Não foram inseridas observações para este item.

### 17 - Publicação do Relatório de Gestão Fiscal

As publicações e divulgações dos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF, relativas ao 2º Semestre de 2016, foram efetuadas pelo Poder Executivo conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS e na forma do disposto nas Portarias da STN, no prazo fixado no § 2º do art. 55 da LRF.

Não foram inseridas observações para este item.

### 18 - Despesa com Pessoal

A Despesa com Pessoal do Poder Executivo foi apurada conforme estabelecido nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-RS.

A Despesa total com Pessoal não excedeu a 95% (noventa e cinco por cento) do limite no 2º Semestre de 2016.

O Poder Executivo não excedeu o limite de 54% da Despesa com Pessoal no 2º Semestre de 2016.

Não houve a realização de ato que resultou aumento de despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final de mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Não foram inseridas observações para este item.

### 19 - Instituição, Previsão e Efetiva Arrecadação de Tributos

Houve a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do Município.

As previsões de receita observaram as normas técnicas e legais, consideraram os efeitos das alterações da legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e foram acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Não foram inseridas observações para este item.



## MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO  
EXERCÍCIO DE 2016  
Período: 2º Semestre  
PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE



51604113826602153

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



23/01/2017

11:35:32

3.0.0.6

Pág.: 4/6

### 21 - Restos a Pagar - Últimos 8 meses de mandato

O Poder Executivo, no que concerne a Restos a Pagar por recursos vinculados, não apresentou insuficiência financeira decorrente de empenhos emitidos no período de 01/05 a 31/12/2016 (últimos 2 quadrimestres do mandato).

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 22 - Equilíbrio Financeiro

Na análise do Saldo de Restos a Pagar por recursos vinculados do Poder Executivo, constatou-se a inexistência de recursos financeiros para a cobertura dos mesmos.

Analisando-se a evolução dos restos a pagar por recursos vinculados e das disponibilidades financeiras existentes no encerramento do exercício, constata-se que a insuficiência de R\$ 360.933,60 apurada ao final desse exercício, correspondente a 36,55% do total dos Restos a Pagar, foi inferior àquela apurada no exercício imediatamente anterior, restando comprovada a adoção de medidas que objetivem o alcance do equilíbrio das contas públicas, atendendo o disposto no § 1º do art. 1º da LRF.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 23 - Informações sobre Inativos e Pensionistas

O Município paga complementação de aposentadorias, sendo 6 o número total de inativos originários do Poder Executivo que recebem tal complementação.

O número total de inativos que passaram a receber complementação de proventos no exercício é de 1 originários do Poder Executivo.

O número total de inativos pagos pelo Tesouro Municipal é 1.

O total de pensões não-compensáveis pagas pelo Tesouro Municipal é 2.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 24 - Contribuição para Custeio de Despesas de Outros Entes da Federação

O município não contribuiu para o custeio de despesas de competência de outros Entes da Federação no exercício de 2016.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 25 - Informações referentes à LC nº 131/2009

As informações foram disponibilizadas na Internet, em tempo real, em atendimento ao Art. 48, Parágrafo único, inciso II e Art. 48-A, ambos da LC nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC nº 131/2009, a partir do dia 27/05/2013.

*Não foram inseridas observações para este item.*

### 26 - Sistema de controle de custos

A Administração Pública mantém sistema de custos que permite a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial conforme previsto no art. 50, § 3º da LRF.

*Não foram inseridas observações para este item.*



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO  
EXERCÍCIO DE 2016  
Período: 2º Semestre  
PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE



3.0.0.6

23/01/2017  
11:35:32  
Pág.: 5/6

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica

Observações do Responsável pelo Controle Interno para o TCERS

Nada a declarar

Página

153

Processo  
02359-0200/16-9

Página da  
peça

5

Peça  
502697

DOCUMENTO DE ACESSO  
RESTRITO

ACESSO  
N01DCB7B

Assinado digitalmente por: DELISETTE MARIA BENETTI VIZZOTTO em 23/01/17 e MATIONE SONEGO em 23/01/17.  
Confira a autenticidade do documento em [www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br). Identificador: PRE.B36B.8700.A5C5.DF6D.85DD.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

## MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA DO CONTROLE INTERNO

PODER EXECUTIVO  
EXERCÍCIO DE 2016  
Período: 2º Semestre  
PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE



3.0.0.6

23/01/2017  
11:35:32  
Pág.: 6/6

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica

Página

154

Processo  
02359-0200/16-9

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE, 23/01/2017

MATIONE SONEGO  
Prefeito Municipal

Delisete Maria Benetti Vizzotto  
Responsável pelo Controle Interno

Página da  
peça

6

Peça  
502697

DOCUMENTO DE ACESSO  
RESTRITO

ACESSO  
N01DCB7B



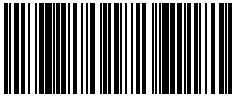
Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS

EXERCÍCIO DE 2016

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

2º Semestre



61602111562205789

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



16.00.3

23/01/2017

10:25:04

Pág.: 1/3

Nome da Entidade: PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

CNPJ: 94444247000140

ORGÃO Nº: 80500

Cód. Barras do RVE Vinculado: 61601111562205789

MODELO 1 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, Inciso I do art. 53		Valores expressos em reais
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Valor Ajustado
Arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (12 meses)		13.033.443,81

MODELO 2 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "a" do Inciso I do art. 55		Valores expressos em reais
DESPESA COM PESSOAL	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Total da Despesa Líquida c/ Pessoal nos 12 últimos meses	5.519.948,48	42,35 %
Limite para Emissão de Alerta - LRF, Inciso II do § 1º do art. 59		48,60 %
Limite Prudencial - LRF, Parágrafo Único do art. 22		51,30 %
Limite Legal - LRF, alínea "b" do Inciso III do art. 20		54,00 %

MODELO 4 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "b" do Inciso I do art. 55		Valores expressos em reais
DÍVIDA	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Dívida Consolidada Líquida	553.892,47	4,25 %
Limite Para Emissão de Alerta - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		108,00 %
Limite Legal - Resolução do Senado Federal nº 40/2001, Inciso II do art. 3º		120,00 %

MODELO 5 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "c" do Inciso I do art. 55		Valores expressos em reais
GARANTIAS DE VALORES	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Total das Garantias	0,00	0,00 %
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal Ampliado - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		28,80 %
Limite Legal Ampliado - Resolução Senado Federal nº 43/2001, Parágrafo Único do art. 9º		32,00 %

MODELO 6 - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "d" do Inciso I do art. 55		Valores expressos em reais
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR AJUSTADO	% s/RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	494.822,71	3,80 %
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - LRF, Inciso III do § 1º do art. 59		14,40 %
Limite Legal - Operação de Crédito Internas e Externas- Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 7º		16,00 %
Operação de Crédito p/Antecipação de Receita - ARO	0,00	0,00 %
Limite p/Emissão de Alerta s/Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10		6,30 %
Limite Legal - ARO - Resolução do Senado Federal nº 43/2001, art. 10		7,00 %

MODELO 7 - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, art. 54 e alínea "b" do Inciso III do art. 55

CNPJ: 94444247000140

Entidade: PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE





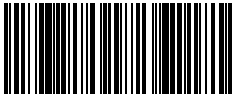
Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF

EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS

EXERCÍCIO DE 2016

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

2º Semestre



61602111562205789

Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



16.0.0.3

23/01/2017

10:25:04

Pág.: 2/3

Código do Recurso	Nome do Recurso	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR COM SUFICIÊNCIA FINANCEIRA	
		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
		Ajustado	Ajustado
1	RECURSO LIVRE	301.582,81	0,00
20	M.D.E	4.812,99	0,00
31	FUNDEB	19.027,05	0,00
40	ASPS	234.135,61	0,00
1066	PROGRAMA SOCIAL BASICO-FAMILIA PAIF	645,48	0,00
1112	REC FNDE- APOIO AS CRECHES	10,00	0,00
1117	OPERACAO DE CREDITO LEI 769	61.768,92	0,00
4050	FARMACIA BASICA - ESTADO	3.664,14	0,00
4520	PSF - FEDERAL	981,79	0,00
4710	TETO FINANCEIRO EPIDEMIOLOGIO E AMBIENTAL FEDERAL	274,12	0,00
4770	FARMACIA BASICA FIXA E VARIAVEL	1.008,50	0,00
SUBTOTAL		627.911,41	0,00
TOTAL		627.911,41	

Código do Recurso	Nome do Recurso	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA			
		DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		DO EXERCÍCIO ATUAL	
		PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
		Ajustado	Ajustado	Ajustado	Ajustado
1	RECURSO LIVRE	0,00	0,00	183.781,75	0,00
20	M.D.E	1.438,77	0,00	55.103,63	0,00
40	ASPS	0,00	0,00	120.609,45	0,00
SUBTOTAL		1.438,77	0,00	359.494,83	0,00
TOTAL		1.438,77		359.494,83	

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR COM INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA

Exercícios Anteriores

Processados	1.438,77
Não Processados	0,00
Subtotal	1.438,77

Exercício Atual

Processados	359.494,83
Não Processados	0,00
Subtotal	359.494,83

Total Ex Anterior + Ex Atual	360.933,60
------------------------------	------------



**Modelo 9 - DEMONSTRATIVO DOS LIMITES - RGF**  
**EXECUTIVO/INDIRETAS MUNICIPAIS**  
**EXERCÍCIO DE 2016**  
**PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE**  
**2º Semestre**



Para uso do Tribunal de Contas	
Fl.	Rubrica



**16.0.0.3**  
23/01/2017  
10:25:04  
Pág.: 3/3

SÃO JOÃO DO POLÊSINE, 23 de Janeiro de 2017 .

MATIONE SONEGO  
Prefeito Municipal

REJANE BARBARA SEGABINAZZI FOLETTO  
Responsável pela Administração Financeira

DELISETE MARIA BENETTI VIZZOTTO  
Responsável pelo Controle Interno



61610111562205789

23 / 01 / 2017 -  
10 : 25 : 04

## Demonstração das Variações Patrimoniais

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140 01/01/2016 a 31/12/2016

## a. Variações Patrimoniais

Conta	Valor
<b>VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA</b>	<b>14.150.609,91</b>
<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA</b>	<b>1.119.644,88</b>
IMPOSTOS	1.064.945,98
TAXAS	54.167,47
CONTRIBUICOES DE MELHORIA	531,43
<b>CONTRIBUICOES</b>	<b>67.628,21</b>
CONTRIBUICOES SOCIAIS	0,00
CONTRIBUICOES DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO	0,00
CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA	67.628,21
CONTRIBUICOES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS	0,00
<b>EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS</b>	<b>212.189,30</b>
VENDA DE MERCADORIAS	0,00
VENDA DE PRODUTOS	0,00
EXPLORACAO DE BENS E DIREITOS E PRESTACAO DE SERVICOS	212.189,30
<b>VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS</b>	<b>116.152,19</b>
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA	75.047,15
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS	0,00
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	0,00
REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICACOES FINANCEIRAS	41.105,04
APORTES DO BANCO CENTRAL	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	0,00
<b>TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS</b>	<b>12.444.243,87</b>
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	3.953,48
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	12.430.290,39
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS	10.000,00
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERENCIAS DE CONSORCIOS PUBLICOS	0,00
TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	0,00
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA	0,00
TRANSFERENCIAS DE PESSOAS FISICAS	0,00
OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS	0,00
<b>VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS</b>	<b>35,00</b>
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00
GANHOS COM ALIENACAO	0,00
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS	35,00
GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00
REVERSAO DE REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL	0,00
<b>OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>190.716,46</b>
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	19.369,41
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPACOES	0,00
REVERSAO DE PROVISOES E AJUSTES DE PERDAS	0,00
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	171.347,05
<b>VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA</b>	<b>13.558.750,83</b>
<b>PESSOAL E ENCARGOS</b>	<b>5.773.609,04</b>
REMUNERACAO A PESSOAL	4.614.638,95
ENCARGOS PATRONAIS	927.049,09
BENEFICIOS A PESSOAL	231.921,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	0,00
<b>BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS</b>	<b>403.191,24</b>
APOSENTADORIAS E REFORMAS	86.970,17
PENSOES	28.913,76



61610111562205789

23 / 01 / 2017 -  
10 : 25 : 04

## Demonstração das Variações Patrimoniais

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140 01/01/2016 a 31/12/2016

Conta	Valor
BENEFICIOS DE PRESTACAO CONTINUADA	0,00
BENEFICIOS EVENTUAIS	0,00
POLITICAS PUBLICAS DE TRANSFERENCIA DE RENDA	0,00
OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	287.307,31
<b>USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO</b>	<b>4.830.512,74</b>
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	1.161.862,48
SERVICOS	3.668.650,26
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	0,00
<b>VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS</b>	<b>27.392,30</b>
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	25.697,67
JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS	1.694,63
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	0,00
APORTES AO BANCO CENTRAL	0,00
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	0,00
<b>TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS</b>	<b>2.139.969,21</b>
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	531.290,01
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	1.608.679,20
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS	0,00
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS	0,00
TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	0,00
TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	0,00
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA	0,00
OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS	0,00
<b>DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS</b>	<b>60.509,72</b>
REAVALIACAO, REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	57.582,90
PERDAS COM ALIENACAO	0,00
PERDAS INVOLUNTARIAS	0,00
INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	2.926,82
<b>TRIBUTARIAS</b>	<b>180.107,36</b>
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00
CONTRIBUICOES	180.107,36
<b>CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS</b>	<b>0,00</b>
CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS	0,00
CUSTO DE PRODUTOS VENDIDOS	0,00
CUSTO DE SERVICOS PRESTADOS	0,00
<b>OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>143.459,22</b>
PREMIACOES	2.241,53
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPACOES	45.285,38
INCENTIVOS	0,00
SUBVENCOES ECONOMICAS	0,00
PARTICIPACOES E CONTRIBUICOES	0,00
VPD DE CONSTITUICAO DE PROVISÕES	0,00
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	95.932,31
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>591.859,08</b>



## Demonstração das Variações Patrimoniais

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140 01/01/2016 a 31/12/2016

## b. Notas Explicativas

Nota 1 ? Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos: em relação a esse item cabe destacar que, em razão do processo de convergência aos padrões de contabilidade estabelecido pelas NBCASP, e de acordo com o MCASP, não houve variação significativa no exercício de 2016.

Nota 2 ? Outras Variações Patrimoniais Aumentativas: compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, os registros nesse item somaram R\$ 190.716,46. Onde o valor mais expressivo foi a receita decorrente da Terceirização da folha de pagamento dos Agentes Públicos que representou o valor de R\$ 78.093,12.

Nota 3 ? Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos: em função da continuidade do cumprimento da implantação dos procedimentos contábeis relativos às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, no âmbito do Governo Municipal, nesse item, os registros de ajuste para perdas em dívida ativa tributária somaram R\$ 57.582,90. O item ?Desincorporação de Ativos? apresentou a soma de R\$ 2.926,82.

Nota 4 ? Outras Variações Patrimoniais Diminutivas: compreende o somatório das demais variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado negativo da equivalência patrimonial, dos consórcios CI/Centro e Condesus os registros nesse item somaram R\$ 45.285,38. Também se destacam nesse item, as VPD de ajuste entre as integrações dos Sistemas Arrecadação e Contabilidade que somam R\$ 40.456,39. Outro valor constante neste item são as baixas dos bens móveis que somaram o valor de R\$ 17.381,62.

Nota 5 ? Resultado Patrimonial do Período: como resultado do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, tem-se que o resultado patrimonial foi positivo de R\$ 591.859,08.

Nota 6 ? Origem e destinação dos recursos provenientes de alienação de ativos: em cumprimento ao disposto no art. 50, VI da Lei Complementar nº 101/2000, demonstra-se a seguir a origem e o destino dos recursos provenientes de alienação de ativos ocorrida no exercício, tendo em vista tratar-se de recursos vinculados, nos termos do art. 44 da referida Lei Complementar. No exercício de 2016 não houve alienação de ativos.

SÃO JOÃO DO POLÊSINE , 23 de Janeiro de 2017

Gestor responsável pelo período de 01/01/2016 a 31/12/2016 - Valserina Maria Bulegon Gassen - Prefeito Municipal

## Responsáveis pela entrega dos documentos

CLOVIS COLETTI  
ContabilistaMATIONE SONEGO  
Prefeito Municipal



61609111562205789



23 / 01 / 2017 - 10 : 25 : 04

Página

161

Processo  
02359-0200/16-9Página da  
peça  
1Peça  
502580DOCUMENTO DE ACESSO  
RESTRITOACESSO  
N01DCBF0

## Balanço Orçamentário

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 31/12/2016

## a. Quadro Principal - Receitas e Despesas

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d = c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	12.479.503,11	12.479.503,11	12.068.941,24	-410.561,87
RECEITA TRIBUTARIA	1.068.880,00	1.068.880,00	1.052.382,18	-16.497,82
RECEITA DE CONTRIBUICOES	80.000,00	80.000,00	67.628,21	-12.371,79
RECEITA PATRIMONIAL	46.450,00	46.450,00	118.259,12	71.809,12
RECEITA DE SERVICOS	270.400,00	270.400,00	207.950,24	-62.449,76
TRANSFERENCIAS CORRENTES	10.850.773,11	10.850.773,11	10.470.777,11	-379.996,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	163.000,00	163.000,00	151.944,38	-11.055,62
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.664.480,00	2.664.480,00	691.533,21	-1.972.946,79
OPERACOES DE CREDITO	700.000,00	700.000,00	494.822,71	-205.177,29
ALIENACAO DE BENS	120.000,00	120.000,00	0,00	-120.000,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	1.000,00	1.000,00	0,00	-1.000,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.833.480,00	1.833.480,00	195.771,46	-1.637.708,54
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	10.000,00	10.000,00	939,04	-9.060,96
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	15.143.983,11	15.143.983,11	12.760.474,45	-2.383.508,66
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operacoes de Credito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operacoes de Credito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	15.143.983,11	15.143.983,11	12.760.474,45	-2.383.508,66
DÉFICIT (VII)	-	-	0,00	-
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	15.143.983,11	15.143.983,11	12.760.474,45	-2.383.508,66
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	219.834,37	219.834,37	-
Superavit Financeiro	0,00	219.834,37	219.834,37	0,00
Reabertura de Creditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00



## Balanço Orçamentário

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 31/12/2016

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO (j = f - g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	11.625.182,56	12.042.686,88	11.335.275,51	11.335.275,51	10.508.148,46	707.411,37
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.984.462,25	6.034.960,04	5.966.368,47	5.966.368,47	5.893.007,71	68.591,57
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	80.100,00	25.800,00	25.697,67	25.697,67	25.697,67	102,33
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.560.620,31	5.981.926,84	5.343.209,37	5.343.209,37	4.589.443,08	638.717,47
DESPESAS DE CAPITAL (X)	2.759.250,55	2.814.082,36	841.753,88	841.753,88	779.984,96	1.972.328,48
INVESTIMENTOS	2.733.650,55	2.810.482,36	841.753,88	841.753,88	779.984,96	1.968.728,48
INVERSOES FINANCEIRAS	5.500,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	3.500,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	20.100,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
RESERVA DE CONTINGENCIA (XI)	140.000,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
RESERVA DO RPPS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	14.524.433,11	14.857.269,24	12.177.029,39	12.177.029,39	11.288.133,42	2.680.239,85
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)	14.524.433,11	14.857.269,24	12.177.029,39	12.177.029,39	11.288.133,42	2.680.239,85
SUPERÁVIT (XVI)	-	-	583.445,06	-	-	-
TOTAL (XVII) = (XV + XVI)	14.524.433,11	14.857.269,24	12.760.474,45	12.177.029,39	11.288.133,42	2.680.239,85

Processo  
02359-0200/16-9Página da  
peça  
2Peça  
502580DOCUMENTO DE ACESSO  
RESTRITOACESSO  
N01DCBF0





## Balanço Orçamentário

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 31/12/2016

## b. Quadro da Execução dos Restos a Pagar

	RPNP Exercícios Anteriores (a)	RPNP Exercício Anterior (b)	RPP Exercícios Anteriores (c)	RPP Exercício Anterior (d)	Liquidados (e)	Pagos (f)	Cancelados (g)	Saldo (h = a + b + c + d - f - g)
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	31.238,00	536.959,92	0,00	468.248,88	0,00	99.949,04
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	60.493,44	0,00	60.493,44	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	31.238,00	476.466,48	0,00	407.755,44	0,00	99.949,04
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	31.238,00	536.959,92	0,00	468.248,88	0,00	99.949,04

## c. Notas Explicativas

Nota 1 - Contexto operacional: os dados apresentados compreendem os órgãos da Administração Direta do Município, no que tange à previsão e execução das receitas e despesas orçamentárias, cujo detalhamento atende as especificações da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e respectivas alterações. Foram também observados os detalhamentos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado.

Nota 2 - Critério de apropriação: considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício, nos termos do art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64.

Nota 3 - Deduções da Receita Orçamentária: o valor informado na coluna "Receitas Realizadas" apresenta a arrecadação líquida, ou seja, já consideradas as deduções da receita que, no exercício totalizaram: FUNDEB R\$ 1.951,445,38; Por Renúncia R\$ 186.172,78; Por Restituição R\$ 994,57; Por Descontos Concedidos R\$ 32.667,28.

Nota 4 - Repasses Concedidos: de acordo com a Portaria STN nº 339/2001, os repasses financeiros pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, foram processadas por meio de documentos próprios, sem a emissão de empenho, sendo que os registros contábeis das transferências financeiras concedidas e recebidas serão efetuados em contas contábeis específicas de resultado, que representem as variações passivas e ativas financeiras correspondentes, que no exercício de 2016 se deu no valor de R\$ 531.590,00.

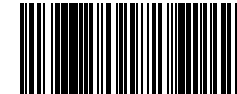
Nota 5 - Utilização do Superávit Financeiro: o valor do Superávit Financeiro apurado no exercício anterior foi de R\$ 219.834,37, utilizado durante o exercício financeiro de 2016 como fonte de abertura para créditos.

Nota 6 - Restos a Pagar: as despesas que foram empenhadas e não pagas até o dia 31/12/2016, foram inscritas em Restos a Pagar, em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº 4.320/1964, e escrituradas como restos a pagar processados e não processados. Durante o exercício, foram consideradas despesas orçamentárias incorridas apenas as despesas liquidadas e, no encerramento do exercício, foram considerados somente os saldos de restos a pagar processados, uma vez que o município não possui saldo de restos a pagar não processados. Foram observados, para fins de inscrição, as recomendações da Instrução Normativa nº 18/2015, do Tribunal de Contas do Estado, ainda, os preceitos do artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000.

SÃO JOÃO DO POLÊSINE, 23 de Janeiro de 2017

Gestor responsável pelo período de 01/01/2016 a 31/12/2016 - Valserina Maria Bulegon Gassen - Prefeito Municipal

Responsáveis pela entrega dos documentos



61609111562205789

## Balanco Orcamentario

PM DE SÃO JOÃO DO POLÉSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 31/12/2016

CLOVIS COLETTTO  
ContabilistaMATIONE SONEGO  
Prefeito MunicipalPágina da  
peça  
4Peça  
502580DOCUMENTO DE ACESSO  
RESTRITOACESSO  
N01DCBF0



61608111562205789

## Balanco Patrimonial

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 31/12/2016

## a. Quadro Principal

ATIVO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	1.193.039,77
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	820.787,17
CREDITOS A CURTO PRAZO	236.475,56
DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	91.107,09
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CURTO PRAZO	0,00
ESTOQUES	44.669,95
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00
ATIVO NAO CIRCULANTE	13.939.124,96
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	70.996,73
CREDITOS A LONGO PRAZO	70.588,86
DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	0,00
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A LONGO PRAZO	407,87
ESTOQUES	0,00
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00
INVESTIMENTOS	58.512,33
IMOBILIZADO	13.809.615,90
INTANGIVEL	0,00
DIFERIDO	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>15.132.164,73</b>

PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PASSIVO CIRCULANTE	1.148.002,27
OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	73.360,76
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	968.653,09
OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	5.900,92
OBRIGACOES DE REPARTICAO A OUTROS ENTES	0,00
PROVISOES A CURTO PRAZO	61.768,92
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	38.318,58
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	494.822,71
OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	494.822,71
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00
OBRIGACOES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00
PROVISOES A LONGO PRAZO	0,00
DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO	0,00
RESULTADO DIFERIDO	0,00
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.642.824,98</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
PATRIMONIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	0,00
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	0,00
RESERVAS DE CAPITAL	0,00
AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL	0,00
RESERVAS DE LUCROS	0,00
DEMAIS RESERVAS	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS	13.489.339,75
(-) ACOES/COTAS EM TESOURARIA	0,00
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>13.489.339,75</b>
<b>TOTAL</b>	<b>15.132.164,73</b>

Processo  
02359-0200/16-9Página da  
peça  
1Peça  
502581DOCUMENTO DE ACESSO  
RESTRITOACESSO  
N01DCBE



## Balanço Patrimonial

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 31/12/2016

## b. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

ATIVO (I)	
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>821.909,65</b>
Contas escrituráveis da Classe 1 com atributo F	821.909,65
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>14.310.255,08</b>
Contas escrituráveis da Classe 1 com atributo P	14.310.255,08
<b>TOTAL</b>	<b>15.132.164,73</b>

PASSIVO (II)	
<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>1.027.163,59</b>
Contas escrituráveis do Grupo 2.1 com atributo F	1.027.163,59
Contas escrituráveis do Grupo 2.2 com atributo F	0,00
Creditos Empenhado a Liquidar (6.2.2.1.3.01.00)	0,00
Empenhos a Liquidar Inscritos em Restos a Pagar nao Processados (6.2.2.1.3.05.00)	0,00
RP nao Processado a Liquidar (6.3.1.1.0.00.00)	0,00
RP nao Processados inscricao no Exercicio (6.3.1.7.1.00.00)	0,00
<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>615.661,39</b>
Contas escrituráveis do Grupo 2.1 com atributo P	120.838,68
Contas escrituráveis do Grupo 2.2 com atributo P	494.822,71
<b>TOTAL</b>	<b>1.642.824,98</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL (I - II)</b>	<b>13.489.339,75</b>

## c. Quadro das Contas de Compensações

Compensações ATIVO		Compensações PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congeneres	0,00	Obrigacoes Conveniadas e Outros Instrumentos Congeneres	0,00
Direitos Contratuais	0,00	Obrigacoes Contratuais	0,00
Outros Atos Potenciais Ativos	0,00	Outros Atos Potenciais Passivos	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>

## d. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

Código do Recurso	Descrição	Valor
1	RECURSO LIVRE	-192.817,39
20	M.D.E	-61.058,18
31	FUNDEB	8.299,84
40	ASPS	-292.506,08
1007	PNAE MERENDA ESCOLAR	2.554,59
1011	TRANSPORTE ESCOLAR - ESTADO	273,58
1037	REC.RED.APLIC.FINAC.RECEITA CAPITAL	93,28

Assinado digitalmente por: CLOVIS COLETTTO em 23/01/17 e MATIONE SONEGO em 23/01/17.

23/01/2017 a autenticidade do documento em www.tce.rs.gov.br. Identificação: 1E8F.95EE.6A86.43D5.F474.



## Balanço Patrimonial

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 31/12/2016

Código do Recurso	Descrição	Valor
1038	REC.REN.APLIC.FIN.CONV.CORRENTE	218,34
1048	TRANSPORTE ESCOLAR - FEDERAL	430,48
1050	RECURSO FUNDERGS-CONSULTA POPULAR	7.305,28
1052	RECURSO DO CIDE	179,43
1055	REC DO DNPM/CFEM	290,21
1059	COTA-PARTE SALARIO EDUCACAO FEDERAL-QSE	5.181,07
1066	PROGRAMA SOCIAL BASICO-FAMILIA PAIF	21.928,29
1072	RECURSO SEAS-OASF	4.164,75
1081	IGD - BOLSA FAMILIA	26.679,48
1089	REC REM DEP BANC FNAS	305,70
1094	PRODESA	146.250,00
1105	REC ALIENACAO DE BENS DAS DEMAIS SECRETARIAS	1.491,58
1109	REC FNAS IGD SUAS	10.964,26
1112	REC FNDE- APOIO AS CRECHES	976,73
1117	OPERACAO DE CREDITO LEI 769	-61.768,92
1900	alienacao de bens imoveis rec nao vinculado	4.052,79
4002	REC ALIENACAO DE BENS ASPS	13.864,45
4011	INCENTIVO ATENCAO BASICA	82,61
4050	FARMACIA BASICA - ESTADO	1.406,44
4080	PACS - ESTADUAL	192,94
4090	PSF - ESTADO	817,31
4110	SAUDE BUCAL - ESTADO	2.098,61
4160	PIM	2.883,21
4220	CUCA LEGAL (CAPS)	612,75
4230	Incentivo Custeio Hospitalar portaria 906/2015	17,20
4510	PAB FIXO - FEDERAL	134,98
4520	PSF - FEDERAL	7.525,87
4521	MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE -PMAQ	65.782,13
4530	PACS - FEDERAL	15.698,23
4540	SAUDE BUCAL	6.614,56
4590	TETO FINANCEIRO-SIA-SUS/SERVICOS HOPITALAR	171,51
4710	TETO FINANCEIRO EPIDEMIOLOGIO E AMBIENTAL FEDERAL	6.437,79
4760	PISO ATENCAO BASICA EM VISA ESTRUTURANTE	6.062,90
4770	FARMACIA BASICA FIXA E VARIABEL	5.043,83
8001	REC RETENCAO (EXTRA-ORCAMNETARIA)	33.535,19
Total		-197.528,38

Processo  
02359-0200/16-9Página da  
peça  
3Peça  
502581DOCUMENTO DE ACESSO  
RESTRITOACESSO  
N01DCBE



## Balanço Patrimonial

PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

ORGÃO Nº: 80500

CNPJ: 94444247000140

01/01/2016 a 31/12/2016

## e. Notas Explicativas

Nota 1 ? Contexto Operacional: o Município de São João do Polêsine, entidade jurídica de direito público, é compreendido, na Administração Direta, pelos órgãos sem personalidade jurídica do Poder Executivo, composto pelo Gabinete do Prefeito, por 6 Secretarias Municipais, 3 Fundos Especiais e o Poder Legislativo. Nota 2 ? Apresentação das Demonstrações Contábeis: o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes. Nota 3 ? Caixa e Equivalente de Caixa: Em 2016, o Caixa e Equivalentes de Caixa totalizou R\$ 820.787,17. Na comparação com o exercício anterior verifica-se um acréscimo de 136,09%. Nota 4 ? Créditos a Receber a Curto Prazo e a Longo Prazos: Especificamente em relação à dívida ativa, os valores a curto prazo, foram estimados pela média anual de recebimentos efetivos dos últimos três exercícios e o longo prazo abriga o restante do estoque de créditos inscritos em dívida ativa. Já o ajuste a valor recuperável dos créditos inscritos na dívida ativa, foi efetuado considerando a média ponderada dos recebimentos de cada tributo/crédito em relação aos respectivos montantes inscritos nos três últimos exercícios, obtendo-se, assim, percentual médio de recebimentos. Nota 5 ? Investimentos: os Investimentos compreendem as participações permanentes em Consórcios Públicos, de acordo com as prescrições da Portaria STN nº 72/2012. O valor é composto pela participação no Consórcio Intermunicipal da Região Centro do Estado/RS ? CI/Centro no valor de R\$ 7.303,86, e pela participação no Consórcio CONDESUS no valor de R\$ 51.208,47 e é mensurado pelo método de equivalência patrimonial. Nota 6 ? Estoques: Em 2016, o Estoque para utilização própria apresentou um saldo final de R\$ 44.669,95, assim distribuído: material de consumo R\$ 32.503,34; Gêneros Alimentícios R\$ 633,60; medicamentos e materiais hospitalares R\$ 1.198,62 e Material de Expediente R\$ 10.334,39. Nota 7 ? Imobilizado ? Bens Móveis: os saldos apresentados correspondem aos valores escriturados na conta 1.2.3.1.0.00 no valor de R\$ 3.366.566,23 constantes no inventário geral realizado em 31.12.2016. Nota 8 ? Imobilizado ? Bens Imóveis: Visando espelhar a realidade patrimonial para elaboração do Balanço, escriturados na conta 1.2.3.2.0.00 no valor de R\$10.443.049,67 em 31.12.2016. Nota 9 ? Provisões a Curto Prazo: segundo o MCASP, as provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto. No curto prazo, as provisões apresentaram um valor de R\$ 61.768,92. Nota 10 ? Dívida Flutuante: conforme o art. 92 da Lei Federal nº 4.320/64 a Dívida Flutuante de 2016 totalizou em R\$ 1.027.163,59, correspondendo, na ótica da Lei Federal nº 4.320/64 ao Passivo Financeiro. Nota 11 ? Patrimônio: Após apuração do resultado do exercício, que evidenciou um superávit acumulado de R\$ 13.489.339,75, o Patrimônio Líquido apresentou um acréscimo de 4,34% em relação ao ano de 2015. Nota 12 ? Ajustes de Exercício Anteriores: de acordo com o MCASP, os ajustes de exercícios anteriores são relacionados com registros decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, omissão de registro, ou retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. Nesta rubrica encontra-se registrado o saldo devedor de R\$ 30.351,82. Resultante principalmente de ajuste do saldo patrimonial da obra de ampliação do Posto de Saúde da Sede do Município.

SÃO JOÃO DO POLÊSINE , 23 de Janeiro de 2017

Gestor responsável pelo período de 01/01/2016 a 31/12/2016 - Valserina Maria Bulegon Gassen - Prefeito Municipal

Responsáveis pela entrega dos documentos

CLOVIS COLETTI  
ContabilistaMATIONE SONEGO  
Prefeito Municipal

Não disponibiliza a prestação de contas de 2015 ( ou avaliação de metas fis-  
cais/relatório circunstanciado do Gestor/relatório de gestão) no site.





**Recibo de Informações Nº 13/2016**  
**Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul**

**Prêmio Boas Práticas de Transparência na Internet 2016 - Executivo -  
menos 10mil hab.**

**Órgão:** PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE  
**Encerramento:** 14/12/2016 às 13h e 44min  
**Site:** www.saojoaodopolesine.rs.gov.br  
**População:** 2649

Justificativa/Observação:

Pergunta	Resposta
Registro de despesas (Artigo 8º, § 1º, inciso III, da Lei nº 12.527/2011, artigo 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 131/2009 e artigo 7º, inciso I, do Decreto nº 7.185/2010)	
- Número e o valor de empenho, liquidação e pagamento	S
- Classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, a função, a subfunção, a natureza da despesa e a fonte dos recursos	S
- Pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento	S
- Procedimento licitatório, bem como a sua dispensa ou inexigibilidade	S
- Bem fornecido ou serviço prestado	S
- Ferramenta de pesquisa (art. 8º, § 3º, I)	S
- Gravação de relatórios em diversos formatos (art. 8º, § 3º, II)	S
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)	S
- Existência de histórico das informações (art. 8º)	S
Registro de receitas (Artigo 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 131/2009, e artigo 7º, inciso I, do Decreto nº 7.185/2010)	
- Natureza da receita	S
- Previsão dos valores da receita	S
- Valores da arrecadação, inclusive recursos extraordinários	S
- Ferramenta de pesquisa (art. 8º, § 3º, I)	S
- Gravação de relatórios em diversos formatos (art. 8º, § 3º, II)	S
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)	S
- Existência de histórico das informações (art. 8º)	S
Relatórios da transparência da gestão fiscal (Artigo 48, caput, da LC 101/00)	
- A prestação de contas (relatório de gestão) do ano anterior e o respectivo parecer prévio	N
- Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) dos últimos 6 meses	S
- Relatório de Gestão Fiscal (RGF) dos últimos 6 meses	S
- Ferramenta de pesquisa (art. 8º, § 3º, I)	S
- Gravação de relatórios em diversos formatos (art. 8º, § 3º, II)	N
- Existência de informações atualizadas (art. 8º, § 3º, VI)	S
- Existência de histórico das informações (art. 8º)	S
Relatórios da transparência da gestão fiscal (Artigo 48, caput, da LC 101/00)	
Existência do PPA	S
Existência da LDO	S
Existência da LOA	S

Recibo emitido em 24/03/2017 às 14:14

*Código de Autenticação*

BBPA5-VCOL4-URRE2



**Processo nº 02359-02.00/16-9**

**Poder Executivo: SÃO JOÃO DO POLÊSINE**

**Administração: Valserina Maria Bulegon Gassen**

**Ailton Bitencourt**

**Instrução Técnica Final/Encerramento do exercício financeiro de 2016**

Senhor Coordenador:

Consoante o art. 59 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 - conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) - e o art. 5º, Inciso XVI do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul – RITCE, Resolução TCE/RS nº 1.028/2015, compete a esta Corte de Contas fiscalizar o cumprimento, por parte dos órgãos e entidades municipais, dos dispositivos constantes no referido diploma legal. Assim, foi realizada avaliação da Gestão Fiscal do Executivo referente ao encerramento do exercício financeiro de 2016.

A análise foi procedida através dos dados fornecidos pelo Poder Executivo, relativos ao exercício de 2016, constantes nos Demonstrativos da Receita Corrente Líquida, da Despesa Total com Pessoal, da Dívida Consolidada Líquida, das Garantias e Contragarantias de Valores, das Operações de Crédito, das Disponibilidades de Caixa e dos Restos a Pagar, bem como aqueles encaminhados pelos responsáveis pelo Controle Interno do Município.

Os pontos supracitados foram objeto de verificação na presente Instrução Técnica, visando à avaliação da gestão fiscal do exercício financeiro de 2016. Contemplou-se nesta tarefa, ainda, o atendimento de outros mandamentos legais tais como a Lei da Transparência (Lei Complementar nº 131/2009, que acrescenta dispositivos a LRF), Lei de Acesso a Informação (Lei Complementar nº 12.527/2011), caso o Município possua mais de 10.000 habitantes, e, além destes, as Resoluções e Instruções Normativas emitidas pelo TCE/RS com o objetivo de que a fiscalização que lhe foi atribuída pelos normativos mencionados possa ser exercida de forma eficaz. Neste sentido, cumpre mencionar a Instrução Normativa TCE/RS nº 18/2015 que regulamenta a forma de publicação das informações do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), bem como acerca das normas e procedimentos de remessa das informações e dos dados relativos aos órgãos e entes da esfera municipal.

Nos termos do disposto nas Resoluções TCE/RS nº 766/2007 e nº 1052/2015 e Instruções Normativas TCE/RS nº 01/2016 e nº 25/2007, foram utilizadas as informações provenientes do Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC, que compreende o conjunto de dados e



informações contábeis gerados pelas entidades da esfera municipal e colocados à disposição do TCE/RS para consultas e análises.

Nesse contexto, o Programa Autenticador de Dados – PAD (programa disponibilizado pelo TCE/RS aos jurisdicionados para o funcionamento adequado do SIAPC) gera relatórios bimestrais, denominados Relatórios de Validação e Encaminhamento – RVE, contendo dados e informações contábeis acerca da execução orçamentária coletados do sistema contábil do jurisdicionado, os quais são encaminhados ao TCE/RS, após a realização de testes de consistências lógicas e contábeis.

O exame realizado foi baseado pelos documentos de códigos de barras nºs 61601111562205789 e 51604113826602153, tendo sido levadas em conta, também, as informações da contabilidade disponíveis no Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas - SIAPC e as observações existentes no Relatório de Validação e Encaminhamento - RVE, sendo efetuados os respectivos ajustes, quando necessários.

## 1- DA ENTREGA

### 1.1 – Do Relatório de Gestão Fiscal - RGF

O Relatório da Gestão Fiscal está previsto no art. 54 da LRF. Deve ser emitido pelos titulares dos Poderes, ao final de cada quadrimestre, contendo comparativo dos limites de despesa total com pessoal, dívida consolidada e mobiliária, concessão de garantias, operações de crédito, indicação de medidas corretivas caso ultrapasse um dos limites, bem como, no último quadrimestre, demonstrativos do montante das disponibilidades e da inscrição em Restos a Pagar.

Esta Corte de Contas, a fim de realizar o devido acompanhamento, estabeleceu, através da Instrução Normativa TCE/RS nº 18/2015, o procedimento de remessa de informações para fins da fiscalização que lhe é atribuída:

*Art. 3º*

*§ 2º O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) corresponderá:*

*I – no Poder Executivo, ao Modelo 9 – Demonstrativo dos Limites, o qual conterá o resultado da apuração da Receita Corrente Líquida, da Despesa com Pessoal, da Dívida Consolidada Líquida, das Garantias e Contragarantias de Valores, das Operações de Crédito e dos Restos a Pagar, detalhado no Relatório de Validação e Encaminhamento (RVE);*

O RGF deverá ser entregue a este Tribunal nos prazos previstos no art. 2º, inciso II e artigo 8º, inciso II da Resolução TCE/RS nº 1052/2015, de acordo com sua exigibilidade quadrimestral ou semestral, a saber:



*Art. 2º Para o exame das contas de governo dos Prefeitos Municipais deverão ser entregues os seguintes documentos:*

*(...)*

*II – a cada quadrimestre ou semestre, conforme o número de habitantes do Município, o Relatório de Gestão Fiscal – RGF, acompanhado obrigatoriamente da Manifestação da Unidade Central de Controle Interno – UCCI sobre o cumprimento da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, ambos gerados pelo SIAPC/PAD e pelo Sistema Manifestação Conclusiva do Controle Interno – MCI, respectivamente; e*  
*(...)*

*Artigo 8º Os documentos referidos no artigo 2º, inciso II, e no artigo 4º, inciso II, deverão ser entregues nos seguintes prazos:*

*I – Municípios com cinquenta mil habitantes ou mais – exigibilidade quadrimestral, no primeiro, segundo e terceiro quadrimestres do exercício, encerrados nos meses de abril, agosto e dezembro: até o último dia útil do mês subsequente; e*

*II – Municípios com menos de cinquenta mil habitantes – exigibilidade semestral, no primeiro e segundo semestres do exercício, encerrados no mês de junho e dezembro: até o último dia útil do mês subsequente.*

Em face ao exposto, procede-se à análise.

Verifica-se que o Poder procedeu à entrega da referida documentação dentro dos prazos e condições estabelecidos na Resolução nº 1052/2015 e na Instrução Normativa nº 18/2015.

## **1.2 – Do Relatório de Validação e Encaminhamento – RVE**

O Relatório de Validação e Encaminhamento (RVE) consiste em um termo formal de entrega dos arquivos digitais de dados e de informações para fins de exercício da fiscalização que compete a esta Corte de Contas. Os procedimentos para remessa destas informações está previsto na Instrução Normativa TCE/RS nº 18/2015, que assim determina:

*Art. 3º As informações e os dados a serem remetidos a este Tribunal de Contas, para os fins de que trata o artigo 1º desta Instrução Normativa, correspondem àqueles constantes no*



*Relatório de Validação e Encaminhamento (RVE), o qual conterá informações e dados relativos aos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e aos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO).*

*§ 1º O Relatório de Validação e Encaminhamento (RVE) integrará o Processo de Contas de Governo do Poder Executivo e de Gestão do Poder Legislativo.*

As informações mínimas que o RVE deve conter estão previstas na Instrução Normativa TCE/RS nº 25/2007, art. 8º, § 4º, a seguir:

*I - Identificação do órgão/entidade com o uso de código de barras;*

*II - Identificação dos Responsáveis nos termos do art. 1º da Resolução nº 766, de 2007;*

*III - Relatórios com informações detalhadas e/ou com parâmetros e totalizadores dos dados e das informações constantes dos arquivos digitais, de acordo com os critérios estabelecidos por este TCE/RS;*

*IV - Justificativas e observações efetuados pelos responsáveis dos órgãos/entidades;*

*V - Campos próprios para identificação e aposição das assinaturas do responsável pelo órgão/entidade, do contabilista, do responsável pelo preenchimento dos dados e das informações ou outra identificação julgada necessária por este TCE/RS;*

*VI - Outras informações de interesse deste Tribunal.*

Os prazos para remessa destes dados e informações, a ser realizada bimestralmente de modo acumulado no período que se inicia em janeiro, é até o último dia útil do mês seguinte ao término dos bimestres que se encerram nos meses de fevereiro, abril, junho, agosto, outubro e dezembro conforme previsto no art. 6º da Instrução Normativa TCE/RS nº 25/2007.

Em face ao exposto, procede-se à análise.

Observa-se que o Poder procedeu à entrega da referida documentação dentro dos prazos e condições estabelecidos na Instrução Normativa TCE/RS nº 25/2007.



## 2- DA TRANSPARÊNCIA

### 2.1 – Das Publicações

#### 2.1.1 – Do Relatório de Gestão Fiscal – RGF Artigo 55, § 2º, da LC Federal nº 101/2000

A LRF determina que o RGF deverá ser publicado e disponibilizado ao acesso público, inclusive em meios eletrônicos, até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder. Prazo que, para o primeiro quadrimestre, se encerra em 30 de maio, para o segundo quadrimestre, se encerra em 30 de setembro e, para o terceiro quadrimestre, se encerra em 30 de janeiro do ano subsequente ao de referência.

É facultado aos Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes optar por divulgar, semestralmente, o Relatório de Gestão Fiscal. A divulgação do relatório com os seus demonstrativos deverá ser realizada em até trinta dias após o encerramento do semestre.

Em face ao exposto, procede-se à análise.

Constata-se que o Poder publicou e divulgou os Relatórios de Gestão Fiscal de acordo com o estabelecido no § 2º do art. 55 da LC Federal nº 101/2000.

#### 2.1.2 – Do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO Artigo 52 da LC Federal nº 101/2000

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO é exigido pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que estabelece em seu artigo 165, parágrafo 3º, a obrigatoriedade do Poder Executivo publicá-lo, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

A LC nº 101, de 4 de maio de 2000, estabelece as normas para sua elaboração e publicação. O RREO abrangerá os órgãos da administração direta e entidades da administração indireta de todos os poderes, que recebam recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, inclusive sob a forma de subvenções para pagamento de pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

Em face ao exposto, procede-se à análise.

O Poder publicou e divulgou os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária de acordo com o estabelecido no art. 52 da LC Federal nº 101/2000.





## 2.2 – Das Audiências Públicas

O objetivo da transparência é promover a participação popular nos atos de governo, a fim de que o cidadão, tendo conhecimento da ação governamental, possa contribuir para o seu aprimoramento e exercer um controle sobre os atos de governo. Um dos meios de assegurar que o cidadão exerça a participação popular é a audiência pública, considerada um ambiente propício para a conscientização e discussão da sociedade.

Nesse sentido, o ordenamento jurídico brasileiro estabelece algumas situações nas quais, para se garantir legitimidade do processo, deve-se realizar audiências públicas oportunizando à sociedade a participação na condução de temas de seu interesse.

Assim, a LRF, estabelece que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública nas Casas Legislativas municipais.

Em face ao exposto, procede-se à análise.

As audiências públicas, conforme informações prestadas pelo Poder Executivo (peça 502578, pág. 16), foram realizadas nas seguintes datas e locais:

Período	Prazo até	Audiência	Local	Dias atraso
3ºQ/15	29-02-16	29-02-16	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0
1ºQ/16	31-05-16	30-05-16	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0
2ºQ/16	30-09-16	30-09-16	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0

Verifica-se que o Poder realizou as audiências públicas dentro dos prazos dispostos no § 4º do artigo 9º da LC Federal nº 101/2000.

## 2.3 – Da Lei da Transparência

A transparência, um dos pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal, tem importante papel na viabilização da participação da sociedade na gestão e na fiscalização da aplicação dos recursos públicos, permitindo o fortalecimento do controle social.

Visando tornar tal tarefa efetiva, o caput do art. 48 da referida lei, especifica quais são os instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público:

- Os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias;



- As prestações de contas e o respectivo parecer prévio;
- O Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal;

Inicialmente, salienta-se que a divulgação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal já foram objeto de análise nesta Instrução Técnica nos itens 2.1.1 – Do Relatório de Gestão Fiscal – RGF e 2.1.2 – Do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO.

Desse modo, no que diz respeito ao caput do art. 48 da LRF, a análise realizada neste item (2.3 – Da Lei da Transparência), limita-se a verificar a divulgação pelos Municípios dos planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias, além das prestações de contas com o respectivo parecer prévio.

Outrossim, é averiguado neste item o cumprimento do inciso II do citado artigo da LRF, o qual determina a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.

Nesse sentido, a LC nº 131/2009 – conhecida como Lei da Transparência – acrescentou dispositivos à LRF, destacando-se o art. 48-A que indica quais informações sobre a execução orçamentária e financeira devem ser disponibilizadas em meios eletrônicos de acesso público, elucidando o inciso II, do art. 48 da LRF. Assim, quanto à despesa, está previsto a disponibilização de todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, informando o número do processo, o bem fornecido ou serviço prestado, pessoa beneficiária do pagamento e procedimento licitatório realizado. Já no que se refere a receita, deve ser informado à sociedade o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras.

Normatizando o art. 48, parágrafo único, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000, o Decreto Federal nº 7.185/2010 elencou quais informações, relativas à despesa e à receita, deverão ser disponibilizadas em meio eletrônico de amplo acesso público para assegurar a transparência na gestão fiscal:

*Art. 7º[...]*

*I - quanto à despesa:*

*a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;*



*b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;*

*c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;*

*d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;*

*e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo;*

*f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso.*

*II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:*

*a) previsão;*

*b) lançamento, quando for o caso;*

*c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.*

Em face ao exposto, procede-se à análise.

Com base na análise das informações contidas em sítio eletrônico, constatou-se que não estão sendo cumpridas, em sua totalidade, as exigências do caput do art. 48 da LC Federal nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC Federal nº 131/2009, conforme se demonstra na peça nº 555213 e anexo (peça 554111).

### 3- DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Controle Interno é o controle decorrente de órgão integrante da própria estrutura em que se insere o órgão controlado<sup>1</sup>. A Resolução TCE/RS nº 936/2012, em seu art. 2º assim define:

<sup>1</sup> CHAVES, Renato Santos. Controles na Administração Pública. Instituto Serzedello Corrêa, Tribunal de Contas da União – agosto/2012.



*I – controle interno (CI): conjunto de recursos, métodos e processos adotado pelas próprias gerências do setor público, com vistas a impedir o erro, a fraude e a ineficiência, visando a dar atendimento aos princípios constitucionais, em especial os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;*

*II – sistema de controle interno (SCI): conjunto de unidades técnicas, articuladas a partir de um órgão central de coordenação, orientadas para o desempenho das atribuições de controle interno previstas na Constituição e normatizadas em cada nível de governo;*

*III – unidade central de controle interno (UCCI): órgão central responsável pela coordenação das atividades do sistema de controle interno; (...).*

O Controle Interno deve ser uma atividade permanente dentro da organização, seguindo manuais de boas práticas, devendo apontar e solucionar determinados desvios dos objetivos traçados pela organização<sup>2</sup>.

Uma das atividades do Sistema de Controle Interno - SCI é a prestação de apoio ao órgão de controle externo, no exercício de sua missão institucional. Esse apoio consiste no fornecimento de informações e dos resultados das ações do Sistema de Controle Interno dentro do órgão.

O art. 31 da CF/88 dispõe em seu *caput* que a fiscalização dos municípios será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal.

O artigo 3º da Resolução TCE/RS nº 936/2012, informa que cabe ao Poder Executivo Municipal, mediante lei de sua iniciativa, instituir o Sistema de Controle Interno, prevendo que os órgãos e entidades da Administração Municipal, direta e indireta, além do Poder Legislativo, submetem-se à fiscalização da UCCI.

A LRF também atribuiu novas responsabilidades ao controle interno. Em seu art. 54, parágrafo único, estabelece que os Relatórios de Gestão Fiscal, quadrimestrais, assinados pelos titulares dos Poderes e órgãos mencionados no seu art. 20, serão também assinados pelo controle interno.

De posse destas informações, inicia-se a análise referente ao Sistema de Controle Interno Municipal.

### 3.1- Da Instituição

<sup>2</sup> LIMA, Luiz Henrique. Controle Externo. Elsevier, 5ª edição. 2013.



O Sistema de Controle Interno foi instituído pela Lei Municipal nº 750, de 15-10-2014, em observância ao disposto no art. 31 da Constituição Federal e na Resolução TCE/RS nº 936/2012.

### **3.2- Da Assinatura do Relatório de Gestão Fiscal**

Os Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao 1º e 2º semestres do exercício de 2016 contêm assinatura digital do responsável pelo Controle Interno, nos termos do disposto no art. 4º, inciso I, da Instrução Normativa TCE/RS nº 18/2015 e no parágrafo único do artigo 54 da LC Federal nº 101/2000.

### **3.3- Da Manifestação Conclusiva da Unidade de Controle Interno**

Nos termos dispostos no art. 2º, inciso II da Resolução TCE/RS nº 1052/2015, o Relatório de Gestão Fiscal deve, obrigatoriamente, ser acompanhado da Manifestação Conclusiva da Unidade de Controle Interno.

A Instrução Normativa TCE/RS nº 01/2016 dispõe sobre os critérios para a elaboração da manifestação conclusiva para a Unidade de Controle Interno.

Em observância à Resolução TCE/RS nº 1052/2015 e à Instrução Normativa TCE/RS nº 01/2016, as Manifestações Conclusivas da Unidade de Controle Interno acerca do cumprimento das normas da LRF foram entregues nos prazos estabelecidos.

## **4- DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL**

O artigo 19 da LRF dispõe que a despesa total com pessoal, no âmbito municipal, em cada período de apuração, não poderá exceder 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida.

Quanto à repartição do limite global, esse não poderá exceder os seguintes percentuais:



Esfera municipal	6% (seis por cento) para o Legislativo
	54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo

A verificação do cumprimento dos limites com despesa de pessoal será realizada ao final de cada quadrimestre através do Relatório de Gestão Fiscal, sendo facultado aos Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes optar pela divulgação do RGF semestralmente, cujas informações devem ser elaboradas de forma individual, pelas Entidades do Poder Executivo Municipal, ou seja, Prefeituras, Autarquias, Fundações e Empresas Estatais Dependentes.

Cabe ao Tribunal de Contas alertar os Poderes ou órgãos quando constatarem que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 90% (noventa por cento) do limite.

Entretanto se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido que houver incorrido no excesso:

1. Concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual;

2. Criação de cargo, emprego ou função;

3. Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

4. Provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

5. Contratação de hora extra, salvo as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão, ultrapassar os limites definidos em lei o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro.

Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:

1. Receber transferências voluntárias;

2. Obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;



3. Contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

Apresenta-se quadro-resumo contendo os limites da despesa com pessoal, preconizados na LRF:

LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	
Limite Legal – Alínea “b” do inciso III do artigo 20	54,00%
Limite Prudencial – Parágrafo único do artigo 22	51,30%
Limite para Emissão de Alerta – Inciso II do § 1º do artigo 59	48,60%

Em face ao exposto, procede-se à análise.

O Executivo apresentou os dados relativos à Receita Corrente Líquida - Modelo 1 e Despesa com Pessoal - Modelo 2, do 1º e 2º Semestres de 2016 (peças 388703 e 502579), que foram inseridos na tabela a seguir, para fins de cálculo e análise dos percentuais obtidos.

Período	2ºS/2016	Mês Referência	Dez/16
<b>Envios em 2016</b>			
<i>Em R\$</i>			
<b>Período</b>	<b>R C L</b>	<b>D P</b>	<b>%</b>
1ºS/16	11.731.193,91	5.072.649,67	43,24
2ºS/16	13.033.443,81	5.519.948,48	42,35

RCL = Receita Corrente Líquida  
DP = Despesa com Pessoal

Considerando que os percentuais apurados no exercício de 2016 são inferiores ao limite de 90% de que trata o artigo 59, § 1º, inciso II da LC Federal nº 101/2000 e, evidentemente, aos limites de 95% e máximo, de que tratam, respectivamente, os artigos 22, parágrafo único e 20, inciso III, alínea “b”, todos da referida lei, não houve emissão de alerta ao Poder em tela.

Conclui-se, na análise da tabela, que os percentuais apurados são inferiores ao limite máximo previsto no artigo 20, inciso III, alínea “b” da LC Federal nº 101/2000.





## 5- DOS RESTOS A PAGAR E DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO

### 5.1- Do Artigo 42 da LC Federal nº 101/2000

O Executivo apresentou o Demonstrativo dos Restos a Pagar e das Disponibilidades de Caixa – Modelo 7, do exercício de 2016 (peça 502578, págs. 25 a 28).

Considerando que, ao final do exercício, as despesas empenhadas e não pagas devem ser inscritas como Restos a Pagar, conforme disposto no art. 36 da Lei Federal nº 4.320/64, buscou-se, junto ao SIAPC, o valor dos empenhos efetuados nos meses de maio a dezembro de 2016, identificando, dentre os mesmos, aqueles que não haviam sido liquidados, e, dentre os liquidados, aqueles que não haviam sido pagos durante o exercício de 2016, os quais são demonstrados no quadro a seguir, com as respectivas disponibilidades financeiras, para possibilitar a verificação do cumprimento do disposto no art. 42 da LC Federal nº 101/2000.

Recurso	Restos a Pagar			Disponibilidade Financeira	Insuficiência
	Processados	Não Processados	Total		
0001	291.161,57	0,00	291.161,57	301.582,81	0,00
0020	41.410,63	0,00	41.410,63	4.812,99	36.597,64
0031	19.027,05	0,00	19.027,05	31.354,65	0,00
0040	316.428,46	0,00	316.428,46	234.135,61	82.292,85

Legenda dos códigos dos Recursos Vinculados

0001 RECURSO LIVRE  
0020 M.D.E  
0031 FUNDEB  
0040 ASPS

Conclui-se, na análise da tabela, que o Executivo não atendeu aos preceitos inscritos no art. 42 da LC Federal nº 101/2000, tendo em vista que não há suficiente disponibilidade financeira para as despesas empenhadas nos últimos dois quadrimestres do mandato, nos recursos relacionados na tabela acima, que não foram pagas dentro do mesmo.

### 5.2- Do Equilíbrio Financeiro

Esta análise tem a finalidade de verificar o atendimento pelo Gestor Público, no exercício financeiro de 2016, do disposto no § 1º, do art. 1º, da LRF. O dispositivo em tela alude que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente em que se previnem riscos e se corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas. Tal equilíbrio impõe que ajustes devam ser observados no decorrer de todo o mandato, de forma que as receitas não sejam superestimadas, nem haja acúmulo excessivo de passivos financeiros.



Nesse contexto, como regra geral, as despesas devem ser executadas e pagas no exercício financeiro. Excepcionalmente, o Gestor pode deixar obrigações a serem cumpridas no exercício seguinte, porém, com disponibilidade de caixa. Desse modo, o controle da disponibilidade de caixa e da geração de obrigações deve ocorrer simultaneamente à execução financeira da despesa em todos os exercícios e não somente no último ano de mandato.

O equilíbrio intertemporal (equilíbrio ao longo dos exercícios) entre as receitas e as despesas públicas se estabelece como pilar da gestão fiscal responsável. O planejamento é ferramenta imprescindível à boa gestão fiscal e consiste em definir os objetivos que devem ser alcançados e prever, permanente e sistematicamente, os acontecimentos que poderão interferir no cumprimento desses objetivos, notadamente no que se refere ao equilíbrio das contas públicas.

Destaca-se que, nos termos do art. 35 da Lei 4.320/64, pertencem ao exercício financeiro às receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. Portanto, a execução das despesas orçamentárias está condicionada ao exercício financeiro, ou seja, ao princípio da anualidade. Vale ressaltar que o exercício financeiro coincide com o calendário civil, ou seja, de 1 de janeiro a 31 de dezembro. Dessa maneira, a inscrição em restos a pagar dos investimentos plurianuais deve ocorrer segundo o cronograma e a programação de execução física e financeira, e por exercício financeiro, ou seja, deve seguir o princípio da anualidade mesmo que os investimentos sejam plurianuais. O cronograma físico-financeiro afetará o controle da inscrição em restos a pagar e da respectiva disponibilidade de caixa exigida, já que a inscrição em restos a pagar estará associada à dotação da parcela consignada no orçamento em curso, não podendo ser exigida disponibilidade de caixa para as parcelas do investimento que deverão ser objeto de crédito em orçamentos futuros.

Para fins de verificação do atendimento deste item, foram utilizadas, inicialmente, as informações constantes no Modelo 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar, compreendido no Relatório de Gestão Fiscal (Executivo e Indiretas Municipais), o qual deve evidenciar a existência ou a inexistência de disponibilidade financeira suficiente para inscrição em Restos a Pagar das despesas empenhadas e não pagas ao final do exercício financeiro de 2016. O Demonstrativo em tela visa dar transparência ao equilíbrio entre a geração de obrigações de despesa e a disponibilidade de caixa e está devidamente detalhado no Relatório de Validação e Encaminhamento (Item 5.2.7). Deverá ser elaborado somente no último quadrimestre/semestre pelos Poderes e órgãos da Administração Municipal, sendo evidenciado pelo confronto da disponibilidade de caixa bruta com as obrigações financeiras, segregado por vinculação de recursos. O resultado obtido desse confronto irá permitir a inscrição dos Restos a Pagar Não Processados.

Em face ao exposto, procede-se à análise.



As informações constantes no Modelo 9 – Demonstrativo dos Limites (peça 502579), demonstram insuficiência financeira para a cobertura dos valores inscritos em Restos a Pagar, nos Recursos 0001 – Livre, 0020 – MDE e 0040 – ASPS, no montante de R\$ 360.933,60.

Convém referir que a disponibilidade financeira do Recurso 8001 – Extraorçamentário (peça 502578, pág. 26) é suficiente para a cobertura dos Valores Restituíveis, inscritos no Passivo Circulante, no total de R\$ 38.318,58 (peça 502578, pág. 23), nos termos da Instrução Normativa nº 18/2015.

Em R\$

Restos a Pagar com Insuficiência Financeira					
Recurso	Exercícios Anteriores		Exercício Atual		CGC
	Processados	Não Processados	Processados	Não Processados	
0001	0,00	0,00	183.781,75	0,00	94444247000140
0020	1.438,77	0,00	55.103,63	0,00	94444247000140
0040	0,00	0,00	120.609,45	0,00	94444247000140
Subtotal	1.438,77	0,00	359.494,83	0,00	
TOTAL				360.933,60	

Legenda dos códigos dos Recursos Vinculados

0001 RECURSO LIVRE  
0020 M.D.E  
0040 ASPS

Exercício	RESTOS A PAGAR			INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA		
	Valor* (R\$)	Relativo Base Fixa**	Evolução Anual (%)	Valor* (R\$)	Relativo Base Fixa**	Evolução Anual (%)
2012	1.363.895,60	100,00	-	257.419,80	100,00	-
2013	865.865,09	63,48	-36,52	445.465,93	173,05	73,05
2014	649.720,47	47,64	-24,96	550.339,43	213,79	23,54
2015	626.098,99	45,91	-3,64	562.076,48	218,35	2,13
2016	988.845,01	72,50	57,94	360.933,60	140,21	-35,79

(\*) Valores indexados pelo IGP-DI/FGV Médio, tomando-se como base o exercício de 2016.

(\*\*) Base fixa: exercício de 2012.

Tendo por base os valores atualizados monetariamente, observa-se que a Insuficiência Financeira existente no encerramento do exercício de 2016, no valor de R\$ 360.933,60, é superior em 40,21% à apresentada no encerramento do exercício de 2012, demonstrando uma situação de DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO durante esta gestão.



Assim, conclui-se pelo não atendimento ao disposto no § 1º do art. 1º da LC Federal nº 101/2000.

## 6- DO ENDIVIDAMENTO

A correta administração da dívida pública é essencial para o equilíbrio entre receitas e despesas, haja vista que, quando mal administrada, gera grande potencial para causar danos às finanças do ente governamental. Este assunto é de tal relevância que o art. 35 da Constituição Federal de 1988 dispõe que os Estados não intervirão nos seus Municípios, exceto, entre outros motivos, para reorganizar as finanças municipais do ente que suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior.

A LRF estabeleceu regras mais rígidas para o endividamento público, inclusive redefiniu conceitos da Lei nº 4.320/1964 e do Decreto nº 93.872/1986.

Nesse sentido, pode-se definir dívida pública consolidada ou fundada como montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. Também integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

Já a dívida pública mobiliária é representada por títulos emitidos pela União, Estados e Municípios.

O refinanciamento da dívida mobiliária significa emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária, excluindo os juros.

É oportuno salientar que o § 4º do artigo 29 estatui que o refinanciamento do principal da dívida mobiliária não excederá, ao término de cada exercício financeiro, o montante do final do exercício anterior, somado ao das operações de crédito autorizadas no orçamento para este efeito e efetivamente realizadas, acrescido de atualização monetária.

Destaca-se que conforme inciso III, art. 167 da Constituição Federal de 1988, é vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade específica, aprovada pelo Poder Legislativo, por maioria absoluta. Essa norma, conhecida como “regra de ouro”, objetiva dificultar a contratação de empréstimos para financiar gastos correntes,



evitando que o ente público tome emprestado de terceiros para pagar despesas correntes, como pessoal e juros. Portanto, não deve haver endividamento direcionado para manutenção da máquina pública administrativa.

Quanto aos limites para a dívida pública, operações de crédito e concessão de garantia, eles serão fixados em percentual da receita corrente líquida para cada esfera de governo.

Para fins de verificação do atendimento do limite, a apuração do montante da dívida consolidada será efetuada ao final de cada quadrimestre com exceção dos municípios com população inferior a 50 mil habitantes, que podem usufruir de regras especiais de aplicação das determinações constantes na LRF, entre as quais se inclui a apuração semestral dos limites da dívida consolidada.

Conforme Incisos VI e IX do art. 52 da Constituição Federal de 1988, compete privativamente ao Senado Federal dispor sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Municípios.

Portanto, coube à Resolução Senado Federal nº 40/2001 dispor sobre tais matérias.

Cumprе salientar que, conforme tal Resolução, a dívida pública consolidada representa o montante total apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras, inclusive as decorrentes de emissão de títulos do Município, ou seja, a dívida pública mobiliária pertence ao montante único de cálculo do limite legal.

Com intuito de calcular o limite legal, é utilizado o conceito de dívida consolidada líquida. Trata-se da dívida pública consolidada deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. Logo, o limite da dívida consolidada líquida municipal, conforme inciso II, art. 3º da Resolução Senado Federal nº 40/2001, é de 120%.

Salienta-se que, conforme § 7º do art. 30 da LRF, os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.

O art. 31 da LRF prevê que se a dívida consolidada municipal ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% no primeiro.

Enquanto perdurar o excesso, o ente que nele houver incorrido será submetido a certos deveres e sanções:



1. Estará proibido de realizar operação de crédito interna ou externa, inclusive por antecipação de receita, ressalvado o refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária;

2. Deverá obter resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite, promovendo, entre outras medidas, limitação de empenho.

Ressalta-se que estas restrições aplicam-se imediatamente se o montante da dívida exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato do Chefe do Poder Executivo.

Caso ocorra vencimento do prazo para retorno da dívida ao limite, e enquanto perdurar o excesso, o ente ficará também impedido de receber transferências voluntárias da União ou do Estado.

Quanto à fiscalização, conforme inciso IV do art. 59 da LRF, o Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio do Tribunal de Contas, fiscalizará as providências tomadas para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites.

Também compete à Corte de Contas, consoante inciso III, § 1º do artigo supracitado, emitir alerta aos Poderes ou órgãos fiscalizados sobre a extrapolação de 90% dos respectivos limites das dívidas consolidada e mobiliária. Em vista disso, apresenta-se quadro-resumo contendo os limites examinados pelo TCE/RS.

LIMITES DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	
Limite Legal – Inciso II, art. 3º da Resolução Senado Federal nº 40/2001	120,00%
Limite para Emissão de Alerta – LRF, inciso III do § 1º do artigo 59	108,00%

Em face ao exposto, procede-se à análise.

O Executivo apresentou os valores relativos ao Endividamento do 1º e 2º Semestres de 2016 no Modelo 4 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida e os respectivos percentuais de endividamento descritos no Modelo 9 – Demonstrativo dos Limites (peças 388703 e 502579), que foram inseridos na tabela a seguir, para fins de cálculo e análise dos percentuais obtidos, nos termos definidos pela Resolução do Senado Federal nº 40/2001 e pela Portaria STN nº 637/2012.





			Em R\$
Período	R C L	D C L	%
1ºS/16	11.731.193,91	167.251,78	1,43
2ºS/16	13.033.443,81	553.892,47	4,25

RCL = Receita Corrente Líquida  
DCL = Dívida Consolidada Líquida

Constatou-se que o percentual da Dívida Consolidada Líquida - DCL em relação à Receita Corrente Líquida - RCL ficou abaixo do limite de 120%, de que trata o art. 3º, inciso II, da Resolução do Senado Federal nº 40/2001, estando o Município enquadrado na regra permanente, prevista no artigo 31 da LC Federal nº 101/2000.

Verifica-se, também, que o mesmo não apresenta dívida decorrente de emissão de títulos (Dívida Pública Mobiliária), atendendo ao disposto no art. 11 da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

## 7- DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Operação de crédito é o compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

Conforme art. 32 da LRF, o Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada Município, inclusive das empresas por ele controladas, direta ou indiretamente.

Consoante art. 40 da LRF, os Municípios poderão conceder garantia em operações de crédito internas ou externas, observados o disposto naquele artigo e as normas do art. 32.

Por fim, conforme art. 38 da LRF, a operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e cumprirá as seguintes exigências:

1. Realizar-se-á somente a partir do décimo dia do início do exercício;
2. Deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro de cada ano;





3. Não será autorizada se forem cobrados outros encargos que não a taxa de juros da operação, obrigatoriamente prefixada ou indexada à taxa básica financeira, ou à que vier a esta substituir;

4. Estará proibida:

4.1 Enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada;

4.2 No último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal.

As operações de crédito por antecipação de receita orçamentária compõem a dívida flutuante; logo, não compõem a dívida fundada do ente, tampouco entram nos limites ao endividamento público. As operações de crédito por ARO também não serão computadas para efeito do que dispõe a regra de ouro, desde que liquidadas com juros e outros encargos incidentes, até o dia 10 de dezembro de cada ano.

Ato contínuo, conforme Inciso VII do art. 52 da Constituição Federal de 1988, compete privativamente ao Senado Federal dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno dos Municípios.

Portanto, coube à Resolução Senado Federal nº 43/2001 dispor sobre tais matérias.

Os limites legais das operações de crédito e assuntos correlatos, assim como os percentuais para emissão alerta sobre a extrapolação de 90% dos respectivos limites são os seguintes:

LIMITES EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	
1) Limite legal para contratação de operações de crédito - Inciso I, art. 7º da Resolução Senado Federal nº 43/2001	16,00%
1.1) Limite para emissão de alerta - Inciso III do § 1º do artigo 59 da LRF	14,40%
2) Limite legal para concessão de garantias - Art. 9º da Resolução Senado Federal nº 43/2001	22,00%
2.1) Limite para emissão de alerta - Inciso III do § 1º do artigo 59 da LRF	19,80%
3) Limite legal ampliado para concessão de garantias - Parágrafo único do art. 9º da Resolução Senado Federal nº 43/2001	32,00%
3.1) Limite para emissão de alerta - Inciso III do § 1º do artigo 59 da LRF	28,80%
4) Contratação de operações por ARO - Art. 10 da Resolução Senado Federal nº 43/2001	7,00%
4.1) Limite para emissão de alerta - Inciso III do § 1º do artigo 59 da LRF	6,30%

Consoante § 5º do art. 31 da LRF, as normas referentes à recondução da dívida pública consolidada serão observadas nos casos de descumprimento dos limites da dívida mobiliária e das operações de crédito internas e externas.



Ainda, de acordo com o inciso II do art. 59 da LRF, o Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio do Tribunal de Contas, fiscalizará os limites e condições para realização de operações de crédito.

Em face ao exposto, procede-se à análise.

Consideradas as informações do Modelo 6 – Demonstrativo das Operações de Crédito e os respectivos percentuais descritos no Modelo 9 – Demonstrativo dos Limites (peça 502579) e, ainda, os dados constantes do SIAPC, constatou-se que:

#### Operações de Crédito Internas e Externas

As Operações de Crédito Internas e Externas, no exercício de 2016, atingiram o montante de R\$ 494.822,71, representando, em relação à Receita Corrente Líquida do mesmo período, um percentual de 3,80%, atendendo ao limite de 16% disposto no inciso I do art. 7º da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

#### Operações de Crédito p/ Antecipação de Receita

O Executivo não apresenta saldo na conta Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária, atendendo o inciso II do art. 38 da LC Federal nº 101/2000.

### **8 – DO CUSTEIO DE DESPESAS PARA OUTROS ENTES DA FEDERAÇÃO**

Os recursos públicos municipais são arrecadados objetivando sua aplicação na execução das competências que ao Município estão determinadas constitucionalmente, tais como saúde, educação, saneamento, transporte municipal, etc.

O art. 30 da CF/88, em seus incisos III e V dispõe:

*Art. 30. Compete aos Municípios:*

*(...)*

*III – instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;*

*(...)*

*V – organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse*



*local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.*

Assim, aos Municípios coube exercer, com os recursos que lhes foram destinados, as competências postas, fundamentalmente, nos artigos 23, 30 e 195 da Lei Magna.

Há instrumentos jurídicos que permitem que o Ente Municipal custeie despesas de outros entes da Federação. Para que haja esta colaboração, há que se observar, além da oportunidade e conveniência, matéria a ser exaurida em sede local, os regramentos constitucionais e legais aplicáveis à esta espécie de ajuste e que não haja desvio do cumprimento das competências do município.

Portanto, para que seja possível o custeio de despesas de um ente por outro, conforme artigo 62 da LRF, é necessário que todos os requisitos abaixo sejam cumpridos cumulativamente:

- Autorização na LDO;
- Autorização na LOA;
- Existência de convênio, acordo, ajuste ou congênere.

Em face ao exposto, procede-se à verificação.

No caso em análise, o município não contribuiu para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação no exercício de 2016 (peça 502578, pág. 16).

## 9- DA CONCLUSÃO

Do exame realizado, salienta-se a existência de itens passíveis de serem esclarecidos pela Sr<sup>a</sup>. Valserina Maria Bulegon Gassen:

Item 2.3 – Da Lei da Transparência: caput do art. 48, da LC Federal nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC Federal nº 131/2009;

Item 5.1 - Restos a Pagar – art. 42 da LC Federal nº 101/2000;

Item 5.2 - Equilíbrio Financeiro - § 1º do art. 1º da LC Federal nº 101/2000.

É a Instrução Técnica Final



Senhor(a) Supervisor(a):

Examinados os termos da Informação e a documentação anexada aos autos, esta Coordenação concorda com o Informe Técnico produzido.

Em 04/05/2017.

Assinado digitalmente pelo Coordenador.

TC-01.3



O processo encontra-se em condições de seguir seu trâmite regular.

Em 05/05/2017.

Andréa Doval da Costa,  
Supervisora.

TC-01.3



## ENCERRAMENTO EXERCÍCIO 2016 RELATÓRIO DA PREFEITA MUNICIPAL

Em cumprimento às disposições legais, estamos encaminhando o Balanço Geral do Exercício de 2016, do Poder Executivo do Município de São João do Polêsine, com seus anexos e relatórios explicativos, relativo aos principais aspectos da administração, a seguir relacionados:

### DO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO

O Orçamento Municipal de São João do Polêsine foi aprovado através da Lei nº.777 de 30.12.2015, onde fixou a despesa orçamentária e orçou a receita em R\$ 15.143.983,11 (Quinze milhões novecentos cento e quarenta e três mil novecentos e oitenta e três reais e onze centavos). Este valor no decorrer do exercício teve as seguintes modificações:

Receita orçada	R\$15.143.983,11
Receita arrecadada	R\$ 12.760.474,45
Arrecadação a menor	R\$ 2.383.508,66
Despesa fixada	R\$ 15.143.983,11
Créditos Adicionais Suplementares	R\$ 1.744.386,13
Créditos Especiais	R\$ 0,00
Redução de dotações	R\$1.411.550,00
Despesa empenhada	R\$12.704.365,91
Despesa Liquidada	R\$ 12.697.475,91

### DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Segundo o Balanço Orçamentário da Receita, o total inicialmente previsto, que corresponde ao somatório das receitas correntes e de capital excluído as deduções da receita, foi estimado no montante de R\$ 15.143.983,11. A receita efetivada no período de janeiro a dezembro de 2016 foi de R\$ 12.760.474,45, tendo sido arrecadado, portanto 84,26% da meta anual. Esse desempenho foi propiciado, principalmente, pelo resultado das receitas correntes, que atingiu o percentual de realização equivalente a 96,39% da programação anual.

O total das Receitas Correntes previsto para o exercício foi de R\$ 12.479.503,11. Os valores líquidos realizados corresponderam a R\$ 12.068.941,24. Nesse grupo, as receitas mais significativas foram as Transferências Correntes e as Receitas Tributárias que figuraram, respectivamente, com (Valores líquido) R\$ 10.470.777,11 e R\$1.052.382,18.





## DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA

Discriminação	Previsão Anual Inicial	Realiz. no Período	% Real. Período
<b>1 – Receitas Correntes</b>	<b>12.479.503,11</b>	<b>12.068.941,24</b>	<b>96,39%</b>
Receita Tributária	1.349.900,00	1.271.919,37	94,22%
(-) Deduções da Rec. Tributária	(281.020,00)	(219.537,19)	78,12%
Receita de Contribuições	80.000,00	67.628,21	84,54%
Receita Patrimonial	46.450,00	118.445,07	254,99%
(-) Ded. De Receita Patrim	-	(185,95)	0,00%
Receita de Serviços	270.400,00	207.950,24	76,90%
Transferências Correntes	12.866.173,11	12.422.240,02	96,55%
(-) Deduções De Tr. Correntes	(2.015.400,00)	(1.951.462,91)	96,83%
Outras Rec. Correntes	163.000,00	151.952,84	93,22%
(-) Ded. De Outr Rec. Correntes	-	(8,46)	0,00%
<b>2 – Receitas de Capital</b>	<b>2.664.480,00</b>	<b>691.618,71</b>	<b>20,45%</b>
Operações De Crédito	700.000,00	494.822,71	70,69%
Alienação de Bens	120.000,00	-	0,00%
Amort. de Empréstimos	1.000,00	-	0,00%
Transfer. De Capital	1.833.480,00	195.771,46	10,68%
Outras Rec. De Capital	10.000,00	1.024,54	10,25%
<b>3 (-) Outras Deduções da Receita</b>	<b>-</b>	<b>85,50</b>	
<b>Total da Receita</b>	<b>15.143.983,11</b>	<b>12.760.474,45</b>	<b>84,26%</b>

## RECEITAS TRIBUTÁRIAS – PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real / Progr.
<b>Impostos</b>	<b>1.296.300,00</b>	<b>1.225.159,48</b>	<b>94,51%</b>
I P T U	410.000,00	381.555,03	93,06%
I R R F	166.300,00	172.315,09	103,62%
I T B I	120.000,00	100.685,34	83,90%
I S S Q N	600.000,00	570.604,02	95,10%
<b>Taxas</b>	<b>53.600,00</b>	<b>46.759,89</b>	<b>87,24%</b>
Taxas p/ Exerc. Poder de Polícia	47.600,00	42.269,26	88,80%
Taxas p/ Prestação de Serviços	6.000,00	4.490,63	74,84%
(-) Deduções da Rec. Tributária	(281.020,00)	(219.537,19)	78,12%
<b>Total das Receitas Tributárias (Líquido)</b>	<b>1.068.880,00</b>	<b>1.052.382,18</b>	<b>98,46%</b>

Rua Guilherme Alberti, 1631  
São João do Polêsine - RS - CEP: 97230-000  
CNPJ: 94.444.247/0001-40 - Fone/Fax: (55) 3269.1155 / 3269.1144  
e-mail: prefeitura@saojoaodopolêsine.rs.gov.br



Prefeitura de  
São João do Polêsine







### Transferências Correntes

Conforme se visualiza no grupo das Transferências Correntes da União, o item mais significativo refere-se às transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, que realizou **R\$ 7.798.587,28** no período, correspondendo a 99,09% da previsão anual. O FPM foi incrementado, no mês de julho e dezembro, pela “Cota Extra” repassado aos municípios em atendimento do disposto na legislação vigente, também há de se registrar o recebimento dos recursos da repatriação nos meses de novembro e dezembro.

A Compensação Financeira da Lei Complementar 87/96 – Lei Kandir – realizou 69,62% do valor previsto.

As Transferências de Convênios com o Estado, classificadas como receitas correntes demonstraram um realizado de **60,90%** em comparação à projeção para o ano, correspondendo a **R\$ 240.857,42**. Não houve ingresso de transferências de convênios da União Federal.

Nas transferências do Estado, deve ser destacada a participação do Município no I C M S, cujos valores transferidos ao Município, no período, foram de **R\$ 2.142.795,17**, ou seja **89,28%** da expectativa inicial, que era de **R\$ 2.400.000,00**.

### TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – PREVISTAS E REALIZADAS

	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real / Previsto
<b>Transferências da União</b>	<b>8.682.000,00</b>	<b>8.661.009,79</b>	<b>99,76%</b>
Cota parte do F P M + Cota Extra	7.870.000,00	7.798.587,28	99,09%
Cota parte do I T R	7.000,00	5.882,30	84,03%
Cota parte da LC 87/96 (Lei Kandir)	20.000,00	13.924,60	69,62%
Cota Parte Fundo Especial do Petróleo	80.000,00	61.102,78	76,38%
PAB - Parte Fixa	80.000,00	72.444,71	90,56%
PAB - Parte Variável	280.000,00	324.936,00	116,05%
Outras Transferências do SUS	56.000,00	61.768,49	110,30%
Transferências do F N A S	87.000,00	140.590,00	161,60%
Transferências do F N D E	190.000,00	157.371,34	82,83%
Transf.de Convênios com União			0,00%
Outras Transferências da União	12.000,00	24.402,29	203,35%
<b>Transferências do Estado</b>	<b>3.413.173,11</b>	<b>2.931.646,77</b>	<b>85,89%</b>
Cota Parte do I C M S	2.400.000,00	2.142.795,17	89,28%
Cota Parte do I P V A	300.000,00	305.226,55	101,74%
Cota Parte do IPI / Exportação	50.000,00	26.763,87	53,53%
Cota parte da C I D E	10.000,00	11.348,89	113,49%
Transf. do Fundo Est. Saúde (FES)	254.100,00	204.609,21	80,52%
Transf.de Convênios com Estado	395.473,11	240.857,42	60,90%
Outras Transferências do Estado	3.600,00	45,66	1,27%





## Transferências do FUNDEB

O quadro a seguir evidencia o comportamento da arrecadação e dos valores transferidos ao FUNDEB. Em resumo, verifica-se que no período de janeiro a dezembro de 2016, o Município recebeu, do referido fundo, em razão do nº. de alunos matriculados em sua rede de ensino, o valor de **R\$ 819.565,93**, representando **109,28%** da previsão anual. Por outro lado, contribuiu, de forma compulsória para o mesmo com **R\$ 1.951.445,38** (**96.83%** do total previsto para o ano). Portanto, a perda acumulada no FUNDEB, ao final do exercício de 2016 é de **R\$ 1.331.897,45**.

## TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - PREVISTAS E REALIZADAS

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Anual	Realizada no Período	% Real /Previsto
Valores Recebidos do FUNDEB	750.000,00	819.565,93	109,28%
Valores Transferidos para o FUNDEB	2.015.400,00	1.951.445,38	96,83%
Perda com o FUNDEB	-1.265.400,00	-1.131.879,45	89,45%

## Receitas de Capital

As Receitas de Capital alcançaram 20,45% da previsão inicial para o ano. A maior previsão estava na transferência de capital tanto da esfera estadual como federal, cujo valor inicialmente previsto foi de **R\$ 2.664.480,00**, tendo ingressado **R\$ 691.618,71** no período. Destacamos que no exercício de 2016 o Município recebeu o valor de **R\$ 494.882,71** referente a operação de crédito realizada com o BADESUL SA objetivando a pavimentação de ruas perímetro urbano da sede do município e do distrito de Vale Vêneto.

## DESPESA ORÇAMENTARIA

Considerando todas as fontes de recursos, a Receita total realizada no período de janeiro a dezembro de 2016, apresentou uma execução superior à Despesa total Liquidada. Em valores acumulados, a correlação despesa total/receita total foi de 0,99 demonstrando um Supervit na execução orçamentária de **R\$ 62.998,54**.

As Despesas Liquidadas, no acumulado do ano de 2016 totalizaram **R\$ 12.697.475,91**, valor equivalente a 82,04 % do total dos créditos autorizados. Analiticamente, o total das despesas correntes realizadas (liquidadas) foi de **R\$ 11.855.554,53** correspondendo a 94,21 % da previsão atualizada para esta categoria econômica. As despesas de capital totalizaram **R\$ 841.921,38**, ou seja, **29,12%** dos créditos autorizados.



## RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Receita Realizada	Previsão Atualizada	Realizada no Período	% Real / Progr.
(1) Receita Total	15.268.329,55	12.760.474,45	83,57%
Especificação	Créditos Autorizados	Realizada no Período	% Real / Progr.
<b>Despesas Correntes</b>	<b>12.584.636,88</b>	<b>11.855.554,53</b>	<b>94,21%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	6.440.410,04	6.370.612,01	98,92%
Juros e Encargos da Dívida	25.800,00	25.697,67	99,60%
Outras Despesas Correntes	6.118.426,84	5.459.244,85	89,23%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>2.891.682,36</b>	<b>841.921,38</b>	<b>29,12%</b>
Investimentos	2.888.082,36	841.921,38	29,15%
Inversões Financeiras	3.500,00		0,00%
Amortização da Dívida	100,00		0,00%
Reserva de Contingência	500,00	0	0,00%
(2) Despesa Total	15.476.819,24	12.697.475,91	82,04%
Resultado Orçamentário (1-2)	-208.489,69	62.998,54	
Relação Despesa/Receita (2 / 1)		1,00	

## AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

As despesas com os encargos de Amortização da Dívida (principal e juros), no valor de **R\$ 25.697,67**, representaram um desembolso correspondente a 99,60% da previsão atualizada da despesa.

### Investimentos Realizados

Já em relação às despesas com investimentos corresponderam a **29,15%** em relação aos créditos autorizados para esta rubrica. Em termos orçamentário/financeiro, o total autorizado foi de **R\$ 2.888.082,36**, apresentando uma execução de **R\$ 841.921,38**.





### DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA LRF

Conforme evidenciado nos quadros a seguir, a Despesa de Pessoal total, calculada conforme metodologia adotada pelo Tribunal de Contas do Estado, considerando os poderes executivos e legislativos, é o item mais significativo no conjunto das despesas fiscais. Em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, está abaixo do limite prudencial de 57%, apresentando, respectivamente, o limite de comprometimento de **42,20%** para o Executivo e de **2,97 %** para o Legislativo.

A Receita Corrente Líquida acumulada nos últimos doze meses, considerada para fins de cálculo do comprometimento das despesas com pessoal, atingiu o montante de **R\$ 13.033.443,81** e está assim discriminada:

### APURAÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

( - ) I R R F s/Rendimentos do Trabalho	167.376,88
( - ) Deduções da Receita Corrente	2.171.194,51
( + ) Ajustes Perdas c/FUNDEB	1.131.879,45
( = ) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	13.033.443,81

### DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA L R F

PODER	Despesa Liquidada	% RCL	Limite Prudencial	Limite Legal
Despesas com pessoal do Executivo	5.499.642,36	42,20%	51,30%	54%
Despesas com pessoal do Legislativo	387.371,70	2,97%	5,70%	6%
Total das despesas com pessoal	5.887.014,06	45,17%	57%	60%

Rua Guilherme Alberti, 1631 - CEP 97230-000 - São João do Polêsine - RS  
Fones/Fax: (55) 3269.1144 - 3269.1155 - CNPJ 94.444.247/0001-40  
e-mail: rs029232@pro.via-rs.com.br - polesine.prefeitura4@qcol.com.br



### DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

Especificação	Saldo Em 31/12/2015	Saldo Em 31/12/2016	Variação %
I – Dívida Consolidada	57.375,13	553.892,47	965,39%
(-) Ativo Disponível	357.498,56	840.819,66	235,20%
(+) Restos a Pagar Processados + Empenhos do Exercício Liquidados a Pagar	573.785,70	995.126,72	173,43%
(+) Outras Obrigações Financeiras	33.892,68	41.225,88	121,64%
II – Dívida Consolidada Líquida	307.554,95	749.425,41	243,67%
III – Receita de Privatizações	-	-	
IV – Passivos Reconhecidos	-	-	
			Resultado Nominal
V – Dívida Fiscal Líquida (II+III-IV)	307.554,95	749.425,41	441.870,46
Receita Corrente Líquida	13.033.443,81		

### DOS RESTOS A PAGAR

No final do exercício de 2016 o município apresentou a importância de R\$ 987.406,24 em restos a pagar processados, salientamos que o município no final deste exercício não apresentou restos a pagar não processados.

Destacamos que do montante acima o município apresentou insuficiência financeira no montante de R\$ 360.933,60 nas Fontes de Recursos 0001 – Livre, 0020 – M.D.E, 0040 A.S.P.S. Quanto a insuficiência financeira apresentada nas fontes de recursos acima mencionada temos a informar que, como já é de conhecimento do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS), em virtude da estagnação econômica que o País vivenciou em 2016, os municípios gaúchos acumulam irreparáveis perdas em seus cofres. O Município de São João do Polêsine também sofreu com a falta de repasse da União e do Governo do Estado e a demanda de atividades essenciais que são desenvolvidas só tem aumentado.

De acordo com estudo elaborado e divulgado pela FAMURS na data de 17.01.2017 o município de São João do Polêsine deixou de receber no decorrer do ano de 2016 a importância de R\$ 370.606,00 do Fundo de Participação dos Municípios - FPM. E a receita de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) teve uma redução de R\$ 54.682,00. Em virtude da constatação da arrecadação a menor por parte do município o mesmo realizou turno único conforme Lei Municipal nº 792 de 13.10.2016, com a finalidade de redução de gastos para todos os órgãos da Administração Municipal.

Rua Guilherme Alberti, 1631 - CEP 97230-000 - São João do Polêsine - RS  
Fones/Fax: (55) 3269.1144 - 3269.1155 - CNPJ 94.444.247/0001-40  
e-mail: rs029232@pro.via-rs.com.br - polesine.prefeitura4@qcol.com.br





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

8

Também devemos considerar que o município enfrentou falta de repasse de recursos destinado a área da saúde no ano de 2016, onde o governo do Estado deixou de repassar a importância de R\$ 165.062,62, conforme OF. Circular/FES. Nº 433/2016 de 23 de Dezembro de 2016. Estes recursos foram contabilizados como créditos decorrentes de outras transferências do Estado no nível contábil 1.1.1.2.3.4.09.00, o qual foi adicionado na fonte de recursos 0040 – A.S.P.S, uma vez que o município utilizou de recursos desta fonte para realizar despesas necessária a manutenção da saúde. Considerando que o município aplicou em saúde no exercício de 2016 o percentual de 21,16, o que representa um valor de R\$ 699.181,77 acima do mínimo constitucional para Manutenção das Ações e Serviços Públicos em Saúde.

### MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE/FUNDEB

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, apuradas conforme o Parecer Coletivo nº. 001/2003 e instrução normativa nº 07/2015, do Tribunal de Contas do Estado: Receita proveniente da arrecadação de impostos, transferências e dívida ativa tributária somou a quantia de **R\$ 11.651.670,71**, e que de conformidade com o art. 212 da CF o percentual de 25% equivale à importância de **R\$ 2.837.917,68**. O Município aplicou nos programas específicos à importância de **R\$ 2.950.754,61**, gastos estes que confrontados com a receita realizada (impostos + transferências) atingiu o percentual de **25,99%** cumprindo desta forma os mandamentos constitucionais vigentes.

Especificamente, quanto aos recursos recebidos pelo Município, à conta do FUNDEB, que montaram em **R\$ 819.565,93**, sua aplicação atendeu ao disposto nos artigos 21,22 e 25 parágrafo único inciso III letra "b" da lei 11.494/07, pois o valor de **R\$ 774.096,12** corresponde a 94,45% dos recursos do FUNDEB foram aplicados no pagamento de profissionais do magistério.

RECEITAS	PREVISÃO Inicial	Arrecadação	
		Até o Quadrimestre (b)	% (b/a)
<b>RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS</b>			
Receitas de Impostos + Multas e Juros + Dívida Ativa	1.347.000,00	1.058.508,47	78,58%
Receitas de Transferências Constitucionais	10.647.000,00	10.293.162,24	96,68%
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>11.994.000,00</b>	<b>11.351.670,71</b>	<b>94,64%</b>
<b>Mínimo a Aplicar em MDE (25%)</b>	<b>2.998.500,00</b>	<b>2.837.917,68</b>	<b>94,64%</b>
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO POR SUBFUNÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Quadrimestre	%
EDUCAÇÃO INFANTIL	847.241,70	830.653,79	98,04%
ENSINO FUNDAMENTAL	1.018.350,00	992.795,46	97,49%
(+) Perda com o FUNDEB	(1.265.400,00)	(1.131.879,45)	89,45%
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.700,00	2.682,39	99,35%
(-) Despesas c/Superávit do FUNDEB		1.891,70	--
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO</b>	<b>3.128.291,70</b>	<b>2.950.754,61</b>	<b>94,32%</b>
<b>PERCENTUAL APLICADO</b>	<b>25,99%</b>		

Rua Guilherme Alberti, 1631 - CEP 97230-000 - São João do Polêsine - RS  
Fones/Fax: (55) 3269.1144 - 3269.1155 - CNPJ 94.444.247/0001-40  
e-mail: rs029232@pro.via-rs.com.br - polesine.prefeitura4@qcol.com.br





### AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

RECEITAS	PREVISÃO (a)	Arrecadação	
		Até o Quadrimestre (b)	% (b/a)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS			
Receitas de Impostos	1.347.000,00	1.058.508,47	78,58%
Receitas de Transferências Constitucionais	10.647.000,00	10.293.162,24	96,68%
TOTAL DAS RECEITAS	11.994.000,00	11.351.670,71	94,64%
<b>Mínimo a Aplicar em A S P S (15%)</b>	<b>1.799.100,00</b>	<b>1.702.750,61</b>	<b>94,64%</b>
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Quadrimestre	%
Administração Geral	7.324,80	6.408,18	87,49%
Atenção Básica	2.447.400,00	2.401.439,10	98,12%
Vigilância Sanitária	200,00	76,40	38,20%
Vigilância Epidemiológica	600,00	86,00	14,33%
Restos a Pagar Liquidados no Exercício	-	-	-
( - ) Rendimentos de Aplicações Financeiras dos Recursos ASPS	1.400,00	1.799,71	128,55%
(-) Valor Transferido a Consórcio Público (Portaria STN nº 274/2016 )	4.424,80	4.277,59	96,67%
TOTAL APLICADO NO PERÍODO	2.449.700,00	2.401.932,38	98,05%
Fonte: Balancetes contábeis da receita e da despesa orçamentária			
PERCENTUAL APLICADO	21,16%		

Quanto aos recursos vinculados da Saúde, ressaltamos o seguinte: Receitas provenientes de impostos, transferências e dívida ativa tributária somaram a quantia de **R\$ 11.351.670,71**. O Município de São João do Polêsine teria que aplicar para os serviços públicos de saúde o percentual de 15% que corresponde a **R\$ 1.702.750,61**. No decorrer do exercício esses valores não foram suficientes para atender todos os encargos com os serviços de saúde, tendo o município ter que alocar o equivalente a **R\$ 2.401.932,38** atingindo um percentual de **21,16%** da arrecadação de impostos e transferências.

Na administração geral do município destacamos o aperfeiçoamento e treinamento dos servidores municipais.


Era o que entendemos de relevante e necessário relatar.

São João do Polêsine, 23 de janeiro de 2017.

  
**Valserina Maria Bulegon Gassen**  
Prefeita Municipal

Rua Guilherme Alberti, 1631 - CEP 97230-000 - São João do Polêsine - RS  
Fones/Fax: (55) 3269.1144 - 3269.1155 - CNPJ 94.444.247/0001-40  
e-mail: rs029232@pro.via-rs.com.br - polesine.prefeitura4@qcol.com.br



	Estado do Rio Grande do Sul	Página: 001/004
	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE UCSCI – Unidade Central do Sistema de Controle Interno	EXERCÍCIO DE 2016
<b>RELATÓRIO E PARECER – GERAL (EXECUTIVO)</b>		
Art.2º, inciso III, letra "b" - Resolução n.º 1.052/2015 e demais alterações - TCERS		
<b>BASE LEGAL:</b>	Nos termos do art. 74 da Constituição Federal, art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e, nos termos do disposto nos artigos 71, parágrafo único e 82, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 1028 de 4 de março de 2015, do Tribunal de Contas do Estado, e com a redação dada pela alínea "b" do Inciso III do art. 2º da Resolução nº 1.052/2015, de 09 de dezembro de 2015 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 784/2016, de 29/03/2016, que Institui o Sistema de Controle Interno no Poder Executivo Municipal.	

O órgão de Unidade Central do Sistema Controle Interno (UCSCI) do Município de **SÃO JOÃO DO POLÊSINE** vem apresentar o **RELATÓRIO E O PARECER SOBRE AS CONTAS DO PODER EXECUTIVO**, relativos ao exercício de 2016.

Cabe destacar, inicialmente, as seguintes considerações:

- O órgão de Unidade Central do Sistema de Controle Interno do Município foi instituído pela Lei Municipal n.º 750/2014, de 15 de outubro de 2014 e suas alterações;*
- A responsabilidade pelo sistema de controle cabe à Administração, nos termos da Constituição Federal, arts. 74, 31 e Lei Municipal n.º 784/2016, de 29 de março de 2016 e suas alterações;*
- A responsabilidade no controle de cada setor é hierarquicamente de cada chefia e, solidariamente, pessoal de cada agente público que exerça cargo ou função no Município, nos termos do que dispõe a Constituição da República, art. 74, §1º;*
- A responsabilidade da Unidade Central do Sistema de Controle Interno, reside na coordenação técnica dos setores, entidades e poderes, no que se refere à orientação quanto a instituição de rotinas internas, à observância dos princípios de controle interno, o inter-relacionamento entre os controles que compõem o sistema, a análise dos controles quanto à relação custo-benefício e quanto à auditoria de verificação dos controles já instituídos.*

## RELATÓRIO

**1)** A Unidade Central do Sistema de Controle Interno desenvolveu suas atividades através de procedimentos, normas e através da utilização de ferramentas tecnológicas na geração e confrontação de dados, gerando todas as informações necessárias ao processo de avaliação e acompanhamento ao sistema de controle interno do Município, garantindo com isso que seja cumprido os requisitos necessários ao bom andamento dos princípios e promovendo a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial no tocante à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e eficiência na administração dos recursos humanos e dos bens públicos municipais, entre os procedimentos realizados destacamos os seguintes documentos formais expedidos por esta UCSCI:

### 1.1) RELATÓRIO DA GESTÃO CONTÁBIL (EXECUTIVO):

Dispõe sobre o acompanhamento da gestão contábil, referente ao exercício de 2016, de acordo com a **Lei n.º 4.320/64, LC n.º 101/2000**, entre outros dispositivos de controle que constam do SIAPC – PAD do 2º semestre enviados ao TCE, os seguintes relatórios contábeis:


- Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação de Recurso;*
- Balanco Orçamentário;*
- Demonstrativo Limites – Poder Executivo;*
- Demonstrativo Limites – Poder Legislativo;*
- Demonstrativo das Operações de Crédito;*
- Demonstrativo dos Restos a Pagar;*
- Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária;*
- Demonstrativo da Execução das Despesas por função/subfunção;*
- Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa;*
- Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida;*
- Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Executivo – 54%;*
- Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Legislativo – 6%;*
- Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;*
- Demonstrativo dos Repasses Recebidos;*
- Demonstrativos dos Gastos Totais;*
- Evolução Mensal da Receita e Despesa;*
- Demonstrativo legal dos 25% do MDE;*

**UCSCI - UNIDADE CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

Missão: "Desenvolver a eficácia, a eficiência e a economicidade na gestão pública municipal"



*[Handwritten signature]*

	<b>Estado do Rio Grande do Sul</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE</b> <b>UCSCI – Unidade Central do Sistema de Controle Interno</b>	<b>Página:</b> 002/004 <b>EXERCÍCIO DE 2016</b>
	<b>RELATÓRIO E PARECER – GERAL (EXECUTIVO)</b> <b>Art.2º, inciso III, letra "b" - Resolução n.º 1.052/2015 e demais alterações - TCERS</b>	
<b>BASE LEGAL:</b> <i>Nos termos do art. 74 da Constituição Federal, art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e, nos termos do disposto nos artigos 71, parágrafo único e 82, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 1028 de 4 de março de 2015, do Tribunal de Contas do Estado, e com a redação dada pela alínea "b" do Inciso III do art. 2º da Resolução nº 1.052/2015, de 09 de dezembro de 2015 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 784/2016, de 29/03/2016, que Institui o Sistema de Controle Interno no Poder Executivo Municipal.</i>		

- Demonstrativo legal dos 20% do FUNDEB;
- Demonstrativo dos Depósito ao MDE;
- Análise da Aplicação Legal dos 60% FUNDEB;
- Análise de Ganho ou perda com o FUNDEB;
- Demonstrativo legal dos 15% do ASPS;
- Receitas destinadas a manutenção da saúde – Fonte Federal;
- Receitas destinadas a manutenção da saúde – Fonte Estadual;
- Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital;
- Demonstrativo do Resultado Nominal;
- Demonstrativo do Resultado Primário;

Dessa forma a Unidade Central do Sistema de Controle Interno, está atuando de forma preventiva e corretiva através da emissão de análises, diagnósticos, informativos, orientações e recomendações, visando com isso detectar problemas futuros, não sendo preciso sanar irregularidades ou deficiências que por ventura venham a ocorrer. Eis que da forma que estão sendo conduzidos os trabalhos, temos por satisfação que a maioria de nossas manifestações estão obtendo êxito quanto ao entendimento e tomada de decisões dos agentes públicos e do Senhora Prefeita Municipal.

Ressalta-se que há disposição da Administração para o aperfeiçoamento dos métodos de trabalho em busca de atuação balizada sempre pelos princípios que regem a Administração Pública (CF, art. 37).

2) Em análise do **SIAPC – Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas**, pelo seu **RVE – Relatório de Validação e Encaminhamento e Demonstrativo dos Limites - RGF** emitido no período de **01/01/2016 a 31/12/2016 – 2º Semestre** respectivamente, protocolado em 23 de janeiro de 2016 e **Digitalmente Certificado sob nº 61601111562205789** e pelo **MCI – Manifestação Conclusiva do Controle Interno** emitido no período de **01/01/2016 à 31/12/2016 – 2º Semestre**, protocolado em 23 de janeiro de 2016 e **Digitalmente Certificado sob nº 51604113826602153**, sendo o SIAPC elaborado por Poder individualmente seus relatórios. A UCSCI – Unidade Central do Sistema de Controle Interno, por conseguinte adota esta ferramenta informatizada de auditoria como instrumento de controle interno, verificando e analisando as informações constantes a fim de certificar-se da legalidade dos atos e fatos contábeis contidos e consistidos pelo sistema.

3) Em análise da execução do orçamento, verificou-se o atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.

4) No que respeita ao atendimento dos limites e condições para realização da Dívida Consolidada Líquida, o município realizou o total de **R\$ 553.892,47**, estando esse valor em **4,25%** da Receita Corrente Líquida, bem abaixo do limite legal. Com referência a Operações de Crédito, o município realizou o total de **R\$ 494.822,71**, estando esse valor em **3,80%** da Receita Corrente Líquida, bem abaixo do limite legal. Quanto a Garantias e Contra Garantias de Valores, o Município não realizou nenhuma delas no exercício de 2016. No que se refere à inscrição de **Restos A Pagar Com Insuficiência Financeira** o município inscreveu o total de **R\$ 359.494,83** do exercício atual e **R\$ 1.438,77** de exercícios anteriores, totalizando o valor de **R\$ 360.933,60**, demonstrando uma situação ainda desfavorável para o município que se recupera em relação aos exercícios anteriores.

5) Tocante à despesa total com pessoal, de que tratam os art(s). 18 e 23 da Lei Complementar n.º 101/2000, manteve-se, durante todo o exercício, dentro do limite legal.


**UCSCI - UNIDADE CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

Missão: "Desenvolver a eficácia, a eficiência e a economicidade na gestão pública municipal"



*(Handwritten signature)*



	<b>Estado do Rio Grande do Sul</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE</b> <b>UCSCI – Unidade Central do Sistema de Controle Interno</b>	<b>Página:</b> 003/004
	<b>EXERCÍCIO DE 2016</b>	
<b>RELATÓRIO E PARECER – GERAL (EXECUTIVO)</b> <b>Art.2º, inciso III, letra "b" - Resolução n.º 1.052/2015 e demais alterações - TCERS</b>		
<b>BASE LEGAL:</b>	<i>Nos termos do art. 74 da Constituição Federal, art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e, nos termos do disposto nos artigos 71, parágrafo único e 82, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 1028 de 4 de março de 2015, do Tribunal de Contas do Estado, e com a redação dada pela alínea "b" do Inciso III do art. 2º da Resolução nº 1.052/2015, de 09 de dezembro de 2015 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 784/2016, de 29/03/2016, que Institui o Sistema de Controle Interno no Poder Executivo Municipal.</i>	

### 5.1) DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

LRF – LCF n.º 101/2000 – Art.53, Inciso I

Receita Corrente Líquida – RCL	Valor R\$
Total da Receita Corrente Líquida – Últimos doze meses	13.033.443,81

### 5.2) DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL – PODER EXECUTIVO

LRF – LCF n.º 101/2000 – Art. 54 e 55, Inciso I, Alínea "a"

Despesa com Pessoal	Valor R\$	% S/ RCL
Total da Despesa Líquida – Últimos 12 meses	5.519.948,48	42,35 %
Limites Legais da Despesa com Pessoal		
		% S/ RCL
Limite para Emissão de Alerta – Inciso II, do §1º Art.59 da LRF		48,60%
Limite Prudencial – Parágrafo Único do Art.22 da LRF		51,30%
Limite Legal – Art.20, Inciso III, Alínea "b"		54%

6) Em análise mais detalhada das operações financeiras e orçamentárias realizadas pelo Setor de Contabilidade, observamos em relação ao disposto no Capítulo II, do Título IX da Lei Federal n.º 4.320/64, que foram escrituradas em conformidade com as normas aí previstas e com observância dos princípios fundamentais de contabilidade, aplicáveis à espécie, pois:

- A despesa orçamentária não conteve-se no limite dos créditos votados, durante a execução supra mencionado no item 3.1, no qual deixa explícito essa demonstração.
- Os gastos efetuados guardaram conformidade com a classificação funcional-programática da Lei Federal n.º 4.320/64 e Portarias Ministeriais.
- Ficou caracterizada a observância das fases da despesa estabelecidas nos arts. 60, 63 e 64 da Lei Federal n.º 4.320/64.
- As Notas de Empenho e Ordens de Pagamento estão acompanhadas de documentação comprobatória hábil (notas fiscais, recibos, faturas, conhecimentos, etc.), nos termos da legislação vigente;
- Os bens móveis e imóveis adquiridos ou alienados no curso do exercício foram contabilizados nas contas patrimoniais respectivas;
- No controle contábil das operações financeiras extra orçamentárias, nenhuma irregularidade foi constatada;

7) Elencamos ainda atividades desenvolvidas durante o exercício que está dentro do planejamento previsto desse período:

- Relatório Operacional das atividades desenvolvidas;
- Relatório e parecer das atividades do setor de pessoal, evidenciando servidores públicos, processos administrativos disciplinares ou especiais e sindicâncias, nepotismo, despesas, estágio probatório, contratações emergenciais, concurso público, cargos em comissão e questões gerais relativas aos servidores públicos;
- Relatório das atividades da Área Legislativa;
- Relatório das atividades de Auxílios e Subvenções Sociais, Obras Públicas e Planejamentos Urbanos, Gestão da Educação, Licitação e Contratos Administrativos, Tributação e Arrecadação, Gestão Ambiental, Gestão Municipal da Saúde, Sistema Único da Assistência Social.


UCSCI - UNIDADE CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Missão: "Desenvolver a eficácia, a eficiência e a economicidade na gestão pública municipal"



108



	Estado do Rio Grande do Sul PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE UCSCI – Unidade Central do Sistema de Controle Interno	Página: 004/004 <b>EXERCÍCIO DE 2016</b>
	<b>RELATÓRIO E PARECER – GERAL (EXECUTIVO)</b> Art.2º, inciso III, letra "b" - Resolução n.º 1.052/2015 e demais alterações - TCERS	
<b>BASE LEGAL:</b>	Nos termos do art. 74 da Constituição Federal, art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e, nos termos do disposto nos artigos 71, parágrafo único e 82, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 1028 de 4 de março de 2015, do Tribunal de Contas do Estado, e com a redação dada pela alínea "b" do Inciso III do art. 2º da Resolução nº 1.052/2015, de 09 de dezembro de 2015 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 784/2016, de 29/03/2016, que Institui o Sistema de Controle Interno no Poder Executivo Municipal.	

## PARECER

Diante do exposto, o órgão de Unidade Central do Sistema de Controle Interno é de parecer que as metas previstas no plano plurianual, priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e os programas do governo municipal elencados na lei orçamentária do exercício, **FORAM ADEQUADAMENTE CUMPRIDOS.**

De outra parte, no que se refere à legalidade dos atos de gestão financeira orçamentária, financeira e patrimonial, salvo melhor juízo, foi ela observada. Quanto à eficácia e eficiência, da gestão, os resultados obtidos foram os previstos nas leis orçamentárias com proveito para a coletividade atendida.

É o relatório e parecer.

SÃO JOÃO DO POLÊSINE/RS, 24 de janeiro de 2017

  
**DELISETTE BENETTI VIZZOTTO**  
 Responsável pelo Controle Interno

UCSCI - UNIDADE CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Missão: "Desenvolver a eficácia, a eficiência e a economicidade na gestão pública municipal"







## TERMO DE ENCERRAMENTO DE INVENTÁRIO Nº 01/2016

Encerra-se, nesta data, o Processo de Inventário dos bens registrados no Setor de Patrimônio da Prefeitura Municipal de São João do Polêsine, RS. Durante o Processo de Inventário foram localizados 3.681 (três mil seiscentos e oitenta e um) bens móveis cadastrados e 20 (vinte) bens imóveis. No ano de 2016 foi adquirido 162 (cento e sessenta e dois) bens móveis e baixados 118 (cento e dezoito) bens móveis, totalizando 3.725 (três mil setecentos e vinte e cinco) bens móveis cadastrados no patrimônio da Prefeitura Municipal de São João do Polêsine.

Declaramos, ainda, que o saldo dos bens de consumo em estoque no almoxarifado é de R\$ 44.669,95 e o dos bens permanentes é de R\$ 13.809.615,90.

Este Inventário será destinado ao Prefeito Municipal e em seguida, ao Setor de Contabilidade, estando em conformidade com os dados estabelecidos.

São João do Polêsine, RS, aos 30 dias do mês de dezembro de dois mil e dezesseis.

### Comissão de Levantamento e Inventário de Bens:

  
Marinês Dias Missio

  
Francine Tais Krummenaur

  
Amir Fernando Pivetta



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

## DECLARAÇÃO

Eu, **Aldonizete Guterres Lopes**, Oficial Administrativo, Matrícula 638-6, operador responsável pelo Sistema Base de Legislação Municipal – BLM, nos termos do Art. 2º, inciso III, letra “e” da Resolução TCE nº 1052 de 17/12/2015, **DECLARO** que as leis que compõem o processo orçamentário, bem como as leis e decretos de abertura de créditos adicionais e de operações de crédito, foram devidamente lançadas no sistema BLM-TCE/RS.

São João do Polêsine, 17 de janeiro de 2017.

*Aldonizete Guterres Lopes*  
**Aldonizete Guterres Lopes**  
Oficial Administrativo  
Matr. 638-6

Rua Guilherme Alberti, 1631  
São João do Polêsine - RS - CEP: 97230-000  
CNPJ: 94.444.247/0001-40 - Fone/Fax: (55) 3269.1155 / 3269.1144  
e-mail: prefeitura@saojoaodopolesine.rs.gov.br







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

## DECLARAÇÃO

Eu, **VALSERINA MARIA BULEGON GASSEN**, CPF Nº 06423930015, RG Nº 7021344911, Prefeita Municipal de São João do Polêsine, **declaro** para os devidos fins, que os agentes públicos que desempenham atividades no poder Executivo estão em dia com a apresentação das declarações de bens e rendas.

São João do Polêsine, 23 de janeiro de 2017.

  
**VALSERINA MARIA BULEGON GASSEN**  
Prefeita Municipal

Rua Guilherme Alberti, 1631  
São João do Polêsine - RS - CEP: 97230-000  
CNPJ: 94.444.247/0001-40 - Fone/Fax: (55) 3269.1155 / 3269.1144  
e-mail: prefeitura@saojoaodopolesine.rs.gov.br








## DECLARAÇÃO

EU, CLÓVIS COLETTTO, brasileiro, contador da Prefeitura Municipal de Vereadores de São João do Polêsine, nos termos da resolução TCE RS nº 1052 de 17 dezembro de 2015 DECLARO, que foi realizado a conciliação bancária em 31 de Dezembro de 2016 de todas as contas do Poder Executivo, e que o resultado apurado está correto, conforme saldos constantes no balancete contábil em 31.12.2016.

São João do Polêsine, 23 de janeiro de 2017.

  
Valserina Maria Bulegon Gassen  
Prefeita Municipal

  
Clóvis Coletto  
CRC 46.331/RS

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE**  
**ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2016**  
**CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS NO ANO DE 2016**

CRÉDITOS ADICIONAIS					RECURSOS/ FUND.LEGAL				
LEI	DATA	DECRETO	DATA	SUPLEMENTARES			ESPECIAIS		
				Arrecadação a Maior	Redução de Verbas	Operação de crédito	Superávit Financeiro	Por Auxílio	Redução de Verbas
777	30/12/2015	1739	03/02/2016	R\$ 17.917,20					
777	30/12/2015	1740	03/02/2016				R\$ 8.173,86		
777	30/12/2015	1742	04/02/2016				R\$ 96.414,91		
777	30/12/2015	1744	15/02/2016		R\$ 5.000,00				
777	30/12/2015	1745	22/02/2016		R\$ 7.000,00				
777	30/12/2015	1746	29/02/2016		R\$ 63.000,00				
777	30/12/2015	1747	29/02/2016						
777	30/12/2015	1749	08/03/2016				R\$ 11.262,95		
777	30/12/2015	1750	14/03/2016				R\$ 3.299,00		
777	30/12/2015	1751	16/03/2016		R\$ 57.000,00				
777	30/12/2015	1753	28/03/2016				R\$ 9.402,24		
777	30/12/2015	1754	28/03/2016				R\$ 1.891,70		
777	30/12/2015	1756	07/04/2016		R\$ 2.000,00				
777	30/12/2015	1758	18/04/2016		R\$ 40.000,00				
777	30/12/2015	1760	25/04/2016		R\$ 8.000,00				
777	30/12/2015	1761	26/04/2016		R\$ 32.000,00				
777	30/12/2015	1762	27/04/2016		R\$ 6.300,00				
777	30/12/2015	1764	03/05/2016		R\$ 10.000,00				
777	30/12/2015	1766	09/05/2016		R\$ 4.000,00				
777	30/12/2015	1769	23/05/2016		R\$ 41.500,00				
777	30/12/2015	1770	31/05/2016		R\$ 20.000,00				
777	30/12/2015	1771	09/06/2016				R\$ 4.485,74		
777	30/12/2015	1773	20/06/2016		R\$ 17.000,00		R\$ 2.294,20		
777	30/12/2015	1774	22/06/2016				R\$ 6.000,00		
777	30/12/2015	1775	27/06/2016	R\$ 10.000,00					
777	30/12/2015	1776	27/06/2016	R\$ 6.000,00					
777	30/12/2015	1777	27/06/2016		R\$ 10.000,00				
777	30/12/2015	1778	04/07/2016		R\$ 8.000,00				



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÉSINE**  
**ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2016**  
**CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS NO ANO DE 2016**

CRÉDITOS ADICIONAIS												RECURSOS/ FUND.LEGAL
LEI	DATA	DECRETO	DATA	SUPLEMENTARES				ESPECIAIS				
				Arrecadação a Maior	Redução de Verbas	Operação de Crédito	Superávit Financeiro	Por Auxílio	Redução de Verbas	Operação de Crédito	Superávit Financeiro	
777	30/12/2015	1779	04/07/2016		R\$ 1.200,00							ART. 7º, I, LEI 777
777	30/12/2015	1780	04/07/2016		R\$ 500,00							ART. 8º, III, LEI 777
777	30/12/2015	1781	08/07/2016			R\$ 6.000,00						ART. 8º, III, LEI 777
777	30/12/2015	1782	08/07/2016			R\$ 3.000,00						ART. 8º, III, LEI 777
777	30/12/2015	1783	18/07/2016			R\$ 6.000,00						ART. 7º, I, LEI 777
777	30/12/2015	1785	18/07/2016			R\$ 49.000,00						ART. 7º, I, LEI 777
777	30/12/2015	1786	18/07/2016			R\$ 26.000,00						ART. 8º, I, LEI 777
777	30/12/2015	1788	27/07/2016				R\$ 2.591,69					ART. 8º, III, LEI 777
777	30/12/2015	1789	28/07/2016			R\$ 15.000,00						ART. 8º, III, LEI 777
777	30/12/2015	1790	03/08/2016			R\$ 2.000,00						ART. 8º, III, LEI 777
777	30/12/2015	1791	04/08/2016			R\$ 2.200,00						ART. 8º, III, LEI 777
777	30/12/2015	1792	04/08/2016			R\$ 5.000,00						ART. 8º, III, LEI 777
777	30/12/2015	1793	09/08/2016			R\$ 19.500,00						ART. 7º, I, LEI 777
777	30/12/2015	1794	16/08/2016			R\$ 19.000,00						ART. 7º, I, LEI 777
777	30/12/2015	1795	16/08/2016			R\$ 10.000,00						ART. 8º, III, LEI 777
777	30/12/2015	1796	16/08/2016			R\$ 2.500,00						ART. 8º, III, LEI 777
777	30/12/2015	1797	16/08/2016									ART. 8º, III, LEI 777
777	30/12/2015	1799	24/08/2016	R\$ 1.500,00			R\$ 3.000,00					ART. 8º, III, LEI 777
777	30/12/2015	1800	24/08/2016									ART. 7º, III, LEI 777
777	30/12/2015	1801	24/08/2016			R\$ 12.300,00						ART. 8º, I, LEI 777
777	30/12/2015	1802	30/08/2016	R\$ 2.356,07		R\$ 1.000,00						ART. 8º, III, LEI 777
777	30/12/2015	1803	31/08/2016	R\$ 2.000,00								ART. 8º, III, LEI 777
777	30/12/2015	1804	02/09/2016									ART. 8º, III, LEI 777
777	30/12/2015	1805	05/09/2016				R\$ 2.000,00					ART. 8º, III, LEI 777
777	30/12/2015	1806	06/09/2016			R\$ 8.500,00						ART. 8º, III, LEI 777
777	30/12/2015	1808	26/09/2016			R\$ 5.000,00						ART. 7º, I, LEI 777
777	30/12/2015	1809	26/09/2016			R\$ 5.450,00						ART. 8º, III, LEI 777
777	30/12/2015	1810	26/09/2016	R\$ 12.500,00								ART. 7º, I, LEI 777
												ART. 7º, III, LEI 777




**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE**  
**ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2016**  
**CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS NO ANO DE 2016**

CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS NO ANO DE 2016												
				CRÉDITOS ADICIONAIS					RECURSOS/ FUND. LEGAL			
				SUPLEMENTARES				ESPECIAIS				
LEI	DATA	DECRETO	DATA	Arrecadação a Maior	Redução de Verbas	Operação de Crédito	Superávit Financeiro	Por Auxílio	Redução de Verbas	Operação de Crédito	Superávit Financeiro	
777	30/12/2015	1811	28/09/2016	R\$ 6.000,00								ART. 8º, III, LEI 777
777	30/12/2015	1812	29/09/2016				R\$ 2.194,17					ART. 8º, III, LEI 777
777	30/12/2015	1813	29/09/2016		R\$ 1.400,00							ART. 8º, III, LEI 777
777	30/12/2015	1814	04/10/2016		R\$ 40.600,00							ART. 7º, I, LEI 777
777	30/12/2015	1816	07/10/2016	R\$ 3.739,62								ART. 8º, III, LEI 777
777	30/12/2015	1819	24/10/2016					R\$ 37.521,46				ART. 8º, III, LEI 777
777	30/12/2015	1820	25/10/2016		R\$ 30.100,00							ART. 8º, I, LEI 777
777	30/12/2015	1821	25/10/2016				R\$ 2.164,59					ART. 8º, III, LEI 777
777	30/12/2015	1822	25/10/2016				R\$ 24.933,20					ART. 8º, I, LEI 777
777	30/12/2015	1823	25/10/2016	R\$ 6.000,00								ART. 8º, III, LEI 777
777	30/12/2015	1824	25/10/2016		R\$ 6.500,00							ART. 8º, III, LEI 777
777	30/12/2015	1825	01/11/2016		R\$ 9.300,00							ART. 7º, I, LEI 777
777	30/12/2015	1827	03/11/2016		R\$ 29.000,00							ART. 7º, I, LEI 777
777	30/12/2015	1828	04/11/2016	R\$ 7.467,41								ART. 8º, III, LEI 777
777	30/12/2015	1829	11/11/2016		R\$ 2.300,00							ART. 8º, III, LEI 777
777	30/12/2015	1830	11/11/2016		R\$ 1.000,00							ART. 8º, III, LEI 777
777	30/12/2015	1831	16/11/2016		R\$ 5.250,00							ART. 8º, III, LEI 777
777	30/12/2015	1832	18/11/2016		R\$ 48.000,00							ART. 7º, I, LEI 777
777	30/12/2015	1833	18/11/2016		R\$ 2.000,00							ART. 7º, I, LEI 777
777	30/12/2015	1834	23/11/2016		R\$ 41.000,00							ART. 8º, I, LEI 777
777	30/12/2015	1835	23/11/2016		R\$ 15.700,00							ART. 7º, I, LEI 777
777	30/12/2015	1836	23/11/2016		R\$ 8.200,00							ART. 8º, III, LEI 777
777	30/12/2015	1837	23/11/2016				R\$ 5.500,00					ART. 8º, III, LEI 777
777	30/12/2015	1838	24/11/2016		R\$ 133.000,00							ART. 8º, III, LEI 777
777	30/12/2015	1839	24/11/2016		R\$ 4.000,00							ART. 7º, I, LEI 777
777	30/12/2015	1840	01/12/2016									ART. 7º, I, LEI 777
777	30/12/2015	1841	01/12/2016				R\$ 4.200,00					ART. 8º, III, LEI 777
777	30/12/2015	1842	05/12/2016		R\$ 47.500,00							ART. 8º, I, LEI 777
777	30/12/2015	1843	05/12/2016		R\$ 25.000,00							ART. 8º, III, LEI 777
777	30/12/2015	1843	05/12/2016				R\$ 1.894,05					ART. 8º, III, LEI 777



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÉSINE**  
**ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2016**  
**CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS NO ANO DE 2016**

CRÉDITOS ADICIONAIS													RECURSOS/ FUND. LEGAL
LEI	DATA	DECRETO	DATA	SUPLEMENTARES					ESPECIAIS				
				Arrecadação a Maior	Redução Verbas	Operação de Crédito	Superávit Financeiro	Por Auxílio	Redução Verbas	Operação de Crédito	Superávit Financeiro		
777	30/12/2015	1844	05/12/2016		R\$ 10.000,00							ART. 7º, I, LEI 777	
777	30/12/2015	1844	06/12/2016		R\$ 3.500,00							ART. 7º, I, LEI 777	
777	30/12/2015	1845	06/12/2016				R\$ 500,00					ART. 8º, III, LEI 777	
777	30/12/2015	1846	07/12/2016		R\$ 5.000,00							ART. 8º, III, LEI 777	
777	30/12/2015	1847	07/12/2016	R\$ 11.344,68								ART. 8º, III, LEI 777	
777	30/12/2015	1849	14/12/2016		R\$ 28.800,00							ART. 7º, I, LEI 777	
777	30/12/2015	1850	16/12/2016		R\$ 2.500,00							ART. 7º, I, LEI 777	
777	30/12/2015	1851	20/12/2016		R\$							ART. 8º, I, LEI 777	
					195.400,00								
777	30/12/2015	1852	20/12/2016		R\$ 9.850,00							ART. 7º, I, LEI 777	
777	30/12/2015	1853	20/12/2016		R\$ 3.400,00							ART. 8º, III, LEI 777	
777	30/12/2015	1854	20/12/2016		R\$ 100,00							ART. 7º, I, LEI 777	
777	30/12/2015	1855	20/12/2016		R\$							ART. 7º, I, LEI 777	
					166.700,00								
777	30/12/2015	1858	28/12/2016				R\$ 16.287,39					ART. 8º, III, LEI 777	
777	30/12/2015	1859	28/12/2016		R\$ 1.000,00							ART. 8º, III, LEI 777	
777	30/12/2015	1864	30/12/2016		R\$ 3.000,00							ART. 7º, I, LEI 777	
TOTAL					R\$ 86.824,98		R\$ 1.411.550,00		R\$ 208.489,69		R\$ 37.521,46		

PREFEITURA MUNICIPAL DE  
SÃO JOÃO DO POLÉSINE  
  
CLOVIS COLETO  
Contador - CRC-RS 46331

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM**  
**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**

Fl.

Rubr.

SIA1282

**MUNICÍPIO:** SÃO JOÃO DO POLÊSINE**EXERCÍCIO FINANCEIRO:** 2016**PERÍODO DE REFERÊNCIA:** 2º Semestre/3º Quadrimestre**Demonstrativo da Aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**

O índice de aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), apresentado pelo **Poder Executivo** (documentos de código de barras 61601111562205789), fo

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
<b>Despesas por Recursos Vinculados</b>		
Ensino Fundamental	20	606.741,14
Educação Infantil	31	423.349,80
Educação Infantil	20	405.412,29
Ensino Fundamental	31	386.054,32
(+) Perda com o FUNDEB	0	1.131.879,45
(-) Desp. Liq. com Rend. da MDE + FUNDEB	2	2.682,39
<b>Contas da Receitas</b>		
MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	19131300030000000000	28,93
RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	19311100010000000000	20.658,05
RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	19311100020000000000	8.608,46
RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	19311100030000000000	5.164,81
RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	19311300010000000000	779,81
RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	19311300020000000000	324,95
RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	19311300030000000000	194,95
Deducao - IPTU - PROPRIO	91112020001000000000	-21.922,96
Deducao - IPTU - MDE	91112020002000000000	-9.013,73
Deducao - IPTU - ASPS	91112020003000000000	-5.407,79
Deducao - ITBI - PROPRIO	91112080001000000000	-412,30
Deducao - ISS - PROPRIO	91113050101000000000	-109.552,82
Deducao - ISS - MDE	91113050102000000000	-45.647,03
Deducao - ISS - ASPS	91113050103000000000	-27.388,20
Deducao - COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	91722010101000000000	-17,53
Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	91911380001000000000	-1,55
Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	91911380002000000000	-0,64
Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	91911380003000000000	-0,38
Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	91911400001000000000	-0,49
Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	91911400002000000000	-0,20
Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	91911400003000000000	-0,12
Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	91913110001000000000	-0,57
Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	91913110002000000000	-0,26
Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	91913110003000000000	-0,13
Deducao - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	91931110001000000000	-2,21
Deducao - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	91931110002000000000	-0,96



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM**  
**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**

Fl.

Rubr.

SIA1282

MUNICÍPIO: SÃO JOÃO DO POLÊSINE

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2016

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
<b>Contas da Receitas</b>		
Deducao - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	91931110003000000000	-0,54
IPTU - PROPRIO	11120200010000000000	228.930,99
IPTU - MDE	11120200020000000000	95.390,25
IPTU - ASPS	11120200030000000000	57.233,79
IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PROPRIO	11120431010100000000	90.302,62
IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	11120431010200000000	37.626,80
IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	11120431010300000000	22.575,62
IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PROPRIO	11120431020100000000	10.123,06
IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	11120431020200000000	4.217,99
IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	11120431020300000000	2.530,79
IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PROPRIO	11120431060100000000	2.326,08
IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	11120431060200000000	969,21
IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	11120431060300000000	581,45
IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - LEGISLATIVO - MDE	11120431070200000000	103,97
IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - LEGISLATIVO - ASPS	11120431070300000000	18,35
RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - PROPRIOS	11120434030100000000	563,50
RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - MDE	11120434030200000000	234,79
RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - ASPS	11120434030300000000	140,86
ITBI - PROPRIO	11120800010000000000	60.411,20
ITBI - MDE	11120800020000000000	25.171,34
ITBI - ASPS	11120800030000000000	15.102,80
ISS - PROPRIO	11130501010000000000	342.361,71
ISS - MDE	11130501020000000000	142.651,82
ISS - ASPS	11130501030000000000	85.590,49
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PROPRIO	72101020100000000000	4.357.571,70
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	72101020200000000000	363.130,89
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	72101020400000000000	1.089.392,35
COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	17210102060000000000	1.452.523,32
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - PROPRIO	72101030100000000000	192.571,03
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - MDE	72101030200000000000	80.237,94
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS	72101030300000000000	48.142,76

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM**  
**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**

Fl.

Rubr.

SIA1282

**MUNICÍPIO:** SÃO JOÃO DO POLÊSINE**EXERCÍCIO FINANCEIRO:** 2016**PERÍODO DE REFERÊNCIA:** 2º Semestre/3º Quadrimestre

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
<b>Contas da Receitas</b>		
- 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - ASPS		
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS	7210104010000000000	129.010,40
- 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - PROPRIO		
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS	7210104020000000000	53.754,32
- 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - MDE		
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS	7210104030000000000	32.252,57
- 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - ASPS		
COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	1721010501000000000	3.529,51
COTA-PARTE DO ITR - MDE	1721010502000000000	294,13
COTA-PARTE DO ITR - ASPS	1721010503000000000	882,27
COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	1721010504000000000	1.176,39
TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	1721360001000000000	8.354,76
TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	1721360002000000000	696,26
TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	1721360004000000000	2.088,66
TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	1721360005000000000	2.784,92
COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	1722010101000000000	1.285.687,61
COTA-PARTE DO ICMS - MDE	1722010102000000000	107.140,61
COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	1722010104000000000	321.421,89
COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	1722010105000000000	428.562,59
COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	1722010201000000000	183.135,90
COTA-PARTE DO IPVA - MDE	1722010202000000000	15.261,33
COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	1722010203000000000	45.783,98
COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	1722010204000000000	61.045,34
COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	1722010401000000000	16.058,26
COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	1722010402000000000	1.338,20
COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	1722010404000000000	4.014,59
COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	1722010405000000000	5.352,82
MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	1911380001000000000	450,86
MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	1911380002000000000	188,20
MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	1911380003000000000	112,86
MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	1911400001000000000	1.318,06
MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	1911400002000000000	549,69
MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	1911400003000000000	329,58
MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	1913110001000000000	8.285,64
MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	1913110002000000000	3.453,69
MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	1913110003000000000	2.071,81
MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	1913130001000000000	115,71
MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	1913130002000000000	48,28

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM**  
**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**

Fl.
Rubr.

SIA1282

**MUNICÍPIO:** SÃO JOÃO DO POLÊSINE

**EXERCÍCIO FINANCEIRO:** 2016

**PERÍODO DE REFERÊNCIA:** 2º Semestre/3º Quadrimestre

TOTAL DA APLICAÇÃO EM MDE	2.950.754,61
RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (Ajustada)	11.351.670,71
ÍNDICE DE APLICAÇÃO EM MDE	25,99

\* Contas incluídas/ajustadas pelo auditor para recomposição do cálculo.

SICM/SAG, em 16/02/2017

LUCIANA COPETTI MENDES

Auditor Público Externo.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM AÇÕES**  
**E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASPS**

Fl.

Rubr.

SIA1281

MUNICÍPIO: SÃO JOÃO DO POLÊSINE

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2016

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

**Demonstrativo da Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS**

O índice de aplicação em Ações e Serviços Públicos e Saúde (ASPS), apresentado pelo **Poder Executivo** (documentos de código de barras 61601111562205789), foi ajustado d

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
<b>Despesas por Recursos Vinculados</b>		
Administração Geral (modalidade de aplicação 71)	40	-4.277,59
Administração Geral	40	6.408,18
Atenção Básica	40	2.401.439,10
Vigilância Sanitária	40	76,40
Vigilância Epidemiológica	40	86,00
<b>Rendimentos de Aplicações Financeiras</b>		
(-) Despesa Liquidada com Rendimentos das ASPS	2	1.799,71
<b>Contas da Receitas</b>		
MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	*****	28,93
RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	*****	20.658,05
RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	*****	8.608,46
RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	*****	5.164,81
RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	*****	779,81
RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	*****	324,95
RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - ASPS	*****	194,95
Deducao - IPTU - PROPRIO	*****	-21.922,96
Deducao - IPTU - MDE	*****	-9.013,73
Deducao - IPTU - ASPS	*****	-5.407,79
Deducao - ITBI - PROPRIO	*****	-412,30
Deducao - ISS - PROPRIO	*****	-109.552,82
Deducao - ISS - MDE	*****	-45.647,03
Deducao - ISS - ASPS	*****	-27.388,20
Deducao - COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	*****	-17,53
Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	*****	-1,55
Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	*****	-0,64
Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	*****	-0,38
Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	*****	-0,49
Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	*****	-0,20
Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	*****	-0,12
Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	*****	-0,57
Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	*****	-0,26
Deducao - MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	*****	-0,13
Deducao - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	*****	-2,21
Deducao - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	*****	-0,96
Deducao - RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	*****	-0,54

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM AÇÕES**  
**E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASPS**

Fl.

Rubr.

SIA1281

MUNICÍPIO: SÃO JOÃO DO POLÉSINE

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2016

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
<b>Contas da Receitas</b>		
IPTU - PRÓPRIO	*****	228.930,99
IPTU - MDE	*****	95.390,25
IPTU - ASPS	*****	57.233,79
IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - PRÓPRIO	*****	90.302,62
IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - MDE	*****	37.626,80
IRRF - ATIVO/INATIVO-EXECUTIVO/INDIRETA - ASPS	*****	22.575,62
IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - PRÓPRIO	*****	10.123,06
IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - MDE	*****	4.217,99
IRRF - ATIVO/INATIVO-LEGISLATIVO - ASPS	*****	2.530,79
IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - PRÓPRIO	*****	2.326,08
IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - MDE	*****	969,21
IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - PODER EXECUTIVO/INDIRETAS - ASPS	*****	581,45
IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - LEGISLATIVO - MDE	*****	103,97
IRRF - PRESTACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS - LEGISLATIVO - ASPS	*****	18,35
RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - PRÓPRIOS	*****	563,50
RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - MDE	*****	234,79
RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS - PODER EXECUTIVO - ASPS	*****	140,86
ITBI - PRÓPRIO	*****	60.411,20
ITBI - MDE	*****	25.171,34
ITBI - ASPS	*****	15.102,80
ISS - PRÓPRIO	*****	342.361,71
ISS - MDE	*****	142.651,82
ISS - ASPS	*****	85.590,49
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - PRÓPRIO	*****	4.357.571,70
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - MDE	*****	363.130,89
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSAL - ASPS	*****	1.089.392,35
COTA-PARTE DO FPM - FUNDEB	*****	1.452.523,32
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - PRÓPRIO	*****	192.571,03
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - MDE	*****	80.237,94
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE DEZEMBRO - ASPS	*****	48.142,76



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM AÇÕES**  
**E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASPS**

Fl.

Rubr.

SIA1281

MUNICÍPIO: SÃO JOÃO DO POLÉSINE

EXERCÍCIO FINANCEIRO: 2016

PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º Semestre/3º Quadrimestre

DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	VALOR
<b>Contas da Receitas</b>		
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - PROPRIO	*****	129.010,40
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - MDE	*****	53.754,32
COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1% COTA ENTREGUE NO MES DE JULHO - ASPS	*****	32.252,57
COTA-PARTE DO ITR - PROPRIO	*****	3.529,51
COTA-PARTE DO ITR - MDE	*****	294,13
COTA-PARTE DO ITR - ASPS	*****	882,27
COTA-PARTE DO ITR - FUNDEB	*****	1.176,39
TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - PROPRIO	*****	8.354,76
TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - MDE	*****	696,26
TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - ASPS	*****	2.088,66
TRANSFERENCIA FINANCEIRA - L.C.N 87/96 - FUNDEB	*****	2.784,92
COTA-PARTE DO ICMS - PROPRIO	*****	1.285.687,61
COTA-PARTE DO ICMS - MDE	*****	107.140,61
COTA-PARTE DO ICMS - ASPS	*****	321.421,89
COTA-PARTE DO ICMS - FUNDEB	*****	428.562,59
COTA-PARTE DO IPVA - PROPRIO	*****	183.135,90
COTA-PARTE DO IPVA - MDE	*****	15.261,33
COTA-PARTE DO IPVA - ASPS	*****	45.783,98
COTA-PARTE DO IPVA - FUNDEB	*****	61.045,34
COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - PROPRIO	*****	16.058,26
COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - MDE	*****	1.338,20
COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - ASPS	*****	4.014,59
COTA-PARTE DO IPI/EXPORTACAO - FUNDEB	*****	5.352,82
MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - PROPRIO	*****	450,86
MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - MDE	*****	188,20
MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU - ASPS	*****	112,86
MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - PROPRIO	*****	1.318,06
MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - MDE	*****	549,69
MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS - ASPS	*****	329,58
MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - PROPRIO	*****	8.285,64
MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - MDE	*****	3.453,69
MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IPTU - ASPS	*****	2.071,81
MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - PROPRIO	*****	115,71
MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO ISS - MDE	*****	48,28
<b>TOTAL DA APLICAÇÃO EM ASPS</b>		<b>2.401.932,38</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS (Ajustada)</b>		<b>11.351.670,71</b>
<b>ÍNDICE DE APLICAÇÃO EM ASPS</b>		<b>21,16</b>

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**VINCULAÇÃO DE RECURSOS PARA APLICAÇÃO EM AÇÕES**  
**E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASPS**

Fl.

Rubr.

SIA1281

\* Contas incluídas/ajustadas pelo auditor para recomposição do cálculo.

SICM/SAG, em 16/02/2017

LUCIANA COPETTI MENDES  
Auditor Público Externo.

Página

224

Processo  
02359-0200/16-9

Página da  
peça

4

Peça  
589332

DOCUMENTO DE ACESSO  
RESTRITO

ACESSO  
N01C7910



**PROCESSO Nº 002359-0200/16-9**

**EXECUTIVO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE**

**ADMINISTRAÇÃO: Valserina Maria Bulegon Gassen**

**Ailton Bitencourt**

## **IT - RELATÓRIO GERAL DE CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS**

### **PROCESSO DE CONTAS DE GOVERNO/2016**

Senhora Coordenadora:

Em cumprimento ao disposto no art. 4º, parágrafo único, da Instrução Normativa nº 005/2012, registra-se que não existem processos de Tomadas de Contas Especiais, Inspeções Extraordinárias ou Especiais em andamento, de responsabilidade do Gestor no exercício sob exame, tratando de matéria relativa às Contas de Governo.

Cabe destacar que, no exame das Contas de Governo, foi constatado:

#### **1 – DA GESTÃO FISCAL**

A Instrução Técnica Final/Encerramento do exercício financeiro de 2016, realizada pelo Serviço de Acompanhamento de Gestão – SAG, deste Processo de Contas de Governo, concluiu pelo não atendimento dos seguintes dispositivos legais (peça 583089, página 22):

- Item 2.3 – Da Lei da Transparência: caput do art. 48, da LC Federal nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC Federal nº 131/2009;
- Item 5.1 - Restos a Pagar – art. 42 da LC Federal nº 101/2000;
- Item 5.2 - Equilíbrio Financeiro - § 1º do art. 1º da LC Federal nº 101/2000.



## 2 – DAS VINCULAÇÕES CONSTITUCIONAIS

### 2.1 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

Após análise técnica realizada por este Tribunal, através dos dados disponíveis no Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC e no Relatório de Validação e Encaminhamento – RVE (peça 589314), constata-se que o percentual aplicado em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, pelo Executivo Municipal no exercício de 2016, **atendeu** ao disposto no *caput* do art. 212 da Constituição Federal, que estabelece o percentual de 25% como aplicação mínima, conforme se demonstra:

Receita base de cálculo – R\$	Valor aplicado - R\$	%
11.351.670,71	2.950.754,61	25,99

### 2.2 - AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – ASPS

Após análise técnica realizada por este Tribunal, através dos dados disponíveis no Sistema de Informações para a Auditoria e Prestação de Contas – SIAPC e no Relatório de Validação e Encaminhamento – RVE (peça \_\_\_\_), constata-se que o percentual aplicado em Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS, pelo Executivo Municipal no exercício de 2016, **atendeu** ao disposto no art. 7º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que estabelece o percentual de 15% como aplicação mínima, conforme se demonstra:

Receita base de cálculo – R\$	Valor aplicado – R\$	%
11.351.670,71	2.401.932,38	21,16

## CONCLUSÃO

No que tange à **Sra. Valserina Maria Bulegon Gassen**, salienta-se a existência de irregularidades de sua responsabilidade passíveis de serem esclarecidas, quanto ao tópico indicado abaixo. Quanto ao demais Administrador, sugere-se **que não seja intimado porquanto não foram constatadas irregularidades de sua responsabilidade.**



**- Da Gestão Fiscal – Instrução Técnica Final/Encerramento  
do exercício financeiro de 2016 (peça 586089).**

À sua consideração.

Em 08 de maio de 2017

VLADIMIR COSTA DA SILVA  
Auditor Público Externo



Senhor(a) Supervisor(a):

Examinados os termos da Informação e a documentação anexada aos autos, esta  
Coordenação concorda com o Informe Técnico produzido.

Em 08/05/2017.

Assinado digitalmente pelo Coordenador.

TC-01.3





O processo está em condições de ser encaminhado à apreciação superior.

Em 08/05/2017.

Assinado digitalmente pelo Supervisor.

TC-01.3



**Processo** 02359-02.00/16-9  
**Órgão:** Executivo Municipal de São João do Polêsine  
**Tipo:** Contas de Governo  
**Exercício:** 2016

Vistos em Gabinete.

Determino a **citação** do(s) Responsável(eis) indicado(s) na peça 589260 – página 1, nos termos do art. 238 do Código de Processo Civil, aplicado nesta Corte por força do art. 147 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado – RITCE, para que, no prazo improrrogável de 30 dias, a teor do disposto no artigo 12, inciso IV, do RITCE, preste(m) esclarecimentos sobre o conteúdo das peças nos 586089- Gestão Fiscal – Final e 589260- Relatório Geral, juntando a documentação comprobatória que considerar(em) pertinente

Após a elaboração da Análise dos Esclarecimentos, remetam-se os autos ao Ministério Público junto a esta Corte de Contas para emissão de Parecer, nos termos do artigo 36, Inciso II, do RITCE.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**



Ofício DCF nº 4359/2017

Porto Alegre, 06 de junho de 2017.

Processo nº 002359-0200/16-9  
Órgão: PM de São João do Polêsine

À Senhora  
Valserina Maria Bulegon Gassen  
PM de São João do Polêsine  
Rua Roberto Binato, 1610 Centro  
CEP 97230000 - São João do Polêsine/RS

Prezada Senhora,

Nos termos do artigo 238 do Código de Processo Civil, aplicado neste Tribunal por força do art. 147 do Regimento Interno, bem como o disposto no art. 12, incisos IV e V, do mesmo Regimento, considerando a determinação do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, nos autos do processo em epígrafe, fica V. S.<sup>a</sup> citada para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar esclarecimentos sobre o destacado na(s) peças 592009, 589260, 586089 daqueles autos.

Em caso de processo eletrônico, o envio de esclarecimentos deverá ser realizado por meio do Portal do TCE ([www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br)). As orientações poderão ser encontradas no Portal do TCERS, na guia Jurisdicionados -> Processo Eletrônico -> Orientações de uso -> Instruções para envio de esclarecimentos.

Comunico-lhe, ainda, que a íntegra da decisão poderá ser acessada no site ([www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br)), mediante utilização de senha pessoal, que poderá ser gerada no Portal deste Tribunal, na guia Jurisdicionados -> Consulta Processual Privada e Geração de Guias de Recolhimento.

A autenticidade desta intimação pode ser aferida por meio da Consulta Processual Privada.

Atenciosamente,

Assinado digitalmente

Laura Tein de Souza  
Oficial de Controle Externo



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**



Ofício DCF nº 4360/2017

Porto Alegre, 06 de junho de 2017.

Processo nº 002359-0200/16-9  
Órgão: PM de São João do Polêsine

Ao Senhor  
Ailton Bitencourt  
PM de São João do Polêsine  
Vale Vêneto, 2º Distrito  
CEP 97230000 - São João do Polêsine/RS

Prezado Senhor,

Nos termos do artigo 238 do Código de Processo Civil, aplicado neste Tribunal por força do art. 147 do Regimento Interno, bem como o disposto no art. 12, incisos IV e V, do mesmo Regimento, considerando a determinação do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, nos autos do processo em epígrafe, fica V. S.<sup>a</sup> citado para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar esclarecimentos sobre o destacado na(s) peças 592009, 589260, 586089 daqueles autos.

Em caso de processo eletrônico, o envio de esclarecimentos deverá ser realizado por meio do Portal do TCE ([www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br)). As orientações poderão ser encontradas no Portal do TCERS, na guia Jurisdicionados -> Processo Eletrônico -> Orientações de uso -> Instruções para envio de esclarecimentos.

Comunico-lhe, ainda, que a íntegra da decisão poderá ser acessada no site ([www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br)), mediante utilização de senha pessoal, que poderá ser gerada no Portal deste Tribunal, na guia Jurisdicionados -> Consulta Processual Privada e Geração de Guias de Recolhimento.

A autenticidade desta intimação pode ser aferida por meio da Consulta Processual Privada.

Atenciosamente,

Assinado digitalmente

Laura Tein de Souza  
Oficial de Controle Externo



## Certidão de Disponibilização Oficial

Consoante disposto no Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, e conforme pesquisa efetuada no Sistema de Informações para o Controle Externo, certifico a disponibilização no Diário Eletrônico relativa ao expediente abaixo, nos seguintes termos:

Comunicado/intimado: Valserina Maria Bulegon Gassen

Processo: 002359-0200/16-9

Órgão: PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

Matéria: Contas de Governo

Gabinete: Algir Lorenzon

Data decisão: 11/05/2017

Decisão: Apresentar esclarecimentos.

peças 592009, 589260, 586089

Prazo: 30 dias.

Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, disponibilizado em 07/06/2017, no Boletim nº 764/2017, considera-se publicado na data de 08/06/2017.

Porto Alegre, 07 de junho de 2017.

LAIS GOMES MACHADO

Estagiário



## Certidão de Disponibilização Oficial

Consoante disposto no Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, e conforme pesquisa efetuada no Sistema de Informações para o Controle Externo, certifico a disponibilização no Diário Eletrônico relativa ao expediente abaixo, nos seguintes termos:

Comunicado/intimado: Ailton Bitencourt

Processo: 002359-0200/16-9

Órgão: PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

Matéria: Contas de Governo

Gabinete: Algir Lorenzon

Data decisão: 11/05/2017

Decisão: Apresentar esclarecimentos.

peças 592009, 589260, 586089

Prazo: 30 dias.

Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, disponibilizado em 07/06/2017, no Boletim nº 764/2017, considera-se publicado na data de 08/06/2017.

Porto Alegre, 07 de junho de 2017.

LAIS GOMES MACHADO

Estagiário



CORREIOS		INTIMAÇÃO		TCE/RS											
<b>DESTINATÁRIO</b> VALSERINA MARIA BULEGON GASSEN RUA ROBERTO BINATO - 1610 - SÃO JOÃO DO POLESINE - RS 97230-000 <b>AR943675279DN</b> 				<b>CARIMBO</b> UNIDADE DE ENTREGA SÃO JOÃO DO POLESINE 13 JUN 2017 DRAS											
<b>ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR</b> CENTRAL DE ARs - 91040-973 - Porto Alegre - RS															
<b>DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO</b> Lista 296/2017. Processo: 2359-0200/16-9. Of. DCF-Gab.: 4359/2017. Setor: (0265) SEPROC.															
<b>TENTATIVAS DE ENTREGA</b> 1º _____ 2º _____ 3º _____		<b>MOTIVO DE DEVOLUÇÃO</b> <table border="1"> <tr> <td>1 Mudou-se</td> <td>5 Recusado</td> </tr> <tr> <td>2 Endereço insuficiente</td> <td>6 Não encontrado</td> </tr> <tr> <td>3 Não existe o número</td> <td>7 Ausente</td> </tr> <tr> <td>4 Desconhecido</td> <td>8</td> </tr> <tr> <td>9</td> <td></td> </tr> </table>		1 Mudou-se	5 Recusado	2 Endereço insuficiente	6 Não encontrado	3 Não existe o número	7 Ausente	4 Desconhecido	8	9		<b>RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO</b> Claudia da Silva Lopes Gerente de Agência de Correios 8.204.521-6	
1 Mudou-se	5 Recusado														
2 Endereço insuficiente	6 Não encontrado														
3 Não existe o número	7 Ausente														
4 Desconhecido	8														
9															
<b>ASSINATURA DO RECEBEDOR</b> 				<b>DATA DA ENTREGA</b> 13.06.17											
<b>NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR</b> CLAUDIA DA SILVA LOPES				<b>Nº DOC DE IDENTIDADE</b> 6.118.979.32											

CORREIOS		INTIMAÇÃO TCE/RS											
<b>DESTINATÁRIO</b> AILTON BITENCOURT VALE VENETO -- SÃO JOÃO DO POLESINE - RS 97230-000 <b>AR943675282DN</b> 		<b>CARIMBO</b> UNIDADE DE ENTREGA 											
<b>SEDEX</b> 99122673642009-0000 TCE/RS CORREIOS													
<b>ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR</b> CENTRAL DE ARs - 91040-973 - Porto Alegre - RS													
<b>DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO</b> Lista 296/2017. Processo: 2359-0200/16-9. Of. DCF - Gab.: 4360/2017. Setor: (0265) SEPROC.													
<b>TENTATIVAS DE ENTREGA</b> 1º <u>                    </u> 2º <u>                    </u> 3º <u>                    </u>		<b>MOTIVO DE DEVOLUÇÃO</b> <table border="1"> <tr> <td>1 Mudou-se</td> <td>5 Recusado</td> </tr> <tr> <td>2 Endereço insuficiente</td> <td>6 Não procurado</td> </tr> <tr> <td>3 Não existe o número</td> <td>7 Ausente</td> </tr> <tr> <td>4 Desconhecido</td> <td>8 Falecido</td> </tr> <tr> <td>9</td> <td></td> </tr> </table>		1 Mudou-se	5 Recusado	2 Endereço insuficiente	6 Não procurado	3 Não existe o número	7 Ausente	4 Desconhecido	8 Falecido	9	
1 Mudou-se	5 Recusado												
2 Endereço insuficiente	6 Não procurado												
3 Não existe o número	7 Ausente												
4 Desconhecido	8 Falecido												
9													
<b>ASSINATURA DO RECEBEDOR</b> 		<b>RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO</b> 											
<b>NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR</b> Ailton Bitencourt		<b>DATA DA ENTREGA</b> 06/06/17 <b>Nº DOC DE IDENTIDADE</b> 7018986977											

**EXMO. SR. CONSELHEIRO RELATOR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**Processo nº 002359-0200/16-9**

**Órgão: PM de São João do Polêsine**

**Assunto: ESCLARECIMENTOS – Contas de Governo**

**Exercício de 01.01.2016 a 31.12.2016**

**VALSERINA BULEGON GASSEN**, Ex-Prefeita Municipal de São João do Polêsine, e, **AILTON BITENCOURT**, ex-Vice-Prefeito, já qualificados nos autos do processo em epígrafe, por sua procuradora que esta subscreve (*instrumentos de procuração anexos*), vêm, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, **APRESENTAR ESCLARECIMENTOS** ao referido no relatório de auditoria, expondo o que segue:

**1.** A equipe de auditoria deste órgão encontrou inconformidades quando dos exames de itens auditados.

**2.** Constatou, dessa forma, não haver atendimento aos seguintes dispositivos legais:

**a)** Da Lei da Transparência, art. 48, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC Federal nº 131/2009;

**b)** Restos a pagar – art. 42 da Lei Complementar 101/2000;

**c)** Equilíbrio Financeiro – §1º do art. 1º da LC Federal nº 101/2000;

## **1. Quanto ao não atendimento do art. 48 da Lei Complementar Federal 101/2000**

1. O relatório da instrução técnica apontou que houve o não atendimento da Lei da Transparência e seus art. 48, no entanto, tal apontamento não merece prosperar, tendo em vista os termos que passa a expor.

2. De acordo com a auditoria, os itens "a prestação de contas (relatórios de gestão) do ano anterior e o respectivo parecer prévio" e "gravação de relatórios em diversos formatos (art. 8º, §3º, II)", não foram atendidos pela Municipalidade.

3. Insta, frisar, inicialmente, que o Município dá ampla divulgação aos seus orçamentos, planos, leis de diretrizes orçamentárias, prestação de contas, entre outros, nos moldes da Legislação Federal.

4. Tanto isto é verdade, que o Município de São João do Polêsine, é um dos 47 Municípios do Estado do Rio Grande do Sul que recebeu nota 10 (dez) na avaliação mais recente do Projeto Ranking Nacional dos Portais da Transparência, realizado pelo Ministério Público Federal, conforme notícia anexa.

5. Em raras ocasiões, a atualização de informações disponíveis não é publicada automaticamente, mas por situações alheias à vontade do Gestor, uma vez que são diversas variáveis como: internet, rede, sistemas, equipamentos, quedas de energia, etc, que podem acarretar que o sistema TB, utilizado pelo Município, não receba as informações advindas do sistema de gestão.

6. No entanto, de forma alguma, há omissão ou desídia da Auditada, mas sim, raríssimas ocasiões que problemas técnicos impediram que as informações fossem disponibilizadas.

7. Os itens que estão enquadrados nos "Relatórios da transparência da gestão fiscal", são eles: A Prestação de Contas (relatório de

gestão) do ano anterior e o respectivo parecer prévio; existência do PPA e existência de LOA; estão devidamente enquadrados nos moldes legais, conforme telas retiradas junto ao site do Município de São João do Polêsine (anexas) que comprovam o cumprimento deste item.

8. Quanto ao segundo item, há no site do Município de São João do Polêsine, a opção dos relatórios em vários formatos, conforme comprovam a tela acostada.

9. Foram tomadas, portanto, as medidas cabíveis necessárias para que não haja reincidência neste sentido, bem como regularizados os itens apontados no recibo de informações.

10. Requer, dessa forma, o afastamento do aponte, uma vez não haver ofensa aos artigos referidos, bem como estar sendo integralmente cumpridas as exigências da Lei da Transparência, inclusive comprovado pela própria análise acima referida realizada pelo Ministério Público.

## **2. Quanto aos restos a pagar e do equilíbrio financeiro**

1. O item 5 (cinco) do relatório aponta a insuficiência financeira de R\$360.933,60 (trezentos e sessenta mil novecentos e trinta e três reais e sessenta centavos) no encerramento do exercício financeiro de 2016, que foi inscrito sem a devida disponibilidade de caixa.

2. Dessa forma, o Auditado teria incorrido em desacordo com o disposto no art. 42 e § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101/2000.

3. No entanto, embora tenha havido agravamento mínimo da situação financeira, o que será devidamente justificado nestes esclarecimentos, isto não significa que tenha ocorrido malversação de recursos públicos, má-gestão ou qualquer evento de cunho negativo na condução das contas públicas do Município, uma vez que fatos geradores determinantes da insuficiência são oriundos de fatos alheios à vontade do Gestor, como será plenamente demonstrado a seguir.

## 2.1 Do Contrato com o Hospital de Caridade São Roque

1. Primeiramente, evidencia-se, que no início do exercício de 2013, quando os Gestores assumiram a Prefeitura de São João do Polêsine, dando continuidade ao processo de licitação do mandato anterior, o Município firmou contrato com o Hospital de Caridade São Roque para Gestão do Hospital Dr. Roberto Binatto, a fim de atender a demanda populacional.

2. Com a assinatura deste compromisso, em fevereiro de 2013, houve um aumento expressivo de gastos em relação aos anos anteriores com ações e serviços públicos de saúde, que de acordo com os Relatórios de Avaliação das Metas Fiscais, estes gastos nos anos de 2012 e 2016 foram de:

ANO	PERCENTUAL (%)	TOTAL EM REAIS
2012	16,34%	R\$1.345.996,76
2016	21,16%	R\$2.499.700,00

3. O quadro demonstra, portanto, um aumento expressivo de quase 5% da receita anual do município aplicada em ações e serviços de saúde, devido à necessidade e à demanda populacional.

4. Além disso, somente com o Hospital Dr. Roberto Binatto, o **Município aplicou R\$1.029.812,05** (hum milhão e vinte e nove mil e oitocentos e doze reais e cinco centavos) **de recursos próprios no ano de 2016**, conforme tabela abaixo retirada do Relatório de Avaliação de Metas Fiscais. Vejamos:

EXERCÍCIO	TOTAL APLICADO PARA MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL  R\$	RECURSOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO	RECURSOS DOS GOVERNOS ESTADUAL E FEDERAL  R\$	% DE RECURSOS PRÓPRIOS SOBRE TOTAL
		R\$		



				APLICADO
2014	1.070.052,31	843.458,93	226.593,38	78,82
2015	1.198.299,06	876.508,99	321.790,07	73,14
2016	1.309.080,43	1.029.812,05	279.268,38	78,66

5. Portanto, o aumento de gastos se deu em virtude do funcionamento do Hospital. Sua construção, bem como a abertura do seu atendimento, teve origem na necessidade da própria população, visto que, até então, os atendimentos de emergência eram feitos em outras cidades, e não existiam plantões em feriados e finais de semana, quando os cidadãos eram obrigados a deslocar-se para conseguir atendimento de urgência.

6. Dessa forma, merece evidência que o mínimo aumento dos restos a pagar se deu em virtude do aumento de gastos na área da saúde, mas de forma alguma ante a irresponsabilidade dos gestores, além de outros fatores que serão relacionados nos presentes esclarecimentos.

## **2.2 Da Diminuição de Repasses do FPM**

1. Além deste evidente aumento de aplicação na área da saúde, em função da crise econômica vivenciada no País, e em decorrência da política econômica adotada pelo Governo Federal, com reflexos diretos na arrecadação de impostos, o Município enfrentou severa redução nos repasses do FPM.

2. O Relatório elaborado pela FAMURS, ora anexo, demonstra que, na época da elaboração do orçamento, a previsão de arrecadação do FPM, no caso deste Município, era de R\$6.009.927,00 (seis milhões nove mil e novecentos e vinte e sete reais).

3. No entanto, após sucessivas reprogramações financeiras, o valor efetivamente realizado foi de R\$5.639.320,00 (cinco milhões

seiscentos e trinta e nove mil e trezentos e vinte reais), ou seja, uma queda de R\$370.606,00 (trezentos e setenta mil e seiscentos e seis reais) abaixo do previsto.

4. Trata-se, portanto, de fator importantíssimo ocasionado por vontade alheia ao do Gestor, que acarretou o desequilíbrio financeiro, bem como caso fosse cumprida a estimativa inicial, somente este valor já cobriria a insuficiência financeira apontada.

### **2.3. Da Diminuição dos Repasses do ICMS ao Município**

1. O repasse do FPM abaixo do previsto, não foi o único enfrentamento do Município no ano de 2016, uma vez que sofreu, ainda, a diminuição dos repasses do ICMS.

2. Conforme relatório elaborado pela FAMURS, ora anexa, que projeta os repasses do ICMS, o Município esperaria receber, à época da elaboração do orçamento, cerca de R\$1.765.519,00 (um milhão setecentos e sessenta e cinco mil e quinhentos e dezenove reais).

3. No entanto, o valor efetivamente recebido foi de R\$1.710.837,00 (um milhão setecentos e dez mil e oitocentos e trinta e sete reais), ou seja, R\$54.682,00 (cinquenta e quatro mil seiscentos e oitenta e dois reais) abaixo do previsto.

4. Novamente, trata-se de fator alheio à vontade do gestor, que faz o seu orçamento com base também nos repasses dos Governos Federal e Estadual, e depende diretamente destes para conseguir manter o equilíbrio das contas.

5. Em função disso, sob pena de prejudicar o atendimento à população, a Administração Municipal obrigou-se a atender, com recursos próprios, despesas que originalmente deveriam ser suportadas com os recursos dos repasses do Estado e União, que não ocorreram, agravando, assim, a situação de desequilíbrio.

6. Em que pese esta dificuldade, cumpre salientar que, no exercício em análise, o Município aplicou, como já referido, 21,16% da receita resultante de impostos e transferências, em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), ou seja, acima do mínimo de 15% legalmente estabelecido.

7. Outrossim, cumpre ressaltar que a análise técnica do processo, que indica o não atendimento da LRF em face da insuficiência financeira, se fundamentou, tão somente, na análise técnica dos documentos encaminhados através do Sistema Informatizado para Auditoria e Prestação de Contas (SIAPC), sendo que a presente análise merece estar associada com a realidade local, a fim de que se busque uma decisão justa.

8. Dessa forma, evidencia-se que a única situação destacada como falha é a insuficiência financeira, ao passo que todos demais indicadores da gestão fiscal do Município, como os Gastos com Pessoal, o Índice de Endividamento Público, as despesas mínimas com Educação e Saúde, o Limite de Gastos do Poder Legislativo, a publicação de relatórios, etc. estão dentro dos parâmetros estabelecidos na legislação.

7. Tal realidade indica que a insuficiência financeira, não teve como origem o aumento de gastos, mas, sim, a queda de arrecadação e a ocorrência de fatos supervenientes, independentes da vontade do gestor, ou seja, não é originário de atos impensados ou mesmo abusivos da Administração Municipal, e isso requer que a análise não se restrinja unicamente a interpretação fria dos números.

9. Tanto isto é verdade, que **o valor não repassado pelo Governo Federal ao FPM seria suficiente para cobrir a insuficiência financeira apontada em relatoria, bem como caso tivesse ocorrido o repasse tal qual previsto quanto ao ICMS, ainda haveria uma margem de sobra de R\$64.354,40** (sessenta e quatro mil trezentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos).

10. Dessa forma, mesmo que os Gestores estivessem previsto a diminuição desses índices, não poderiam supor que o decréscimo

seria tão expressivo, como em realidade foi, o que colocou o Município em situação delicada, ainda que tenha tomado as medidas necessárias para frear a crise e seus efeitos, conforme será comprovado.

## **2.4 Da Adoção das Medidas para Contenção e Redução dos Gastos**

1. No ano de 2016, os Gestores projetaram que, devido à contínua falta de repasses, fatores externos à sua vontade, não conseguiriam manter o equilíbrio das contas.

2. A partir de então, tomou todas as medidas possíveis e cabíveis, buscando assim equilibrar as despesas e receitas.

3. O turno único foi adotado a partir de 17.10.2016, conforme Lei nº 792 de 16 de outubro de 2016, ora anexa.

4. Evidencia-se que efetuaram todas as medidas possíveis para buscar o equilíbrio das contas, e conseguiram frear os gastos e reduzir a dívida, conforme documentos apresentados.

## **2.5. Da Inexistência de risco às contas do Município**

1. Por fim, importante ressaltar ainda que é fato notório e sabido que o Brasil e o Estado do Rio Grande do Sul enfrentam uma grave crise financeira e política, que acarretou mudanças drásticas na arrecadação, bem como no repasse de fundos, especialmente em se tratando do fundo destinado aos Municípios, o FPM.

2. Não se pode olvidar que, olhando friamente os números apresentados, a insuficiência financeira teve um acréscimo em relação ao Exercício do ano de 2012, mas não se pode deixar de sopesar que o Município atuou para diminuir os gastos e manter o equilíbrio financeiro.

3. Além disso, importante ressaltar que o Município atuou para diminuir expressivamente a insuficiência financeira do exercício de 2015, que de acordo com o relatório era de R\$562.076,48.

4. Percebe-se, dessa forma, que o Município possui todos os seus gastos, com Pessoal, Endividamento Público, despesas mínimas com a Saúde e a Educação, Limite de Gastos do Poder Legislativo, publicação de relatórios, etc, dentro dos parâmetros legais estabelecidos na legislação.

5. Corroborando o fato de que a insuficiência financeira se deu em virtude da queda de arrecadação e não do aumento de gastos, o que é superveniente e independe da vontade do Gestor, pois não há atos abusivos ou impensados da Administração Municipal, pois, restou comprovado, que a Gestora atuou de forma direta para cortar gastos que poderiam ser cortados, eis que, no entanto, foi obrigada a arcar com aqueles que não poderia tocar, qual seja saúde, educação, etc.

6. Além de todos os argumentos acima referidos, é importante salientar, ainda, que em outras situações análogas, mesmo diante de constatação de insuficiência financeira, o TCE/RS emitiu parecer favorável às contas. Com efeito, no Processo nº 003591-02.00/07-9, desse mesmo Município, foi proferido o seguinte voto:

*Todavia, comparando o quantitativo de Restos a Pagar com a Receita Corrente Líquida do Município em 2006, que fora de R\$ 4.643.913,27 (quatro milhões, seiscentos e quarenta e três mil, novecentos e treze reais e vinte e sete centavos), já que se trata de Recurso nº 001 (Livre), constato que o valor desprovido de disponibilidade financeira para **resgate representa apenas 2,66% desta. Logo, não há, a meu ver, risco ao equilíbrio das contas públicas municipais, parecendo-me uma demasia rejeitar integralmente as contas de uma gestão** em função de tão-somente isso, até mesmo porque na Auditoria Ordinária foram constatadas apenas duas falhas sem qualquer relevância ao contexto. (grifou-se)*

6. Aplicando-se ao exercício financeiro de 2016, o mesmo critério então utilizado, temos que a Receita Corrente Líquida do Município foi de **R\$13.033.443,81** (treze milhões e trinta e três mil quatrocentos e quarenta e três reais e oitenta e um centavos), e o valor dos restos a pagar sem disponibilidades financeiras, foi de R\$ 360.933,60, ou seja, **apenas 2,76% da**

**Receita Corrente Líquida**, o que, salvo melhor entendimento, também não representa situação de risco ao equilíbrio das contas públicas.

7. Importa frisar, nesse íterim, que **em 2012 esta porcentagem era de 2,12% da Receita Corrente Líquida, o que importa em um aumento mínimo de 0,64%**, que foi exaustivamente explicado na presente defesa, o que não ocasiona desequilíbrio ou atitude dolosa dos Gestores.

8. O Município, por sua vez, aplicou quase 5% a mais da sua Receita Líquida anual na área de saúde, em comparação o agravamento mínimo de 0,64% torna-se quase insignificante, já que ampliou o atendimento da população e, desse modo, sua qualidade de vida, com o mínimo de acréscimo nos restos a pagar.

9. Dessa forma, a análise técnica se deu somente em virtude dos documentos encaminhados pelo Sistema Informatizado para Auditoria e Prestação de Contas (SIAPC), mas que no caso, e em virtude da ocorrência de situações extraordinárias, a análise merece estar associada com a realidade local, para que se busque uma decisão justa.

10. Por fim, importante frisar ainda, que **quanto às Contas de Gestão do exercício de 2016, processo nº 002358-0200/16-6, o Município não recebeu nenhuma apontamento**, conforme cópia anexa, tendo, inclusive, já sido arquivado.

**ISTO POSTO**, requer a V. Exa. que sejam acolhidos os esclarecimentos apresentados emitindo-se Parecer Favorável a aprovação das contas do exercício em análise.

São João do Polêsine, 02 de agosto de 2017.

*Maria Isabel Bezerra Branchi*  
OAB/RS 83.493




## Procuração

**OUTORGANTE:** AILTON BITENCOURT, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 188.004.910-49, residente e domiciliado do Distrito de Vale Veneto, interior do Município de São João do Polêsine, RS.

**OUTORGADO:** Bel. Maria Isabel Bezerra Branchi, brasileira, advogada inscrita na OAB/RS sob o nº 83.493 e no CPF/MF sob o nº 822.084.330-68, com endereço profissional na Rua Raimundo Aléssio, nº 714, 2º andar, em Nova Palma – RS, fone: (55) 3266 – 1282.

**PODERES:** Para patrocinar judicial e extrajudicial ou administrativamente, em qualquer grau de jurisdição seus direitos e interesses, concedendo-lhe poderes das cláusulas “ad judícia” e “extra judícia”, os especiais de transigir, desistir, receber e dar quitação, oferecer bens à penhora, acordar e substabelecer o presente com reserva de poderes, e em especial **representá-la no Processo de Contas de Governo nº 002359-0200/16-9, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, referente ao Exercício de 01/01/2016 a 31/12/2016.**

São João do Polêsine, 26 de julho de 2017.

  
AILTON BITENCOURT

## Procuração

**OUTORGANTE:** VALSERINA MARIA BULEGON GASSEN, brasileira, casada, Prefeita Municipal de São João do Polêsine, inscrita no CPF sob o nº **064.239.300-15**, e **RG/SSP-RS** 4018957755, residente e domiciliada na Rua Roberto Binatto, 1610, na cidade de São João do Polêsine - RS.

**OUTORGADO:** Bel. Maria Isabel Bezerra Branchi, brasileira, advogada inscrita na **OAB/RS** sob o nº **83.493** e no CPF/MF sob o nº **822.084.330-68**, com endereço profissional na Rua Raimundo Aléssio, nº 714, 2º andar, em Nova Palma – RS, fone: (55) 3266 – 1282.

**PODERES:** Para patrocinar judicial e extrajudicial ou administrativamente, em qualquer grau de jurisdição seus direitos e interesses, concedendo-lhe poderes das cláusulas “*ad judícia*” e “*extra judícia*”, os especiais de transigir, desistir, receber e dar quitação, oferecer bens à penhora, acordar e substabelecer o presente com reserva de poderes, e em especial **representá-la no Processo de Contas de Governo nº 002359-0200/16-9, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, referente ao Exercício de 01/01/2016 a 31/12/2016.**

São João do Polêsine, 07 de julho de 2017.

  
**VALSERINA MARIA BULEGON GASSEN**



RELATÓRIO DE AUDITORIA DE REGULARIDADE  
ACOMPANHAMENTO DE GESTÃO

PROCESSO Nº	ORDEM DE AUDITORIA Nº
002358-0200/16-6	425/2016

UNIDADE AUDITADA: Executivo Municipal

MUNICÍPIO: São João do Polêsine

ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS: Os Administradores Responsáveis, no exercício de 2016, foram a Sra. Valserina Maria Bulegon Gassen no período de 01/01 a 31/12/2016, com exceção dos períodos de 21/03 a 04/04/2016 e de 21/05 a 30/05/2016, quando assumiu o Vice-Prefeito, Sr. Ailton Bitencourt

EXERCÍCIO EXAMINADO: 2016 (01/01 a 31/12)

PERÍODO DE VERIFICAÇÃO: 04/10 a 07/10/2016

RELATÓRIO ELABORADO MEDIANTE: Auditoria in loco e requisição de documentos.

EQUIPE DE AUDITORIA: Afonso Barboza Hardok  
Gomercindo Rodrigues de Freitas

A presente análise fundamenta-se no disposto nos artigos 31 e 70 a 75 da Constituição Federal; artigo 70 da Constituição Estadual; Lei Complementar Federal nº 101/2000; Lei Estadual nº 11.424/2000 (Lei Orgânica do TCE/RS) e Resolução nº 1.028/2015 (RITCE).

O exame dos itens auditados, levado a efeito por procedimento amostral, não evidenciou inconformidades passíveis de relatório.

Assinado digitalmente por: AFONSO BARBOZA HARDOK em 07/03/17 e GOMERCINDO RODRIGUES DE FREITAS em 08/03/17.  
Confira a autenticidade do documento em [www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br). Identificador: PRE.62D8.4AC8.0747.BD0D.61E3.

Assinado digitalmente por: MARIA ISABEL BEZERRA BRANCHI em 02/08/17.  
Confira a autenticidade do documento em [www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br). Identificador: PRE.6B08.2A8C.6851.F279.4638.





Certidão de Trânsito em Julgado

Processo: 002358-0200/16-6

Certifico, para que surtam todos os efeitos jurídicos e legais, conforme consulta ao Sistema de Controle Externo desta Egrégia Corte de Contas, que na data abaixo ocorreu o Trânsito em Julgado da Decisão referente ao seguinte expediente:

Data do Trânsito em julgado: 19/06/2017  
Processo: 002358-0200/16-6  
Órgão: PM de São João do Polêsine  
Matéria: Contas de Gestão  
Exercício: 2016  
Recursos: -x-

Assim, lavrei a presente certidão nesta data.

Porto Alegre, 29 de Junho de 2017.

Marcus Vinicius Soares e Silva  
Oficial de Controle Externo

Assinado digitalmente por: MARCUS VINICIUS SOARES E SILVA em 29/06/17.  
Confira a autenticidade do documento em [www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br). Identificador: PRE.E349.EADE.C518.0A4B.9094.

Assinado digitalmente por: MARIA ISABEL BEZERRA BRANCHI em 02/08/17.  
Confira a autenticidade do documento em [www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br). Identificador: PRE.6B08.2A8C.6851.F279.4638.

## LEI Nº 792 DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

Institui turno único no serviço municipal.

Valserina Maria Bulegon Gassen, Prefeita Municipal de São João do Polêsine, Estado do Rio Grande do Sul.

Faço Saber, em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e EU, sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1.º - Fica instituído turno único de 06 (seis) horas diárias no serviço público municipal a ser cumprido no horário compreendido entre as 7 h e 30 min e 13 h e 30 min, de segunda a sexta-feira.

§ 1.º O horário estabelecido no caput deste artigo não se aplica à Secretaria de Obras e Transportes, que cumprirá o horário entre as 7 h e 13 h.

§ 2.º Excetuam-se do turno único os serviços da Secretaria da Saúde e Assistência Social, bem como as Unidades Básicas de Saúde e dos servidores com carga horária de 20 (vinte horas) semanais, cujo horário será o normal que vem sendo praticado.

§ 3.º Excetuam-se, também, do turno único os serviços nas Escolas Municipais e no Transporte Escolar, cujo horário será o normal que vem sendo praticado até o encerramento das atividades do ano letivo de 2016.

Art. 2.º Fica vedada, na vigência do turno único, a convocação para prestação de serviço extraordinário, ressalvados os casos de situação de emergência ou calamidade pública e as situações previstas na Lei Municipal nº 723/2013.

Parágrafo Único - Caso haja excepcional necessidade do servidor trabalhar além do horário do turno único não será pago hora extra se a carga horária não ultrapassar as 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3.º O turno único instituído no artigo 1º desta Lei vigorará de 17 de outubro de 2016 a 31 de janeiro de 2017.

Parágrafo Único - O Poder Executivo poderá, mediante decreto, antecipar o fim do turno único ou prorrogar por mais 30 (trinta) dias, bem como definir horário diferenciado para a prestação dos serviços, verificado o interesse da Administração Municipal.



Art. 4.º A presente Lei aplica-se aos serviços interno e externo, ressalvando o disposto no artigo 1.º, parágrafos 2.º e 3.º.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete da Senhora Prefeita Municipal de São João do Polêsine, RS, aos treze dias do mês de outubro de dois mil e dezesseis.

**Valserina Maria Bulegon Gassen**  
**Prefeita Municipal**

Registre-se e Publique-se  
Em: 13/10/2016

**Alexandre Ceolin Somavilla**  
**Secretário Municipal de Administração**



## FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL

Área de Receitas Municipais

### Projeção do repasse do ICMS para os Municípios - 2016

MUNICIPIO	Previsão LOA 2016	Realizado 2016	Realizado %	Diferença R\$
ACEGUA	7.574.173	7.338.074	96,9%	-R\$ 236.099
AGUA SANTA	5.248.253	5.095.482	97,1%	-R\$ 152.770
AGUDO	9.410.658	9.051.562	96,2%	-R\$ 359.096
AJURICABA	5.886.201	5.714.644	97,1%	-R\$ 171.557
ALECRIM	3.381.407	3.287.012	97,2%	-R\$ 94.395
ALEGRETE	38.486.029	37.419.369	97,2%	-R\$ 1.066.660
ALEGRIA	2.715.022	2.631.109	96,9%	-R\$ 83.913
ALM TAMANDARE DO SUL	3.424.558	3.321.556	97,0%	-R\$ 103.002
ALPESTRE	17.210.892	16.745.054	97,3%	-R\$ 465.838
ALTO ALEGRE	2.248.373	2.181.641	97,0%	-R\$ 66.732
ALTO FELIZ	2.622.326	2.535.347	96,7%	-R\$ 86.979
ALVORADA	27.565.900	26.803.497	97,2%	-R\$ 762.403
AMARAL FERRADOR	3.307.151	3.213.958	97,2%	-R\$ 93.193
AMETISTA DO SUL	3.616.532	3.502.545	96,8%	-R\$ 113.988
ANDRE DA ROCHA	2.200.876	2.132.528	96,9%	-R\$ 68.348
ANTA GORDA	5.357.527	5.189.215	96,9%	-R\$ 168.312
ANTONIO PRADO	9.965.968	9.674.625	97,1%	-R\$ 291.343
ARAMBARE	3.489.129	3.381.499	96,9%	-R\$ 107.630
ARARICA	2.512.742	2.426.775	96,6%	-R\$ 85.966
ARATIBA	19.904.370	19.438.012	97,7%	-R\$ 466.358
ARROIO DO MEIO	18.409.490	17.802.066	96,7%	-R\$ 607.424
ARROIO DO PADRE	2.013.745	1.957.590	97,2%	-R\$ 56.155
ARROIO DO SAL	2.467.914	2.390.315	96,9%	-R\$ 77.600
ARROIO DO TIGRE	6.156.158	5.970.306	97,0%	-R\$ 185.851
ARROIO DOS RATOS	4.414.791	4.271.332	96,8%	-R\$ 143.459
ARROIO GRANDE	14.384.236	13.996.735	97,3%	-R\$ 387.501
ARVOREZINHA	5.362.866	5.200.871	97,0%	-R\$ 161.996
AUGUSTO PESTANA	6.617.530	6.371.193	96,3%	-R\$ 246.336
AUREA	2.600.968	2.523.077	97,0%	-R\$ 77.891
BAGE	33.172.832	32.191.643	97,0%	-R\$ 981.190
BALNEARIO PINHAL	2.789.900	2.710.546	97,2%	-R\$ 79.354
BARAO	5.635.058	5.447.515	96,7%	-R\$ 187.542
BARAO DO COTEGIPE	5.038.087	4.876.658	96,8%	-R\$ 161.429
BARAO DO TRIUNFO	3.207.873	3.122.454	97,3%	-R\$ 85.419
BARRA DO GUARITA	1.913.722	1.858.942	97,1%	-R\$ 54.780
BARRA DO QUARAI	5.528.454	5.355.381	96,9%	-R\$ 173.073
BARRA DO RIBEIRO	5.935.126	5.762.020	97,1%	-R\$ 173.106
BARRA DO RIO AZUL	2.242.661	2.177.398	97,1%	-R\$ 65.263
BARRA FUNDA	3.309.758	3.209.159	97,0%	-R\$ 100.599
BARRACAO	4.831.832	4.690.872	97,1%	-R\$ 140.960
BARROS CASSAL	5.013.811	4.861.589	97,0%	-R\$ 152.221

MUNICIPIO	Previsão LOA 2016	Realizado 2016	Realizado %	Diferença R\$
BENJAMIN CONSTANT DO Sul	1.869.081	1.817.737	97,3%	-R\$ 51.344
BENTO GONCALVES	80.189.553	78.048.292	97,3%	-R\$ 2.141.262
BOA VISTA DAS MISSOES	2.871.980	2.782.850	96,9%	-R\$ 89.130
BOA VISTA DO BURICA	4.697.227	4.543.930	96,7%	-R\$ 153.297
BOA VISTA DO CADEADO	6.186.581	5.979.336	96,7%	-R\$ 207.244
BOA VISTA DO INCRA	4.324.267	4.190.144	96,9%	-R\$ 134.123
BOA VISTA DO SUL	5.227.950	5.087.659	97,3%	-R\$ 140.291
BOM JESUS	11.198.156	10.795.916	96,4%	-R\$ 402.240
BOM PRINCIPIO	8.460.472	8.225.709	97,2%	-R\$ 234.763
BOM PROGRESSO	2.054.226	1.984.579	96,6%	-R\$ 69.646
BOM RETIRO DO SUL	4.851.638	4.708.178	97,0%	-R\$ 143.461
BOQUEIRAO DO LEAO	3.790.936	3.685.710	97,2%	-R\$ 105.226
BOSSOROCA	7.963.710	7.695.061	96,6%	-R\$ 268.649
BOZANO	2.835.348	2.746.203	96,9%	-R\$ 89.145
BRAGA	2.443.079	2.376.498	97,3%	-R\$ 66.581
BROCHIER	3.243.076	3.146.835	97,0%	-R\$ 96.242
BUTIA	7.025.444	6.813.292	97,0%	-R\$ 212.152
CACAPAVA DO SUL	17.892.115	17.326.578	96,8%	-R\$ 565.538
CACEQUI	9.100.159	8.812.072	96,8%	-R\$ 288.087
CACHOEIRA DO SUL	32.477.142	31.564.923	97,2%	-R\$ 912.219
CACHOEIRINHA	71.158.312	69.963.682	98,3%	-R\$ 1.194.629
CACIQUE DOBLE	3.058.552	2.971.825	97,2%	-R\$ 86.727
CAIBATE	3.350.922	3.239.963	96,7%	-R\$ 110.959
CAICARA	2.991.374	2.904.045	97,1%	-R\$ 87.329
CAMAQUA	26.096.290	25.301.920	97,0%	-R\$ 794.370
CAMARGO	4.373.565	4.245.800	97,1%	-R\$ 127.765
CAMBARA DO SUL	4.626.074	4.499.637	97,3%	-R\$ 126.438
CAMPESTRE DA SERRA	4.610.242	4.466.393	96,9%	-R\$ 143.849
CAMPINA DAS MISSOES	4.043.322	3.928.076	97,1%	-R\$ 115.245
CAMPINAS DO SUL	4.414.108	4.266.574	96,7%	-R\$ 147.534
CAMPO BOM	31.399.614	30.588.030	97,4%	-R\$ 811.584
CAMPO NOVO	3.790.564	3.674.345	96,9%	-R\$ 116.218
CAMPOS BORGES	2.602.272	2.526.751	97,1%	-R\$ 75.521
CANDELARIA	12.868.930	12.485.233	97,0%	-R\$ 383.697
CANDIDO GODOI	4.819.353	4.672.182	96,9%	-R\$ 147.171
CANDIOTA	10.647.875	9.914.516	93,1%	-R\$ 733.359
CANELA	9.404.449	9.203.370	97,9%	-R\$ 201.079
CANGUCU	24.056.779	23.345.822	97,0%	-R\$ 710.957
CANOAS	354.833.611	342.976.970	96,7%	-R\$ 11.856.641
CANUDOS DO VALE	2.775.868	2.685.105	96,7%	-R\$ 90.764
CAPAO BONITO DO SUL	3.867.055	3.758.034	97,2%	-R\$ 109.021
CAPAO DA CANOA	9.042.976	8.803.282	97,3%	-R\$ 239.695
CAPAO DO CIPO	6.926.166	6.662.721	96,2%	-R\$ 263.445
CAPAO DO LEAO	9.655.593	9.320.425	96,5%	-R\$ 335.168
CAPELA DE SANTANA	3.803.912	3.675.436	96,6%	-R\$ 128.476
CAPITAO	5.761.406	5.593.372	97,1%	-R\$ 168.034
CAPIVARI DO SUL	4.347.798	4.183.837	96,2%	-R\$ 163.961
CARAA	3.820.428	3.696.156	96,7%	-R\$ 124.272
CARAZINHO	41.689.058	40.124.935	96,2%	-R\$ 1.564.124
CARLOS BARBOSA	30.409.257	29.434.748	96,8%	-R\$ 974.510
CARLOS GOMES	1.571.806	1.525.424	97,0%	-R\$ 46.382
CASCA	7.854.250	7.635.316	97,2%	-R\$ 218.933
CASEIROS	2.937.979	2.849.018	97,0%	-R\$ 88.960

MUNICIPIO	Previsão LOA 2016	Realizado 2016	Realizado %	Diferença R\$
CATUIPE	7.272.180	7.049.489	96,9%	-R\$ 222.691
CAXIAS DO SUL	325.795.618	317.397.729	97,4%	-R\$ 8.397.889
CENTENARIO	2.419.238	2.346.456	97,0%	-R\$ 72.782
CERRITO	3.313.173	3.217.272	97,1%	-R\$ 95.901
CERRO BRANCO	2.356.343	2.296.340	97,5%	-R\$ 60.003
CERRO GRANDE	1.772.224	1.713.589	96,7%	-R\$ 58.635
CERRO GRANDE DO SUL	4.316.010	4.201.331	97,3%	-R\$ 114.678
CERRO LARGO	7.590.130	7.431.353	97,9%	-R\$ 158.777
CHAPADA	8.970.086	8.693.486	96,9%	-R\$ 276.600
CHARQUEADAS	18.778.538	18.464.941	98,3%	-R\$ 313.597
CHARRUA	2.616.800	2.538.183	97,0%	-R\$ 78.617
CHIAPETA	4.784.522	4.625.952	96,7%	-R\$ 158.569
CHUI	2.284.446	2.222.463	97,3%	-R\$ 61.983
CHUVISCA	2.911.778	2.836.438	97,4%	-R\$ 75.340
CIDREIRA	3.292.684	3.207.358	97,4%	-R\$ 85.326
CIRIACO	3.978.130	3.866.367	97,2%	-R\$ 111.763
COLINAS	4.406.782	4.257.228	96,6%	-R\$ 149.554
COLORADO	4.553.246	4.431.374	97,3%	-R\$ 121.872
CONDOR	7.218.412	6.955.168	96,4%	-R\$ 263.244
CONSTANTINA	5.236.394	5.089.415	97,2%	-R\$ 146.979
COQUEIRO BAIXO	2.628.224	2.551.356	97,1%	-R\$ 76.868
COQUEIROS DO SUL	3.320.251	3.222.166	97,0%	-R\$ 98.085
CORONEL BARROS	3.128.835	3.024.679	96,7%	-R\$ 104.156
CORONEL BICACO	6.311.563	6.090.373	96,5%	-R\$ 221.190
CORONEL PILAR	2.427.682	2.361.450	97,3%	-R\$ 66.232
COTIPORA	5.086.639	4.934.400	97,0%	-R\$ 152.240
COXILHA	4.763.598	4.621.512	97,0%	-R\$ 142.086
CRISSIUMAL	6.952.367	6.739.874	96,9%	-R\$ 212.493
CRISTAL	4.698.220	4.557.096	97,0%	-R\$ 141.124
CRISTAL DO SUL	2.166.107	2.099.349	96,9%	-R\$ 66.758
CRUZ ALTA	28.267.240	27.445.869	97,1%	-R\$ 821.371
CRUZALTENSE	2.359.510	2.282.814	96,7%	-R\$ 76.696
CRUZEIRO DO SUL	7.608.508	7.419.419	97,5%	-R\$ 189.089
DAVID CANABARRO	3.754.615	3.650.050	97,2%	-R\$ 104.565
DERRUBADAS	3.421.019	3.322.482	97,1%	-R\$ 98.537
DEZESSEIS DE NOVEMBRO	2.044.167	1.979.628	96,8%	-R\$ 64.539
DILERMANDO DE AGUIAR	3.522.284	3.417.387	97,0%	-R\$ 104.897
DOIS IRMAOS	15.473.623	15.082.717	97,5%	-R\$ 390.906
DOIS IRMAOS DAS MISSOES	3.226.499	3.123.604	96,8%	-R\$ 102.895
DOIS LAJEADOS	3.524.457	3.451.043	97,9%	-R\$ 73.414
DOM FELICIANO	7.423.673	7.225.988	97,3%	-R\$ 197.685
DOM PEDRITO	28.851.111	28.000.751	97,1%	-R\$ 850.360
DOM PEDRO DE ALCANTARA	1.639.233	1.600.356	97,6%	-R\$ 38.878
DONA FRANCISCA	2.046.216	1.987.635	97,1%	-R\$ 58.581
DOUTOR MAURICIO CARDOS	4.815.503	4.673.346	97,0%	-R\$ 142.157
DOUTOR RICARDO	2.298.416	2.225.912	96,8%	-R\$ 72.504
ELDORADO DO SUL	17.216.542	16.655.319	96,7%	-R\$ 561.222
ENCANTADO	13.734.242	13.316.283	97,0%	-R\$ 417.959
ENCRUZILHADA DO SUL	14.176.181	13.742.941	96,9%	-R\$ 433.240
ENGENHO VELHO	1.791.596	1.733.649	96,8%	-R\$ 57.946
ENTRE RIOS DO SUL	5.238.753	5.114.889	97,6%	-R\$ 123.864
ENTRE-IJUIS	6.614.549	6.372.904	96,3%	-R\$ 241.646
EREBANGO	3.100.213	3.011.102	97,1%	-R\$ 89.111

MUNICIPIO	Previsão LOA 2016	Realizado 2016	Realizado %	Diferença R\$
ERECHIM	47.117.862	45.730.501	97,1%	-R\$ 1.387.360
ERNESTINA	3.129.146	3.052.823	97,6%	-R\$ 76.323
ERVAL GRANDE	3.586.234	3.492.094	97,4%	-R\$ 94.140
ERVAL SECO	5.293.390	5.110.946	96,6%	-R\$ 182.444
ESMERALDA	4.510.281	4.375.492	97,0%	-R\$ 134.789
ESPERANCA DO SUL	2.686.835	2.604.161	96,9%	-R\$ 82.674
ESPUMOSO	10.283.918	9.985.830	97,1%	-R\$ 298.088
ESTACAO	4.997.730	4.847.324	97,0%	-R\$ 150.406
ESTANCIA VELHA	15.164.986	14.747.002	97,2%	-R\$ 417.984
ESTEIO	56.001.397	54.417.634	97,2%	-R\$ 1.583.763
ESTRELA	18.446.184	17.938.787	97,2%	-R\$ 507.397
ESTRELA VELHA	3.585.861	3.470.702	96,8%	-R\$ 115.160
EUGENIO DE CASTRO	4.101.746	3.959.626	96,5%	-R\$ 142.120
FAGUNDES VARELA	3.342.416	3.248.919	97,2%	-R\$ 93.497
FARROUPILHA	45.108.091	43.784.211	97,1%	-R\$ 1.323.879
FAXINAL DO SOTURNO	3.413.506	3.298.205	96,6%	-R\$ 115.302
FAXINALZINHO	2.256.693	2.183.242	96,7%	-R\$ 73.451
FAZENDA VILANOVA	3.798.014	3.709.611	97,7%	-R\$ 88.403
FELIZ	7.515.066	7.300.980	97,2%	-R\$ 214.086
FLORES DA CUNHA	26.131.618	25.329.163	96,9%	-R\$ 802.454
FLORIANO PEIXOTO	1.774.460	1.728.458	97,4%	-R\$ 46.001
FONTOURA XAVIER	4.379.277	4.248.252	97,0%	-R\$ 131.025
FORMIGUEIRO	4.500.782	4.365.362	97,0%	-R\$ 135.420
FORQUETINHA	2.206.837	2.141.260	97,0%	-R\$ 65.577
FORTALEZA DOS VALOS	6.836.574	6.612.535	96,7%	-R\$ 224.039
FREDERICO WESTPHALEN	14.133.527	13.677.520	96,8%	-R\$ 456.007
GARIBALDI	27.189.650	26.411.242	97,1%	-R\$ 778.408
GARRUCHOS	3.671.604	3.553.609	96,8%	-R\$ 117.995
GAURAMA	4.657.491	4.508.368	96,8%	-R\$ 149.122
GENERAL CAMARA	3.627.522	3.525.369	97,2%	-R\$ 102.153
GENTIL	2.801.076	2.720.249	97,1%	-R\$ 80.827
GETULIO VARGAS	7.766.582	7.551.044	97,2%	-R\$ 215.538
GIRUA	11.275.393	10.894.965	96,6%	-R\$ 380.428
GLORINHA	8.779.042	8.646.131	98,5%	-R\$ 132.911
GRAMADO	17.328.237	16.838.473	97,2%	-R\$ 489.764
GRAMADO DOS LOUREIROS	1.942.096	1.873.273	96,5%	-R\$ 68.823
GRAMADO XAVIER	2.068.506	2.009.565	97,2%	-R\$ 58.941
GRAVATAI	170.962.721	164.831.425	96,4%	-R\$ 6.131.296
GUABIJU	1.918.316	1.864.469	97,2%	-R\$ 53.847
GUAIBA	62.223.492	60.000.425	96,4%	-R\$ 2.223.067
GUAPORE	11.722.112	11.338.852	96,7%	-R\$ 383.261
GUARANI DAS MISSOES	4.503.203	4.318.959	95,9%	-R\$ 184.245
HARMONIA	6.472.804	6.273.495	96,9%	-R\$ 199.309
HERVAL	5.926.558	5.748.598	97,0%	-R\$ 177.960
HERVEIRAS	1.862.127	1.804.575	96,9%	-R\$ 57.552
HORIZONTINA	33.474.329	32.207.496	96,2%	-R\$ 1.266.833
HULHA NEGRA	6.030.058	5.844.472	96,9%	-R\$ 185.586
HUMAITA	4.146.573	4.021.130	97,0%	-R\$ 125.443
IBARAMA	2.649.644	2.571.865	97,1%	-R\$ 77.779
IBIACA	5.538.388	5.397.826	97,5%	-R\$ 140.561
IBIRAIARAS	5.626.179	5.432.524	96,6%	-R\$ 193.655
IBIRAPUITA	3.062.153	2.983.093	97,4%	-R\$ 79.060
IBIRUBA	18.205.471	17.652.525	97,0%	-R\$ 552.946

MUNICIPIO	Previsão LOA 2016	Realizado 2016	Realizado %	Diferença R\$
IGREJINHA	23.105.972	22.495.994	97,4%	-R\$ 609.977
IJUI	35.048.494	34.038.280	97,1%	-R\$ 1.010.214
ILOPOLIS	2.817.839	2.732.755	97,0%	-R\$ 85.084
IMBE	3.859.356	3.755.869	97,3%	-R\$ 103.487
IMIGRANTE	6.054.707	5.872.715	97,0%	-R\$ 181.992
INDEPENDENCIA	5.195.416	5.021.666	96,7%	-R\$ 173.750
INHACORA	1.980.590	1.911.689	96,5%	-R\$ 68.901
IPE	5.767.304	5.597.049	97,0%	-R\$ 170.255
IPIRANGA DO SUL	3.245.001	3.157.978	97,3%	-R\$ 87.023
IRAI	3.280.888	3.183.095	97,0%	-R\$ 97.793
ITAARA	2.170.640	2.104.058	96,9%	-R\$ 66.582
ITACURUBI	3.814.405	3.698.382	97,0%	-R\$ 116.023
ITAPUCA	1.981.149	1.915.725	96,7%	-R\$ 65.423
ITAQUI	26.568.651	25.756.614	96,9%	-R\$ 812.038
ITATI	1.736.400	1.688.237	97,2%	-R\$ 48.163
ITATIBA DO SUL	2.532.113	2.461.348	97,2%	-R\$ 70.765
IVORA	1.724.479	1.679.898	97,4%	-R\$ 44.581
IVOTI	9.381.353	9.137.405	97,4%	-R\$ 243.948
JABOTICABA	2.555.892	2.471.373	96,7%	-R\$ 84.519
JACUIZINHO	2.593.083	2.509.399	96,8%	-R\$ 83.684
JACUTINGA	3.040.299	2.942.815	96,8%	-R\$ 97.484
JAGUARAO	12.838.755	12.455.989	97,0%	-R\$ 382.766
JAGUARI	5.879.434	5.710.533	97,1%	-R\$ 168.901
JAQUIRANA	3.316.898	3.226.789	97,3%	-R\$ 90.109
JARI	4.990.900	4.818.242	96,5%	-R\$ 172.658
JOIA	10.145.587	9.799.100	96,6%	-R\$ 346.487
JULIO DE CASTILHOS	16.709.722	16.145.617	96,6%	-R\$ 564.105
LAGOA BONITA DO SUL	1.852.876	1.794.869	96,9%	-R\$ 58.007
LAGOA DOS TRES CANTOS	2.758.049	2.676.163	97,0%	-R\$ 81.886
LAGOA VERMELHA	16.145.347	15.669.548	97,1%	-R\$ 475.799
LAGOAO	2.886.943	2.805.176	97,2%	-R\$ 81.767
LAJEADO	40.158.665	39.169.351	97,5%	-R\$ 989.314
LAJEADO DO BUGRE	1.635.197	1.595.039	97,5%	-R\$ 40.159
LAVRAS DO SUL	7.965.200	7.730.638	97,1%	-R\$ 234.562
LIBERATO SALZANO	3.248.913	3.141.047	96,7%	-R\$ 107.865
LINDOLFO COLLOR	2.817.218	2.748.557	97,6%	-R\$ 68.662
LINHA NOVA	1.801.219	1.747.421	97,0%	-R\$ 53.798
MACAMBARA	8.032.503	7.746.214	96,4%	-R\$ 286.288
MACHADINHO	3.525.823	3.421.898	97,1%	-R\$ 103.925
MAMPITUBA	1.980.279	1.931.694	97,5%	-R\$ 48.585
MANOEL VIANA	6.150.570	5.954.018	96,8%	-R\$ 196.552
MAQUINE	3.776.035	3.676.300	97,4%	-R\$ 99.735
MARATA	4.189.351	4.071.542	97,2%	-R\$ 117.809
MARAU	34.083.593	33.115.959	97,2%	-R\$ 967.634
MARCELINO RAMOS	3.013.911	2.920.450	96,9%	-R\$ 93.462
MARIANA PIMENTEL	2.571.849	2.505.971	97,4%	-R\$ 65.877
MARIANO MORO	1.930.237	1.877.669	97,3%	-R\$ 52.568
MARQUES DE SOUZA	3.490.246	3.393.720	97,2%	-R\$ 96.527
MATA	2.908.177	2.822.394	97,1%	-R\$ 85.782
MATO CASTELHANO	3.018.630	2.932.399	97,1%	-R\$ 86.231
MATO LEITAO	4.320.107	4.176.340	96,7%	-R\$ 143.767
MATO QUEIMADO	1.899.131	1.834.596	96,6%	-R\$ 64.535
MAXIMILIANO DE ALMEIDA	2.748.860	2.673.786	97,3%	-R\$ 75.074



MUNICIPIO	Previsão LOA 2016	Realizado 2016	Realizado %	Diferença R\$
MINAS DO LEAO	3.485.404	3.373.123	96,8%	-R\$ 112.280
MIRAGUAI	3.062.091	2.965.456	96,8%	-R\$ 96.635
MONTAURI	2.862.480	2.792.850	97,6%	-R\$ 69.630
MONTE ALEGRE DOS CAMPOS	3.071.467	2.960.834	96,4%	-R\$ 110.632
MONTE BELO DO SUL	3.602.376	3.504.456	97,3%	-R\$ 97.920
MONTENEGRO	48.215.816	46.707.083	96,9%	-R\$ 1.508.733
MORMACO	2.508.768	2.432.687	97,0%	-R\$ 76.081
MORRINHOS DO SUL	2.001.327	1.936.060	96,7%	-R\$ 65.267
MORRO REDONDO	3.754.242	3.648.188	97,2%	-R\$ 106.054
MORRO REUTER	3.092.328	3.007.270	97,2%	-R\$ 85.058
MOSTARDAS	10.397.662	10.078.277	96,9%	-R\$ 319.386
MUCUM	3.338.939	3.214.351	96,3%	-R\$ 124.588
MUITOS CAPOES	8.207.962	7.973.890	97,1%	-R\$ 234.072
MULITERNO	2.050.314	1.984.445	96,8%	-R\$ 65.869
NAO ME TOQUE	20.181.218	19.611.502	97,2%	-R\$ 569.716
NICOLAU VERGUEIRO	2.680.005	2.605.093	97,2%	-R\$ 74.913
NONOAI	7.674.693	7.471.030	97,3%	-R\$ 203.662
NOVA ALVORADA	4.928.254	4.790.501	97,2%	-R\$ 137.753
NOVA ARACA	5.316.177	5.183.683	97,5%	-R\$ 132.493
NOVA BASSANO	11.837.222	11.558.733	97,6%	-R\$ 278.490
NOVA BOA VISTA	2.746.377	2.659.087	96,8%	-R\$ 87.290
NOVA BRESCIA	5.394.158	5.266.725	97,6%	-R\$ 127.434
NOVA CANDELARIA	5.078.692	4.887.942	96,2%	-R\$ 190.750
NOVA ESPERANCA DO SUL	2.364.042	2.303.431	97,4%	-R\$ 60.611
NOVA HARTZ	8.584.212	8.440.086	98,3%	-R\$ 144.126
NOVA PADUA	3.193.965	3.114.977	97,5%	-R\$ 78.988
NOVA PALMA	4.749.691	4.724.007	99,5%	-R\$ 25.684
NOVA PETROPOLIS	10.061.211	9.793.032	97,3%	-R\$ 268.179
NOVA PRATA	15.972.557	15.479.132	96,9%	-R\$ 493.426
NOVA RAMADA	3.400.406	3.288.613	96,7%	-R\$ 111.793
NOVA ROMA DO SUL	6.492.858	6.308.406	97,2%	-R\$ 184.452
NOVA SANTA RITA	18.526.835	17.812.440	96,1%	-R\$ 714.395
NOVO BARREIRO	2.622.264	2.535.874	96,7%	-R\$ 86.389
NOVO CABRAIS	2.855.340	2.767.662	96,9%	-R\$ 87.678
NOVO HAMBURGO	91.929.174	89.576.882	97,4%	-R\$ 2.352.292
NOVO MACHADO	3.732.884	3.620.178	97,0%	-R\$ 112.707
NOVO TIRADENTES	1.766.512	1.708.499	96,7%	-R\$ 58.014
NOVO XINGU	2.003.314	1.932.428	96,5%	-R\$ 70.886
OSORIO	26.469.684	26.354.536	99,6%	-R\$ 115.148
PAIM FILHO	3.083.760	2.993.288	97,1%	-R\$ 90.472
PALMARES DO SUL	8.144.819	7.802.141	95,8%	-R\$ 342.678
PALMEIRA DAS MISSOES	21.514.484	20.907.180	97,2%	-R\$ 607.304
PALMITINHO	4.218.532	4.082.912	96,8%	-R\$ 135.621
PANAMBI	26.690.715	25.919.989	97,1%	-R\$ 770.726
PANTANO GRANDE	8.031.075	7.776.350	96,8%	-R\$ 254.724
PARAI	6.684.398	6.505.224	97,3%	-R\$ 179.173
PARAISO DO SUL	3.834.211	3.729.529	97,3%	-R\$ 104.682
PAROCI NOVO	4.048.847	3.961.253	97,8%	-R\$ 87.594
PAROBE	12.890.846	12.564.422	97,5%	-R\$ 326.425
PASSA SETE	2.988.269	2.902.001	97,1%	-R\$ 86.269
PASSO DO SOBRADO	3.638.822	3.537.489	97,2%	-R\$ 101.333
PASSO FUNDO	90.279.138	87.416.309	96,8%	-R\$ 2.862.829
PAULO BENTO	2.375.218	2.310.163	97,3%	-R\$ 65.055

MUNICIPIO	Previsão LOA 2016	Realizado 2016	Realizado %	Diferença R\$
PAVERAMA	3.870.780	3.779.732	97,6%	-R\$ 91.048
PEDRAS ALTAS	3.993.217	3.871.220	96,9%	-R\$ 121.996
PEDRO OSORIO	3.609.082	3.499.015	97,0%	-R\$ 110.066
PEJUCARA	5.702.919	5.511.662	96,6%	-R\$ 191.257
PELOTAS	82.140.403	79.867.462	97,2%	-R\$ 2.272.941
PICADA CAFE	5.183.496	5.101.942	98,4%	-R\$ 81.554
PINHAL	2.865.088	2.760.246	96,3%	-R\$ 104.842
PINHAL DA SERRA	7.490.107	7.315.053	97,7%	-R\$ 175.054
PINHAL GRANDE	7.064.808	6.052.717	85,7%	-R\$ 1.012.091
PINHEIRINHO DO VALE	3.492.916	3.381.134	96,8%	-R\$ 111.782
PINHEIRO MACHADO	10.270.880	9.959.129	97,0%	-R\$ 311.751
PINTO BANDEIRA	2.080.923	2.023.393	97,2%	-R\$ 57.530
PIRAPO	2.122.087	2.061.754	97,2%	-R\$ 60.334
PIRATINI	12.891.840	12.526.139	97,2%	-R\$ 365.701
PLANALTO	4.240.015	4.112.031	97,0%	-R\$ 127.984
POCO DAS ANTAS	3.481.430	3.340.898	96,0%	-R\$ 140.532
PONTAO	5.537.270	5.376.704	97,1%	-R\$ 160.566
PONTE PRETA	2.126.309	2.061.443	96,9%	-R\$ 64.866
PORTAO	12.515.466	12.183.617	97,3%	-R\$ 331.849
PORTO ALEGRE	612.197.053	597.877.327	97,7%	-R\$ 14.319.726
PORTO LUCENA	2.893.338	2.808.358	97,1%	-R\$ 84.980
PORTO MAUA	1.910.493	1.858.915	97,3%	-R\$ 51.578
PORTO VERA CRUZ	1.449.866	1.414.429	97,6%	-R\$ 35.437
PORTO XAVIER	4.901.929	4.731.493	96,5%	-R\$ 170.436
POUSO NOVO	2.253.837	2.193.520	97,3%	-R\$ 60.317
PRESIDENTE LUCENA	2.613.882	2.530.253	96,8%	-R\$ 83.629
PROGRESSO	3.989.057	3.879.649	97,3%	-R\$ 109.408
PROTASIO ALVES	2.817.529	2.743.344	97,4%	-R\$ 74.185
PUTINGA	3.682.469	3.569.140	96,9%	-R\$ 113.330
QUARAI	11.343.565	11.021.377	97,2%	-R\$ 322.188
QUATRO IRMAOS	2.803.621	2.716.783	96,9%	-R\$ 86.838
QUEVEDOS	3.637.332	3.518.970	96,7%	-R\$ 118.361
QUINZE DE NOVEMBRO	4.739.322	4.624.441	97,6%	-R\$ 114.881
REDENTORA	4.345.253	4.210.781	96,9%	-R\$ 134.472
RELVADO	2.890.544	2.807.428	97,1%	-R\$ 83.116
RESTINGA SECA	8.851.995	8.592.426	97,1%	-R\$ 259.569
RIO DOS INDIOS	2.650.265	2.572.574	97,1%	-R\$ 77.691
RIO GRANDE	157.487.942	154.049.889	97,8%	-R\$ 3.438.053
RIO PARDO	15.748.794	15.297.078	97,1%	-R\$ 451.716
RIOZINHO	2.592.524	2.523.431	97,3%	-R\$ 69.093
ROCA SALES	7.957.936	7.768.197	97,6%	-R\$ 189.739
RODEIO BONITO	4.113.356	3.931.297	95,6%	-R\$ 182.059
ROLADOR	2.693.416	2.594.807	96,3%	-R\$ 98.609
ROLANTE	8.172.883	7.946.843	97,2%	-R\$ 226.039
RONDA ALTA	6.472.618	6.285.388	97,1%	-R\$ 187.229
RONDINHA	4.419.696	4.282.924	96,9%	-R\$ 136.772
ROQUE GONZALES	4.756.644	4.546.590	95,6%	-R\$ 210.055
ROSARIO DO SUL	20.639.423	20.062.103	97,2%	-R\$ 577.320
SAGRADA FAMILIA	1.719.264	1.671.520	97,2%	-R\$ 47.743
SALDANHA MARINHO	3.865.627	3.741.173	96,8%	-R\$ 124.454
SALTO DO JACUI	6.561.216	6.487.471	98,9%	-R\$ 73.745
SALVADOR DAS MISSOES	4.946.942	4.725.656	95,5%	-R\$ 221.286
SALVADOR DO SUL	7.332.094	7.123.104	97,1%	-R\$ 208.990

MUNICIPIO	Previsão LOA 2016	Realizado 2016	Realizado %	Diferença R\$
SANANDUVA	10.245.983	9.968.528	97,3%	-R\$ 277.455
SANTA BARBARA DO SUL	11.622.834	11.222.704	96,6%	-R\$ 400.130
SANTA CECILIA DO SUL	2.988.766	2.911.131	97,4%	-R\$ 77.635
SANTA CLARA DO SUL	4.781.417	4.622.553	96,7%	-R\$ 158.864
SANTA CRUZ DO SUL	89.248.859	86.982.341	97,5%	-R\$ 2.266.518
SANTA MARGARIDA DO SUL	4.569.078	4.410.984	96,5%	-R\$ 158.094
SANTA MARIA	71.829.601	69.863.984	97,3%	-R\$ 1.965.617
SANTA MARIA DO HERVAL	3.288.214	3.209.644	97,6%	-R\$ 78.570
SANTA ROSA	32.760.882	31.764.654	97,0%	-R\$ 996.228
SANTA TEREZA	1.785.697	1.743.525	97,6%	-R\$ 42.172
SANTA VITORIA DO PALMAR	19.542.897	19.103.736	97,8%	-R\$ 439.160
SANTANA DA BOA VISTA	5.768.422	5.600.874	97,1%	-R\$ 167.548
SANTANA DO LIVRAMENTO	32.369.979	31.441.247	97,1%	-R\$ 928.732
SANTIAGO	16.701.216	16.190.794	96,9%	-R\$ 510.422
SANTO ANGELO	26.554.620	25.719.336	96,9%	-R\$ 835.284
SANTO ANTONIO DA PATRU	18.180.760	17.625.705	96,9%	-R\$ 555.055
SANTO ANTONIO DAS MISSOES	8.335.428	8.066.607	96,8%	-R\$ 268.820
SANTO ANTONIO DO PALMA	3.736.237	3.633.943	97,3%	-R\$ 102.294
SANTO ANTONIO DO PLANA	2.855.837	2.776.185	97,2%	-R\$ 79.652
SANTO AUGUSTO	8.113.962	7.868.674	97,0%	-R\$ 245.288
SANTO CRISTO	9.002.557	8.723.110	96,9%	-R\$ 279.447
SANTO EXPEDITO DO SUL	2.538.259	2.459.191	96,9%	-R\$ 79.068
SAO BORJA	29.904.486	28.718.731	96,0%	-R\$ 1.185.755
SAO DOMINGOS DO SUL	2.394.900	2.352.149	98,2%	-R\$ 42.750
SAO FRANCISCO DE ASSIS	11.226.778	10.881.824	96,9%	-R\$ 344.955
SAO FRANCISCO DE PAULA	13.353.088	12.970.405	97,1%	-R\$ 382.683
SAO GABRIEL	29.192.840	28.342.673	97,1%	-R\$ 850.167
SAO JERONIMO	9.158.645	8.919.498	97,4%	-R\$ 239.147
SAO JOAO DA URTIGA	3.724.937	3.619.108	97,2%	-R\$ 105.829
SAO JOAO DO POLESINE	1.765.519	1.710.837	96,9%	-R\$ 54.682
SAO JORGE	2.794.246	2.718.274	97,3%	-R\$ 75.972
SAO JOSE DAS MISSOES	1.883.982	1.824.973	96,9%	-R\$ 59.009
SAO JOSE DO HERVAL	1.928.250	1.870.684	97,0%	-R\$ 57.566
SAO JOSE DO HORTENCIO	3.165.653	3.079.362	97,3%	-R\$ 86.292
SAO JOSE DO INHACORA	2.414.954	2.345.579	97,1%	-R\$ 69.375
SAO JOSE DO NORTE	7.821.405	7.614.507	97,4%	-R\$ 206.898
SAO JOSE DO OURO	5.372.987	5.188.235	96,6%	-R\$ 184.752
SAO JOSE DO SUL	3.581.701	3.461.719	96,7%	-R\$ 119.982
SAO JOSE DOS AUSENTES	3.888.351	3.772.447	97,0%	-R\$ 115.904
SAO LEOPOLDO	76.303.189	74.365.359	97,5%	-R\$ 1.937.830
SAO LOURENCO DO SUL	19.958.013	19.355.168	97,0%	-R\$ 602.845
SAO LUIZ GONZAGA	16.181.295	15.615.792	96,5%	-R\$ 565.504
SAO MARCOS	12.975.596	12.614.358	97,2%	-R\$ 361.237
SAO MARTINHO	4.793.090	4.644.838	96,9%	-R\$ 148.252
SAO MARTINHO DA SERRA	3.950.687	3.831.125	97,0%	-R\$ 119.562
SAO MIGUEL DAS MISSOES	9.435.866	9.088.321	96,3%	-R\$ 347.545
SAO NICOLAU	3.216.441	3.122.890	97,1%	-R\$ 93.551
SAO PAULO DAS MISSOES	3.677.068	3.559.341	96,8%	-R\$ 117.727
SAO PEDRO DA SERRA	4.182.584	4.053.516	96,9%	-R\$ 129.067
SAO PEDRO DAS MISSOES	1.610.611	1.558.662	96,8%	-R\$ 51.948
SAO PEDRO DO BUTIA	3.547.739	3.445.094	97,1%	-R\$ 102.645
SAO PEDRO DO SUL	6.522.970	6.336.761	97,1%	-R\$ 186.209
SAO SEBASTIAO DO CAI	11.048.898	10.721.196	97,0%	-R\$ 327.702

MUNICIPIO	Previsão LOA 2016	Realizado 2016	Realizado %	Diferença R\$
SAO SEPE	14.242.118	13.803.108	96,9%	-R\$ 439.010
SAO VALENTIM	2.641.014	2.562.545	97,0%	-R\$ 78.469
SAO VALENTIM DO SUL	2.307.605	2.238.568	97,0%	-R\$ 69.036
SAO VALERIO DO SUL	2.003.066	1.937.705	96,7%	-R\$ 65.360
SAO VENDELINO	3.289.642	3.192.041	97,0%	-R\$ 97.601
SAO VICENTE DO SUL	5.604.138	5.449.162	97,2%	-R\$ 154.976
SAPIRANGA	25.907.606	25.199.727	97,3%	-R\$ 707.879
SAPUCAIA DO SUL	52.643.583	51.434.461	97,7%	-R\$ 1.209.123
SARANDI	10.871.204	10.587.513	97,4%	-R\$ 283.690
SEBERI	5.715.213	5.526.670	96,7%	-R\$ 188.543
SEDE NOVA	3.013.477	2.921.649	97,0%	-R\$ 91.828
SEGREDO	3.478.884	3.372.392	96,9%	-R\$ 106.493
SELBACH	5.296.246	5.142.121	97,1%	-R\$ 154.126
SENADOR SALGADO FILHO	2.999.197	2.915.693	97,2%	-R\$ 83.504
SENTINELA DO SUL	2.674.604	2.604.884	97,4%	-R\$ 69.720
SERAFINA CORREA	11.860.381	11.459.944	96,6%	-R\$ 400.437
SERIO	2.269.359	2.205.991	97,2%	-R\$ 63.368
SERTAO	6.669.373	6.445.766	96,6%	-R\$ 223.607
SERTAO SANTANA	3.713.513	3.605.747	97,1%	-R\$ 107.766
SETE DE SETEMBRO	1.756.082	1.701.425	96,9%	-R\$ 54.656
SEVERIANO DE ALMEIDA	3.320.313	3.213.137	96,8%	-R\$ 107.176
SILVEIRA MARTINS	1.729.819	1.677.244	97,0%	-R\$ 52.575
SINIMBU	4.487.433	4.336.144	96,6%	-R\$ 151.289
SOBRADINHO	5.255.703	5.102.081	97,1%	-R\$ 153.622
SOLEDADE	12.092.215	11.747.547	97,1%	-R\$ 344.668
TABAI	2.322.009	2.255.925	97,2%	-R\$ 66.084
TAPEJARA	14.298.245	13.843.784	96,8%	-R\$ 454.461
TAPERA	6.151.625	5.979.651	97,2%	-R\$ 171.974
TAPES	6.684.212	6.515.364	97,5%	-R\$ 168.848
TAQUARA	13.907.591	13.540.743	97,4%	-R\$ 366.848
TAQUARI	12.434.131	12.068.049	97,1%	-R\$ 366.082
TAQUARUCU DO SUL	3.003.915	2.920.098	97,2%	-R\$ 83.818
TAVARES	3.719.101	3.678.613	98,9%	-R\$ 40.488
TENENTE PORTELA	6.390.910	6.208.672	97,1%	-R\$ 182.239
TERRA DE AREIA	3.322.859	3.220.864	96,9%	-R\$ 101.994
TEUTONIA	19.538.489	19.018.756	97,3%	-R\$ 519.733
TIO HUGO	2.429.234	2.362.333	97,2%	-R\$ 66.901
TIRADENTES DO SUL	3.550.658	3.460.971	97,5%	-R\$ 89.686
TOROI	1.980.404	1.920.997	97,0%	-R\$ 59.407
TORRES	9.296.914	9.059.923	97,5%	-R\$ 236.991
TRAMANDAI	8.993.927	8.744.368	97,2%	-R\$ 249.559
TRAVESSEIRO	3.899.713	3.787.004	97,1%	-R\$ 112.709
TRES ARROIOS	3.049.053	2.963.758	97,2%	-R\$ 85.295
TRES CACHOEIRAS	3.878.541	3.777.926	97,4%	-R\$ 100.616
TRES COROAS	11.714.972	11.449.035	97,7%	-R\$ 265.937
TRES DE MAIO	10.721.635	10.382.394	96,8%	-R\$ 339.241
TRES FORQUILHAS	1.932.720	1.880.968	97,3%	-R\$ 51.752
TRES PALMEIRAS	3.088.416	2.963.965	96,0%	-R\$ 124.452
TRES PASSOS	10.031.781	9.795.129	97,6%	-R\$ 236.653
TRINDADE DO SUL	3.478.077	3.365.588	96,8%	-R\$ 112.489
TRIUNFO	124.084.331	118.782.200	95,7%	-R\$ 5.302.131
TUCUNDUVA	4.122.111	4.009.661	97,3%	-R\$ 112.450
TUNAS	2.241.233	2.174.235	97,0%	-R\$ 66.998

MUNICIPIO	Previsão LOA 2016	Realizado 2016	Realizado %	Diferença R\$
TUPANCI DO SUL	1.741.926	1.686.893	96,8%	-R\$ 55.032
TUPANCIRETA	21.648.282	20.895.185	96,5%	-R\$ 753.098
TUPANDI	12.204.097	11.830.235	96,9%	-R\$ 373.862
TUPARENDI	5.352.746	5.193.860	97,0%	-R\$ 158.886
TURUCU	2.684.786	2.605.053	97,0%	-R\$ 79.733
UBIRETAMA	2.164.369	2.105.835	97,3%	-R\$ 58.534
UNIAO DA SERRA	2.590.413	2.520.984	97,3%	-R\$ 69.429
UNISTALDA	2.440.410	2.368.233	97,0%	-R\$ 72.177
URUGUAIANA	41.614.491	40.256.254	96,7%	-R\$ 1.358.238
VACARIA	32.752.624	31.907.123	97,4%	-R\$ 845.501
VALE DO SOL	5.509.889	5.359.036	97,3%	-R\$ 150.853
VALE REAL	2.194.171	2.135.786	97,3%	-R\$ 58.385
VALE VERDE	2.416.009	2.349.908	97,3%	-R\$ 66.101
VANINI	2.483.250	2.428.558	97,8%	-R\$ 54.692
VENANCIO AIRES	33.080.446	32.487.637	98,2%	-R\$ 592.809
VERA CRUZ	8.817.102	8.623.529	97,8%	-R\$ 193.573
VERANOPOLIS	17.947.497	17.547.913	97,8%	-R\$ 399.585
VESPASIANO CORREA	3.125.358	3.034.167	97,1%	-R\$ 91.191
VIADUTOS	3.604.736	3.503.959	97,2%	-R\$ 100.777
VIAMAO	61.358.179	59.607.361	97,1%	-R\$ 1.750.818
VICENTE DUTRA	2.816.473	2.728.872	96,9%	-R\$ 87.601
VICTOR GRAEFF	4.058.781	3.945.437	97,2%	-R\$ 113.344
VILA FLORES	5.144.256	4.995.619	97,1%	-R\$ 148.637
VILA LANGARO	3.773.800	3.672.224	97,3%	-R\$ 101.576
VILA MARIA	5.937.734	5.773.060	97,2%	-R\$ 164.675
VILA NOVA DO SUL	2.824.234	2.736.514	96,9%	-R\$ 87.721
VISTA ALEGRE	3.098.164	2.995.957	96,7%	-R\$ 102.207
VISTA ALEGRE DO PRATA	3.902.073	3.753.875	96,2%	-R\$ 148.198
VISTA GAUCHA	2.758.918	2.684.201	97,3%	-R\$ 74.717
VITORIA DAS MISSOES	2.455.621	2.375.055	96,7%	-R\$ 80.566
WESTFALIA	8.547.580	8.261.999	96,7%	-R\$ 285.581
XANGRI-LA	3.060.539	2.977.905	97,3%	-R\$ 82.634
<b>TOTAL</b>	<b>6.208.745.826</b>	<b>6.029.522.929</b>	<b>97,1%</b>	<b>-R\$ 179.222.897</b>

Valores Liquidos - R\$, descontados 20% do FUNDEB

# FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL

Área de Receitas Municipais

## FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM - Rio Grande do Sul

**PREVISÃO x REALIZADO PARA 2016**

*Sem considerar os recursos repassados da Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016 (Repatriação)*

Município	Coef.	PLOA 2016	Reestimativa da Programação Financeira da União						REALIZADO 2016	Queda por Município R\$	Queda %
			Lei nº 13.255, de 14/01/16	Decreto 8.676, de 19/02/16	Decreto 8.700, de 30/03/16	Decreto 8.784, de 07/06/16,	Decreto 8.864, de 29/09/16	Decreto 8.941, de 27/12/16			
Aceguá	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Água Santa	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Agudo	1,2	12.019.805	12.757.603	12.209.592	12.200.552	11.247.166	11.232.484	11.922.702	11.278.640	- 741.165	-6,2%
Ajuricaba	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Alecrim	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Alegrete	2,6	26.042.967	27.641.533	26.454.172	26.434.585	24.368.912	24.337.101	25.832.577	24.437.053	- 1.605.914	-6,2%
Alegria	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Alm. Tamandaré do Sul	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Alpestre	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Alto Alegre	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Alto Feliz	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Alvorada	4	52.920.412	56.168.764	53.755.997	53.716.196	49.518.660	49.454.020	52.492.896	49.657.151	- 3.263.262	-6,2%
Amaral Ferrador	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Ametista do Sul	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
André da Rocha	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Anta Gorda	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Antônio Prado	0,8	8.028.335	8.505.103	8.139.760	8.133.733	7.498.140	7.488.353	7.948.500	7.532.603	- 495.733	-6,2%
Arambaré	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Araricá	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Aratiba	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Arroio do Meio	1,2	12.019.805	12.757.603	12.209.592	12.200.552	11.247.166	11.232.484	11.922.702	11.278.640	- 741.165	-6,2%
Arroio do Padre	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Arroio do Sal	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Arroio do Tigre	0,8	8.028.335	8.505.103	8.139.760	8.133.733	7.498.140	7.488.353	7.948.500	7.532.603	- 495.733	-6,2%
Arroio dos Ratos	1	10.016.544	10.631.378	10.174.700	10.167.167	9.372.676	9.360.441	9.935.625	9.398.867	- 617.677	-6,2%
Arroio Grande	1,2	12.019.805	12.757.603	12.209.592	12.200.552	11.247.166	11.232.484	11.922.702	11.278.640	- 741.165	-6,2%
Arvorezinha	0,8	8.028.335	8.505.103	8.139.760	8.133.733	7.498.140	7.488.353	7.948.500	7.532.603	- 495.733	-6,2%

Assinado digitalmente por: MARIA ISABEL BEZERRA BRANCHI em 02/09/17.

Confira a autenticidade do documento em [www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br). Identificador: PRE.B1AD.34A4.77F3.4310.EEAE.



Município	Coef.	PLOA 2016	Reestimativa da Programação Financeira da União						REALIZADO 2016	Queda por Município R\$	Queda %	Processo
			Lei nº 13.255, de 14/01/16	Decreto 8.676, de 19/02/16	Decreto 8.700, de 30/03/16	Decreto 8.784, de 07/06/16,	Decreto 8.864, de 29/09/16	Decreto 8.941, de 27/12/16				
Augusto Pestana	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	02339-0200716-9
Áurea	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Bagé	3,4	34.056.155	36.146.584	34.593.884	34.568.270	31.867.008	31.825.409	33.781.029	31.956.146	- 2.100.009	-6,2%	Página da peça 2
Balneário Pinhal	0,8	8.028.335	8.505.103	8.139.760	8.133.733	7.498.140	7.488.353	7.948.500	7.532.603	- 495.733	-6,2%	
Barão	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	Página da peça 2
Barão de Cotegipe	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Barão do Triunfo	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	Página da peça 2
Barra do Guarita	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Barra do Quaraí	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	Página da peça 2
Barra do Ribeiro	0,8	8.028.335	8.505.103	8.139.760	8.133.733	7.498.140	7.488.353	7.948.500	7.532.603	- 495.733	-6,2%	
Barra do Rio Azul	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	Página da peça 2
Barra Funda	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Barracão	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	Página da peça 2
Barros Cassal	0,8	8.028.335	8.505.103	8.139.760	8.133.733	7.498.140	7.488.353	7.948.500	7.532.603	- 495.733	-6,2%	
Benjamin Constant do Sul	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	Página da peça 2
Bento Gonçalves	3,2	32.052.894	34.020.359	32.558.992	32.534.885	29.992.517	29.953.366	31.793.951	30.076.373	- 1.976.521	-6,2%	
Boa Vista das Missões	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	Página da peça 2
Boa Vista do Buricá	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Boa Vista do Cadeado	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	Página da peça 2
Boa Vista do Incra	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Boa Vista do Sul	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	Página da peça 2
Bom Jesus	0,8	8.028.335	8.505.103	8.139.760	8.133.733	7.498.140	7.488.353	7.948.500	7.532.603	- 495.733	-6,2%	
Bom Princípio	0,8	8.028.335	8.505.103	8.139.760	8.133.733	7.498.140	7.488.353	7.948.500	7.532.603	- 495.733	-6,2%	Página da peça 2
Bom Progresso	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Bom Retiro do Sul	0,8	8.028.335	8.505.103	8.139.760	8.133.733	7.498.140	7.488.353	7.948.500	7.532.603	- 495.733	-6,2%	Página da peça 2
Boqueirão do Leão	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Bossoroca	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	Página da peça 2
Bozano	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Braga	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	Página da peça 2
Brochier	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Butiá	1,2	12.019.805	12.757.603	12.209.592	12.200.552	11.247.166	11.232.484	11.922.702	11.278.640	- 741.165	-6,2%	Página da peça 2
Caçapava do Sul	1,6	16.026.423	17.010.154	16.279.472	16.267.418	14.996.236	14.976.661	15.896.952	15.038.186	- 988.237	-6,2%	
Cacequi	1	10.016.544	10.631.378	10.174.700	10.167.167	9.372.676	9.360.441	9.935.625	9.398.867	- 617.677	-6,2%	Página da peça 2
Cachoeira do Sul	2,8	28.046.276	29.767.808	28.489.112	28.468.018	26.243.447	26.209.190	27.819.702	26.316.827	- 1.729.450	-6,2%	
Cachoeirinha	3,4	34.056.155	36.146.584	34.593.884	34.568.270	31.867.008	31.825.409	33.781.029	31.956.146	- 2.100.009	-6,2%	Página da peça 2
Cacique Doble	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Caibaté	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	Página da peça 2
Caíçara	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Camapuã	2,4	24.039.659	25.515.257	24.419.232	24.401.152	22.494.377	22.465.013	23.845.452	22.557.280	- 1.482.379	-6,2%	Página da peça 2

Assinado digitalmente por: MARIA ISABEL BEZERRA BRANCHI em 02/08/17.

Confira a autenticidade do documento em [www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br). Identificador: PRE.B1AD.34A4.77F3.4310.EEAE.

Município	Coef.	PLOA 2016	Reestimativa da Programação Financeira da União						REALIZADO 2016	Queda por Município R\$	Queda %	Processo
			Lei nº 13.255, de 14/01/16	Decreto 8.676, de 19/02/16	Decreto 8.700, de 30/03/16	Decreto 8.784, de 07/06/16,	Decreto 8.864, de 29/09/16	Decreto 8.941, de 27/12/16				
Camargo	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	02339-0200716-9
Cambará do Sul	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Campestre da Serra	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Campina das Missões	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	Página da peça
Campinas do Sul	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Campo Bom	2,4	24.039.659	25.515.257	24.419.232	24.401.152	22.494.377	22.465.013	23.845.452	22.557.280	- 1.482.379	-6,2%	
Campo Novo	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	Página da peça
Campos Borges	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Candelária	1,6	16.026.423	17.010.154	16.279.472	16.267.418	14.996.236	14.976.661	15.896.952	15.038.186	- 988.237	-6,2%	
Cândido Godói	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	3
Candiota	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Canela	1,8	18.029.732	19.136.430	18.314.412	18.300.852	16.870.771	16.848.749	17.884.077	16.917.960	- 1.111.772	-6,2%	
Canguçu	2,2	22.036.350	23.388.981	22.384.292	22.367.718	20.619.842	20.592.925	21.858.327	20.677.507	- 1.358.843	-6,2%	Peça
Canoas	4	52.920.412	56.168.764	53.755.997	53.716.196	49.518.660	49.454.020	52.492.896	49.657.151	- 3.263.262	-6,2%	
Canudos do Vale	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Capão Bonito do Sul	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	DOCUMENTO DE ACESSO
Capão da Canoa	2	20.033.041	21.262.706	20.349.352	20.334.285	18.745.306	18.720.837	19.871.202	18.797.733	- 1.235.307	-6,2%	
Capão do Cipó	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Capão do Leão	1,4	14.023.114	14.883.879	14.244.532	14.233.985	13.121.701	13.104.572	13.909.827	13.158.413	- 864.701	-6,2%	RESTITO
Capela de Santana	0,8	8.028.335	8.505.103	8.139.760	8.133.733	7.498.140	7.488.353	7.948.500	7.532.603	- 495.733	-6,2%	
Capitão	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Capivari do Sul	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	ACESSO
Caraá	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Carazinho	2,4	24.039.659	25.515.257	24.419.232	24.401.152	22.494.377	22.465.013	23.845.452	22.557.280	- 1.482.379	-6,2%	
Carlos Barbosa	1,4	14.023.114	14.883.879	14.244.532	14.233.985	13.121.701	13.104.572	13.909.827	13.158.413	- 864.701	-6,2%	3FC
Carlos Gomes	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Casca	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Caseiros	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Catuípe	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Caxias do Sul	4	52.920.412	56.168.764	53.755.997	53.716.196	49.518.660	49.454.020	52.492.896	49.657.151	- 3.263.262	-6,2%	
Centenário	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Cerrito	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Cerro Branco	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Cerro Grande	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Cerro Grande do Sul	0,8	8.028.335	8.505.103	8.139.760	8.133.733	7.498.140	7.488.353	7.948.500	7.532.603	- 495.733	-6,2%	
Cerro Largo	1	10.016.544	10.631.378	10.174.700	10.167.167	9.372.676	9.360.441	9.935.625	9.398.867	- 617.677	-6,2%	
Chapada	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Charqueadas	1,8	18.029.732	19.136.430	18.314.412	18.300.852	16.870.771	16.848.749	17.884.077	16.917.960	- 1.111.772	-6,2%	
Charrua	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	

Assinado digitalmente por: MARIA ISABEL BEZERRA BRANCHI em 02/08/17.

Confira a autenticidade do documento em [www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br). Identificador: PRE.B1AD.34A4.77F3.4310.EEAE.

Município	Coef.	PLOA 2016	Reestimativa da Programação Financeira da União						REALIZADO 2016	Queda por Município R\$	Queda %	Processo
			Lei nº 13.255, de 14/01/16	Decreto 8.676, de 19/02/16	Decreto 8.700, de 30/03/16	Decreto 8.784, de 07/06/16,	Decreto 8.864, de 29/09/16	Decreto 8.941, de 27/12/16				
Chiapetta	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	02339-020016-9
Chuí	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Chuvisca	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Cidreira	1	10.016.544	10.631.378	10.174.700	10.167.167	9.372.676	9.360.441	9.935.625	9.398.867	- 617.677	-6,2%	
Ciríaco	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	Página da peça 4
Colinas	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Colorado	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Condor	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Constantina	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	Peça 676646
Coqueiro Baixo	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Coqueiros do Sul	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Coronel Barros	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Coronel Bicaco	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
Coronel Pilar	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Cotiporã	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Coxilha	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Crissiumal	1	10.016.544	10.631.378	10.174.700	10.167.167	9.372.676	9.360.441	9.935.625	9.398.867	- 617.677	-6,2%	ACESSO Nº 123-3FC
Cristal	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Cristal do Sul	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Cruz Alta	2,4	24.039.659	25.515.257	24.419.232	24.401.152	22.494.377	22.465.013	23.845.452	22.557.280	- 1.482.379	-6,2%	
Cruzaltense	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Cruzeiro do Sul	0,8	8.028.335	8.505.103	8.139.760	8.133.733	7.498.140	7.488.353	7.948.500	7.532.603	- 495.733	-6,2%	
David Canabarro	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Derrubadas	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Dezesseis de Novembro	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Dilermando de Aguiar	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Dois Irmãos	1,4	14.023.114	14.883.879	14.244.532	14.233.985	13.121.701	13.104.572	13.909.827	13.158.413	- 864.701	-6,2%	
Dois Irmãos das Missões	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Dois Lajeados	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Dom Feliciano	1	10.016.544	10.631.378	10.174.700	10.167.167	9.372.676	9.360.441	9.935.625	9.398.867	- 617.677	-6,2%	
Dom Pedrito	1,8	18.029.732	19.136.430	18.314.412	18.300.852	16.870.771	16.848.749	17.884.077	16.917.960	- 1.111.772	-6,2%	
Dom Pedro de Alcântara	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Dona Francisca	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Doutor Maurício Cardoso	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Doutor Ricardo	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Eldorado do Sul	1,8	18.029.732	19.136.430	18.314.412	18.300.852	16.870.771	16.848.749	17.884.077	16.917.960	- 1.111.772	-6,2%	
Encantado	1,2	12.019.805	12.757.603	12.209.592	12.200.552	11.247.166	11.232.484	11.922.702	11.278.640	- 741.165	-6,2%	
Encruzilhada do Sul	1,4	14.023.114	14.883.879	14.244.532	14.233.985	13.121.701	13.104.572	13.909.827	13.158.413	- 864.701	-6,2%	
Engenho Velho	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	

Assinado digitalmente por: MARIA ISABEL BEZERRA BRANCHI em 02/08/17.

Confira a autenticidade do documento em [www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br). Identificador: PRE.B1AD.34A4.77F3.4310.EEAE.

Município	Coef.	PLOA 2016	Reestimativa da Programação Financeira da União						REALIZADO 2016	Queda por Município R\$	Queda %	Processo
			Lei nº 13.255, de 14/01/16	Decreto 8.676, de 19/02/16	Decreto 8.700, de 30/03/16	Decreto 8.784, de 07/06/16,	Decreto 8.864, de 29/09/16	Decreto 8.941, de 27/12/16				
Entre Rios do Sul	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	02339-0200716-9
Entre-Ijuís	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Erebango	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Erechim	3,2	32.052.894	34.020.359	32.558.992	32.534.885	29.992.517	29.953.366	31.793.951	30.076.373	- 1.976.521	-6,2%	
Ernestina	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Erval Grande	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	Página da peça 5
Erval Seco	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Esmeralda	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Esperança do Sul	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Espumoso	1	10.016.544	10.631.378	10.174.700	10.167.167	9.372.676	9.360.441	9.935.625	9.398.867	- 617.677	-6,2%	
Estação	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	Peça 676646
Estância Velha	2	20.033.041	21.262.706	20.349.352	20.334.285	18.745.306	18.720.837	19.871.202	18.797.733	- 1.235.307	-6,2%	
Esteio	2,8	28.046.276	29.767.808	28.489.112	28.468.018	26.243.447	26.209.190	27.819.702	26.316.827	- 1.729.450	-6,2%	
Estrela	1,6	16.026.423	17.010.154	16.279.472	16.267.418	14.996.236	14.976.661	15.896.952	15.038.186	- 988.237	-6,2%	
Estrela Velha	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Eugênio de Castro	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	DOCUMENTO DE ACESSO RESTRIÇÃO
Fagundes Varela	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Farroupilha	2,4	24.039.659	25.515.257	24.419.232	24.401.152	22.494.377	22.465.013	23.845.452	22.557.280	- 1.482.379	-6,2%	
Faxinal do Soturno	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Faxinalzinho	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Fazenda Vilanova	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	ACESSO MÓDULO 3FC
Feliz	0,8	8.028.335	8.505.103	8.139.760	8.133.733	7.498.140	7.488.353	7.948.500	7.532.603	- 495.733	-6,2%	
Flores da Cunha	1,4	14.023.114	14.883.879	14.244.532	14.233.985	13.121.701	13.104.572	13.909.827	13.158.413	- 864.701	-6,2%	
Floriano Peixoto	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Fontoura Xavier	0,8	8.028.335	8.505.103	8.139.760	8.133.733	7.498.140	7.488.353	7.948.500	7.532.603	- 495.733	-6,2%	
Formigueiro	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Forquetinha	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Fortaleza dos Valos	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Frederico Westphalen	1,4	14.023.114	14.883.879	14.244.532	14.233.985	13.121.701	13.104.572	13.909.827	13.158.413	- 864.701	-6,2%	
Garibaldi	1,6	16.026.423	17.010.154	16.279.472	16.267.418	14.996.236	14.976.661	15.896.952	15.038.186	- 988.237	-6,2%	
Garruchos	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Gaurama	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
General Câmara	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Gentil	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Getúlio Vargas	1	10.016.544	10.631.378	10.174.700	10.167.167	9.372.676	9.360.441	9.935.625	9.398.867	- 617.677	-6,2%	
Giruá	1,2	12.019.805	12.757.603	12.209.592	12.200.552	11.247.166	11.232.484	11.922.702	11.278.640	- 741.165	-6,2%	
Glorinha	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Gramado	1,6	16.026.423	17.010.154	16.279.472	16.267.418	14.996.236	14.976.661	15.896.952	15.038.186	- 988.237	-6,2%	
Gramado dos Loureiros	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	

Assinado digitalmente por: MARIA ISABEL BEZERRA BRANCHI em 02/08/17.

Confira a autenticidade do documento em [www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br). Identificador: PRE.B1AD.34A4.77F3.4310.EEAE.

Município	Coef.	PLOA 2016	Reestimativa da Programação Financeira da União						REALIZADO 2016	Queda por Município R\$	Queda %	Processo
			Lei nº 13.255, de 14/01/16	Decreto 8.676, de 19/02/16	Decreto 8.700, de 30/03/16	Decreto 8.784, de 07/06/16,	Decreto 8.864, de 29/09/16	Decreto 8.941, de 27/12/16				
Gramado Xavier	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	02339-0200716-9
Gravataí	4	52.920.412	56.168.764	53.755.997	53.716.196	49.518.660	49.454.020	52.492.896	49.657.151	- 3.263.262	-6,2%	
Guabiju	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Guaíba	3	30.045.766	31.890.030	30.520.173	30.497.575	28.114.408	28.077.709	29.803.038	28.196.600	- 1.849.166	-6,2%	
Guaporé	1,4	14.023.114	14.883.879	14.244.532	14.233.985	13.121.701	13.104.572	13.909.827	13.158.413	- 864.701	-6,2%	
Guarani das Missões	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Harmonia	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	Página da peça 6
Herval	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Herveiras	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Horizontina	1,2	12.019.805	12.757.603	12.209.592	12.200.552	11.247.166	11.232.484	11.922.702	11.278.640	- 741.165	-6,2%	
Hulha Negra	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Humaitá	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Ibarama	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	Peça 676646
Ibiaçá	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Ibiraíaras	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Ibirapuitã	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Ibirubá	1,2	12.019.805	12.757.603	12.209.592	12.200.552	11.247.166	11.232.484	11.922.702	11.278.640	- 741.165	-6,2%	
Igrejinha	1,6	16.026.423	17.010.154	16.279.472	16.267.418	14.996.236	14.976.661	15.896.952	15.038.186	- 988.237	-6,2%	
Ijuí	2,8	28.046.276	29.767.808	28.489.112	28.468.018	26.243.447	26.209.190	27.819.702	26.316.827	- 1.729.450	-6,2%	DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
Ilópolis	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Imbé	1,2	12.019.805	12.757.603	12.209.592	12.200.552	11.247.166	11.232.484	11.922.702	11.278.640	- 741.165	-6,2%	
Imigrante	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Independência	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Inhacorá	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Ipê	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	ACESSO MÓDULO 3FC
Ipiranga do Sul	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Iraí	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Itaara	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Itacurubi	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Itapuca	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Itaqui	1,8	18.029.732	19.136.430	18.314.412	18.300.852	16.870.771	16.848.749	17.884.077	16.917.960	- 1.111.772	-6,2%	
Itati	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Itatiba do Sul	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Ivorá	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Ivoti	1,2	12.019.805	12.757.603	12.209.592	12.200.552	11.247.166	11.232.484	11.922.702	11.278.640	- 741.165	-6,2%	
Jaboticaba	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Jacuzinho	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Jacutinga	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Jaguarão	1,4	14.023.114	14.883.879	14.244.532	14.233.985	13.121.701	13.104.572	13.909.827	13.158.413	- 864.701	-6,2%	

Assinado digitalmente por: MARIA ISABEL BEZERRA BRANCHI em 02/08/17.

Confira a autenticidade do documento em [www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br). Identificador: PRE.B1AD.34A4.77F3.4310.EEAE.

Município	Coef.	PLOA 2016	Reestimativa da Programação Financeira da União						REALIZADO 2016	Queda por Município R\$	Queda %	Processo
			Lei nº 13.255, de 14/01/16	Decreto 8.676, de 19/02/16	Decreto 8.700, de 30/03/16	Decreto 8.784, de 07/06/16,	Decreto 8.864, de 29/09/16	Decreto 8.941, de 27/12/16				
Jaguari	0,8	8.028.335	8.505.103	8.139.760	8.133.733	7.498.140	7.488.353	7.948.500	7.532.603	- 495.733	-6,2%	02339-0200716-9
Jaquirana	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Jari	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Jóia	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Júlio de Castilhos	1,2	12.019.805	12.757.603	12.209.592	12.200.552	11.247.166	11.232.484	11.922.702	11.278.640	- 741.165	-6,2%	
Lagoa Bonita do Sul	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Lagoa dos Três Cantos	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Lagoa Vermelha	1,4	14.023.114	14.883.879	14.244.532	14.233.985	13.121.701	13.104.572	13.909.827	13.158.413	- 864.701	-6,2%	Página da peça
Lagoão	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Lajeado	2,6	26.042.967	27.641.533	26.454.172	26.434.585	24.368.912	24.337.101	25.832.577	24.437.053	- 1.605.914	-6,2%	
Lajeado do Bugre	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Lavras do Sul	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Liberato Salzano	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Lindolfo Collor	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Linha Nova	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	Peça 070648
Maçambará	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Machadinho	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Mampituba	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Manoel Viana	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Maquiné	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Maratá	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Marau	1,8	18.029.732	19.136.430	18.314.412	18.300.852	16.870.771	16.848.749	17.884.077	16.917.960	- 1.111.772	-6,2%	DOCUMENTO DE ACESSO RESTRIÇÃO
Marcelino Ramos	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Mariana Pimentel	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Mariano Moro	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Marques de Souza	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Mata	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Mato Castelhano	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Mato Leitão	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	ACESSO M01B-3FC
Mato Queimado	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Maximiliano de Almeida	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Minas do Leão	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Miraguaí	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Montauri	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Monte Alegre dos Campos	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Monte Belo do Sul	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	02339-0200716-9
Montenegro	2,4	24.039.659	25.515.257	24.419.232	24.401.152	22.494.377	22.465.013	23.845.452	22.557.280	- 1.482.379	-6,2%	
Mormaço	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Morrinhos do Sul	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	

Assinado digitalmente por: MARIA ISABEL BEZERRA BRANCHI em 02/08/17.

Confira a autenticidade do documento em [www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br). Identificador: PRE.B1AD.34A4.77F3.4310.EEAE.



Município	Coef.	PLOA 2016	Reestimativa da Programação Financeira da União						REALIZADO 2016	Queda por Município R\$	Queda %
			Lei nº 13.255, de 14/01/16	Decreto 8.676, de 19/02/16	Decreto 8.700, de 30/03/16	Decreto 8.784, de 07/06/16,	Decreto 8.864, de 29/09/16	Decreto 8.941, de 27/12/16			
Morro Redondo	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Morro Reuter	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Mostardas	0,8	8.028.335	8.505.103	8.139.760	8.133.733	7.498.140	7.488.353	7.948.500	7.532.603	- 495.733	-6,2%
Muçum	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Muitos Capões	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Muliterno	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Não-Me-Toque	1,2	12.019.805	12.757.603	12.209.592	12.200.552	11.247.166	11.232.484	11.922.702	11.278.640	- 741.165	-6,2%
Nicolau Vergueiro	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Nonoai	0,8	8.028.335	8.505.103	8.139.760	8.133.733	7.498.140	7.488.353	7.948.500	7.532.603	- 495.733	-6,2%
Nova Alvorada	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Nova Araçá	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Nova Bassano	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Nova Boa Vista	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Nova Brésia	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Nova Candelária	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Nova Esperança do Sul	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Nova Hartz	1,2	12.019.805	12.757.603	12.209.592	12.200.552	11.247.166	11.232.484	11.922.702	11.278.640	- 741.165	-6,2%
Nova Pádua	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Nova Palma	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Nova Petrópolis	1,2	12.019.805	12.757.603	12.209.592	12.200.552	11.247.166	11.232.484	11.922.702	11.278.640	- 741.165	-6,2%
Nova Prata	1,4	14.023.114	14.883.879	14.244.532	14.233.985	13.121.701	13.104.572	13.909.827	13.158.413	- 864.701	-6,2%
Nova Ramada	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Nova Roma do Sul	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Nova Santa Rita	1,4	14.023.114	14.883.879	14.244.532	14.233.985	13.121.701	13.104.572	13.909.827	13.158.413	- 864.701	-6,2%
Novo Barreiro	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Novo Cabrais	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Novo Hamburgo	4	52.920.412	56.168.764	53.755.997	53.716.196	49.518.660	49.454.020	52.492.896	49.657.151	- 3.263.262	-6,2%
Novo Machado	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Novo Tiradentes	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Novo Xingu	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Osório	1,8	18.029.732	19.136.430	18.314.412	18.300.852	16.870.771	16.848.749	17.884.077	16.917.960	- 1.111.772	-6,2%
Paim Filho	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Palmares do Sul	0,8	8.028.335	8.505.103	8.139.760	8.133.733	7.498.140	7.488.353	7.948.500	7.532.603	- 495.733	-6,2%
Palmeira das Missões	1,6	16.026.423	17.010.154	16.279.472	16.267.418	14.996.236	14.976.661	15.896.952	15.038.186	- 988.237	-6,2%
Palmitinho	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Panambi	1,8	18.029.732	19.136.430	18.314.412	18.300.852	16.870.771	16.848.749	17.884.077	16.917.960	- 1.111.772	-6,2%
Pantano Grande	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Paraí	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Paraíso do Sul	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%

Assinado digitalmente por: MARIA ISABEL BEZERRA BRANCHI em 02/08/17.

Confira a autenticidade do documento em [www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br). Identificador: PRE.B1AD.34A4.77F3.4310.EEAE.

Município	Coef.	PLOA 2016	Reestimativa da Programação Financeira da União						REALIZADO 2016	Queda por Município R\$	Queda %	Processo
			Lei nº 13.255, de 14/01/16	Decreto 8.676, de 19/02/16	Decreto 8.700, de 30/03/16	Decreto 8.784, de 07/06/16,	Decreto 8.864, de 29/09/16	Decreto 8.941, de 27/12/16				
Pareci Novo	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	02339-0200716-9
Parobé	2,2	22.036.350	23.388.981	22.384.292	22.367.718	20.619.842	20.592.925	21.858.327	20.677.507	- 1.358.843	-6,2%	
Passa Sete	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Passo do Sobrado	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Passo Fundo	4	52.920.412	56.168.764	53.755.997	53.716.196	49.518.660	49.454.020	52.492.896	49.657.151	- 3.263.262	-6,2%	Página da peça 9
Paulo Bento	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Paverama	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Pedras Altas	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Pedro Osório	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	Peça 676646
Pejuçara	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Pelotas	4	52.920.412	56.168.764	53.755.997	53.716.196	49.518.660	49.454.020	52.492.896	49.657.151	- 3.263.262	-6,2%	
Picada Café	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Pinhal	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
Pinhal da Serra	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Pinhal Grande	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Pinheirinho do Vale	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Pinheiro Machado	0,8	8.028.335	8.505.103	8.139.760	8.133.733	7.498.140	7.488.353	7.948.500	7.532.603	- 495.733	-6,2%	ACESSO Nº 12.339.33FC
Pinto Bandeira	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Pirapó	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Piratini	1,2	12.019.805	12.757.603	12.209.592	12.200.552	11.247.166	11.232.484	11.922.702	11.278.640	- 741.165	-6,2%	
Planalto	0,8	8.028.335	8.505.103	8.139.760	8.133.733	7.498.140	7.488.353	7.948.500	7.532.603	- 495.733	-6,2%	ACESSO Nº 12.339.33FC
Poço das Antas	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Pontão	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Ponte Preta	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Portão	1,6	16.026.423	17.010.154	16.279.472	16.267.418	14.996.236	14.976.661	15.896.952	15.038.186	- 988.237	-6,2%	ACESSO Nº 12.339.33FC
Porto Alegre	Capital	202.021.476	214.421.925	205.211.288	205.059.347	189.035.430	188.788.669	173.136.559	188.133.636,02	- 13.887.840	-6,9%	
Porto Lucena	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Porto Mauá	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Porto Vera Cruz	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	ACESSO Nº 12.339.33FC
Porto Xavier	0,8	8.028.335	8.505.103	8.139.760	8.133.733	7.498.140	7.488.353	7.948.500	7.532.603	- 495.733	-6,2%	
Pouso Novo	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Presidente Lucena	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Progresso	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	ACESSO Nº 12.339.33FC
Protásio Alves	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Putinga	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Quaraí	1,2	12.019.805	12.757.603	12.209.592	12.200.552	11.247.166	11.232.484	11.922.702	11.278.640	- 741.165	-6,2%	
Quatro Irmãos	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	ACESSO Nº 12.339.33FC
Quevedos	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Quinze de Novembro	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	

Assinado digitalmente por: MARIA ISABEL BEZERRA BRANCHI em 02/08/17.

Confira a autenticidade do documento em [www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br). Identificador: PRE.B1AD.34A4.77F3.4310.EEAE.

Município	Coef.	PLOA 2016	Reestimativa da Programação Financeira da União						REALIZADO 2016	Queda por Município R\$	Queda %	Processo
			Lei nº 13.255, de 14/01/16	Decreto 8.676, de 19/02/16	Decreto 8.700, de 30/03/16	Decreto 8.784, de 07/06/16,	Decreto 8.864, de 29/09/16	Decreto 8.941, de 27/12/16				
Redentora	0,8	8.028.335	8.505.103	8.139.760	8.133.733	7.498.140	7.488.353	7.948.500	7.532.603	- 495.733	-6,2%	02339-0200716-9
Relvado	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Restinga Seca	1	10.016.544	10.631.378	10.174.700	10.167.167	9.372.676	9.360.441	9.935.625	9.398.867	- 617.677	-6,2%	
Rio dos Índios	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Rio Grande	4	52.920.412	56.168.764	53.755.997	53.716.196	49.518.660	49.454.020	52.492.896	49.657.151	- 3.263.262	-6,2%	Página da peça 10
Rio Pardo	1,8	18.029.732	19.136.430	18.314.412	18.300.852	16.870.771	16.848.749	17.884.077	16.917.960	- 1.111.772	-6,2%	
Riozinho	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Roca Sales	0,8	8.028.335	8.505.103	8.139.760	8.133.733	7.498.140	7.488.353	7.948.500	7.532.603	- 495.733	-6,2%	
Rodeio Bonito	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	Peça 676646
Rolador	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Rolante	1,2	12.019.805	12.757.603	12.209.592	12.200.552	11.247.166	11.232.484	11.922.702	11.278.640	- 741.165	-6,2%	
Ronda Alta	0,8	8.028.335	8.505.103	8.139.760	8.133.733	7.498.140	7.488.353	7.948.500	7.532.603	- 495.733	-6,2%	
Rondinha	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	DOCUMENTO DE ACESSO RESTRITO
Roque Gonzales	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Rosário do Sul	1,8	18.029.732	19.136.430	18.314.412	18.300.852	16.870.771	16.848.749	17.884.077	16.917.960	- 1.111.772	-6,2%	
Sagrada Família	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Saldanha Marinho	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	ACESSO MÓDULO 3FC
Salto do Jacuí	0,8	8.028.335	8.505.103	8.139.760	8.133.733	7.498.140	7.488.353	7.948.500	7.532.603	- 495.733	-6,2%	
Salvador das Missões	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Salvador do Sul	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Sananduva	1	10.016.544	10.631.378	10.174.700	10.167.167	9.372.676	9.360.441	9.935.625	9.398.867	- 617.677	-6,2%	
Santa Bárbara do Sul	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Santa Cecília do Sul	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Santa Clara do Sul	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Santa Cruz do Sul	3,4	34.056.155	36.146.584	34.593.884	34.568.270	31.867.008	31.825.409	33.781.029	31.956.146	- 2.100.009	-6,2%	
Santa Margarida do Sul	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Santa Maria	4	52.920.412	56.168.764	53.755.997	53.716.196	49.518.660	49.454.020	52.492.896	49.657.151	- 3.263.262	-6,2%	
Santa Maria do Herval	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Santa Rosa	2,6	26.042.967	27.641.533	26.454.172	26.434.585	24.368.912	24.337.101	25.832.577	24.437.053	- 1.605.914	-6,2%	
Santa Tereza	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Santa Vitória do Palmar	1,6	16.026.423	17.010.154	16.279.472	16.267.418	14.996.236	14.976.661	15.896.952	15.038.186	- 988.237	-6,2%	
Santana da Boa Vista	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Santana do Livramento	2,8	28.046.276	29.767.808	28.489.112	28.468.018	26.243.447	26.209.190	27.819.702	26.316.827	- 1.729.450	-6,2%	
Santiago	2	20.033.041	21.262.706	20.349.352	20.334.285	18.745.306	18.720.837	19.871.202	18.797.733	- 1.235.307	-6,2%	
Santo Ângelo	2,6	26.042.967	27.641.533	26.454.172	26.434.585	24.368.912	24.337.101	25.832.577	24.437.053	- 1.605.914	-6,2%	
Santo Antônio da Patrulha	1,8	18.029.732	19.136.430	18.314.412	18.300.852	16.870.771	16.848.749	17.884.077	16.917.960	- 1.111.772	-6,2%	
Santo Antônio das Missões	0,8	8.028.335	8.505.103	8.139.760	8.133.733	7.498.140	7.488.353	7.948.500	7.532.603	- 495.733	-6,2%	
Santo Antônio do Palma	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
Santo Antônio do Planalto	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	

Assinado digitalmente por: MARIA ISABEL BEZERRA BRANCHI em 02/08/17.

Confira a autenticidade do documento em [www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br). Identificador: PRE.B1AD.34A4.77F3.4310.EEAE.

Município	Coef.	PLOA 2016	Reestimativa da Programação Financeira da União						REALIZADO 2016	Queda por Município R\$	Queda %	Processo
			Lei nº 13.255, de 14/01/16	Decreto 8.676, de 19/02/16	Decreto 8.700, de 30/03/16	Decreto 8.784, de 07/06/16,	Decreto 8.864, de 29/09/16	Decreto 8.941, de 27/12/16				
Santo Augusto	1	10.016.544	10.631.378	10.174.700	10.167.167	9.372.676	9.360.441	9.935.625	9.398.867	- 617.677	-6,2%	02339-0200716-9
Santo Cristo	1	10.016.544	10.631.378	10.174.700	10.167.167	9.372.676	9.360.441	9.935.625	9.398.867	- 617.677	-6,2%	
Santo Expedito do Sul	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
São Borja	2,4	24.039.659	25.515.257	24.419.232	24.401.152	22.494.377	22.465.013	23.845.452	22.557.280	- 1.482.379	-6,2%	
São Domingos do Sul	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
São Francisco de Assis	1,2	12.019.805	12.757.603	12.209.592	12.200.552	11.247.166	11.232.484	11.922.702	11.278.640	- 741.165	-6,2%	
São Francisco de Paula	1,2	12.019.805	12.757.603	12.209.592	12.200.552	11.247.166	11.232.484	11.922.702	11.278.640	- 741.165	-6,2%	
São Gabriel	2,4	24.039.659	25.515.257	24.419.232	24.401.152	22.494.377	22.465.013	23.845.452	22.557.280	- 1.482.379	-6,2%	
São Jerônimo	1,2	12.019.805	12.757.603	12.209.592	12.200.552	11.247.166	11.232.484	11.922.702	11.278.640	- 741.165	-6,2%	
São João da Urtiga	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
São João do Polêsine	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	Página da peça 1
São Jorge	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
São José das Missões	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
São José do Herval	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
São José do Hortêncio	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
São José do Inhacorá	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
São José do Norte	1,4	14.023.114	14.883.879	14.244.532	14.233.985	13.121.701	13.104.572	13.909.827	13.158.413	- 864.701	-6,2%	
São José do Ouro	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
São José do Sul	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
São José dos Ausentes	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
São Leopoldo	4	52.920.412	56.168.764	53.755.997	53.716.196	49.518.660	49.454.020	52.492.896	49.657.151	- 3.263.262	-6,2%	DOCUMENTO DE ACESSO RESTRIÇÃO
São Lourenço do Sul	2	20.033.041	21.262.706	20.349.352	20.334.285	18.745.306	18.720.837	19.871.202	18.797.733	- 1.235.307	-6,2%	
São Luiz Gonzaga	1,6	16.026.423	17.010.154	16.279.472	16.267.418	14.996.236	14.976.661	15.896.952	15.038.186	- 988.237	-6,2%	
São Marcos	1,2	12.019.805	12.757.603	12.209.592	12.200.552	11.247.166	11.232.484	11.922.702	11.278.640	- 741.165	-6,2%	
São Martinho	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
São Martinho da Serra	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
São Miguel das Missões	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
São Nicolau	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
São Paulo das Missões	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
São Pedro da Serra	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
São Pedro das Missões	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	ACESSO Nº 13-3FC
São Pedro do Butiá	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
São Pedro do Sul	1	10.016.544	10.631.378	10.174.700	10.167.167	9.372.676	9.360.441	9.935.625	9.398.867	- 617.677	-6,2%	
São Sebastião do Caí	1,4	14.023.114	14.883.879	14.244.532	14.233.985	13.121.701	13.104.572	13.909.827	13.158.413	- 864.701	-6,2%	
São Sepé	1,4	14.023.114	14.883.879	14.244.532	14.233.985	13.121.701	13.104.572	13.909.827	13.158.413	- 864.701	-6,2%	
São Valentim	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
São Valentim do Sul	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
São Valério do Sul	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	
São Vendelino	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%	

Assinado digitalmente por: MARIA ISABEL BEZERRA BRANCHI em 02/08/17.

Confira a autenticidade do documento em [www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br). Identificador: PRE.B1AD.34A4.77F3.4310.EEAE.

Município	Coef.	PLOA 2016	Reestimativa da Programação Financeira da União						REALIZADO 2016	Queda por Município R\$	Queda %
			Lei nº 13.255, de 14/01/16	Decreto 8.676, de 19/02/16	Decreto 8.700, de 30/03/16	Decreto 8.784, de 07/06/16,	Decreto 8.864, de 29/09/16	Decreto 8.941, de 27/12/16			
São Vicente do Sul	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Sapiranga	2,6	26.042.967	27.641.533	26.454.172	26.434.585	24.368.912	24.337.101	25.832.577	24.437.053	- 1.605.914	-6,2%
Sapucaia do Sul	3,6	36.059.464	38.272.860	36.628.824	36.601.703	33.741.543	33.697.498	35.768.154	33.835.920	- 2.223.544	-6,2%
Sarandi	1,2	12.019.805	12.757.603	12.209.592	12.200.552	11.247.166	11.232.484	11.922.702	11.278.640	- 741.165	-6,2%
Seberi	0,8	8.028.335	8.505.103	8.139.760	8.133.733	7.498.140	7.488.353	7.948.500	7.532.603	- 495.733	-6,2%
Sede Nova	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Segredo	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Selbach	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Senador Salgado Filho	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Sentinela do Sul	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Serafina Corrêa	1	10.016.544	10.631.378	10.174.700	10.167.167	9.372.676	9.360.441	9.935.625	9.398.867	- 617.677	-6,2%
Sério	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Sertão	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Sertão Santana	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Sete de Setembro	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Severiano de Almeida	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Silveira Martins	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Sinimbu	0,8	8.028.335	8.505.103	8.139.760	8.133.733	7.498.140	7.488.353	7.948.500	7.532.603	- 495.733	-6,2%
Sobradinho	1	10.016.544	10.631.378	10.174.700	10.167.167	9.372.676	9.360.441	9.935.625	9.398.867	- 617.677	-6,2%
Soledade	1,6	16.026.423	17.010.154	16.279.472	16.267.418	14.996.236	14.976.661	15.896.952	15.038.186	- 988.237	-6,2%
Tabaí	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Tapejara	1,2	12.019.805	12.757.603	12.209.592	12.200.552	11.247.166	11.232.484	11.922.702	11.278.640	- 741.165	-6,2%
Tapera	0,8	8.028.335	8.505.103	8.139.760	8.133.733	7.498.140	7.488.353	7.948.500	7.532.603	- 495.733	-6,2%
Tapes	1,2	12.019.805	12.757.603	12.209.592	12.200.552	11.247.166	11.232.484	11.922.702	11.278.640	- 741.165	-6,2%
Taquara	2,2	22.036.350	23.388.981	22.384.292	22.367.718	20.619.842	20.592.925	21.858.327	20.677.507	- 1.358.843	-6,2%
Taquari	1,4	14.023.114	14.883.879	14.244.532	14.233.985	13.121.701	13.104.572	13.909.827	13.158.413	- 864.701	-6,2%
Taquaruçu do Sul	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Tavares	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Tenente Portela	1	10.016.544	10.631.378	10.174.700	10.167.167	9.372.676	9.360.441	9.935.625	9.398.867	- 617.677	-6,2%
Terra de Areia	0,8	8.028.335	8.505.103	8.139.760	8.133.733	7.498.140	7.488.353	7.948.500	7.532.603	- 495.733	-6,2%
Teutônia	1,4	14.023.114	14.883.879	14.244.532	14.233.985	13.121.701	13.104.572	13.909.827	13.158.413	- 864.701	-6,2%
Tio Hugo	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Tiradentes do Sul	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Toropi	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Torres	1,6	16.026.423	17.010.154	16.279.472	16.267.418	14.996.236	14.976.661	15.896.952	15.038.186	- 988.237	-6,2%
Tramandaí	2	20.033.041	21.262.706	20.349.352	20.334.285	18.745.306	18.720.837	19.871.202	18.797.733	- 1.235.307	-6,2%
Travesseiro	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Três Arroios	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Três Cachoeiras	0,8	8.028.335	8.505.103	8.139.760	8.133.733	7.498.140	7.488.353	7.948.500	7.532.603	- 495.733	-6,2%

Assinado digitalmente por: MARIA ISABEL BEZERRA BRANCHI em 02/08/17.

Confira a autenticidade do documento em [www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br). Identificador: PRE.B1AD.34A4.77F3.4310.EEAE.

Município	Coef.	PLOA 2016	Reestimativa da Programação Financeira da União						REALIZADO 2016	Queda por Município R\$	Queda %
			Lei nº 13.255, de 14/01/16	Decreto 8.676, de 19/02/16	Decreto 8.700, de 30/03/16	Decreto 8.784, de 07/06/16,	Decreto 8.864, de 29/09/16	Decreto 8.941, de 27/12/16			
Três Coroas	1,4	14.023.114	14.883.879	14.244.532	14.233.985	13.121.701	13.104.572	13.909.827	13.158.413	- 864.701	-6,2%
Três de Maio	1,4	14.023.114	14.883.879	14.244.532	14.233.985	13.121.701	13.104.572	13.909.827	13.158.413	- 864.701	-6,2%
Três Forquilhas	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Três Palmeiras	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Três Passos	1,4	14.023.114	14.883.879	14.244.532	14.233.985	13.121.701	13.104.572	13.909.827	13.158.413	- 864.701	-6,2%
Trindade do Sul	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Triunfo	1,4	14.023.114	14.883.879	14.244.532	14.233.985	13.121.701	13.104.572	13.909.827	13.158.413	- 864.701	-6,2%
Tucunduva	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Tunas	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Tupanci do Sul	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Tupanciretã	1,2	12.019.805	12.757.603	12.209.592	12.200.552	11.247.166	11.232.484	11.922.702	11.278.640	- 741.165	-6,2%
Tupandi	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Tuparendi	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Turuçu	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Ubiretama	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
União da Serra	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Unistalda	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Uruguaiana	3,6	36.059.464	38.272.860	36.628.824	36.601.703	33.741.543	33.697.498	35.768.154	33.835.920	- 2.223.544	-6,2%
Vacaria	2,4	24.039.659	25.515.257	24.419.232	24.401.152	22.494.377	22.465.013	23.845.452	22.557.280	- 1.482.379	-6,2%
Vale do Sol	0,8	8.028.335	8.505.103	8.139.760	8.133.733	7.498.140	7.488.353	7.948.500	7.532.603	- 495.733	-6,2%
Vale Real	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Vale Verde	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Vanini	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Venâncio Aires	2,4	24.039.659	25.515.257	24.419.232	24.401.152	22.494.377	22.465.013	23.845.452	22.557.280	- 1.482.379	-6,2%
Vera Cruz	1,4	14.023.114	14.883.879	14.244.532	14.233.985	13.121.701	13.104.572	13.909.827	13.158.413	- 864.701	-6,2%
Veranópolis	1,4	14.023.114	14.883.879	14.244.532	14.233.985	13.121.701	13.104.572	13.909.827	13.158.413	- 864.701	-6,2%
Vespasiano Correa	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Viadutos	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Viamão	4	52.920.412	56.168.764	53.755.997	53.716.196	49.518.660	49.454.020	52.492.896	49.657.151	- 3.263.262	-6,2%
Vicente Dutra	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Victor Graeff	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Vila Flores	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Vila Lângaro	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Vila Maria	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Vila Nova do Sul	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Vista Alegre	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Vista Alegre do Prata	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Vista Gaúcha	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%
Vitória das Missões	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.320	- 370.606	-6,2%

Assinado digitalmente por: MARIA ISABEL BEZERRA BRANCHI em 02/08/17.

Confira a autenticidade do documento em [www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br). Identificador: PRE.B1AD.34A4.77F3.4310.EEAE.



		PLOA 2016	Reestimativa da Programação Financeira da União						REALIZADO 2016	Queda por Município R\$	Queda %
Município	Coef.		Lei nº 13.255, de 14/01/16	Decreto 8.676, de 19/02/16	Decreto 8.700, de 30/03/16	Decreto 8.784, de 07/06/16,	Decreto 8.864, de 29/09/16	Decreto 8.941, de 27/12/16			
Westfalia	0,6	6.009.927	6.378.827	6.104.820	6.100.300	5.623.605	5.616.264	5.961.375	5.639.323	- 370.604	-6,2%
Xangri-lá	1	10.016.544	10.631.378	10.174.700	10.167.167	9.372.676	9.360.441	9.935.625	9.398.867	- 617.677	-6,2%
TOTAL	476,6	5.117.777.198	5.431.402.889	5.198.093.354	5.194.244.608	4.788.351.663	4.782.101.097	5.048.700.619	4.800.744.387,40	- 317.032.811	-6,2%
Valores Líquidos											
FONTE: Secretaria do Tesouro Nacional											

Assinado digitalmente por: MARIA ISABEL BEZERRA BRANCHI em 02/08/17.  
Confira a autenticidade do documento em [www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br). Identificador: PRE.C4F4.0E4B.F06C.E6C9.A413.

<p><b>DOCUMENTO DE ACESSO</b> <b>RESTRITO</b></p>	<p><b>Peça</b> <b>676627</b></p>	<p><b>Página da</b> <b>peça</b> <b>1</b></p>	<p><b>Processo</b> <b>02359-0200/16-9</b></p>	<p><b>Página</b> <b>279</b></p>
<p><b>ACESSO</b> N01B2411</p>				

Página da  
peça  
**1**



[illegible]

# Município é Nota 10 no Projeto Ranking Nacional dos Portais da Transparência



(/#facebook)    (/#twitter)    (/#google\_plus)    (/#linkedin)    (/#pinterest)    (/#email)

Dos **5.567** municípios do Brasil São João do Polêsine é um dos **47 municípios** do estado do Rio Grande do Sul que recebeu **nota 10** na avaliação mais recente do **Projeto Ranking Nacional dos Portais da Transparência**, feito pelo Ministério Público Federal.

A transparência é uma obrigação legal dos municípios e também um dos objetivos perseguido permanentemente pela administração Municipal e por seus colaboradores. No nosso portal são disponibilizadas diariamente dados como receita e despesa, licitações, prestação de contas e diárias pagas pela prefeitura como também informações pertinentes para os munícipes polesinenses.

Estas informações contribuem para que os cidadãos sejam mantidos informados sobre o que é feito com recursos repassados para São João do Polêsine.

Mais informações: <http://www.combateacorrupcao.mpf.mp.br/ranking/mapa-da-transparencia/ranking/mapa-da-transparencia>

Processo  
02359-0200/16-9

Página da  
peça  
2

Peça  
676615

DOCUMENTO DE ACESSO  
RESTRITO

ACESSO  
N01B241D





**Processo nº 002359-0200/16-9**

**Executivo Municipal de São João do Polêsine**

**Administradores: Valserina Maria Bulegon Gassen (Prefeita)**  
**Ailton Bitencourt (Vice-Prefeito)**

**Procuradora: Maria Isabel Bezerra Branchi, OAB/RS n. 83493**  
**(peças 676600 e 676617)**

**IT - Análise de Esclarecimentos**  
**Processo de Contas de Governo/2016**

Senhor Coordenador:

Em cumprimento ao disposto no art. 4º, parágrafo único, da Instrução Normativa nº 005/2012, registra-se que não existem processos de Tomadas de Contas Especiais, Inspeções Extraordinárias ou Especiais em andamento, de responsabilidade dos Gestores no exercício sob exame<sup>1</sup>.

Examinam-se os esclarecimentos prestados pelos Administradores, assim como os documentos juntados aos autos, conforme os itens a seguir.

### **DA GESTÃO FISCAL**

**Item 2.3 - Da Lei da Transparência. Com base na análise das informações contidas em sítio eletrônico, constatou-se que não estão sendo cumpridas, em sua totalidade, as exigências do caput do art. 48 da LC Federal nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC Federal nº 131/2009, conforme se demonstra na peça nº 555213 e anexo (peça 554111)**

<sup>1</sup> Consulta ao Sistema Corporativo - RES1310, realizada em 19-09-2017.



(peça 586089, pp. 6 a 8).

Os Gestores informam que o Município dá ampla divulgação de seus dados orçamentários, tendo recebido nota 10 na avaliação do Ministério Público Federal, entendendo que a ausência do documento citado deve ter se dado por fator alheio à sua vontade, em razão de problemas técnicos.

Informam que a omissão relatada foi sanada e que já havia a disponibilização de relatórios em vários formatos (peça 676616, pp. 2 e 3). Junta documentos (peças 676630, 676627, 676641 e 676615).

A alegação de falha temporária ocasionada em razão de problema técnico, alheia à vontade dos Gestores, não subsiste vez que o documento ausente no Portal de Transparência do Município – Prestação de Contas do exercício anterior – foi apresentado tempestivamente a este Tribunal de Contas, em 22-03-2016 (Protocolo Nº 54248, documento inserido no Processo n. 002880-0200/15-2), porém não se encontrava presente em 01-11-2016, quando realizada a consulta no sítio eletrônico (peça 554111).

Assim, ainda que o Município tenha logrado grande atendimento dos quesitos analisados pela Equipe Técnica, um deles restou pendente de atualização tempestiva, razão pela qual se opina pela manutenção do aponte.

**Item 5.1 - Restos a Pagar. Concluiu-se que o Executivo não atendeu aos preceitos inscritos no art. 42 da LC Federal nº 101/2000, tendo em vista a ausência de suficiente disponibilidade financeira para as despesas empenhadas nos últimos dois quadrimestres do mandato, nos recursos 0020 - M.D.E (R\$ 36.597,64) e 0040 - ASPS (R\$ 82.292,85), que não foram pagas dentro do mesmo (peça 586089, p. 13).**

**Item 5.2 - Equilíbrio Financeiro. Tendo por base os valores atualizados monetariamente, observa-se que a Insuficiência Financeira existente no encerramento do exercício de 2016, no valor de R\$ 360.933,60, é superior em 40,21% à apresentada no encerramento do exercício de 2012. Conclui-se pelo não atendimento ao disposto no § 1º do art. 1º da LC Federal nº 101/2000 (peça 586089, pp. 13 a 16).**



Os Gestores apresentam esclarecimentos ao conjunto dos apontes acima, referindo que houve agravamento mínimo da situação financeira que, porém não decorreu de malversação ou má gestão de recursos públicos.

Informam ter havido aumento expressivo de recursos aplicados na área da saúde em razão da assinatura de contrato de gestão com o Hospital de Caridade São Roque, bem como da manutenção do Hospital Municipal, o que elevou o percentual de gastos com saúde 6% acima do limite constitucional.

Afirmam que não houve aumento de gastos, mas queda da receita, com redução de repasses do FPM em razão da crise econômica no país, a qual resultou em frustração dessa receita em R\$ 370.606,00. Quanto à receita de retorno de ICMS, informam que foi de R\$ 54.682,00 aquém da expectativa orçamentária e que, em função do não repasse de recursos vinculados a programas federais e estaduais, o Município realizou despesas cobertas com recurso livre.

Dizem que a análise não se encontra associada a realidade local, tendo-se baseado apenas em documentos enviados a este Tribunal de Contas, e que todos os demais indicadores analisados se encontravam de acordo com a legislação.

Aduzem que foram tomadas as medidas possíveis para redução da despesa, implantando o turno único na Administração, a partir de 17-10-16, que a insuficiência financeira foi reduzida de R\$ 562.076,48, no encerramento de 2015, para o valor destacado no aponte e que esse valor correspondeu somente a 2,76% da Receita Corrente Líquida do exercício em análise, frisando que esse percentual sofreu aumento de apenas 0,64% em relação ao encerramento do exercício de 2012.

Destacam que o processo de Contas de Gestão n. 02358-0200/16-6 não recebeu nenhum apontamento (peça 676616, pp. 3 a 10). Juntam documentos (peças 676650, 676634, 676649 e 676648).

Não assiste razão aos Gestores.



A redução das receitas referidas ocorreu em relação às expectativas lançadas na Receita Prevista na peça orçamentária, vez que ocorreu superávit de 15,35% em relação ao exercício anterior, considerando-se a Receita Corrente Líquida, o que é muito superior às taxas médias de correção monetária do período, conforme demonstrado:

Receita	Realizada 2015	Realizada 2016	Diferença	%
União <sup>2</sup>	R\$ 7.400.689,73	R\$ 8.661.009,79	R\$ 1.260.320,06	17,03%
Estado <sup>3</sup>	R\$ 2.198.459,16	R\$ 2.142.812,70	-R\$ 55.646,46	-2,53%
RCL	R\$ 11.299.072,75 <sup>4</sup>	R\$ 13.033.443,81 <sup>5</sup>	R\$ 1.734.371,06	<b>15,35%</b>

De outro lado, não se constitui justificativa a aplicação de valores superiores nos gastos com saúde e educação, sob ponto de vista da análise de gestão fiscal, haja vista que todas as despesas extraordinárias devem, necessariamente, ser autorizadas em rubrica própria e sua execução deve guardar correspondência com o efetivo ingresso de receitas, nos termos do art. 9º da Lei Federal Complementar n. 101/00.

Assim, também, é o exame em tela, objetivo e considerando apenas os números trazidos pelo setor contábil da Auditada, vez que havendo gastos em montante superior aos recursos disponíveis para sua cobertura, nos dois últimos quadrimestres do mandato, configura-se o desatendimento ao estabelecido no art. 42 da LRF, não cabendo a esta Supervisão de Instrução Municipal julgamento diverso do aqui lançado.

Desse modo, ainda que o percentual da insuficiência financeira tenha atingido apenas 2,77% da Receita Corrente Líquida desse exercício, foi maior que aquele observado quando do início do mandato da Gestora.

Opina-se, portanto, pela manutenção dos apontes.

<sup>2</sup> Fonte: conta contábil 17210000000000000000 - TRANSFERENCIAS DA UNIAO - Controle Social TCE

<sup>3</sup> Fonte: conta contábil 17220101000000000000 - COTA-PARTE DO ICMS – Controle Social TCE

<sup>4</sup> Relatório de Gestão Fiscal 2º sem/15 (peça 271411 – Processo n. 002880-0200/15-2).

<sup>5</sup> Relatório de Gestão Fiscal 2º sem/15 (peça 502579).



## DA RESPONSABILIDADE

Cabe salientar, dos itens remanescentes, a responsabilidade de cada um dos administradores, conforme segue:

Administrador	Itens de sua responsabilidade
Valserina Maria Bulegon Gassen (Prefeita)	Todos os itens remanescentes.
Ailton Bitencourt (Vice-Prefeito)	Não foram constatadas irregularidades de sua responsabilidade no período em que esteve à frente do Executivo Municipal.

À sua consideração.

Em 19 de setembro de 2017.

Eduardo Boff Cruz  
Auditor Público Externo



Senhor(a) Supervisor(a): Examinados os termos da Informação e a documentação anexada aos autos, esta Coordenação concorda com o Informe Técnico produzido.

Em 14/11/2017.

Assinado digitalmente pelo Coordenador.

TC-01.3





O processo está em condições de ser encaminhado à apreciação superior.

Em 16/11/2017.

Assinado digitalmente pelo Supervisor.

TC-01.3



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**PARECER MPC 15768/2017**

Processo nº **002359-0200/16-9**  
Relator: **CONSELHEIRO ALGIR LORENZON**  
Matéria: **CONTAS DE GOVERNO - EXERCÍCIO DE 2016**  
Órgão: **EXECUTIVO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE**  
Gestor: **VALSERINA MARIA BULEGON GASSEN (PREFEITA)**  
**AILTON BITENCOURT (VICE-PREFEITO)**

CONTAS DE GOVERNO. NÃO ATENDIMENTO À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. PARECER DESFAVORÁVEL (PREFEITA). PARECER FAVORÁVEL (VICE-PREFEITO). RECOMENDAÇÃO AO ATUAL GESTOR.

*A conduta infringente de normas de finanças públicas, em especial o não atendimento à Lei Complementar nº 101/2000 (decorrente da existência de valores inscritos em Restos a Pagar sem a disponibilidade financeira suficiente e de desequilíbrio financeiro) sujeita à emissão de parecer desfavorável à aprovação das contas da Gestora (Prefeita).*

*A inexistência de falhas enseja a emissão de parecer favorável às contas do Administrador (Vice-Prefeito).*

Para exame e parecer o Processo de Contas de Governo dos Administradores acima nominados.

Registre-se que a Senhora VALSERINA MARIA BULEGON GASSEN (Prefeita) prestou esclarecimentos por meio de Procuradora devidamente habilitada, acompanhados de documentação tida como probante.

No que se refere ao Senhor AILTON BITENCOURT (Vice-Prefeito), embora tenha prestado esclarecimentos em conjunto com a Senhora Prefeita,



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

o órgão instrutivo destaca que não foram constatadas irregularidades de sua responsabilidade no período em que esteve à frente do Executivo Municipal.

A Supervisão registrou a ausência de processos de Tomadas de Contas Especiais, de Inspeções Extraordinárias ou Especiais, em andamento, de responsabilidade dos Administradores no exercício sob exame.

## **I – RESULTADO DAS VERIFICAÇÕES PROCEDIDAS**

As irregularidades a seguir, indicadas nas manifestações da Área Técnica, desvelam a transgressão a normas de finanças públicas, ensejando advertência à origem:

### **DA GESTÃO FISCAL**

**Item 2.3 - Da Lei da Transparência.** Com base na análise das informações contidas em sítio eletrônico, constatou-se que não estão sendo cumpridas, em sua totalidade, as exigências do caput do art. 48 da LC Federal nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC Federal nº 131/2009.

De acordo com o Recibo de Informações nº 13/2016 (peça 555213), o Poder Executivo deixou de atender a alguns dos itens pesquisados pela Área Técnica, em ofensa às determinações contidas no artigo 48 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, impondo-se, à vista desta omissão, a manutenção do apontamento.

**Item 5.1 - Restos a Pagar.** Concluiu-se que o Executivo não atendeu aos preceitos inscritos no art. 42 da LC Federal nº 101/2000, tendo em vista a ausência de suficiente disponibilidade financeira para as despesas empenhadas nos últimos dois quadrimestres do mandato, nos recursos 0020 - M.D.E (R\$ 36.597,64) e 0040 - ASPS (R\$ 82.292,85), que não foram pagas dentro do mesmo.

**Item 5.2 - Equilíbrio Financeiro.** Tendo por base os valores atualizados monetariamente, observa-se que a Insuficiência Financeira existente no encerramento do exercício de 2016, no valor de R\$



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**360.933,60, é superior em 40,21% à apresentada no encerramento do exercício de 2012. Conclui-se pelo não atendimento ao disposto no § 1º do art. 1º da LC Federal nº 101/2000.**

Os Gestores apresentam esclarecimentos em conjunto para os dois itens, e afirmam que, no período de 2012 e 2016, houve aumento de quase 5% nas aplicações em ações e serviços de saúde. Que em função da crise econômica vivenciada no País e em decorrência da política econômica adotada pelo Governo Federal, o Município enfrentou severa redução nos repasses do FPM. Que sofreu ainda a diminuição nos repasses do ICMS.

Tais alegações não são aptas a elidir a falha.

Registre-se que é dever do Administrador, com base nas tendências de arrecadação identificadas pelos órgãos competentes do Município, executar o orçamento da despesa em estrita consonância com as previsões de receitas, devendo ser adotada conduta fiscal compatível com a arrecadação, a fim de dar cumprimento ao regramento contido no § 1º do art. 1º da LRF.

Nesse sentido, eventual redução dos repasses federais e estaduais, decorrente da desoneração da economia nacional e da diminuição do ritmo de crescimento econômico do país, não autoriza o Município incorrer em desatenção ao equilíbrio financeiro.

De outra parte, a aplicação de recursos na área da saúde ter superado o mínimo constitucional não autoriza ao Administrador relegar o cumprimento das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Ou seja, se as demandas na área da saúde exigiram verbas em patamar superior ao mínimo constitucional, o equilíbrio financeiro preconizado na LRF deveria ser obtido por meio de controle das demais despesas da municipalidade.

Por fim, convém destacar que o órgão instrutivo refere que “A *redução das receitas referidas ocorreu em relação às expectativas lançadas na*



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

*Receita Prevista na peça orçamentária, vez que ocorreu superávit de 15,35% em relação ao exercício anterior, considerando-se a Receita Corrente Líquida, o que é muito superior às taxas médias de correção monetária do período ...” (peça 719332).*

Sendo assim, o Ministério Público de Contas se manifesta pela manutenção dos apontes e pelo **não atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal**.

## II – CONCLUSÃO

O contexto descrito nos autos, em especial a prática de atos contrários às normas de administração financeira e orçamentária (não atendimento à Lei Complementar Federal nº 101/2000), reveste-se de relevância bastante para ensejar a rejeição das contas em questão, no que se refere à Senhora VALSERINA MARIA BULEGON GASSEN (Prefeita), forte no disposto pelo artigo 2º da Resolução nº 1009/2014.

Igual entendimento não se aplica ao Senhor AILTON BITENCOURT (Vice-prefeito), ante o pequeno período que esteve à frente do Executivo Municipal<sup>1</sup>.

Ressalto, por oportuno, que esta Agente Ministerial tem o entendimento de que cabe a imputação de penalidade pecuniária ao administrador também nas contas de governo.

Curvo-me, todavia, à jurisprudência do TCE/RS, no sentido do não cabimento da multa ao gestor no tocante às contas de governo, sendo a matéria, inclusive, objeto de Súmula (“Nos processos de Contas de Governo, não cabe multa ao Administrador.” – Súmula nº 23, publicada no D.E.T. de 07-04-2017).

<sup>1</sup> De 21/03/2016 a 04/04/2016 e de 20/05/2016 a 31/05/2016, de acordo com consulta efetuada ao Sistema Corporativo RES1310.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Diante do exposto, opina este Ministério Público de Contas nos seguintes termos:

1º) **Atendimento** à Lei Complementar Federal nº 101/2000, no que tange ao Gestor AILTON BITENCOURT;

2º) **Não atendimento** à Lei Complementar Federal nº 101/2000, no que tange à Gestora VALSERINA MARIA BULEGON GASSEN;

3º) **Parecer favorável** à aprovação das contas de governo do senhor AILTON BITENCOURT, Administrador do Executivo Municipal de São João do Polêsine no exercício de 2016, com fundamento no artigo 3º da Resolução nº 1009/2014;

4º) **Parecer desfavorável** à aprovação das contas de governo da senhora VALSERINA MARIA BULEGON GASSEN, Administradora do Executivo Municipal de São João do Polêsine no exercício de 2016, com fundamento no artigo 2º da Resolução nº 1009/2014;

5º) **Ciência** ao Procurador-Geral de Justiça e ao Procurador Regional Eleitoral, consoante o disposto no artigo 140 do Diploma Regimental;

6º) **Recomendação** ao atual Administrador para que corrija e evite a reincidência dos apontes criticados nos autos, bem como verificação, em futura auditoria, das medidas implementadas nesse sentido.

É o Parecer.

MPC, em 15 de janeiro de 2018.

FERNANDA ISMAEL,  
Adjunta de Procurador.  
Assinado digitalmente.





## Certidão de Publicação de Pauta

Certifico para que surtam todos os efeitos jurídicos e legais, que foi publicado no Diário Eletrônico do TCE, na edição de 15 de Março de 2018, disponível no portal do TCE-RS, a Pauta da 7ª Sessão da Segunda Câmara, aprazada para o dia 20 de Março de 2018 - 14h00min, onde consta o seguinte Processo:

Processo: 002359-0200/16-9

Órgão: PM de São João do Polêsine

Matéria: Contas de Governo

Porto Alegre, 13 de março de 2018.



**Processo nº:** 2359-02.00/16-9  
**Natureza:** Contas de Governo  
**Órgão:** Executivo Municipal de SÃO JOÃO DO POLÊSINE  
**Responsáveis:** Valserina Maria Bulegon Gassen  
Ailton Bitencourt  
**Procuradora:** Dra. Maria Isabel Bezerra Branchi – OAB/RS nº 83.493  
**Exercício:** 2016  
**Data da Sessão:** 20-03-2018  
**Órgão Julgador:** Segunda Câmara  
**Relator:** Conselheiro Algir Lorenzon

**RECOMENDAÇÃO.**

Recomendação ao atual Gestor para que evite a incidência dos apontes destacados nos autos e adote medidas efetivas visando à sua regularização.

**APRECIÇÃO DAS CONTAS.**

As inconformidades apontadas não chegam a comprometer as Contas de Governo. Emissão de Parecer Favorável à sua aprovação.

Trata o presente processo das Contas de Governo de **Valserina Maria Bulegon Gassen** (*Prefeita*) e **Ailton Bitencourt** (*Vice-Prefeito*), responsáveis pelo Poder Executivo Municipal de **SÃO JOÃO DO POLÊSINE**, no exercício de 2016.

Constam, nos autos, os relatórios e informes produzidos pela Supervisão de Instrução, **os esclarecimentos apresentados em conjunto pelos Administradores**, por meio de Procuradora devidamente habilitada (*Dra. Maria Isabel Bezerra Branchi – Procuções nas peças 676617 e 676600*), bem como a manifestação do Ministério Público junto a esta Corte de Contas, exarada por meio do Parecer MPC nº 15768/2017 (*peça 831301*).

Quanto ao **Vice-Prefeito**, em que pese ter prestado esclarecimento em conjunto com a Senhora Prefeita, cabe referir **não foram constatadas irregularidades** de sua responsabilidade no período em que



esteve à frente do Poder Executivo Municipal.

A SICM registra que não existem processos de Tomadas de Contas Especiais, Inspeções Extraordinárias ou Especiais em andamento, de responsabilidade dos Gestores no exercício sob exame.

Após os esclarecimentos, a SICM sugere a permanência das seguintes inconformidades (peça 719332):

## DA GESTÃO FISCAL

**Item 2.3** – Da Lei da Transparência. Com base na análise das informações contidas em sítio eletrônico, constatou-se que não estão sendo cumpridas, em sua totalidade, as exigências do caput do art. 48 da LC Federal nº 101/2000, com as alterações introduzidas pela LC Federal nº 131/2009, conforme se demonstra na peça nº 555213 e anexo (peça 554111) (peça 586089, pp. 6 a 8).

**Item 5.1** – Restos a Pagar. Concluiu-se que o Executivo não atendeu aos preceitos inscritos no art. 42 da LC Federal nº 101/2000, tendo em vista a ausência de suficiente disponibilidade financeira para as despesas empenhadas nos últimos dois quadrimestres do mandato, nos recursos 0020 - M.D.E (R\$ 36.597,64) e 0040 - ASPS (R\$ 82.292,85), que não foram pagas dentro do mesmo (peça 586089, p. 13).

**Item 5.2** – Equilíbrio Financeiro. Tendo por base os valores atualizados monetariamente, observa-se que a Insuficiência Financeira existente no encerramento do exercício de 2016, no valor de R\$ 360.933,60, é superior em 40,21% à apresentada no encerramento do exercício de 2012. Conclui-se pelo não atendimento ao disposto no § 1º do art. 1º da LC Federal nº 101/2000 (peça 586089, pp. 13 a 16).

O Ministério Público junto a esta Corte de Contas manifestou-se, em conclusão, nos seguintes termos:

*1º) **Atendimento** à Lei Complementar Federal nº 101/2000, no que tange ao Gestor AILTON BITENCOURT;*



2º) ***Não atendimento** à Lei Complementar Federal nº 101/2000, no que tange à Gestora VALSERINA MARIA BULEGON GASSEN;*

3º) ***Parecer favorável** à aprovação das contas de governo do senhor AILTON BITENCOURT, Administrador do Executivo Municipal de São João do Polêsine no exercício de 2016, com fundamento no artigo 3º da Resolução nº 1009/2014;*

4º) ***Parecer desfavorável** à aprovação das contas de governo da senhora VALSERINA MARIA BULEGON GASSEN, Administradora do Executivo Municipal de São João do Polêsine no exercício de 2016, com fundamento no artigo 2º da Resolução nº 1009/2014;*

5º) ***Ciência** ao Procurador-Geral de Justiça e ao Procurador Regional Eleitoral, consoante o disposto no artigo 140 do Diploma Regimental;*

6º) ***Recomendação** ao atual Administrador para que corrija e evite a reincidência dos apontes criticados nos autos, bem como verificação, em futura auditoria, das medidas implementadas nesse sentido.*

**É o Relatório.**

**Voto.**

Em que pese os esclarecimentos prestados pelos Administradores, entendo que as falhas apontadas permanecem, em anuência à análise da SICM.

Especificamente quanto ao **item 2.3** – Da Lei da Transparência, destaca-se que, ainda que o Município tenha atendido a maioria dos quesitos exigidos na referida legislação, conforme explanação da Gestora responsável, um deles restou pendente de atualização tempestiva, razão pela qual permanece o aponte. Posto isso, o atual Gestor, deve ser alertado.

No que diz sobre os itens “Restos a Pagar” e “Equilíbrio



Financeiro”, os Administradores referem que houve agravamento mínimo da situação financeira que, porém, não decorreu de malversação ou má gestão de recursos públicos.

Informam ter havido aumento expressivo de recursos aplicados na área da saúde em razão da assinatura do contrato de gestão com o Hospital de Caridade São Roque, bem como da manutenção do Hospital Municipal, o que elevou o percentual de gastos com saúde 6% acima do limite constitucional.

Alegam, também, a frustração de receitas e que a análise realizada não se encontra associada à realidade local.

Por fim, argumentam que foram tomadas as medidas possíveis para redução da despesa, implantando o turno único na Administração, a partir de 17-10-16, que a insuficiência financeira foi reduzida de R\$ 562.076,48, no encerramento de 2015, para o valor destacado no aponte, e que esse valor correspondeu somente a 2,76% da Receita Corrente Líquida do exercício.

Como já tenho me posicionado em outras ocasiões, o não atendimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, notadamente em relação à inexistência de disponibilidades financeiras para a cobertura dos Restos a Pagar não é, por si só, fator determinante para a emissão de Parecer Desfavorável à aprovação das contas, pois penso que o julgamento de um Gestor Público, objetivando estabelecer um juízo, deve ser examinado por um conjunto de circunstâncias, ou seja, se o contexto de irregularidades levantadas chega a comprometer a globalidade das contas, o que não vislumbro no presente caso.

Nesse sentido, verifico que a insuficiência financeira apresentada, de R\$ 360.933,60, sofreu uma redução de 35,79% em relação ao ano anterior (R\$ 562.076,48) e representa 2,77% da Receita Corrente Líquida do Município (R\$ 13.033.443,81), montante este que considero insuficiente para afetar o equilíbrio das contas do Município a longo prazo, nos termos do artigo 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, insuficiente para comprometer a globalidade das Contas.

Registro, ainda, que a insuficiência financeira em relação à Receita Corrente Líquida nos exercícios de 2014 e 2015 foi de 4,33% e 4,51%, respectivamente, ou seja, superior à apresentada neste exercício, sendo que naqueles anos houve a emissão de Parecer Favorável à aprovação



das Contas.

Quanto ao Vice-Prefeito, não foram constatadas irregularidades de sua responsabilidade no período examinado.

Assim, com esses fundamentos, **VOTO** para que esta Colenda Câmara decida nos seguintes termos:

**a)** pela emissão de **Parecer Favorável** à aprovação das Contas de Governo de **Valserina Maria Bulegon Gassen** (*Prefeita*) e **Ailton Bitencourt** (*Vice-Prefeito*), responsáveis pelo Poder Executivo Municipal de **SÃO JOÃO DO POLÊSINE**, no exercício de 2016, com fundamento no artigo 3º da Resolução nº 1009/2014;

**b)** pela **recomendação** ao atual Gestor para que evite a ocorrência de falhas como as apontadas neste processo e adote medidas efetivas visando à sua regularização;

**c)** após o trânsito em julgado, pelo **encaminhamento** do processo ao Poder Legislativo Municipal de **SÃO JOÃO DO POLÊSINE**, acompanhado do Parecer de que trata a letra “a” desta decisão, para os fins legais.

**Conselheiro ALGIR LORENZON,**

**Relator.**





**Relator: Conselheiro Algir Lorenzon**  
**Processo n. 002359-02.00/16-9 –**  
**Decisão n. 2C-0269/2018**

– Contas de Governo dos Administradores do **Executivo Municipal de São João do Polêsine** no exercício de **2016**.

O Secretário da Segunda Câmara certifica que, apresentado o relatório da matéria, o Conselheiro-Relator prolatou seu voto, constante nos autos, o qual foi acolhido em plenário.

Certifica, outrossim, que foi proferida a seguinte decisão:

*A Segunda Câmara, por unanimidade, acolhendo o voto do Conselheiro-Relator, por seus jurídicos fundamentos, decide:*

**a) emitir Parecer sob o n. 19.573, Favorável à aprovação das Contas de Governo da Senhora Valserina Maria Bulegon Gassen e do Senhor Ailton Bitencourt (ambos p.p. Advogada Maria Isabel Bezerra Branchi, OAB/RS n. 83.493), Administradores do Executivo Municipal de São João do Polêsine no exercício de 2016, com fundamento no artigo 3º da Resolução TCE n. 1.009/2014;**

**b) recomendar ao atual Gestor que evite a ocorrência de falhas como as apontadas neste processo e adote medidas efetivas visando à sua regularização;**

**c) após o trânsito em julgado, encaminhar o processo ao Poder Legislativo Municipal de São João do Polêsine, acompanhado do Parecer de que trata a letra “a” desta Decisão, para os fins legais.**

Participaram do julgamento deste processo o Conselheiro-Presidente, Algir Lorenzon (Relator), o Conselheiro Cezar Miola e o Conselheiro Marco Peixoto.

Auditório Romildo Bolzan, em 20-03-2018.

Eduardo Rodrigues Bordini,  
Secretário da Segunda Câmara, em Substituição.



## PARECER N. 19.573

Processo n. 002359-02.00/16-9

Processo de Contas de Governo dos Administradores do **Executivo Municipal de São João do Polêsine**, referente ao exercício de **2016**. Falhas formais e de controle interno. Recomendação. **Parecer Favorável**.

**A Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul**, reunida em Sessão Ordinária de 20 de março de 2018, em cumprimento ao disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 31 da Constituição Federal e artigo 71 da Constituição Estadual;

– considerando o contido no Processo n. **002359-02.00/16-9**, de Contas de Governo dos Administradores do **Executivo Municipal de São João do Polêsine**, Senhor **Ailton Bitencourt** e Senhora **Valserina Maria Bulegon Gassen**, referente ao exercício de **2016**;

– considerando o fato de o Balanço-Geral da Administração Municipal e os demais documentos que integram o referido Processo de Contas de Governo conterem tão somente falhas de natureza formal, não prejudiciais ao Erário, bem como outras de controle interno, decorrentes de deficiências materiais ou humanas da Entidade, devidamente comprovadas nos autos, as quais, na sua globalidade, não comprometem as Contas em seu conjunto, embora ensejem recomendação no sentido de sua correção para os exercícios subsequentes;



Continuação do Parecer n. 19.573

Decide:

– **Emitir**, por unanimidade, **Parecer Favorável** à aprovação das Contas de Governo dos Administradores do **Executivo Municipal de São João do Polêsine**, correspondentes ao exercício de **2016**, gestão do Senhor **Ailton Bitencourt** e Senhora **Valserina Maria Bulegon Gassen**, em conformidade com o artigo 3º da Resolução TCE n. 1.009, de 19 de março de 2014, **recomendando** ao atual Gestor que evite a ocorrência de falhas como as apontadas neste processo e adote medidas efetivas visando à sua regularização;

– **Encaminhar** o presente Parecer, bem como os autos que embasaram o exame técnico procedido, à Câmara Municipal de Vereadores, para os fins de julgamento estatuído no parágrafo 2º do artigo 31 da Constituição Federal.

Auditório Romildo Bolzan,  
20 de março de 2018.

\_\_\_\_\_  
**CONSELHEIRO ALGIR LORENZON**

**Presidente  
e Relator**

\_\_\_\_\_  
**CONSELHEIRO CEZAR MIOLA**

\_\_\_\_\_  
**CONSELHEIRO MARCO ANTÔNIO LOPES PEIXOTO**

**Estive presente:**

\_\_\_\_\_  
**ADJUNTA DE PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
FERNANDA ISMAEL**



## Certidão de Disponibilização Oficial

Consoante disposto no Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, e conforme pesquisa efetuada no Sistema de Informações para o Controle Externo, certifico a disponibilização no Diário Eletrônico relativa ao expediente abaixo, nos seguintes termos:

Comunicado/intimado:

Processo: 002359-0200/16-9

Órgão: PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE

Matéria: Contas de Governo

Gabinete: Algir Lorenzon

Data decisão: 20/03/2018

Decisão: 2C-0269/2018

Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, disponibilizado em 30/04/2018, no Boletim nº 640/2018, considera-se publicado na data de 02/05/2018.

Porto Alegre, 30 de abril de 2018.

JÚLIO CÉSAR LANDIN  
Oficial de Controle Externo



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**  
**DIREÇÃO-GERAL**



Ofício DG nº 4546/2018

Porto Alegre, 02 de maio de 2018.

A Sua Excelência o Senhor  
Matione Sonogo  
Prefeito Municipal de São João do Polêsine  
Rua Guilherme Albertti, nº 1631 – Centro  
97230-000 – São João do Polêsine – RS

Excelentíssimo Senhor Prefeito:

Levo ao seu conhecimento que a Segunda Câmara desta Corte de Contas, em Sessão de 20-03-2018, examinando o Processo de Contas de Governo nº 002359-0200/16-9, do exercício de 2016, desse Executivo Municipal, decidiu, entre outras deliberações, pela recomendação ao atual Gestor, nos termos da alínea “b” do *decisum*.

Comunico-lhe, outrossim, que na *home page* deste Tribunal [www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br) (Consultas – Consulta Processual Pública), estão disponíveis o inteiro teor da Decisão e do Relatório e Voto do referido processo.

Atenciosamente,

Sandro Correia de Borba,  
Diretor-Geral.

/SEPROC/JCL

Rua Sete de Setembro, 388 – Centro Histórico – Fone (051) 3214-9869 – Fax (051) 3214-9701 – CEP 90010-190 – Porto Alegre (RS)  
Home Page: <http://www.tce.rs.gov.br>

TC-10.06



## Certidão de Trânsito em Julgado

Processo: 002359-0200/16-9

Certifico, para que surtam todos os efeitos jurídicos e legais, conforme consulta ao Sistema de Controle Externo desta Egrégia Corte de Contas, que na data abaixo ocorreu o Trânsito em Julgado da Decisão referente ao seguinte expediente:

Data do Trânsito em julgado: 02/07/2018

Processo: 002359-0200/16-9

Órgão: PM de São João do Polêsine

Matéria: Contas de Governo

Exercício: 2016

Recursos: -x-

Assim, lavrei a presente certidão nesta data.

Porto Alegre, 06 de Agosto de 2018.

Mariza Elena Lang  
Oficial de Controle Externo





**Procedência:** SEADE-SECALC

**Destinatário:** SEADE-SEARQ - Setor de Arquivo

**Processo/Expediente nº 002359-02.00/16-9**

**Contas de Governo Exercício: 2016**

**Órgão: Executivo Municipal de São João do Polêsine**

**TERMO DE ENCERRAMENTO DE PROCESSO (ELETRÔNICO)**

- a) A decisão da Segunda Câmara, em Sessão de 20-03-2018, transitou em julgado em 02-07-2018 e todas as alíneas foram cumpridas (peça nº 1197339).
- b) Emitido Parecer, sob o nº 19.573, Favorável à aprovação das Contas do Senhor Ailton Bitencourt e da Senhora Valserina Maria Bulegon Gassen, Administradores do Executivo Municipal de São João do Polêsine, no exercício de 2016 (peça nº 1208101).
- c) O processo está em condições de ser encaminhado ao Legislativo Municipal para fins de julgamento, nos termos do § 2º do artigo 31 da Constituição Federal.

AD-95.2.1



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
TRIBUNAL DE CONTAS  
DIREÇÃO-GERAL



Ofício DG nº 8192/2018  
Proc. nº 002359-02.00/16-9

Porto Alegre, 10 de agosto de 2018.

Ao Excelentíssimo Senhor  
Presidente do Legislativo Municipal de São João do Polêsine  
Rua Elisa Sônego, nº 1525  
97230-000 – São João do Polêsine – RS

Senhor Presidente,

A decisão referente às Contas de Governo desse Município, exercício de 2016, pode ser examinada para posterior julgamento no “Portal > Jurisdicionados > Consulta Processual e Geração de Guias de Recolhimento > Consulta Processual e Geração de Guias (Apenas Jurisdicionados)”, nos termos do §2º do artigo 31 da Constituição Federal. Ressalto que o Parecer Prévio emitido por este Tribunal sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

A comunicação a esta Corte de Contas da decisão final dessa Câmara Municipal pode se dar de forma física, entregue neste Tribunal, ou forma eletrônica, no “Portal>Jurisdicionados >Processo Eletrônico>Acesso ao Sistema, gerando um protocolo avulso, do tipo “Manifestações Processuais”, nos termos do artigo 72 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado.

Atenciosamente,

Sandro Correia de Borba,  
Diretor-Geral.

/DCF/SEADE/SEARQ/ZC

Rua Sete de Setembro, 388 – Centro Histórico – Fone (051) 3214-9700 – Fax (051) 3214-9701 – CEP 90010-190 – Porto Alegre (RS)  
Home Page: <http://www.tce.rs.gov.br>

TC-10.06

## Certidão de Envio de Comunicação

Certifica-se que foi enviada comunicação eletrônica nos seguintes termos:

### Processo 002359-0200/16-9 - Matéria - Contas de Governo

- Órgão: PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE
- Relator: Algir Lorenzon
- Peça(s):
  - nº 1418847 - Termo de encerramento
- Data de envio da comunicação: 21/06/2023
- Motivo: Notificado - Disponibilização do Parecer Prévio
  - Destinatário: **Clovis Coletto** - Controle Interno - Responsável (e-com nº 80253/275496 )
  - Destinatário: **João Ernesto Dal Forno Vernier** - CM DE SAO JOAO DO POLESINE - Responsável (e-com nº 80253/275495 )

#### Observações:

A íntegra do expediente deve ser examinada para posterior julgamento por parte do Poder Legislativo competente, nos termos do artigo 31, §2º, da Constituição Federal, podendo ser acessada no Portal do TCE/RS ([www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br)), mediante utilização de senha pessoal, que poderá ser gerada no Portal deste Tribunal, na guia Para o Fiscalizado - Consulta Processual e Geração de Guias. O envio do julgamento pelo Legislativo deverá ser realizado por meio do Portal do TCE/RS([www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br)), na guia Para o Fiscalizado - Processo Eletrônico - Acesso ao Sistema, com criação de um e-protocolo avulso do tipo "Julgamento das Contas pelo Legislativo". Importante ressaltar que o prazo para julgamento está estabelecido nas normas locais, bem como há também o prazo de até 30 dias para encaminhar a esta Corte de Contas cópia da decisão sobre as contas anuais do Prefeito Municipal, conforme prevê a Resolução nº 1028/2015, art. 72: "A Câmara de Vereadores remeterá ao Tribunal, no prazo de até 30 (trinta) dias após o julgamento, para ciência, cópia da decisão sobre as contas anuais do Prefeito Municipal". Caso o referido Processo já tenha sido julgado pela Câmara de Vereadores, o resultado da votação (Decreto Legislativo) deverá igualmente ser encaminhado conforme orientação acima. Em caso de dúvidas quanto ao acesso ao Sistema, ligar para o Setor de Atendimento pelo telefone (51) 32149869.

Porto Alegre, 21 de Junho de 2023

Documento assinado digitalmente por Tribunal de Contas do Estado do RS

### Certidão de Consulta

Processo nº: 002359-0200/16-9  
Órgão: PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE  
Destinatário: João Ernesto Dal Forno Vernier  
Matéria: Contas de Governo  
Motivo: Disponibilização do Parecer Prévio  
Prazo: dia(s)

Nos termos do artigo 117, §§4º e 6º, do Regimento Interno deste TCE-RS, certifica-se que a consulta à comunicação eletrônica número 80253/275495, enviada a João Ernesto Dal Forno Vernier, em 21/06/2023, foi automaticamente consumada em:

**01/07/2023 23:59:59**

Porto Alegre, 03 de Julho de 2023

Documento assinado digitalmente por Tribunal de Contas do Estado do RS

### Certidão de Consulta

Processo nº: 002359-0200/16-9  
Órgão: PM DE SÃO JOÃO DO POLÊSINE  
Destinatário: Clovis Coletto  
Matéria: Contas de Governo  
Motivo: Disponibilização do Parecer Prévio  
Prazo: dia(s)

Nos termos do artigo 117, §§4º e 6º, do Regimento Interno deste TCE-RS, certifica-se que a consulta à comunicação eletrônica número 80253/275496, enviada a Clovis Coletto, em 21/06/2023, foi automaticamente consumada em:

**01/07/2023 23:59:59**

Porto Alegre, 03 de Julho de 2023

Documento assinado digitalmente por Tribunal de Contas do Estado do RS